



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

MARLI AUXILIADORA DA SILVA

**DE PORTUGAL AO BRASIL – A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO
SUPERIOR DE CONTABILIDADE (1940-1985): concepções e tendências relativas aos
aspectos de formação dos profissionais em contabilidade**

Uberlândia – MG

2015

MARLI AUXILIADORA DA SILVA

**DE PORTUGAL AO BRASIL – A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO
SUPERIOR DE CONTABILIDADE (1940-1985): concepções e tendências relativas aos
aspectos de formação dos profissionais em contabilidade**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação do Professor Doutor Armindo Quillici Neto.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Uberlândia – MG

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586d
2015 Silva, Marli Auxiliadora da, 1966-
De Portugal ao Brasil - a trajetória histórica do ensino superior de contabilidade (1940-1985) : concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais em contabilidade / Marli Auxiliadora da Silva. - 2015.
208 f. : il.

Orientador: Armindo Quillici Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Ensino superior - Teses. 3. Ciências Contábeis - Currículos - Teses. 4. Contabilidade - Estudo e ensino (Superior) - Teses. I. Quillici Neto, Armindo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

MARLI AUXILIADORA DA SILVA

**DE PORTUGAL AO BRASIL – A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO
SUPERIOR DE CONTABILIDADE (1940-1985): concepções e tendências relativas aos
aspectos de formação dos profissionais em contabilidade**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFGO), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação do Professor Doutor Armindo Quillici Neto.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

BANCA EXAMINADORA

Armindo Quillici Neto – Doutor em Educação – Instituição: UFU (Orientador)

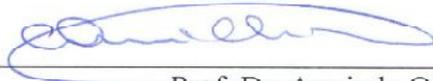
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro – Doutora em Educação – Instituição: UFU

Edvalda Araújo Leal – Doutora em Administração – Instituição: UFU

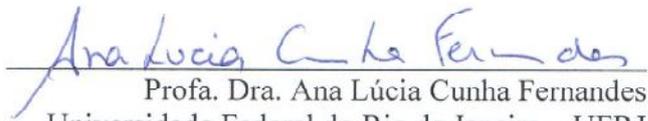
Ana Lúcia Cunha Fernandes – Doutora em Ciências da Educação – Instituição: UFRJ

Adriana Maria Procópio de Araújo – Doutora em Controladoria e Contabilidade – Instituição:
USP

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



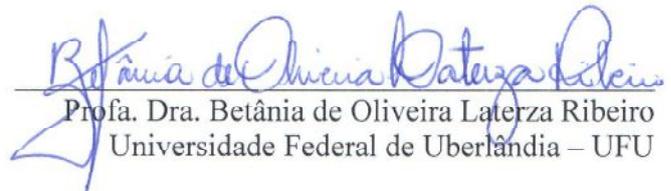
Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Fernandes
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Profa. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo
Universidade de São Paulo – USP



Profa. Dra. Edvalda Araújo Leal
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

À minha família e a meus amigos por todo o apoio.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é resultado de uma redação individual. Sua construção, todavia, é um trabalho coletivo, porque são tantas as pessoas que contribuem, das mais diversas formas, que é preciso dedicar a elas, por meio de registro escrito, uma palavra de agradecimento.

Quero começar, então, agradecendo à minha família! Agradeço ao meu filho, Pedro Henrique Silva de Almeida Barbosa, pois, apesar de dizer sempre “*não sei prá que a senhora precisa estudar tanto*”, também dizia com orgulho aos amigos: “*Minha mãe vai ser doutora!*”. E eu sei de seu respeito e admiração por minhas decisões. Obrigada, meu filho, e me desculpe por tantas ausências!

Agradeço à minha mãe, Valzita Maria da Silva, que, mesmo não entendendo minhas escolhas, sempre me apoiou! Agradeço, com carinho especial, à minha irmã, Nega, por ter acolhido meu filho em sua casa e cuidado dele em minhas ausências, tanto aqui no Brasil como quando estive em Portugal, para prosseguimento dos meus estudos e recolha de dados. À minha irmã Lúcia (Marlúcia Divina da Silva), por acreditar que tudo daria certo e pelas palavras de conforto e incentivo, sempre!

Agradeço aos meus amigos! Indistintamente! São eles que não nos deixam *enlouquecer*! Preciso, no entanto, nominar alguns deles que, em alguns momentos, estiveram mais próximos. À minha amiga Mara Alves Soares, sempre tão ponderada e firme em suas observações! Você não tem ideia de como me ajudou ao longo dessa trajetória. À Rejane Alexandrina Domingues Pereira do Prado, obrigada por me ouvir e confortar! Ao grande amigo (e quase filho) Flávio Leonel de Carvalho: você é, para mim, um exemplo de persistência e me espelhei em você, muitas vezes! Agradeço ao ‘companheiro’ Satto (Marcus Sérgio Satto Vilela), por não me deixar perder o foco. Muito obrigada a todos!

Às amigas do PPGEd/UFU, Eliane Aparecida Carleto e Elizabeth Gottschalg Raimann, pela amizade e aprendizado que me proporcionaram ao longo de nossas aulas e discussões. Vocês estão no meu coração!

No Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), não se começa um doutorado se não tivermos um orientador, por isso, agradeço ao Professor Doutor Armindo Quillici Neto, pelas orientações, desde o início desse processo. O professor Armindo depositou em mim uma confiança imensurável e respeitou meu tempo até que eu estivesse pronta para construir minha tese. Se esse trabalho tem algum mérito, esse mérito deve-se, em grande parte, às suas orientações, sempre muito valiosas!

Agradeço aos professores Doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Doutora Edvalda Araújo Leal e Doutor Sauloéber Társio de Souza, que participaram de minha banca de qualificação. Cada um deles contribuiu, imensamente para meu amadurecimento intelectual e entendimento das questões que deveriam ser apontadas em minha investigação!

Também é necessário estender meus agradecimentos ao Professor Doutor Carlos Henrique de Carvalho, à época, coordenador do PPGEd/UFU, que me incentivou e não mediu esforços para aprontar toda a documentação necessária ao meu afastamento para cursar o Programa Institucional de Doutorado Sanduiche no Exterior, na Universidade de Lisboa, em Lisboa, Portugal.

Agradeço aos funcionários do PPGEd/UFU, em especial, à James Madson Mendonça e Gianni Carlos Freitas Barbosa, pela atenção a mim dedicada, sempre!

Agradeço à Professora Doutora Ana Lúcia Cunha Fernandes que aceitou minha coorientação no Programa Institucional de Doutorado Sanduiche no Exterior, na Universidade de Lisboa, em Lisboa. Suas orientações foram tão importantes quanto todas aquelas recebidas quando de minha qualificação, especialmente, aquelas advindas das nossas discussões acerca da Educação Comparada.

Em Lisboa, apesar de ter estado lá por somente seis meses, foram muitos os amigos que contribuíram com seus conhecimentos e histórias orais para a tessitura desta tese. À Professora Matilde da Conceição Estevens, cujas informações foram essenciais para o entendimento das questões relativas ao ensino de contabilidade e às instituições escolares lisboetas. Matilde me recebeu em sua casa e me mostrou as riquezas de Portugal, compartilhando não só as informações sobre a história da contabilidade, mas, também sua história pessoal, levando-me ao convívio, inclusive, de seus amigos. Obrigada por tudo, minha amiga!

Preciso agradecer imensamente ao Professor João António Poço Marques Asseiceiro, à época, coordenador da licenciatura em contabilidade no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), bem como ao Professor Hélder Viegas da Silva, professor da disciplina História da Contabilidade no mestrado em contabilidade do ISCAL, que permitiu-me assistir às suas aulas e participar das inúmeras discussões sobre a evolução das Ciências Contábeis naquele país. São extensivos meus agradecimentos ao Sr. Carlos Alberto Pires da Silva, ex-aluno do Instituto Comercial de Lisboa e presidente da Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC), por suas pontuais informações, especialmente, quando envolviam alguma cronologia.

É praticamente impossível nominar todas as pessoas que, em Portugal, me acolheram e contribuíram com algum tipo de conhecimento e informação, todavia, é necessário dizer

obrigada, ainda, à Filomena Ferreira, Relações Públicas do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Também agradeço ao Miguel e à Vanda Lopes, bibliotecários da Biblioteca do ISCAL, sempre muito solícitos. Estendo, na figura deles, meus agradecimentos aos membros da Associação Portuguesa de Técnicos em Contabilidade (APOTEC), da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), da Biblioteca Nacional, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e todos os outros órgãos que visitei para recolha de dados naquele país.

Agradeço, sobremaneira, a todos os alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, que tanto me incentivaram ao longo desses quatro anos de estudo!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida para a realização do Programa Institucional de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE), em Lisboa, Portugal, obrigada.

À todos, muito obrigada!

O contador tem que ter um tipo de moralidade em que ele participe internamente, quer dizer, ele precisa ter aquilo que Kant chamava de “imperativo categórico” e que o velho Adam Smith chamava de “observador imparcial”, ou seja, ele precisa levar no peito dele a honestidade. Essa moralidade, à qual me refiro é a confiança, a sustentação de todo o sistema.

Antônio Delfim Netto (economista)

RESUMO

Investigou-se, neste estudo, o contexto histórico do processo de institucionalização dos cursos superiores de ciências contábeis, em Portugal e no Brasil, apresentando as concepções e tendências relativas aos aspectos de formação profissional. É um estudo comparado que se insere no campo de estudo da História do Ensino Superior e Instituições Escolares, cujo recorte temporal abrange o período de 1940 a 1985. No Brasil, a regulamentação e inclusão do ensino de contabilidade, em nível superior, data de 1945, sendo a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), instituição brasileira investigada, a precursora desse ensino, desde 1946. Em Portugal, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) foi a primeira instituição a ministrar, em 1975, o bacharelato em contabilidade, quando o curso de contabilista foi reestruturado. Com relação ao processo de criação e consolidação do curso e de ambas as instituições verificou-se a influência de determinismos políticos e econômicos que marcariam a identidade dos cursos e de seus egressos. Confirmou-se que o currículo era o instrumento para disseminação do conteúdo e, também para a formação profissional nos moldes exigidos pela cultura capitalista vigente. Na FEA-USP, o currículo adotado nos anos iniciais reflete a determinação legal de 1945 e apresenta a força política que caracterizaria a IES ao longo dos anos, devido à inserção de cátedras privilegiando, por exemplo, saberes relativos à área de Administração, cujo curso fora aprovado, mas não instituído. A partir da década de 1970, em ambas as IES, a concepção de ensino – derivada do currículo baseado na escola norte-americana – apresenta uma tendência reprodutivista e tecnicista, que marca em nível mundial, o ensino de contabilidade.

Palavras-chave: Ensino superior. Ciências Contábeis. Formação profissional. Currículo.

ABSTRACT

In this study it was investigated the historical context of the institutionalization process of undergraduate courses in accounting, either in Portugal and Brazil, with the conceptions and trends relating to aspects of professional training. It is a comparative study which falls within the field of study of the History of Undergraduation and Scholars Institutions, whose time frame covers the period from 1940 to 1985. In Brazil, the regulation and inclusion of accounting education at an undergrad level, from 1945 being the College of Economics, Business Administration and Accounting of the University of São Paulo (FEA-USP), Brazilian IES investigated, the precursor of this teaching, since 1946. In Portugal, the Institute of Accounting and Administration of Lisbon (ISCAL) was the first institution to minister in 1975, a bachelor's degree in accounting, when the accountant course has been restructured. Regarding the course and IES process of creation and consolidation, it was found the influence of political and economic determinisms that would mark the identity of the courses and their egressed students. It was confirmed that the curriculum was the instrument for dissemination of content and also for professional training as is required by existing capitalist culture. In FEA-USP, the curriculum adopted in the early years reflects the legal requirement from 1945 and presents the political force that characterizes the IES, over the years, while were inserted chairs privileging, for example, knowledge regarding Administrative area, which course was approved, but not established. From the 1970s, in both IES, the concept of education - derived from the curriculum based on the North American school - presents a reproductivist and technicalities trend that marks worldwide, the accounting education.

Keywords: Undergraduation education. Accounting. Professional training. Curriculum.

RESUMEN

Se investigó en este estudio, el contexto histórico del proceso de institucionalización de la educación superior en contabilidad, en Portugal y Brasil, con los conceptos y tendencias relacionadas con los aspectos de la formación. Se trata de un estudio comparativo, que entra en el campo de estudio de la Historia de la Educación Superior e Instituciones Escuela, cuyo marco de tiempo abarca el período de 1940 a 1985. En Brasil, la regulación y la inclusión de la educación contable en un nivel superior de 1945 fecha y la Facultad de Economía, Administración y Contabilidad de la Universidad de São Paulo (FEA-USP), institución brasileña investigada, el precursor de esta enseñanza, desde 1946. En Portugal, el Instituto de Contabilidad y Administración de Lisboa (ISCAL) fue el primera institución para enseñar en 1975, una licenciatura en contabilidad, cuando se reestructuró el curso contador. En cuanto al proceso de creación y consolidación del curso y las dos instituciones estaba la influencia del determinismo económico y político que marcaría la identidad de los cursos y sus egresados. Se confirmó que el plan de estudios fue el instrumento para la difusión de contenidos y también para la formación profesional como es requerido por la cultura capitalista existente. En FEA-USP, el currículo adoptado a principios de los años refleja el requisito legal de 1945 y presenta la fuerza política que caracteriza a la IES con los años debido a las sillas de favorecer la inserción, por ejemplo, los conocimientos sobre el área de gestión, cuyo curso fue aprobado, pero no impuesta. Desde la década de 1970, tanto en el IES, el concepto de educación - derivado del plan de estudios basado en la escuela americana - presenta una tendencia reproductivista y tecnicismos, que marca en todo el mundo, la enseñanza de la contabilidad.

Palabras-clave: Educación superior. Contabilidad. Formación profesional. Currículo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEISCAL	–	Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
APC	–	Associação Portuguesa de Contabilistas
APOTEC	–	Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade
APPC	–	Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas
BIRD	–	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	–	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	–	Conselho Federal de Educação
CEFET-MG	–	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CESE	–	Cursos de Estudos Superiores Especializados
CNE/CES	–	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior
DCNs	–	Diretrizes Curriculares Nacionais
DGES	–	Direção-Geral do Ensino Superior
EPES	–	Equipe de Planeamento do Ensino Superior
ESCCAI	–	Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba
FACIP	–	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
Facesp	–	Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
FCEA	–	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
FEA	–	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FEA-USP	–	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FEA-RP/USP	–	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
FFCL	–	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FIPECAFI	–	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FTM	–	Faculdade Triângulo Mineiro
GTRU	–	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IASB	–	<i>International Accounting Standards Board</i>
ICL	–	Instituto Comercial de Lisboa
IES	–	Instituições de Ensino Superior
IFRS	–	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IICL	–	Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
IME	–	Instituto de Matemática e Estatística
IRC	–	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPJ	–	Imposto de Rendas das Pessoas Jurídicas
ISC	–	Instituto Superior de Comércio
ISCA	–	Instituto Superior de Contabilidade e Administração
ISCAL	–	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
ISCEF	–	Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
ISCTE	–	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISE	–	Instituto Superior de Economia
ISEG	–	Instituto Superior de Economia e Gestão
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC	–	Ministério da Educação
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OTOC	–	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
Paiub	–	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PPGE _d /UFU	–	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia
RBHE	–	Revista Brasileira de História da Educação
RCAAP	–	Repositário Científico de Acesso Aberto de Portugal
RDIDP	–	Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa
ROC	–	Revisores Oficiais de Contas
RTC	–	Regime de Turno Completo
RTP	–	Regime de Turno Parcial
SBEC	–	Sociedade Brasileira de Educação Comparada
SBHE	–	Sociedade Brasileira de História da Educação
SEES	–	Secretaria de Estado do Ensino Superior
SNC	–	Sindicato Nacional dos Contabilistas
SESu	–	Secretaria de Educação Superior
TOC	–	Técnicos Oficiais de Contas
UAL	–	Universidade Aberta de Lisboa
UAM	–	Universidade Autónoma de Madrid
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	–	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	–	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
USAID	–	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	–	Universidade de São Paulo
UTL	–	Universidade Técnica de Lisboa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Classificado do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13/10/1835.....	44
Figura 2	– Classificado do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 23/10/1850.....	44
Figura 3	– Instituto Comercial de Lisboa - Rua das Chagas, 7-15 – ano de 1959.....	74
Figura 4	– Prédio do Instituto Comercial de Lisboa (ISCAL) - após restauração.....	74
Figura 5	– Instalações atuais do ISCAL - Av. Miguel Bombarda.....	75
Figura 6	– Fachada do prédio da FEA-USP – Rua Dr. Vila Nova – 1946.....	101
Figura 7	– Pátio interno da FEA-USP, durante um intervalo – década de 1940.....	102
Figura 8	– Fachada do prédio da FEA-USP – Cidade Universitária Armando Salles Oliveira.....	103
Figura 9	– Esquema do Curso de Contabilista – Bacharelato em Contabilidade.....	109
Figura 10	– Proposta de esquema Curricular da Comissão Organizadora do Sindicato Nacional dos Contabilistas	202
Figura 11	– Currículo – Bacharelato em Contabilidade ISCAL – ano letivo 1977/1978.....	110
Figura 12	– Pré-requisitos para cursar disciplinas no bacharelato ISCAL.....	112
Figura 13	– Cadeiras efetivas e facultativas do bacharelato em contabilidade no ISCAL.....	113
Figura 14	– Página de rosto do livro didático Contabilidade Introdutória – 2ª edição, 1972.....	129
Figura 15	– Página de rosto do livro didático Contabilidade Geral – 2º volume, 1972.....	130
Figura 16	Conteúdo curricular (parcial) da disciplina Contabilidade Geral e Financeira I – ISCAL.....	203
Figura 17	Conteúdo curricular (parcial) da disciplina Contabilidade Geral – FEA-USP.....	204
Figura 18	Cartão de matrícula de Matilde da Conceição Esteves.....	137

Figura 19	Diploma do Curso de Contabilista – Matilde da Conceição Estevens.....	138
Figura 20	Plano de estudos – Matilde da Conceição Estevens.....	205
Figura 21	Cartão de matrícula – Carlos Alberto Pires da Silva.....	206
Figura 22	Verbete de matrícula – Carlos Alberto Pires da Silva.....	207
Figura 23	Titulo utilizado como parte de material didático do Escritório Piloto.....	208
Figura 24	Alguns docentes e ex-docentes do Departamento de Contabilidade da FEA-USP.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Alguns estudos comparados, em educação, entre Brasil e Portugal – SBEC.....	26
Tabela 2	– Alguns estudos comparados, em educação, entre Brasil e Portugal – SBHE.....	191
Tabela 3	– Brasil: número de cursos de educação superior criados entre 1808 e 1889.....	194
Tabela 4	– Cronologia da reestruturação da Aula de Comércio – Lisboa – Portugal.....	52
Tabela 5	– Diretores e Vice-Diretores da FEA-USP - 1946 a 1985.....	194
Tabela 6	– Conselhos do Departamento de Contabilidade da FEA-USP – 1946 a 1985.....	195
Tabela 7	– Discentes formados por ano e curso – (1949/1980) - Departamento de Contabilidade.....	155
Tabela 8	– Alunos da FEA-USP formados por ano e curso – 1949/1980.....	201
Tabela 9	– Discentes formados por curso e sexo (1949/1980) – Departamento de Contabilidade.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Plano curricular previsto nos Estatutos da Aula de Comércio em 1759...	42
Quadro 2	– Plano curricular da Escola de Comércio.....	46
Quadro 3	– Plano curricular da Escola de Comércio – Decreto de 9 de Outubro de 1866.....	47
Quadro 4	– Reconfiguração curricular do Curso Comercial do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1872).....	50
Quadro 5	– Estrutura curricular da Aula de Comércio / Instituto Comercial do Rio de Janeiro.....	53
Quadro 6	– Organização do curso profissional do Instituto Comercial do Rio de Janeiro.....	54
Quadro 7	– Características dos cursos comerciais conforme Decreto nº 17.329/1926.....	57
Quadro 8	– Evolução do ensino, no Brasil, de acordo com os períodos políticos.....	192
Quadro 9	– Universidades portuguesas nos anos iniciais do século XX.....	62
Quadro 10	– Classificações de currículos.....	106
Quadro 11	– Currículo do Curso de Contabilista (1975).....	107
Quadro 12	– Comparação das estruturas curriculares – Curso de Contabilista e Bacharelato em Contabilidade no ISCAL.....	112
Quadro 13	– Currículo – Curso de Ciências Contábeis e Atuária (1945).....	115
Quadro 14	– Currículo mínimo – Ciências Contábeis (1963).....	116
Quadro 15	– Estruturas curriculares recomendadas e adotadas na gênese do curso de Ciências Contábeis e Atuariais da FCEA.....	118
Quadro 16	– Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em 1947	119
Quadro 17	– Relação de cadeiras (cátedras) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) em 1947.....	196
Quadro 18	– Estrutura curricular - curso de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais após a reforma estrutural da FCEA em 1964.....	122
Quadro 19	– Relação de cadeiras (cátedras) da Faculdade de Ciências Econômicas e	

Administrativas (FCEA) em 1960.....	197
Quadro 20 – Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis em 1981.....	124
Quadro 21 – Programas curriculares: ISCAL e FEA-USP.....	126
Quadro 22 – Relação do corpo docente – Departamento de Contabilidade (1946/1969).....	144
Quadro 23 – Relação do corpo docente – Departamento de Contabilidade (1946/1990).....	198

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I.....	31
ENSINO DE CONTABILIDADE - DE PORTUGAL AO BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARADA.....	31
1.1 Educação e história comparada: algumas inferências	32
1.2 Gênese do ensino de contabilidade em Portugal: um recuo às Aulas de Comércio	35
1.3 Gênese do ensino de contabilidade no Brasil: Aula de Comércio na colônia	38
1.4 Ensino comercial: primeiras aproximações.....	42
1.5 Do século XIX à meados do século XX: a reestruturação do ensino a partir da Aula de Comércio	46
CAPÍTULO II.....	59
O SURGIMENTO DAS FACULDADES DE CONTABILIDADE EM PORTUGAL	59
2.1 Ensino superior no século XX: uma historiografia de Portugal	60
2.2 Institutos Superiores de Contabilidade e Administração: enfim o ensino superior de contabilidade em Portugal	63
2.3 Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa: processo de criação e consolidação	68
2.4 Espaços escolares: estrutura e localizações	72
CAPÍTULO III	75
O SURGIMENTO DAS FACULDADES DE CONTABILIDADE NO BRASIL.....	75
3.1 O ensino superior no Brasil	75
3.2 Universidade de São Paulo: ambiências históricas	84
3.3 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: enfim o ensino superior de contabilidade no Brasil	86
3.3.1 FEA: contextos locais e processo de criação e consolidação do curso de Ciências Contábeis	89
3.3.2 FEA-USP: estrutura departamental	92
3.3.3 O Departamento de Contabilidade e Atuária.....	96
3.3.4 Espaços escolares: estrutura e localizações	99
CAPÍTULO IV	103
O CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM PORTUGAL E BRASIL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	103
4.1 Algumas concepções acerca do currículo.....	103
4.2 Currículo no curso de contabilidade do ISCAL	106
4.3 O currículo nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil.....	113
4.4 Currículo no curso de Ciências Contábeis da FEA-USP.....	117
4.5 O currículo no ISCAL e FEA: síntese comparativa	124
4.6 Uma análise do conteúdo curricular da disciplina Contabilidade Geral	126
CAPÍTULO V	131
SUJEITOS HISTÓRICOS: DOCENTES E DISCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE.....	131

5.1 Os professores e alunos na constituição do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).....	132
5.1.1 Dos professores	132
5.1.2 Dos alunos	136
5.2 Os professores e alunos na constituição do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP	141
5.2.1 Dos professores	141
5.2.2 Dos alunos	153
5.3 Da análise da tese	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
APÊNDICES	190
ANEXOS	201

INTRODUÇÃO

O mais interessante passa-se sempre ‘entre-lugares’, no meio, na fronteira, nesses espaços em que sentimos a proximidade e a estranheza, nos quais nem tudo nos é próximo, fechando-nos nos mesmos olhares de sempre, nem tudo nos é estranho, deixando-nos perdidos e sem referências (Antônio Nóvoa, 2012, p. 13).

1) Minha trajetória: conquistas e contradições

Minha trajetória profissional, como docente, teve início em 1992, tão logo terminei a graduação na Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba (ESCCAI), denominada, atualmente, Faculdade Triângulo Mineiro (FTM). Fui professora no ensino de 2º grau, correspondente, hoje, ao Ensino Médio. Ministrei aulas no ensino técnico profissionalizante de contabilidade no período de 1992 a 2006. Em 2003, comecei, também, a ministrar aulas, no ensino superior, no curso de Ciências Contábeis na já citada FTM, onde permaneceria como docente até início de 2009.

Sempre quis ser professora e, por isso, além de ter cursado o magistério, paralelamente à graduação fiz uma complementação pedagógica oferecida pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), para apreender conceitos de didática de ensino, história da educação e metodologia do trabalho científico, entre outros.

Buscando ampliar meus conhecimentos e melhorar meu desempenho como docente, comecei a planejar meu ingresso em um programa de mestrado. Sentia-me, à época, como uma reprodutora de conteúdos com atuação limitada, visto que, em ambas as instituições onde trabalhava, o foco era apenas o ensino. Atividades de extensão e, principalmente de pesquisa eram inexistentes e eu acreditava que uma pós-graduação permitir-me-ia a aquisição de competências necessárias para a realização de atividades dessa natureza, mesmo em uma instituição privada que privilegiava, à época, o ensino.

Assim, em 2006, iniciei o mestrado em Controladoria e Contabilidade, após ser aprovada em processo seletivo na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de

Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP), mantendo, paralelamente, minha atuação docente. Tive, contudo, que optar por uma única instituição dada a distância a ser percorrida, todas as semanas, entre dois estados – Minas Gerais e São Paulo –, e à exaustiva carga de leituras e trabalhos acadêmicos exigidos.

Tão logo terminei o mestrado, em 2008, participei de concurso público para professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para ministrar aulas no curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), em um campus recém-instalado na cidade de Ituiutaba (MG). Ali, tive a oportunidade de me dedicar ao ensino, pesquisa e extensão como sempre acreditei que deveria ser o trabalho de um docente.

Novamente, constatei a necessidade de conhecimentos que me permitissem atuar, de forma mais efetiva, em atividades que contemplassem a tríade ensino, pesquisa e extensão. O doutorado era uma opção natural. Com as dificuldades logísticas da época do mestrado muito claras, decidi que, para cursar o doutorado, tinha duas opções: escolher um programa próximo à região onde residio ou me estabelecer na região onde o programa de doutorado se desenvolvia. Pesava em minha decisão, também, a possibilidade de agregar saberes distintos àqueles adquiridos durante a graduação e pós-graduação em contabilidade.

Decidi-me pela educação, cujos saberes teóricos, acreditava, iriam contribuir para minha formação acadêmica marcadamente tecnicista. O doutorado em educação oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), atendia a todos os meus critérios de escolha. Já nesse momento inicial, tão logo tomei a decisão de uma pós-graduação na área de ciências humanas, sentia-me “entre-lugares, no meio, na fronteira”, visto que me aventuraria em outra área do conhecimento, mas pensava em manter minha identidade acadêmica.

Ao me preparar para o processo seletivo, tive que apresentar um projeto de pesquisa que se constituía em uma das exigências no processo avaliativo de seleção dos candidatos. Qual linha de pesquisa escolher e, caso aprovada, como essa pesquisa poderia contribuir para minha formação acadêmica e atuação profissional?

As questões acima direcionaram minhas leituras iniciais para a gênese e evolução da contabilidade e compreendi que o entendimento do contexto historiográfico me permitia maior criticidade em relação a diversas questões contábeis. Saliento que, durante toda minha formação, os currículos que experienciei não contemplavam aspectos relacionados à História da Contabilidade, e todo meu saber sobre essa historiografia decorria de leituras pessoais. Decidi-me, então, pela Linha de História e Historiografia da Educação.

O projeto apresentado tinha, então, como proposta de tese a investigação dos aspectos históricos da educação superior de contabilidade no Brasil, enfocando a criação das instituições em Minas Gerais, para, a partir daí, retratar aspectos históricos da interiorização das universidades no Pontal do Triângulo Mineiro, no período de 1960 a 1980. De posse desse projeto de pesquisa, submeti-me ao processo seletivo e, tendo sido aprovada, iniciei as aulas na turma de 2011.

Ao realizar os estudos das disciplinas e seus respectivos conteúdos curriculares, fui apresentada, no início do doutoramento, de forma mais aprofundada, às questões da Educação Comparada e da História Comparada em Educação. Pensar e entender a educação como um processo que sofre influências do meio, ao mesmo tempo que o influencia, levou-me a perceber nuances que me passaram e continuariam despercebidas não fossem as instigantes discussões em sala de aula. Saliento, também, os diálogos em grupos de pesquisas e com ‘colegas de doutorado’ que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e profissional e para o entendimento da até então proposta de tese.

Foi a partir desses diálogos que repensei meu projeto de investigação, pois as leituras relativas ao Século XVIII, quando a escolarização no Brasil, realmente, se intensificou com a vinda da família real e consequente instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, também marcaram a educação contábil. Era necessário formar os guarda-livros¹ para atuar em um cenário onde surgiam as primeiras instituições públicas e empresas privadas e, para tanto, instituiu-se o ensino comercial. Ao mesmo tempo, indagava-me como se desenvolvia o ensino em Portugal. Assim, entendi ser necessário pensar o ensino de contabilidade numa perspectiva histórico-comparada, pois configurava-se promissor pesquisar as origens e a consolidação da contabilidade em Portugal e no Brasil.

A reconfiguração do projeto de tese levar-me-ia a Portugal. Uma contradição, pois eu, que escolhera uma instituição próxima a meu domicílio e local de trabalho para meus estudos de doutoramento, fui a outro país e por lá morei alguns meses para vivenciar sua história e recolher dados para desenvolver a presente tese. O estudo que ora apresento é o resultado de uma trajetória acadêmica e pessoal que me acrescentou, de fato, novos saberes!

¹ Guarda-livros é a expressão utilizada para referir-se ao profissional cuja função principal era a de escriturar e manter em boa ordem os livros mercantis das empresas comerciais. (BRASIL, 1870). À época do Império, era tamanha sua importância que o guarda-livros era um dos profissionais aptos a votar, conforme está expresso no Decreto nº 6.097, de 12 de janeiro de 1876, desde que tivesse ordenado acima de 200 réis e registro do comércio. Expressão de origem inglesa ‘*bookkeeper*’ foi traduzida e utilizada em Portugal e no Brasil, para referir-se ao guarda-livros.

2) Da tese

a) Do contexto

Olhar a História é como observar um quadro. Há sempre um pormenor que nos desperta o interesse e para o qual fogem os olhos, mas é preciso abrir o plano e compreendê-lo no seu conjunto, conforme diz Pinto (2009). Assim o é para realizar qualquer inferência sobre a ciência contábil: temos que conhecer a sua origem e, para tanto, recuar no tempo.

Esse recuo foi necessário para o desenvolvimento do tema desta investigação que se insere na área de História da Educação e, de forma mais específica, no campo de estudo da História do Ensino Superior e Instituições Escolares², centrando sua discussão sobre o ensino superior de contabilidade por meio da análise da trajetória histórica do ensino contábil em Portugal e no Brasil, no que diz respeito à instituição dos cursos de nível superior.

O estudo busca investigar o contexto histórico do processo de institucionalização dos cursos superiores de Ciências Contábeis e apresentar as concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais para sua inserção no mercado de trabalho, tendo como *locus* de investigação duas instituições de ensino superior (IES), uma brasileira e outra portuguesa.

Embora a presente pesquisa possua recorte temporal compreendido entre os anos de 1940 a 1985, visto que o ensino superior de contabilidade no Brasil data de 1945³ e, em Portugal, de 1976, faz-se uma digressão aos Séculos XVIII e XIX, quando a Aula de Comércio, considerada a gênese do ensino de contabilidade, foi implantada em Portugal e no Brasil, respectivamente. O recorte temporal avança até 1985, quando o ensino superior de contabilidade, em Portugal, se estrutura e avança até à pós-graduação.

Em Portugal, o ensino comercial fora instituído a partir de 1º de setembro de 1759 por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, por meio da Aula de Comércio, numa tentativa de “reverter o quadro econômico deficitário” que o país atravessava, de acordo com estudos de Rodrigues, Gomes e Craig (2002; 2005), Rodrigues, Craig e Gomes (2002;

² Os estudos de instituições escolares, conforme explicam Nosella e Buffa (2009, p. 17), “representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente, no âmbito da história da educação” e [...] privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e em seus vários aspectos”. Configura-se a expressão cultura escolar como uma categoria abrangente desses estudos.

³ O Decreto nº 7.988, de 29 de setembro de 1945, além de criar o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, beneficiou também os contadores e atuários formados pela legislação anterior (o Decreto nº 20.158, de 1931), visto que esses passaram a ter os mesmos direitos assegurados aos Bacharéis do curso de Ciências Contábeis e Atuariais diplomados pela nova lei. (LEITE, 2005).

2007) e Gonçalves (2010). No Brasil, a instalação da Corte Real, em 1808, devido ao bloqueio continental⁴ imposto pela França aos países europeus, resultaria em mudanças políticas, econômicas e administrativas que demandariam profissionais, como os guarda-livros, para atuarem nas empresas e órgãos públicos criados no período em que a colônia é alçada à condição de sede do reino de Portugal.

No Brasil, buscou-se implantar um modelo que já fora experimentado e resultara transformador em terras lusitanas, de forma que, ao retornar à corte, em Portugal, o ensino fora estabelecido, ainda que de forma incipiente. No contexto geral, estudos historiográficos asseguram que o Brasil foi influenciado por Portugal quando da instituição do ensino comercial, por meio das Aulas de Comércio, gênese do ensino superior de contabilidade (RODRIGUES, 1984, 1985; SAES; CYTRYNOWICZ, 2001; LEITE, 2005; SCHIMDT; SANTOS, 2008; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009; SILVA; MARTINS, 2009; RICARDINO, 2012; BARBOSA; OTT, 2012; FERREIRA, 2014).

Sobre o estágio inicial do ensino de contabilidade, em Portugal e no Brasil, alguns questionamentos se fazem necessários: O que acontecera com o ensino comercial em Portugal no período em que a corte se transferira para o Brasil? E após o retorno da família real às terras lusitanas? Sobre o contexto do ensino de contabilidade no Brasil, também buscava-se compreender as contradições e desenvolvimento implementado.

Nesse sentido, a investigação histórica, a ser realizada na forma de pesquisa comparada⁵, configurava-se como fundamental na medida em que se considerou necessária a pesquisa das origens e desdobramentos posteriores que resultaram na implantação do ensino superior de contabilidade. Meu interesse buscava a compreensão do contexto histórico do processo de institucionalização dos cursos superiores de Ciências Contábeis e consequentes concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais, tanto em

⁴ O bloqueio continental foi um decreto datado de 21 de novembro de 1806, que consistia em impedir o acesso a portos dos países dominados pelo Império Francês a navios do Reino Unido da Grã Bretanha (Inglaterra) e Irlanda. Com isso, o principal objetivo era isolar economicamente as Ilhas Britânicas, sufocando suas relações comerciais (RIBEIRO, 2009b). D. João retorna a Portugal, em 26 de abril de 1821, porém, seu filho, D. Pedro, permaneceu na colônia no papel de governante do Brasil.

⁵ “A comparação em educação gera uma dinâmica de raciocínio que obriga a identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais factos, fenómenos ou processos educativos e a interpretá-las, levando em consideração a relação desses com o contexto social, político, económico, cultural, etc. a que pertencem [...]. Quando rigorosamente efectuada, a leitura dos aspectos comuns e das diferenças relativas a uma problemática fornecem informações mais interessantes que as resultantes de uma leitura dessa mesma problemática num só contexto [...]. O que importa é que o estudo das problemáticas ou das realidades se faça, tendo em conta contextos diferentes para se poder estabelecer o que há de diferente e de semelhante, o que diferencia e aproxima, na tentativa de compreender as razões que determinam as situações encontradas”. (FERREIRA, 2008, p. 125).

Portugal quanto no Brasil, dois países continentalmente distintos, mas “ligados por um patrimônio histórico e linguístico comum” conforme afirma Fernandes (2012, p. 28).

b) Das instituições

Tão logo se configurou o projeto final que direcionaria esta pesquisa, foi necessário eleger as instituições a serem investigadas. Mas como pensar em tais instituições? No Brasil, as leituras iniciais indicaram que a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) seria um campo fértil de investigação, visto ser essa a primeira⁶ IES pública a ter autorizado para funcionamento um curso superior de Ciências Contábeis, em 1934.

A criação dessa IES data de 1934, quando, por meio do Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, fora sancionada não só a criação da Universidade de São Paulo (USP), mas regulamentadas as condições para a instalação do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, gênese da atual FEA. Todavia, a autorização para sua implantação ocorreria em dezembro de 1945, sendo os primeiros cursos, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, ofertados a partir de 1946, um ano após a regulamentação do ensino superior de contabilidade. (PINHO, 1984a).

Quanto a Portugal, diante do desconhecimento sobre a existência das instituições de ensino de contabilidade, adotaram-se como critério de escolha da instituição a ser investigada, as questões de cunho político e econômico. O regime político vivenciado em Portugal, na década de 1945, era o Estado Novo de Salazar, que implementou uma ditadura, implicando em mudanças no sistema educativo, inclusive, no ensino de contabilidade, o qual ficaria sob a responsabilidade dos liceus e escolas secundárias.

Nas escolas superiores, conforme explica Gonçalves da Silva (1953), o ensino de contabilidade ficaria restrito a algumas disciplinas isoladas ministradas no curso de Economia do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) da Universidade Técnica

⁶ Até a promulgação do Decreto-Lei nº 7.988 de 1945, o ensino de contabilidade estava restrito ao nível secundário de formação profissional, sendo, a partir de então, ofertado em nível superior dentro de escolas de nível superior e universidades. E é em virtude desse mesmo decreto que a Faculdade Nacional de Política e Economia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou a ser denominada de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, onde, aparentemente, surge o primeiro curso de Ciências Contábeis e Atuariais do país. Supõe-se, portanto, que o primeiro curso de nível superior em Ciências Contábeis surgiu na Universidade do Brasil, hoje, UFRJ. Contudo, é necessário enfatizar que, na literatura acerca da história e ensino de contabilidade, não há evidências expressas, objetivas e documentalmente fundamentadas de forma a possibilitar afirmação inequívoca desse fato (FERREIRA, 2014). Justifica-se, portanto, a afirmação de que a FEA-USP é a primeira IES pública a ministrar o ensino superior de Ciências Contábeis, no Brasil.

de Lisboa (UTL). Coincidentemente, no cenário político brasileiro, estava instaurado o regime getulista, também denominado de Estado Novo. Uma externalidade se configurou, portanto, como a primeira aproximação para a condução da escolha da IES portuguesa.

As leituras sobre o regime político evidenciaram que, com a ascensão de Marcelo Caetano, em 1968, ao governo português, mudanças em âmbito educacional começaram a ser discutidas, tendo início um projeto de reforma que propunha mudanças no ensino secundário, em especial, nos institutos comerciais onde ministrava-se, à época, o Curso de Contabilista.

Como decorrência das reformas educacionais articuladas e implantadas após o fim do Estado Novo, os institutos comerciais foram convertidos, em 1975, em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCAs). Em Lisboa, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) daria continuidade ao ensino ministrado no extinto Instituto Comercial de Lisboa (ICL), mas, agora, em nível superior. Estava, pois, definida a IES portuguesa (ISCAL) a ser investigada, a fim de verificar as aproximações e distanciamentos entre as categorias eleitas para estudo.

c) Das categorias

A definição das categorias deu-se a partir da questão básica de investigação como: quais concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais de contabilidade foram priorizadas no momento de instituição e evolução do ensino superior de Ciências Contábeis?

Desta questão central, decorreu um conjunto de questões secundárias: em que circunstâncias os cursos em ambas as IES foram criados? De que forma esses cursos foram influenciados por fatores políticos e econômicos? O currículo refletia as influências externas? Era elitista ou utilitarista, ou ambos? Qual era a origem social e como se caracteriza a formação profissional dos professores dessas IES? Qual era o perfil esperado do egresso?

Percebeu-se que o conceito de cultura escolar seria necessário para subsidiar a definição das categorias de análise, pois as questões que se apresentaram são reflexos de “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Essas normas e práticas, conforme Nosella e Buffa (2009, p. 18), “variam no espaço e no tempo” podendo “até coexistir mantendo suas diferenças”. Conhecida a cultura escolar, e as respectivas categorias que a explicam, em ambas as IES, ter-se-ia elementos para entender a questão norteadora dessa investigação.

Essa necessidade de definição de categorias de análise também é discutida por Franco (2000, p. 198), ao explicar que “em um processo comparativo, é fundamental conhecer e assumir as categorias que permitem fazer este confronto”. Assim, entendeu-se que era necessário compreender os fatos relacionados ao ensino superior de contabilidade como uma construção social e histórica, buscando perceber como o mesmo se constituiu, afirmou-se, legitimou-se e difundiu-se a partir do conhecimento e entendimento de cada uma das categorias relacionadas às normas e práticas do ensino em contabilidade.

As categorias de análise foram então elencadas como: (i) contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e instalação do ensino superior de contabilidade em ambos os países e das próprias IES investigadas; (ii) processo evolutivo - origem e consolidação; (iii) espaço físico das instituições; (iv) clientela - origem social dos alunos e destino profissional; (v) professores - origem, formação, atuação e organização; (vi) processo de gestão - organização do poder e do tempo; (vii) saberes - currículo, disciplinas e livros didáticos.

d) Dos procedimentos

A partir do objetivo proposto para o desenvolvimento desta tese - investigar o contexto histórico do processo de institucionalização dos cursos superiores de Ciências Contábeis e apresentar as concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais para sua inserção no mercado de trabalho - construiu-se uma fundamentação teórica sobre o contexto socio-histórico, onde surgiu e se consolidou, tanto o ensino superior em contabilidade quanto as próprias instituições de ensino que o ministraram, por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento do estado do conhecimento, no que se refere à produção científica sobre a história do ensino superior de contabilidade no Brasil, bem como em Portugal. Buscou-se, ainda, verificar se já haviam sido desenvolvidos estudos comparados sobre a temática.

Inicialmente, acessou-se o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do sítio eletrônico <bancodeteses.capes.gov.br/>, e, utilizando-se o sistema de busca básica, foram inseridas algumas palavras-chave para captura de prováveis estudos já desenvolvidos. Para tanto, foram utilizados os termos: (i) contabilidade (694 estudos); (ii) educação comparada (191 estudos); ensino superior de contabilidade (49 estudos); (iii) história da contabilidade (16 estudos); história ensino contabilidade (6 estudos) e, por fim, (iv) estudos comparados contabilidade (5 estudos). Tanto os títulos, palavras-chave e resumos de todos esses estudos foram analisados

para verificar se atendiam ao escopo desta investigação, ou seja, se as temáticas referiam-se de alguma forma à história do ensino superior de contabilidade no Brasil e, ainda, se os procedimentos metodológicos se enquadravam na tipologia de estudos comparados.

Dentre esses estudos 2 (dois) se destacam, principalmente, pelos excertos relacionados à gênese do ensino contábil no Brasil que me auxiliaram na discussão teórica. São eles os estudos de: (i) Tiago Villac Adde, intitulado *O fim do império e o nascimento da república: o desenvolvimento da contabilidade brasileira durante a primeira república*, de 2012, e (ii) Giseli Farias Machado Lopes, também, de 2012, intitulado *Sérgio de Iudicibus: um estudo de sua trajetória no ensino, pesquisa e profissão contábil*. De forma similar, utilizou-se a busca avançada pela qual é possível filtrar a busca. Ao usar como filtro a área de conhecimento e as palavras-chave, verificamos a existência de um único estudo comparado sobre o ensino médio e ensino profissional em contabilidade, diverso portanto do escopo deste estudo.

Também, buscou-se, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, estudos a respeito da história do ensino superior de contabilidade por meio do acesso ao portal eletrônico <<http://www.teses.usp.br/>>. Nesse portal, foi necessário acessar o *link* ‘documentos’ e clicar nas opções ‘Dissertações de Mestrado’ e ‘Teses de Doutorado’, repetindo-se o procedimento já descrito anteriormente com as mesmas palavras-chave. Foram observados 307 estudos, cuja discussão versava tanto sobre a história da contabilidade, no Brasil, quanto sobre as escolas do pensamento contábil, porém nenhum deles referia-se a estudos historiográficos com procedimentos de pesquisa comparada.

Foram priorizados esses dois portais eletrônicos para a busca devido ao fato de que no banco de teses de dissertações da CAPES são depositados estudos de diversas IES brasileiras e, possivelmente esse portal, apresenta a tipologia de pesquisas que evidenciam a concentração da produção científica que pudesse sustentar, teoricamente, as discussões. Com relação ao banco de teses e dissertações da USP, justifica-se sua utilização por ter sido esta a IES escolhida para *locus* dessa pesquisa e primeira instituição a ministrar o curso superior de Ciências Contábeis. Foram encontrados estudos comparados, mas todos eles sobre questões contábeis específicas que fogem ao escopo dessa investigação.

A busca foi encetada, ainda, no banco de dados da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC), cujo acesso se deu por meio do portal eletrônico <<http://www.sbec.org.br/educacaocomparada.php>>. Nesse sítio eletrônico, no *link* ‘publicações’, é possível acessar o banco de teses e dissertações sobre educação comparada produzidas no Brasil, estando disponíveis estudos datados de 2004 até 2011. São estudos sobre temáticas diversas, observando-se que um único deles, de autoria de Roberto Carlos

Klann, datado de 2011 e intitulado *Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*⁷, refere-se ao campo de conhecimento abrangido pela contabilidade. Contudo, esse estudo compara uma temática recente na área de investigação contábil que envolve a adoção de padrões contábeis por empresas brasileiras e inglesas (KLANN, 2011) e, também, foi descartado.

Destaca-se, por oportuno, que rica é a produção científica acerca de temáticas envolvendo estudos comparados entre Brasil e Portugal, tendo sido esses essenciais para a compreensão acerca dos procedimentos envolvendo a Educação Comparada. Sem ter tido a intenção de classificá-los quanto a linha investigativa, sintetizou-se, na Tabela 1, os estudos dessa base de dados relacionados a estudos comparados, em educação, entre Brasil e Portugal.

Tabela 1 – Alguns estudos comparados, em educação, entre Brasil e Portugal - SBEC

Autor(a)	Título	Data defesa
Ana Lúcia Cunha Fernandes	A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade. Revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do Século XIX	01/01/2004
Glades Tereza Félix	Reconfiguração dos modelos de universidade pelos formatos de avaliação: efeitos no Brasil e Portugal	01/02/2008
Glauca Maria Costa Trinchão	O desenho nas escolas luso-brasileiras: a história de uma disciplina visualizada a partir dos livros didáticos oitocentistas	01/03/2008
Marilene Dandolini Raupp	Concepções de formação das educadoras de infância em Portugal e das professoras de educação infantil no Brasil: o discurso dos intelectuais (1995-2006)	01/06/2008
Glauco da Silva Aguiar	Estudo comparativo entre Brasil e Portugal sobre diferenças nas ênfases curriculares de Matemática a partir da análise do Funcionamento Diferencial do Item (DIF) do PISA 2003	01/07/2008
Ana Maria Gonçalves de Sousa	Financiamento público estudantil do ensino superior: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal	01/08/2008
Adriana Pastorello	A leitura de jornais impressos e digitais em contextos educacionais: Brasil e Portugal	01/10/2008
Christianni Cardoso Moraes	Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)	01/07/2009
Viviane Patrícia Colloca Araújo	A multiculturalidade nas políticas educacionais e a formação de professores: Brasil e Portugal	01/02/2009
Aurea Esteves Serra	As associações de alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906-1927)	01/02/2010
Luciana Beatriz de O. B. de Carvalho	As origens do município pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra	01/02/2010
Wania Manso de Almeida	A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no Estado Novo brasileiro: aproximações e distanciamentos	01/04/2010

⁷ Os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros referem-se a um “conjunto de normas contábeis de alta qualidade, que pudesse servir de referência como padrão mundial para elaboração de demonstrações contábeis” (KLANN, 2011, p. 19-20), como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração do Resultado Abrangente.

Ana Cristina Pereira Lage	Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas	01/02/2011
Anelise Silva Dias	Evidências de validade da escala de competência em estudo – ECE-SUP (S&H): estudos com universitários brasileiros e portugueses	01/09/2011

Fonte: Adaptado de SBEC (2015).

Também foi consultado o portal eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), por meio do portal <<http://www.sbhe.org.br/>>. Nesse portal, estão disponíveis todas as publicações relativas à Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), compreendendo o período de 2001 a 2015, totalizando 37 (trinta e sete) periódicos. Também são inúmeras as publicações relativas a estudos que se utilizam de procedimentos de pesquisa histórica comparada, referindo-se o volume 13, número 3 (33) de 2013, em sua totalidade, a estudos comparados entre Brasil e Portugal, sem contudo privilegiarem temáticas que abordam o ensino superior em ambos os países. Como informação complementar, na Tabela 2, constante como Apêndice A, procedeu-se à síntese dos mesmos.

Consulta semelhante foi realizada no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), por meio do portal eletrônico <<http://www.rcaap.pt/results.jsp>> e, analogamente ao que fora constatado nas bases de dados brasileiras, também não se verificaram estudos sobre o ensino superior de contabilidade em Portugal envolvendo pesquisas comparadas entre Brasil e Portugal.

Após o levantamento do estado do conhecimento e produção científica, acredita-se que essa pesquisa contribuirá, portanto, com os estudos comparados sobre o ensino superior de contabilidade, revelando um ineditismo em duas áreas do conhecimento distintas. Nas Ciências Humanas, irá agregar à área da educação e, nas Ciências Sociais Aplicadas, aos estudos no campo das Ciências Contábeis.

Adicionalmente ao levantamento de estudos já publicados e socializados e que são utilizados como base para as discussões nesta investigação, também foram pesquisados, tanto em Portugal quanto no Brasil, documentos disponibilizados pelas IES investigadas, como fontes iconográficas, legislações e livros de registros, além de documentos impressos (jornais). Em Portugal, as consultas a fontes documentais foram efetivadas junto à Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e à biblioteca do ISCAL.

No Brasil, trabalhou-se com dados secundários, visto que há conhecimento construído e disseminado sobre a história da IES, sujeito de nossa investigação. Material intitulado *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*

(1946/1981⁸), organizado pela Professora Alice Piffer Canabrava e publicado quando da comemoração dos 35 (trinta e cinco) anos de existência da FEA e cinquentenário da USP, destaca a história dessa IES e oportuniza relatos, informações e um balanço pormenorizado de resultados e reflexões sobre o destino das instituições universitárias e dos departamentos da FEA-USP. Outra pesquisa de imensa contribuição a esta investigação é o livro intitulado *Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras*⁹, organizado por Suzana Lopes Salgado Ribeiro e publicado em 2009.

Outras fontes bibliográficas também foram utilizadas e destacam-se, entre elas, a primeira leitura acerca da evolução do ensino da contabilidade, como o artigo de autoria de Ivam Ricardo Peleias, Glauco Peres da Silva, João Bosco Segretti e Amanda Russo Chirrotto, de 2007, intitulado *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*¹⁰, no qual os autores apresentam o resultado de pesquisa realizada nas áreas de contabilidade e Economia, acerca da evolução do ensino de Contabilidade no Brasil e o impacto que alguns eventos econômicos, políticos e sociais tiveram nessa evolução.

Com relação a Portugal, a leitura inicial é de autoria de Matilde Estevens, datada de 2001, e intitulada *Os ISCA 25 anos depois: cronologia de um percurso*¹¹, com o objetivo de apresentar os fatos que precederam o surgimento dessas instituições, bem como seu processo evolutivo. Quanto ao suporte teórico para inferências acerca da história do ensino português, a obra consultada é de autoria de Rómulo de Carvalho, intitulada *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Duas obras de Luiz Antônio Cunha são referenciadas frequentemente ao longo de toda esta pesquisa: *Ensino superior e universidade no Brasil*¹² e *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*¹³.

⁸ CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo: FEA-USP, v. 1, 1984.

⁹ RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). *Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras*. 1. ed. São Paulo: D'Escrever Editora, 2009.

¹⁰ PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*. *Revista Cont. Fin. - USP*. São Paulo. Edição 30 anos de doutorado. p. 19-32, junho 2007.

¹¹ ESTEVENS, Matilde. *Os ISCA 25 anos depois: cronologia de um percurso*. *Revista de Contabilidade e Finanças*. Ano VI, n. 21, jan./mar. 2001, p. 7-10.

¹² CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino superior e universidade no Brasil*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹³ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

A história oral foi outro procedimento de pesquisa utilizado para a recolha de informações em Portugal. O ISCAL é uma instituição que não possui dados estatísticos sobre sua história e, apesar de possuir um vasto acervo, todos os documentos precisam de catalogação. Por isso, para entender as nuances da legislação e os desdobramentos do processo educativo nessa IES, foi entrevistada a Professora Matilde da Conceição Estevens¹⁴, que contribuiu para o esclarecimento e preenchimento de algumas lacunas. Destaca-se, ainda, entrevistas realizadas com o Sr. Carlos Alberto Pires da Costa, diretor da Revista de Contabilidade de Finanças da Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC), e ex-aluno do ISCAL e contemporâneo da professora Matilde da Conceição Estevens.

e) Da estrutura da tese

O texto foi organizado de forma a se constituir em um roteiro, tanto no que se refere à sua redação quanto à sua leitura e, portanto, foi estruturado em cinco capítulos, excluída esta seção inicial, que compreende a *Introdução*, na qual expõem-se os motivos que evidenciam o percurso realizado desde as inquietações iniciais até a configuração textual final.

No primeiro capítulo, intitulado de *Ensino de contabilidade - de Portugal ao Brasil: uma abordagem comparada*, foi priorizada uma discussão sobre Educação e História Comparada, no intuito de preparar o leitor para conhecer os procedimentos adotados neste estudo e, ainda, porque, ao longo desta tese, busca-se estabelecer um diálogo entre os movimentos políticos e econômicos que resultaram no ensino de contabilidade, por meio do método histórico comparativo. Também são apresentados elementos relacionados ao que se pode chamar de *embrião* do ensino de contabilidade, tanto em Portugal quanto no Brasil. Dá-se destaque ao estágio inicial do ensino de contabilidade nos Séculos XVIII, XIX e primeiras décadas do Século XX. Justifica-se essa digressão para expor, ainda que sumariamente, elementos históricos relacionados ao ensino comercial, perpassando pelo reconhecimento e

¹⁴ De acordo com seu próprio relato, Matilde Estevens é academicamente, no domínio da Contabilidade, Mestre em Auditoria Contabilística Económica e Financeira pela Universidade Aberta de Lisboa (UAL), Licenciada em Economia pelo ISEG e Contabilista (equiparada a bacharel) pelo ISCAL. Profissionalmente foi docente no ISCAL e exerceu outras diferentes profissões contabilísticas. Na qualidade de autora, tem publicado diversos trabalhos, particularmente, no domínio da História da Contabilidade em Portugal. No tocante à profissão contabilística, a sua dissertação de mestrado intitula-se “*O prestígio da profissão contabilística e a qualidade da informação financeira na opinião de profissionais da região da grande Lisboa*”. Atualmente, é doutoranda na faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde investiga o conhecimento e características da evolução da composição do universo da profissão contabil num tempo marcante da sociedade portuguesa “1950-1985”, particularmente, com a especificidade das profissionais mulheres, envolvendo, portanto, questões de gênero.

regulamentação do ensino técnico-profissional contábil de nível médio, que culminariam na institucionalização do ensino superior de contabilidade.

No segundo capítulo, que tem por finalidade apresentar elementos que ajudem a compreender, mais claramente, o processo que culminou no surgimento do ensino de nível superior e sua posterior evolução e regulamentação, tratamos de *O surgimento das faculdades de contabilidade em Portugal*. É no referido capítulo que são destacadas e discutidas as categorias de análise relacionadas ao contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e instalação do ensino superior de contabilidade naquele país e da IES investigada, quais sejam: processo evolutivo - origem e consolidação; espaço físico da instituição e processo de gestão, em que se trata da organização do poder e do tempo. De forma análoga, o Capítulo III, *O surgimento das faculdades de contabilidade no Brasil*, apresenta discussões acerca da gênese do ensino superior e discute as mesmas categorias também da IES brasileira.

Na sequência, no Capítulo IV, que diz respeito a uma categoria única, analisa-se o currículo das IES investigadas. Esse capítulo intitula-se *O currículo no curso de Ciências Contábeis em Portugal e Brasil: aproximações e distanciamentos*, buscando compreender a questão dos saberes priorizados inclusos no currículo, disciplinas e livros didáticos. Por fim, no Capítulo V, intitulado *Sujeitos históricos: docentes e discentes das instituições de ensino superior de contabilidade*, discutem-se as últimas categorias de análise relativas aos alunos (clientela), focalizando sua origem social e destino profissional e os professores, no intuito de investigar sua origem, formação, atuação e organização. Sob o título *Considerações finais*, são apresentadas algumas sínteses, buscando-se contribuir com algumas inferências pessoais possibilitadas por essa investigação sobre a temática proposta.

CAPÍTULO I

ENSINO DE CONTABILIDADE - DE PORTUGAL AO BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARADA

Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha (BARROS, 2007, p. 10).

Este capítulo inicial tem o objetivo de apresentar discussões breves sobre Educação e História Comparada para justificar os procedimentos adotados neste estudo, bem como para tentar estabelecer um diálogo, por meio da comparação de dois sistemas nacionais de ensino, entre os movimentos políticos e econômicos que contribuíram e/ou resultaram no ensino de contabilidade.

Também, apresenta elementos relacionados ao que se pode chamar de *embrião* do ensino de contabilidade tanto em Portugal quanto no Brasil, com destaque ao estágio do ensino contábil nos Séculos XVIII, XIX e XX. Essa digressão apresenta uma contextualização do percurso histórico da contabilidade em ambos os países e resgata, ainda que de forma sumária, elementos relacionados ao ensino comercial para compreender a institucionalização do ensino superior em Portugal e no Brasil, em meados do Século XX.

O presente capítulo apresenta, portanto, algumas inferências sobre a educação e história comparada e, na sequência, está segregado em:

- Gênese do ensino de contabilidade em Portugal - inicia-se com discussão a partir do ano de 1759, quando foram instituídas as Aulas de Comércio.
- Gênese do ensino de contabilidade no Brasil - discute-se a motivação que resultou na implantação da Aula de Comércio, iniciando-se a partir de 1808.
- Ensino comercial: primeiras aproximações – apresenta discussões acerca da estruturação do ensino comercial, cuja origem foram as Aulas de Comércio, ao longo dos Séculos XVIII, XIX e XX.

- (Re) estruturação do ensino a partir da Aula de Comércio - a discussão evidencia a (re) estruturação do ensino na Aula de Comércio, período em que, embora permanecesse o ensino comercial, em nível secundário, configura-se a reforma educativa, em Portugal, e o esforço pela industrialização, no Brasil, do Século XIX à meados do Século XX, momentos propícios para a instituição do ensino superior.

1.1 Educação e história comparada: algumas inferências

Os estudos sobre Educação Comparada inseriram-se nas discussões de pesquisadores a partir de 1817, quando pela primeira vez, Marc-Antoine Jullien, publicou uma obra sobre pedagogia comparada – *Esquisse d'un ouvrage sur l'éducation comparée*. Foi, ainda, nessa época que Jullien propôs a criação de um arquivo destinado a reunir dados e transmitir as informações coletadas referentes à educação e ao ensino de todos os países. Both (2013, p. 18) explica que “essa ideia foi parcialmente realizada, mais tarde, com a fundação UNESCO¹⁵ que se apropriou da metodologia comparativa, realizando estudos em diversos países, comparando os avanços na educação escolar, nos países em desenvolvimento”.

No sentido em que foi utilizada, naquele trabalho, compreende-se que a Educação Comparada procura estabelecer relações e interdependências entre os mais diversos aspectos da sociedade numa tentativa de compreensão do outro e de si mesmo, por meio do conhecimento de ações, políticas educativas e teorias que expliquem os fenômenos socioeducacionais (PIRES, 2010).

Mas “o que significa comparar?” Essa questão principia estudo desenvolvido por Saviani (2001), intitulado *História Comparada da Educação: algumas aproximações*¹⁶. Ao buscar e apresentar os significados vernáculos e etimológicos, o autor destaca a definição que Ferreira (1999, p. 511) atribui ao vocábulo: comparar é “examinar simultaneamente, a fim de conhecer as semelhanças, as diferenças ou relações”.

¹⁵ UNESCO significa United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), organismo integrado à Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1946, a fim de promover a paz mundial, através da cultura, educação, comunicação, as ciências naturais e as ciências sociais. Disponível em: <www.unesco.gov.br/nacoes>.

¹⁶ SAVIANI, Dermeval. História comparada da educação: algumas aproximações. História da Educação. *Anais... ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ASPHE)*, 7, 2001, Pelotas, Rio Grande do Sul. 2001.

De forma análoga à definição de Ferreira (1999), Lourenço Filho (2004) ensina que comparar é um recurso fundamental nas atividades de conhecer e, nesse processo comparativo, algumas subjetividades podem se fazer presentes, dadas as generalidades utilizadas como recursos à comparação. Por isso, Saviani (2001, p. 7) considera que “a comparação é um procedimento intelectual caracterizado por um potencial crítico que traz consigo o risco de juntar elementos não suscetíveis de serem reunidos efetuando aproximações indevidas”, especialmente, se não se considerar a perspectiva histórica. Franco (2000) também chama a atenção para o uso indevido da comparação, notadamente, se a percepção das diferenças for utilizada como uma forma de dominação¹⁷.

A questão do método é tema da maior parte dos debates relativos à Educação Comparada, como explica Nóvoa (1998, p. 38), pois, na tentativa de evitar subjetividades, privilegia-se “a retórica da objectividade e das práticas quantitativas” que dominaram a Educação Comparada, “levando os investigadores a trabalhar no sentido da simplificação, isto é, reduzindo as diferentes situações educativas a denominadores comuns”. Ainda conforme o autor supracitado, outra questão “tem a ver com a recolha e análise de dados e com as técnicas utilizadas. A utilização de um dado enquadramento teórico, a construção de instrumentos de análise de dados faz, muitas vezes, com que estejamos perante realidades construídas pelo sujeito do conhecimento”.

As discussões a respeito do método são observadas, também, no texto já referenciado de Saviani (2001), que chama a atenção para o fato de que, embora alguns estudos relativos à Educação Comparada contivessem elementos históricos, não se caracterizavam como história comparada da educação, visto não levarem em conta a aplicação do método histórico comparativo ao estudo da educação. Essa constatação leva-nos a inferir ser necessária a comparação de elementos que caracterizam distintos sistemas nacionais de ensino, sob a perspectiva da história comparada.

¹⁷ “O princípio da comparação é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo através do outro. A comparação é um processo de perceber diferenças e as semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença [...] Na história das ciências sociais, a percepção das diferenças tem funcionado como uma espécie de escudo ideológico para justificar a ocupação territorial, para submeter ou aniquilar o outro. Este uso ideológico das diferenças funciona como uma vantagem política e foi, no mundo ocidental, muitas vezes, revestido de respeitabilidade científica [...] Sua análise pode ser útil, por analogia, à compreensão dos problemas educativos e de vários aspectos da vida em nossos países, tais como o meio ambiente, a saúde, a cultura, o trabalho, o lazer, etc., comparados aos dos países desenvolvidos”. (FRANCO, 2000, p. 200-201).

A História Comparada, antes do mais, seria uma modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea. Para o caso daquele tipo de História Comparada que coloca em confronto duas realidades nacionais diferenciadas, estes campos podem ter até suas bases já admitidas por antecipação, é verdade, mas sempre é bom se ter em vista que os universos a serem comparados nas ciências humanas são sempre de algum modo construções do próprio historiador ou do cientista social – não são necessariamente conjuntos já dados ou passíveis de serem admitidos (BARROS, 2007, p. 12-13).

Por ser uma construção social, a utilização do método comparativo, na perspectiva de Veyne (2008), pode ser considerado como essencial para a renovação nas pesquisas históricas. Barros (2007, p. 12) concorda ao explicar que “de um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado”. A tentativa de fixar os requisitos fundamentais, sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada, que realmente fizesse sentido, segundo Barros (2007), é atribuída a Marc Bloch, na década de 1930, que desenvolveu estudos seminais sobre História Comparada.

Na teoria proposta por Marc Bloch dois aspectos podem se apresentar aos historiadores ou pesquisadores dispostos a lançar mão do comparativismo na História. Seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, como também se constata em estudos de Detienne¹⁸ (2004), ou, ao contrário, sociedades com certa proximidade espacial e temporal, prevalecendo, para Bloch, conforme explicam Theml e Bustamante (2007), a proposta de *comparar o comparável* (grifo nosso), ou seja, esse método se voltaria para as sociedades que possuem uma relação de proximidade temporal e espacial.

Ao decidir-se por estudos no campo da História Comparada “que atua sob realidades históricas contíguas – por exemplo, duas realidades nacionais sincrônicas – o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças” (BARROS, 2007, p. 15) e, assim, contribuir para a prática da comparação na pesquisa de campo em educação, que, para Both (2013), tem sido comum e tem produzido resultados úteis para se compreender realidades distintas entre si, bem como para refletir sobre os espaços específicos, a fim de se entender a formação e evolução de diferentes sistemas educacionais.

¹⁸ A abordagem de Detienne se concentra em analisar, nas suas produções, o que seria heterogêneo. O historiador propõe que a pesquisa histórica elabore comparações pautadas em recortes espaciais e temporais considerados diferentes (DETIENNE, 2004). Theml e Bustamante complementam os apontamentos de Marcel Detienne, ao frisarem que tal metodologia “pode ser aplicada em reflexões relacionadas a sociedades antigas e da atualidade, nas consideradas simples e nas complexas, e podemos afirmar que tal enfoque se centra nas especificidades culturais”. (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 14)

1.2 Gênese do ensino de contabilidade em Portugal: um recuo às Aulas de Comércio

Portugal instituiu o ensino comercial, que seria a gênese do ensino de contabilidade, desde meados do Século XVIII, e de forma mais precisa, em 1759, quando o país assistiu a uma radical mudança econômica, para o que contribuiu a política reformista do Marquês de Pombal¹⁹. Essa política reformista fora necessária visto que, em 1750, como explica Rómulo de Carvalho (2011), não obstante o reinado de D. João V ter possibilitado expressiva notoriedade às letras, às construções e ao incremento das artes e da riqueza em ouro, diamantes e pedras preciosas que provinham da colônia brasileira, o país vivenciava uma gravíssima situação econômica e financeira, despovoado, sem desenvolvimento agrícola, sem estradas ou transportes. Adicionalmente, outros problemas também urgentes se faziam notar: uma máquina administrativa inoperante, fraudes, usos e especulações de toda a espécie nas organizações dependentes do Estado, além da estagnação da indústria em Portugal e a decadência do comércio que, na sua maioria, estava em poder de mercadores estrangeiros (GOMES, 1980; CARQUEJA, 2001; 2002; LIRA, 2010).

Tão logo ascendeu ao trono, D. José, sucessor do rei anterior que falecera, criou um gabinete ministerial a fim de implementar providências capazes de reestruturar administrativamente o país, nomeando Sebastião José de Carvalho e Melo – mais conhecido historicamente como Marquês de Pombal – para secretário de Estado. Carvalho (2011, p. 424-5)²⁰ afirma que Carvalho e Melo “ultrapassou tudo quanto se pudesse imaginar acerca da sua capacidade de homem de Estado”, concentrando em si todas as atividades administrativas tornando-se um ditador. Apesar de sua inegável importância na história portuguesa do Século XVIII, sua atuação é questionada, pois, na tentativa de modernização da indústria e do comércio, o referido secretário promoveu drástica reforma do sistema educacional²¹ por meio

¹⁹ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, é figura marcante da História de Portugal, considerado reformador, estadista e diplomata. Enviado do reino a Londres e, depois, a Viena, foi Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. José I, em 1750 e, em agosto de 1756, primeiro ministro. D. José concedeu-lhe dois títulos: o de Conde de Oeiras, a 6 de junho de 1759, e o de Marquês de Pombal, a 16 de outubro de 1769, como recompensa de “vinte anos de apego ao serviço público e de provada dedicação” (SERRÃO, 1987, p. 157). Morreu exilado em suas terras em 8 de maio de 1782.

²⁰ Rómulo de Carvalho, professor português, particularmente, interessado na investigação histórica no que respeita à cultura portuguesa do Século XVIII, explica que Pombal até o nono ano de seu governo, não havia mostrado qualquer interesse pelas questões do ensino. “Durante esses nove anos continuaram entretanto os jesuítas exercendo o seu ensino e até dá a impressão de que tudo continuaria se não tivesse perpetrado o atentado contra o rei” (CARVALHO, 2011, p. 428).

²¹ Em Portugal, decorrente das reformas pombalinas, o ensino era classificado em *Escolas Menores* e *Escolas Maiores* para definir o grau ao qual se destinavam. Nas *Escolas Menores*, assim denominadas como forma de distinção daquelas que ministravam estudos superiores, eram ministrados os estudos das primeiras idades e ensinava-se a ler, escrever e contar. “Em algumas dessas escolas haveria também ensino de Latim, de Grego,

da perseguição implacável aos jesuítas e de bárbaras execuções de algumas famílias nobres. Suas ações resultaram, ainda, na elevação do poder do Estado ao seu mais alto grau, conforme explica Lira (2011), até realizar o controle absoluto das forças nacionais.

É inegável, porém, sua ativa participação na trajetória contábil que decorre, naturalmente, de suas políticas mercantilistas. A reestruturação administrativa e mercantil demandava o trabalho profissional de guarda-livros que, normalmente, vinham de outros países, de acordo com Rodrigues e Craig (2005), visto que a oferta desses profissionais, através do ensino privado²², era nitidamente insuficiente. Carvalho (2011, p. 458) assegura textualmente que “era notória, entre nós, a fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais no que respeita ao conhecimento de regras contabilísticas, e também relativamente à informação que possuíam sobre equivalências e conversões entre pesos e moedas de Portugal e de outros países”. Essa percepção levaria Pombal à constatação de que, se Portugal queria desenvolver o comércio e criar companhias monopolistas, precisava ter um quadro de comerciantes e de guarda-livros bem preparados e, para tanto, ele promove a fundação de escolas, onde esse saber teórico fosse ensinado, buscando replicar em Portugal ideias que julgava serem a razão do sucesso dos empreendimentos mercantilistas da vizinha Inglaterra, instituindo, assim, a Aula de Comércio²³.

Carqueja (1993; 2001; 2002), Rodrigues e Craig (2005), Estevens (2007) e Pinto (2009) concordam que o Marquês de Pombal, após colecionar livros acerca de matérias comerciais e estabelecer uma rede de contatos com conhecedores de matérias econômicas e educacionais, importou o *know-how* inglês para a criação do primeiro estabelecimento de ensino oficial no mundo a ensinar o comércio e a contabilidade²⁴. Para justificar o

de Retórica e de Filosofia”. (CARVALHO, 2011, p. 429-30). Para os ensinos superiores (*Escolas Maiores*), fora criado o Colégio Real dos Nobres de Lisboa e a Aula de Comércio – escolas essas de nível secundário ou médio (se comparado ao sistema de ensino atual). Ainda de acordo com Carvalho (2011), os estudos superiores, efetivamente universitários, eram distribuídos na Universidade de Coimbra por seis Faculdades: Teologia, Cânones, Leis, Medicina, Matemática e Filosofia.

²² Sobre essa afirmação de Rodrigues e Craig (2005), não foi possível confirmar se, no ensino privado ministrado em Portugal àquela época (Século XVIII), já se verificava o ensino de comércio (ou de contabilidade) que pudesse resultar na oferta de profissionais com as habilidades e competências exigidas de um guarda-livros.

²³ A Aula de Comércio era uma escola técnica, como se lê em Rómulo de Carvalho (2011, p. 430), que afirma que “[...] Os esforços de Pombal possibilitaram ainda a criação de duas escolas especializadas, o Real Colégio dos Nobres de Lisboa e a Aula de Comércio, voltada para a preparação em práticas contábeis e mercantis, de perfil estritamente prático”.

²⁴ A afirmação de que a Aula de Comércio foi a primeira escola pública oficial de comércio do mundo a ministrar o ensino de contabilidade é recorrente e surge com frequência ao longo dos tempos na literatura, em especial, em textos relativos à história da contabilidade portuguesa de autores como Rodrigo Afonso Pequito (1875; 1914), Francisco António Corrêa (1930), Everard Martins (1937), Aureliano Felismino (1960) e outros. Todavia, sobre a Aula de Comércio, Rómulo de Carvalho (2011, p. 460) afirma: “Há quem considere

estabelecimento do ensino nessa área de conhecimento, os estatutos evidenciavam, claramente, que *“a falta de formalidade na distribuição e ordem dos livros do mesmo comércio, é uma das primeiras causas e o mais evidente princípio da decadência e ruína de muitos negociantes”*, justificando a necessidade da Aula de Comércio.

Anteriormente à instituição da Aula de Comércio, foi criada uma Junta do Comércio, formada por comerciantes que mantinham ligações com Pombal, por meio do Decreto de 30 de setembro de 1755, que funcionava como órgão consultivo. Conforme Serrão (1990, p. 100-101) o que se pretendia era uma junta *“pela qual, combinando o systema das leis destes Reinos, com as máximas comuas a todas as Naçoens da Europa, se lhe fizessem as representacoens necessarias para facilitar os meios de conservar, e augmentar o nosso comercio”*.

Os estatutos para funcionamento da Aula de Comércio, responsabilidade dessa Junta do Comércio, foram concluídos em 19 de abril de 1759 e, em 19 de maio desse mesmo ano, D. José I confirmou, por meio de alvará, a criação da Aula de Comércio (MARTINS, 1937). Em 1º de setembro de 1759, aconteceu em Lisboa a primeira aula de uma escola pública de ensino técnico profissional, cuja iniciativa e aula inaugural ficaram sob a presidência do Marquês de Pombal (MACHADO, 2009; PINTO, 2009; GONÇALVES; MARQUES, 2012).

O ensino técnico-profissional de Portugal, a versar as matérias comerciais e contábeis e de onde se deveriam formar os futuros quadros da administração pública e das empresas da época, decorre de internalidades e externalidades.

O olhar interno permite-nos sintetizar como motivos para a gênese desse ensino:

- a) A convicção existente no país de que as condições práticas do ensino eram muito fracas e que se tornava necessário melhorá-las;
- b) O encerramento das escolas jesuíticas que levaram Pombal à uma reforma ampla do sistema de ensino – decorrentes da convicção de que as práticas educativas eram muito fracas – resultando na criação do ensino comercial à margem da influência dos jesuítas;
- c) As condições econômicas e administrativas a que Portugal foi submetido para a consolidação do Estado Absoluto instituído por Pombal.

a criação da Aula de Comércio como uma glória portuguesa encarando-a como tendo sido a primeira escola, em todo o mundo, de caráter técnico, tipo de escola que só mais tarde viria a ser organizado em outros países. Parece-nos haver nisso um exagero. Não é crível, que em nações, como a Inglaterra ou os Países Baixos, onde, no tempo, eram intensíssimas as atividades comerciais, internas e externas, não existissem aulas nas quais se aprendessem as matérias em causa”.

Como influência externa citam-se os métodos de negociação de comerciantes de outros países, em especial a Inglaterra, cujas práticas mercantilistas foram inspiração para a instituição da Aula de Comércio.

Finalmente, percebe-se que o objetivo da Aula de Comércio era, seguramente, *formar quadros* (grifo nosso). A sua função era tanto econômica quanto social: tinha em vista a reorganização da economia do País, no seu conjunto, e limitava as regalias individuais por uma apertada legislação, que visava a maior projeção possível dos fins sociais, bastando verificar os cargos da alta administração para os quais eram preparados os alunos da Aula, além da atenção que recebia do rei e seus ministros (PORTELA, 1968). Ainda conforme Portela (1968) o ensino era, em sua gênese e em relação à época, bastante especializado, dirigido a aplicações teórico-práticas e não poderia ser classificado como popular, visto ser limitado aos filhos de comerciantes e, só excepcionalmente, aos alunos de diferente condição.

1.3 Gênese do ensino de contabilidade no Brasil: Aula de Comércio na colônia

O desenvolvimento e consolidação do ensino comercial no Brasil vincula-se ao contexto de cada época e, enquanto permaneceu como colônia de Portugal, percebe-se que não há um sistema educacional estruturado. Essa estruturação, conforme nos revela a historiografia, teria início a partir de 1549²⁵, quando os jesuítas iniciam o processo educacional, permanecendo até 1759 com duas diretrizes educacionais básicas: a formação cultural dos indígenas e da elite colonial (LEITE, 2005).

A exemplo do que ocorrera em Portugal, também o Brasil foi influenciado pelas reformas pombalinas, no sentido de erradicação do processo educacional conduzido pelos jesuítas. A expulsão dos jesuítas, em 1759, resultou no fechamento de todos os colégios da Companhia de Jesus, que totalizavam, de acordo com Cunha (2007), 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários maiores, além de número não determinado de seminários menores e “escolas de ler e escrever”. Sobre a instrução na colônia, Silva (2005, p. 57) explica que, após a expulsão do jesuítas

²⁵ Em 1549, foi nomeado como primeiro Contador Geral das terras do Brasil Gaspar Lamego, para o controle contábil dos armazéns alfandegários (LEITE, 2005). Contador geral era a expressão utilizada para denominar os profissionais que atuavam na área pública.

a instrução primária oferecida ao povo, às custas do governo colonial, ficou muito abaixo do que se possa imaginar. Os estudos secundários somente eram oferecidos nos seminários episcopais e em um pequeno número de seminários civis, onde se ensinavam as seguintes disciplinas: aritmética, álgebra, geometria, latim e grego, retórica e um pouco de filosofia. A continuação dos estudos deveria ser realizada em Portugal.

Enquanto atividade profissional, ainda que de forma incipiente, a contabilidade faz-se presente no Brasil desde o período colonial quando o ensino formal desse saber inicia-se com a transferência da sede do reino português para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808 (COELHO, 2007; RODRIGUES, 2013; FERREIRA, 2014). Cunha (2007) explica que o período compreendido entre 1808 a 1821, quando D. João VI permanece no Brasil, foi efervescente em termos de mudanças das mais diversas ordens, que influenciaram a conjuntura que estava estabelecida na até então colônia. E é a partir de então que começa a ocorrer a estruturação e ampliação do aparelho administrativo e militar, da produção agrícola e manufatureira, das atividades mercantis, comerciais e culturais, similares ao que existia em Portugal (CUNHA, 2000; 2007).

Curiosamente, é a educação de nível superior não eclesiástica que é priorizada como se observa na Tabela 3, no Apêndice C, onde são sumarizados os cursos específicos criados à época. No período de permanência de D. João VI no Brasil – 1808 a 1821 –, são criados sete cursos de educação superior e, até 1889, ano da Proclamação da República, eram 19 (dezenove) os cursos de educação superior. Corroborando essa constatação, Bielinski (2000) explica que um novo cenário cultural para abrigar a corte se configura, a imprensa floresce e é o ensino superior que terá a primazia.

A mentalidade preconceituosa da época ligava os trabalhos manuais e mecânicos aos trabalhos realizados pelos escravos e pela classe mais humilde, criando assim fortes barreiras ao ensino técnico-profissionalizante. Formar-se *doutor* era ter a possibilidade de subir no status social e econômico, mas tornar-se fabricante, negociante ou lavrador era situação não desejável para a maioria dos jovens. Essas profissões, segundo opinião geral, eram destinadas aos menos inteligentes ou deserdados da fortuna [...] O povo, por sua vez, acreditava que para trabalhar nas oficinas, no comércio, ou na agricultura, não era necessário ir à escola. O orçamento da casa pobre recebia o reforço advindo do trabalho juvenil e mesmo infantil, o que contribuía para que a educação fosse considerada um luxo nas famílias mais humildes. (BIELINSKI, 2000, p. 2).

Embora se tenha priorizado a educação superior, a constatação da necessidade de qualificação dos profissionais para organização da economia da Colônia levou ao estabelecimento, em 23 de fevereiro de 1808, na cidade do Rio de Janeiro, da “primeira

Cadeira²⁶ e Aula Pública dedicada ao ensino de Economia Política, principalmente devido à abertura das fronteiras ao comércio internacional” (CANABRAVA, 1984a, p. 23). Foi designado como seu professor o economista José da Silva Lisboa²⁷. Sobre seus desdobramentos quanto à duração e tempo que ficou sob a responsabilidade desse Lente os estudos em fontes documentais se mostraram inconclusivos²⁸.

Também no ano de 1809, para amenizar os efeitos da falta de profissionais para o atendimento às exigências decorrentes da demanda instalada pelos órgãos administrativos e públicos criados, como a Real Junta do Comércio, Banco do Brasil, Casa da Moeda, Biblioteca Nacional e outros, é publicado o Alvará de 15 de julho de 1809, que institui, na Corte do Rio de Janeiro e na Academia Militar, a Aula de Comércio²⁹, destinada aos “que quiserem entrar nesta útil profissão, instruídos nos conhecimentos próprios dela”, ou, como explica Canabrava (1984b, p. 24) àqueles “que almejam ser comerciantes em elevado nível”. Registros historiográficos evidenciados em estudos de Ericeira (2003), Peleias et al. (2007) e Araújo (2013) confirmam a instalação das aulas em outros estados, mas atentam para as condições de realização das mesmas, que, devido à dificuldade de contratação dos lentes (Bahia e Pernambuco) e, também, à incapacidade de alguns desses professores para ministrar tais aulas, foram suspensas (Maranhão em 1820).

²⁶ Leite (2005) explica que as aulas e cadeiras ou cátedras foram as primeiras unidades de ensino superior no Brasil. Eram unidades, que podiam ser agrupadas em cursos, nos quais um professor lecionava para seus alunos em lugares improvisados – hospitais, órgãos do Estado ou até em sua própria residência. A estruturação desse modelo de ensino teve início na França e sua adoção se justificava devido à percepção que os governantes portugueses consideravam que as conquistas continentais napoleônicas eram decorrentes da reforma instituída no sistema de ensino francês. Esse modelo de ensino, organizado em cadeiras e cátedras, marcou tanto o ensino português quanto o brasileiro até a década de 1970, como discute-se no Capítulo III e V desta pesquisa.

A origem da denominação remonta à Idade Média, em que os professores das universidades sentavam-se em suas cadeiras, colocadas em um plano elevado, de onde lecionavam. A disposição da cadeira também marcava a hierarquia dos papéis sociais assumidos. Ser um professor catedrático indicava distinção, pois era o topo da carreira docente nas instituições de ensino superior (RIBEIRO, 2009a, p. 41).

²⁷ José da Silva Lisboa (1756-1853), o Visconde de Cairu, formou-se em Direito em Coimbra. Voltou para o Brasil em 1780 e trabalhou em Ilhéus e Salvador como advogado e professor. Foi pioneiro em direito comercial e economia política, tendo ocupado, no país, diversos cargos administrativos (ROCHA, 2001).

²⁸ Canabrava (1984a, p. 23) esclarece que, em contraste com o conhecimento que se tem das várias obras de José da Silva Lisboa, objeto de numerosos estudos que revelaram sua personalidade intelectual e a originalidade de suas ideias, perdeu-se a memória da Aula Pública, da qual se conservou apenas o texto oficial que a estabeleceu.

²⁹ A Aula do Comércio em Portugal foi originalmente criada pelo Decreto de 30 de setembro de 1755, que também criou a Junta do Comércio do Reino e seus Domínios, mas só foi efetivamente organizada em 1759, quando recebeu seus estatutos. Em 1808, o Alvará de 23 de agosto criou no Brasil a Real Junta do Comércio, mas não se fazia referência ao estabelecimento ou organização de uma Aula de Comércio no país. No entanto, esse mesmo documento dispunha que a Real Junta deveria regular-se por todas as leis, alvarás, ordens régias e regimentos estabelecidos sobre essa matéria em Portugal (BIELINSKI, 2000).

Sobre as Aulas de Comércio no Brasil, há, na literatura, um desencontro de informações. Ricardino Filho (2001) assevera que, sobre a criação dessas Aulas, “permanece uma incógnita sua localização, programa e corpo docente”, enquanto Santana (1974, p. 4) referencia que “algumas Aulas são completamente desconhecidas [...] é o caso de Francisco Justiniano da Cunha e da Aula do Maranhão”. Em contraponto, cita-se Araújo (2013, p. 12), a qual informa que, em 1820, Genuino Barbosa Bettâmio, Lente da Aula de Comércio da Bahia, “encaminhou requerimento à Mesa de Inspeção propondo redução do curso de 3 anos para 2 anos, devido a já existirem vários Compêndios que abordavam as matérias ensinadas na Aula do Comércio”, propondo que, no 1º ano, fossem ensinados os conteúdos Aritmética e Álgebra até as equações do 2º grau e, no 2º ano, redução das moedas, pesos e medidas estrangeiras, câmbios, uso das Letras, Seguros, Avarias, Escrituração dos Livros e Geografia (SANTANA, 1989). Conclui-se, então, que havia organização e, nos parece, similar à Aula de Comércio de Portugal, visto que não se havia um estatuto para as aulas na colônia, essas seriam ministradas no mesmo formato que em Portugal.

Como instrução técnica, as aulas de comércio destinavam-se ao ensino prático e ao conhecimento de procedimentos mercantis usuais nos mercados nacionais e internacionais (CHAVES, 2011). A técnica das partidas dobradas³⁰, método italiano, considerada essencial para o aprendizado em contabilidade, era o ponto alto dos novos estudos. O alvará que determinava o uso do sistema contábil por partidas dobradas na escrituração mercantil pelos Contadores Gerais da Real Fazenda apresentava a seguinte justificativa:

[...] ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores. (Carta de D. João VI citada por SILVA; MARTINS, 2008, p. 109).

Já se percebia, por esse documento, que deveria haver uniformidade nos registros e, novamente, a natureza essencialmente prática e técnica da contabilidade. Essa reprodução (BORDIEU; PASSERON, 1970) que, de certa forma, caracteriza a prática contábil, visava a manter o poder simbólico do Estado (ALTHUSSER, 1987) sobre aqueles guarda-livros admitidos como Contadores Gerais na área pública e, também, sobre a colônia, ao exigir que

³⁰ O método de registo conhecido por Digrafia ou Partidas Dobradas é um método de registo contábil em que toda e qualquer alteração de valor, ocorrida em qualquer conta, provoca invariavelmente uma alteração noutra ou noutras contas de igual valor, o que traduz o constante equilíbrio das alterações (CARQUEJA, 1993).

se ensinasse e praticasse, no Brasil – ao menos durante o período em que a Corte aqui se instalara –, uma escrituração equânime à Corte e demais países europeus. O uso desse método, conforme praticado nas Aulas de Comércio portuguesas, tornaria a máquina administrativa mais operante e manteria o poder fiscalizatório do Estado por meio da Real Junta de Comércio.

Se, nos anos iniciais, a implantação das Aulas de Comércio nos mesmos moldes das Aulas da corte portuguesa não se mostraram exitosas, Peleias et al. (2007) ressaltam que, a partir da década de 1830, identifica-se, de modo mais claro, o que eram tais Aulas, visto que, nesse período, o governo imperial, por meio de decretos, aprovou, estabeleceu e modificou as condições de oferta dessas Aulas. É, no entanto, a partir de 1846, que, efetivamente, se (re) estruturariam as Aulas de Comércio da Corte do Rio de Janeiro e Academia Militar, como se discute mais adiante. É possível, no entanto, assegurar que se dava, na colônia brasileira, alçada à condição de Corte por um curto espaço temporal, o estágio inicial do ensino comercial que, anos mais tarde, resultaria no ensino superior de contabilidade, tal como ocorreria em Portugal.

1.4 Ensino comercial: primeiras aproximações

Sem a pretensão de esgotar o assunto, buscou-se estabelecer, nesta seção, as primeiras aproximações entre o ensino que fora instituído em Portugal e no Brasil sob a denominação de Aula de Comércio. Em Portugal, os estatutos da Aula de Comércio, em 1759, previam um curso com duração inicial de três anos. O plano curricular compunha-se de dois grupos de disciplinas constituídos pelo ensino de Aritmética e suas aplicações (pesos, medidas, câmbios, seguros, fretamentos, comissões) e Escrituração Comercial (Contabilidade) pelo método italiano das partidas dobradas, cujo conteúdo curricular e objetivos pretendidos são evidenciados no Quadro 1.

Quadro 1 – Plano curricular previsto nos Estatutos da Aula de Comércio em 1759

Grupo de disciplina	Conteúdo	Descrição do conteúdo	Objetivo
1. Aritmética e suas aplicações	Câmbios, Pesos e Medidas	- Operações elementares (adição, subtração, multiplicação e divisão); Frações; Regras de três (simples, composta e conjunta); Progressões aritméticas e geométricas; Cálculo de juros (simples e compostos); Desconto e outras operações.	- Conhecer os pesos de todas as praças de comércio, principalmente, aquelas com as quais Portugal estabelecia relações comerciais.

1. Aritmética e suas aplicações	Seguros	- Estudo das apólices de seguros.	- Estudar e conhecer as apólices na Praça de Lisboa e das demais da Europa, as comissões, prémios e obrigações que lhes são adjacentes.
2. Escrituração Comercial (Contabilidade)	Escrituração por Partidas Dobradas	- Ensino do Método de Escrever por Partidas Dobradas; Escrituração dos seguintes livros: o Borrador, o Diário, o Razão, os Livros Auxiliares, o Livro de Balanços e o Livro da Exemplificação de como se trabalhava em partida dobrada.	- Distinguir o comércio por grosso e venda a retalho com a aplicação da partida dobrada.

Fonte: Adaptado de Santana (1989); Rodrigues; Gomes e Craig (2002); Pinto (2009); Gonçalves e Marques (2012).

O acesso à Aula de Comércio presumia que o aluno soubesse ler, escrever e contar (saber fazer as quatro operações). Eram admitidos por turma vinte alunos que deveriam ter 14 anos completos e serem, preferencialmente, filhos ou netos de negociantes portugueses, pertencentes, portanto, à burguesia. Rodrigues; Gomes e Craig (2002) explicam que a idade mínima era definida, mas não a máxima e, por isso, ao longo do curso, existiram alunos com idades desde os 14 aos 44 anos. A admissão se dava pela realização de um exame pelo Lente (professor) que devia declarar que o pretendente estava hábil. As aulas deveriam ser ministradas pela manhã, devendo os estudantes frequentarem, à tarde, as decúrias, e as sabatinas, aos sábados, pela manhã.

De forma similar, para as Aulas de Comércio, no Brasil, os critérios para o ingresso definiam que o aluno deveria ter mais de quatorze anos e obter a aprovação no exame da Gramática da Língua Nacional, Aritmética e Língua Inglesa ou Francesa. Dispensava-se desse exame admissional os bacharéis em Letras do Colégio Pedro II³¹ e ou aprovados no primeiro ano da Escola Militar. As disciplinas eram ministradas por um único professor, a cada ano, prevista a possibilidade de substituição (ERICEIRA, 2003; PELEIAS et al., 2007; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009; OTT; BARBOSA, 2011).

Ainda que por tempo reduzido (1761-1765), uma língua estrangeira, o francês, fez parte dos ensinamentos em Portugal, visto que, além do conhecimento básico dessa língua,

³¹ Em 1837, foi fundado o Colégio D. Pedro II, no município da corte, com duas finalidades: a de servir de padrão para o ensino secundário do país e a de realizar exames parcelados para conferir o grau de Bacharel (LEITE, 2005). O Pedro II era o único colégio que podia realizar esse exame, indispensável ao acesso aos cursos superiores em todo o território nacional. Os concluintes do curso secundário desse colégio, mediante uma reforma no ensino datada desse ano, passaram a ter o privilégio de matrícula, sem exames, em qualquer escola do Império. Cunha (2007, p. 155) relembra que “a admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada, desde 1808, à aprovação nos chamados “exames de estudos preparatórios” (ou, simplesmente, “exames de preparatórios”), prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato, sendo tais exames considerados obstáculos ao ingresso ao ensino superior”.

exigia-se sua aplicação prática às demais matérias da Aula de Comércio (PINTO, 2009). Segundo Martins (1937, p. 264), “a primazia ao francês deve-se ao facto de esta língua ser a mais geralmente empregue pelos comerciantes na Europa”. Também acreditamos que a inserção da língua francesa como disciplina curricular deve-se à percepção de que o sistema de ensino francês era percebido pelos portugueses como o mais adequado devido às expressivas conquistas napoleônicas, conforme já discutido.

As exigências relacionadas às competências e habilidades profissionais são observadas nos anúncios publicados nos classificados do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, onde se confirma a definição do tipo de profissional para os serviços de escrituração contábil, tanto na forma de esse profissional se oferecer ao mercado (Figura 1) quanto na forma como o mercado definia o perfil desejado (Figura 2). Desde sua origem, e dada a meticulosidade que o trabalho exigia, criou-se um estereótipo de profissional metódico com características extremamente técnicas, que prevaleceu ao longo das décadas.

Figura 1 – Classificado do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13/10/1835

OFFERECE-SE huma pessoa com boa letra para apromptar alguma escripturação mercantil, ou para ajudar algum outro escripturario. Annunciem ou procurem na rua do Ouvidor n. 63.

Fonte: REIS; SILVA (2008, p. 4).

Figura 2 – Classificado do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 23/01/1850

GUARDA-LIVROS
que sabe bem fallar, escrever, e francez, e escripturação por partidas simples e dobradas, offerece-se para alguma casa de commercio; quem precisar dirija-se a esta typographia em carta fechada com as iniciaes F. G. H.

Fonte: REIS; SILVA (2008, p. 4).

Toda a escrituração mercantil, no Século XVIII, e até mesmo muito recentemente, na década de 1970, antes da introdução dos registros contábeis por meio mecânico e eletrônico

(MARION, 1996; 2009), era feita de forma manuscrita, por isso a necessidade de uma esmerada caligrafia como um requisito básico para um bom profissional.

O exercício da profissão tinha, pois, um caráter multidisciplinar, visto que, além do domínio da língua *mater*, exigia-se do guarda-livros o conhecimento das línguas inglesa e francesa, devido ao comércio internacional estabelecido por Portugal com países europeus onde essa língua prevalecia. Pode-se confirmar esse fato ao se observar-se o plano curricular previsto nos Estatutos da Aula de Comércio, em 1759, já apresentado no Quadro 1, que nos parece ser extensivo às Aulas de Comércio da Corte do Rio de Janeiro, quando de sua gênese em 1808. Anos mais tarde, com a introdução da máquina de escrever, a exigência seria a eficiência e domínio das técnicas datilográficas para os registros mecânicos.

O declínio dos estudos da Aula de Comércio é observado, em terras lusitanas, já a partir de 1777, com a morte de D. José I e a ascensão ao governo de D. Maria I, que, se não trouxeram impedimentos à Aula, também não contribuíram para sua difusão e melhoramentos, na opinião de Portela (1968), e a exoneração do Marquês de Pombal dos cargos públicos que ocupava à época. Muito embora esse declínio se observasse, esses fatos não impediram que as aulas fossem introduzidas no Brasil em 1809 e nas mesmas condições estabelecidas quando de seu início em Portugal.

Ao fim de 85 anos de existência, a Aula de Comércio foi extinta por Decreto de 20 de setembro de 1844³² ou, como referenciado por Gonçalves e Marques (2011), foi rebaixada ao nível do ensino secundário e anexada ao Liceu Nacional de Lisboa como secção comercial, sendo sucedida pela Escola de Comércio pelo período de 1844 a 1869 (PORTELA, 1968). No Brasil, a Aula de Comércio, que não passara - no período de 1808 a 1845 - de uma tentativa de replicar sem sucesso o ensino da metrópole, seria reestruturada por meio do Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846.

Por sua estrutura, as aulas de comércio em Portugal foram reconhecidas por pesquisadores como o primeiro curso técnico profissionalizante na Europa, mesmo que outros formatos de cursos mercantis já fossem praticados em outras nações como França, Inglaterra e Itália desde o Século XVII, como entende Chaves (2011). Duas características marcavam essa

³² Antônio Farinha Portela, em estudo de 1968, intitulado *A evolução histórica das ciências econômicas em Portugal*, explica que, em 1836, por Decreto de 17 de dezembro de Passos Manuel, criavam-se os Liceus como escolas de ensino secundário; e, alguns anos depois, abriam-se os Liceus de Lisboa (1839) e Porto (1840). Por essa altura, encontrava-se a Aula do Comércio francamente decadente. “Assim, não surpreende que a reorganização do ensino liceal, levada a efeito pelo famoso decreto orgânico da instrução pública, de 20 de setembro de 1844, abolisse a autonomia de que até aí gozara a Aula, rebaixando-a ao nível de ensino secundário e reduzindo-se-lhe o curso de três para dois anos. Foi então anexada ao Liceu Nacional de Lisboa, sob a designação de *Escola do Comércio* ou *Secção Comercial*” (PORTELA, 1968, p. 798).

modalidade de instrução técnica-profissionalizante e que estariam presentes nas aulas de comércio introduzidas no Brasil a partir de 1809: a ênfase nos conhecimentos práticos e a produção de uma literatura específica elaborada por seus mestres. Sobre a primeira característica, compreendia-se que o aprendizado contábil era o mais importante. Saber escriturar os livros de razão, o diário e o borrador era indispensável para os negócios. (CHAVES, 2011).

As Aulas de Comércio correspondiam ao que na época mais se aproximava de uma formação para o exercício profissional em contabilidade. Nessas aulas, havia aprendizado formal de técnicas administrativas e comerciais e eram contemplados no currículo conhecimentos sobre escrituração mercantil em conjunto com outros conhecimentos das áreas de Administração, Contabilidade, Economia e Direito, os quais, no Século XX, seriam separados e dariam origem, como afirmam Saes e Cytrynowicz (2001) e Peleias et al. (2007a) a distintos cursos superiores de formação específica em cada área do saber.

1.5 Do século XIX a meados do século XX: a reestruturação do ensino a partir da Aula de Comércio

Questões políticas e econômicas, como os primeiros discursos com ideias republicanas que resultariam na proclamação da república portuguesa em 1910, as constantes reestruturações do sistema educacional diante das quais, segundo Rómulo de Carvalho (2011, p. 624) “tornava impossível apreciar as suas supostas virtudes ou fundamentar convenientemente as críticas que as repudiavam” e que resultaram na precarização de todos os níveis de ensino, além das dificuldades financeiras decorrentes do comércio entre as colônias que já não se mostrava tão profícuo, trouxeram impactos às Aulas de Comércio.

A partir do Século XIX e mais precisamente, em 1844, a Aula de Comércio, em Portugal, fora transformada na Escola de Comércio anexa à Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa³³. As aulas foram ali ministradas até 1869, com duas estruturas curriculares distintas: de 1844 a 1866 e de 1866 a 1869. No Quadro 2, visualiza-se o plano curricular da Escola de Comércio para a primeira etapa (1844 a 1866).

³³ Embora já tenhamos trazido essa discussão embasada por Rómulo de Carvalho (2011), no texto de autoria de Portela (1968, p. 804), percebe-se a dificuldade em caracterizar o grau da Aula de Comércio. “Na época da sua fundação, não se fazia a distinção entre ensino elementar, secundário e superior. Mas podemos atribuir-lhe, nos seus primórdios, o grau de *superior*: basta verificar os cargos da alta administração para que preparava, os desvelos que recebia do poder supremo”. De 1844, momento em que passou a Escola de Comércio, a 1884, o referido ensino era, oficialmente, de dois graus: elementar e secundário.

Quadro 2 – Plano curricular da Escola de Comércio

Escola de Comércio – Liceu de Lisboa (4ª Secção) / ano 1844 a 1866	
Cadeiras	Disciplinas
1ª cadeira	Aritmética Comercial (moedas, pesos e medidas); Elementos de Álgebra e Geometria
2ª cadeira	Geografia (especialmente a Comercial); Cronologia; História
3ª cadeira	Escrituração; Câmbios, Letras, Seguros, Prática
4ª cadeira	Economia Política; Direito Administrativo; Direito Comercial

Fonte: GONÇALVES; MARQUES (2012, p. 6).

Carvalho (2001) e Gonçalves e Marques (2012) referenciam que havia dúvidas quanto ao número de anos que o curso no Liceu deveria ter, bem como o número de aulas de cada disciplina, assim como sua distribuição nos horários. Prevalencia, contudo, as condições de acesso dos alunos à Escola de Comércio de Lisboa, cuja idade seria de 14 anos completos. Também só teriam acesso aqueles que comprovassem a aprovação nas disciplinas de Gramática Portuguesa e Francesa, bem como nas quatro operações fundamentais de Aritmética. Não seriam diplomados aqueles que não lograssem aprovação no exame de Língua Inglesa (GOMES, 1980). Nesse momento, já não se restringe o acesso apenas a filhos de comerciantes e negociantes.

Essa organização prevaleceria até 1866 quando, por meio de decreto, é fixada nova organização do curso de estudos comerciais, ainda adstrito à Secção Comercial do Liceu Nacional de Lisboa (GONÇALVES; MARQUES, 2012). O curso continuaria com duração de dois anos, mas amplia-se o número de disciplinas, conforme visualizado no Quadro 3. Nessa reestruturação, ocorre a divisão dos conteúdos curriculares, por ano e número de aulas. Não há referências às cadeiras, mas, ao que parece, teriam permanecido as quatro cadeiras do plano curricular já existente (Quadro 2).

Quadro 3 – Plano curricular da Escola de Comércio – Decreto de 9 de outubro de 1866

Escola de Comércio – Reorganização de 1866 – Liceu Nacional de Lisboa			
Ano	Aula	Disciplinas	Carga lectiva
1º	1ª	Aritmética Comercial, Álgebra Elementar e Geometria	4 lições / semana
	2ª	Primeira Parte: Geografia Matemática, Comercial e industrial e História dos Produtos Comerciais	3 lições / semana
	3ª	Primeira Parte: Escrituração e suas Principais Aplicações; Usos do Comércio	4 lições / semana
2º	2ª	Segunda Parte: História Geral do Comércio e da Indústria	2 lições / semana
	3ª	Segunda Parte: Escrituração Comercial; Exercícios práticos do 1º ano	4 lições / semana
	4ª	Economia Política e Estatística Comercial	2 lições / semana
	5ª	Primeira Parte: Elementos de Direito Comercial e Marítimo, Legislação Econômica e Administração de Alfândegas	3 lições / semana
		Segunda Parte: Exercícios de Língua Inglesa ou Alemã	5 lições / semana

Fonte: GONÇALVES; MARQUES. (2012, p. 6).

Há que se registrar que é a partir de 1866 que surgem, explicitamente, os estudos de natureza práticos, supostamente, inseridos para preparação dos egressos para o trabalho no comércio. Não há estudos conclusivos, no entanto, sobre a estrutura física de *escritórios modelo*³⁴ que os cursos técnicos profissionalizantes tanto priorizaram e priorizam em seus planos curriculares, nas Escolas de Comércio portuguesas.

Também se desloca o foco relativo ao conhecimento de línguas estrangeiras. O plano curricular prevê a inserção de aulas com exercícios de língua inglesa ou alemã³⁵. A proficiência em língua inglesa era condição para a diplomação, uma vez que o desconhecimento dessa matéria era causa para reprovação de alunos. A ênfase na língua inglesa é creditada, também, ao modelo de comércio agroexportador de produtos da até então colônia brasileira, visto as negociações que se operavam entre Portugal e Inglaterra. O ensino da língua alemã era justificado devido à importância de se conhecerem a literatura e as ciências, que gozavam de grande desenvolvimento na Alemanha, portanto, a inclusão de uma aula era a oportunidade para aquisição desse conhecimento (ZOTTI, 2005).

Em termos oficiais, e devido aos movimentos sociais e políticos de republicanos que começavam a insurgir contra o regime monárquico, voltou-se a enfatizar a necessidade das escolas superiores de comércio, na forma daquelas existentes em diversos países da Europa³⁶. Novamente, o ensino seria reestruturado e, por meio do Decreto de 30 de dezembro de 1886, foi dividido em três etapas ou graus: elementar (destinado a fornecer noções gerais sobre operações de comércio e de Contabilidade Mercantil), preparatório (destinava-se a dar instrução preliminar àqueles que se dedicassem ao Curso Superior de Comércio) e superior ou especial, destinado a habilitar aqueles que se dedicassem às carreiras de negociantes, banqueiros, guarda-livros, empregados superiores de estabelecimentos comerciais ou industriais ou lugares da administração pública determinados nas leis. (PORTELA, 1968;

³⁴ O escritório comercial (escritório modelo) é parte integrante do Instituto Superior de Comércio, criado em 1911, e os alunos de todos os cursos (Aduaneiro, de Finanças, Diplomático e Consular e de Administração Comercial) tinham aulas práticas nesse escritório, já a partir do primeiro ano quando o plano geral de estudos do curso geral – comum a todos os cursos – previa uma formação básica comum, englobando a disciplina Contabilidade Geral na qual se ministrava a prática (VALÉRIO, 2011).

³⁵ Na Alemanha, Zotti (2005) explica que as *realschulen* eram escolas criadas nos fins do Século XVIII que apresentava um tipo de ensino secundário mais científico que literário, destinado àquela classe numerosa de cidadãos que eram preparados para as diversas carreiras profissionais, face às necessidades decorrentes do desenvolvimento crescente de sua indústria e do comércio.

³⁶ Nessa época, de acordo com Portela (1968), ocupavam o primeiro lugar como escolas superiores de comércio as instituições dos seguintes países: na Alemanha, a Escola Comercial de Leipzig, fundada em 1830; na Áustria, a Academia Comercial de Viena, fundada em 1857; na Bélgica, o Instituto Superior de Comércio de Anvers (1852); na França, a Escola Superior do Comércio de Paris (1820) e a Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris (1881).

TAVARES, 1999; GONÇALVES, 2010a; GONÇALVES; MARQUES, 2012). Foram organizados, então, três cursos superiores³⁷: o Curso Superior de Comércio³⁸, o Curso Especial de Verificadores de Alfândega e o Curso Especial de Cônsules.

A partir de 1870, após sofrer nova reestruturação, a aula de comércio viria a tornar-se independente do liceu e incorporada no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL) quando então foi criado, em 30 de dezembro de 1869, com os cursos elementar e complementar, tendo sua função se deslocado da original. “O ensino, nessa instituição tinha em vista formar quadros privados e, portanto carácter mais individual do que social; em relação a época não é possível considerá-lo especializado” (GONÇALVES, 2010, p. 98).

Na opinião de Sousa e Morais (2009) é a partir desse momento que, efetivamente, ocorre a gênese do ensino técnico comercial como de fato se verifica, ainda, em citação de Gonçalves e Marques (2012) que transcrevem parte da legislação da época.

[...] o ensino commercial, até agora organizado em Lisboa segundo o decreto de 9 de Outubro de 1866, póde assim ser professado com vantagem no Instituto Industrial, que tomará a denominação de ‘Instituto Industrial e Commercial de Lisboa’, supprimindo-se a Escola de Commercio, ou Secção Commercial do Lyceu da capital. Creando-se no Instituto apenas uma nova cadeira de escripturação e contabilidade industrial e commercial, seguros, câmbios, letras, geographia commercial e exercícos praticos, póde n’este estabelecimento organizar-se um curso commercial mais completo do que o actual do Lyceu [...]. (GONÇALVES; MARQUES, 2012, p. 8).

A organização curricular desdobrou as disciplinas em duas cadeiras: (i) 1ª cadeira - Contabilidade comercial teórica e prática; escrituração e correspondência comercial nas línguas portuguesa, francesa e inglesa; exercícios práticos sobre câmbios, seguros, letras e facturas; usos das principais praças de Comércio; e (ii) 2ª cadeira - Geografia e História Comercial; Elementos de Direito Comercial e Marítimo; Estatística comercial; Conhecimento

³⁷ Costa e Alves (2008) explicam que essa reorganização foi extensiva a todo o ensino comercial, a partir da qual passaram a existir os seguintes cursos: (i) *curso elementar de comércio*, destinado a dar noções elementares de operações comerciais e contabilidade mercantil (duração: 1 ano); (ii) *curso preparatório*, que ofertava a instrução preliminar necessária aos indivíduos que se destinavam aos cursos secundário de comércio, cursos especiais e curso superior (duração: 1 ano); (iii) *curso secundário de comércio* (duração: 2 anos); (iv) cursos especiais de cônsules e verificadores de alfândega (ambos com a duração de 4 anos); (v) *curso superior de comércio* (duração: 5 anos).

³⁸ Em 1891, esse curso sofreria novas alterações em relação ao seu grau, reduzindo-se a ensino médio. Sobre o curso superior de comércio, Portela (1968, p. 811), reproduzindo falas de Bernardino Machado, principal realizador dessa nova reforma, dizia que era preciso “[...] dissipar uma ilusão a seu respeito. Ele é do mais elevado grau, sem dúvida; mas [...] não é propriamente um ensino superior. Excelente seria que possuíssemos o alto ensino das ciências económicas, como na Universidade possuímos o alto ensino das ciências jurídicas [...]”, reconhecendo ainda que o pessoal docente não estava preparado para essa missão, nem para o ensino superior de comércio ao nível universitário.

prático dos principais produtos naturais e manufaturados empregados no Comércio; Prática de manipulação no laboratório de química industrial (PORTUGAL, 1871, p. 450).

O estudo de disciplinas apenas da 1ª cadeira constituía o curso elementar de Comércio. Aquelas relativas à 1ª e 2ª cadeiras conferiam o direito ao diploma do curso completo de Comércio. Para a obtenção de cartas de capacidade do curso completo de Comércio, os alunos, antes do exame, deveriam mostrar-se habilitados nos preparatórios de aprovação em exame de: (1) instrução primária, (2) Caligrafia, (3) Francês e Inglês, em estabelecimento de ensino público, (4) Aritmética, Álgebra e Geometria, (5) Matemática Elementar dos Liceus, (6) Física e Química, dos Liceus Nacionais, (7) Introdução à História Natural, também dos Liceus Nacionais; e, por último, em (8) Economia Política, em quaisquer estabelecimentos de instrução pública (GONÇALVES; MARQUES, 2012).

Com a nova configuração curricular (Quadro 4) e criação do IICL, não se mantiveram os privilégios até então conferidos aos alunos das Aulas e Escola de Comércio, que podiam ingressar nos empregos públicos³⁹. Portela (1968), ao se referir ao curso elementar, opina que esse apenas poderia produzir bons calculadores, escriturários e arrumadores de livros, ao passo que o curso completo seria apropriado para o negociante instruído que pretendesse empreender as transações e especulações comerciais. O ensino perdera, portanto, em importância, visto que “[...] o programa das cadeiras estava muito atrasado em relação ao seu tempo, bastando verificar que dele não constam cadeiras de Economia, só admitidas em 1880; dava instrução aplicada e o ensino era teórico-prático. No que respeita à acessibilidade, era de tipo popular” (PORTELA; 1968, p. 804).

Quadro 4 – Reconfiguração curricular do Curso Comercial do IICL (1872)

Programa resumido da 1ª e 2ª cadeiras do Curso Comercial para o ano lectivo de 1872 a 1873		
1ª cadeira	1ª parte	≠ Contabilidade geral – analyse de seu estudo em Portugal e nos paizes estrangeiros
		≠ Calculo commercial (descontos, juros, seguros, letras)
		≠ Contractos commerciales
		≠ Cambios; Letras de cambio
		≠ Fretamentos
		≠ Seguros marítimos e seguros terrestres
		≠ Sociedade: em nome collectivo, em commandita simples, em comandita por acções; anonyma; em conta de participação
		≠ Commissões, consignações, corretagens
	2ª parte	Escrepturação Commercial – Parte theorica
		≠ Systemas de escripturar, antigos e modernos; Origem, importância e utilidade das partidas dobradas: primeiros livros sobre este systema
		≠ Livros ordenados por lei

³⁹ À época em que foi instalada em Portugal, só eram admitidos como guarda-livros na contadoria pública (cargos públicos) aqueles que tivessem cursado aulas de comércio.

1ª cadeira	2ª parte (continuação)	≠ Livros principais usados no commercio
		≠ Livros auxiliares
		≠ Contas: de capital; geraes; particulares
		≠ Extornos: systemas de extornar
		≠ Inventarios
		≠ Balanços
		≠ Liquidações
		≠ Fallencias
		Escreituração Commercial – Parte pratica
		≠ Simular a escripturação de uma casa de commercio, pelo systema das partidas dobradas e correspondência nas línguas portuguesa, francesa e inglesa
		≠ Uso das principaes praças de commercio
	3ª parte	≠ Contabilidade industrial ou da industria manufactureira (generalidades)
		≠ Contabilidade agricola (generalidades)
2ª cadeira	1ª parte	≠ Geographia comercial
	2ª parte	≠ Historia commercial (commercio dos tempos antigos; principais povos comerciantes)
	1ª parte	≠ Direito commercial e marítimo

Fonte: GONÇALVES; MARQUES (2012, p. 11).

Com a implantação da Primeira República, o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa é desdobrado em duas escolas autônomas pela reforma de 1911, a saber: O Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio. A regulamentação desse último foi efetivada em 5 de julho de 1913 e definia que o ensino ministrado no Instituto compreendia os seguintes cursos superiores: curso aduaneiro (duração: 3 anos); curso consular (duração: 4 anos); e curso superior de comércio (duração: 5 anos). O plano do curso superior de comércio incluía, de acordo com Costa e Alves (2008, s.n.), uma forte ponderação de disciplinas relacionadas com matérias contábeis e afins, visto que “este curso destinava-se a formar comercialistas ou pessoal técnico para os cargos de administradores, gerentes, actuários e guarda-livros de empresas comerciais, bancárias e industriais”.

Com essa reorganização o IICL deixou de ofertar os cursos secundários e preparatórios e, em 1918, pelo Decreto nº 5.029, de 1º de dezembro, o ensino da contabilidade passa a ser ministrado no Instituto Comercial de Lisboa, em substituição à seção secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Estava instaurado o contexto para o surgimento do ensino superior de contabilidade que, todavia, seria ministrado como disciplina isolada nos institutos criados, já em 1911, bem como para a conversão do curso de contabilista ministrado no Instituto Comercial de Lisboa ao grau de bacharelato. Essa discussão será apresentada no Capítulo III, quando se expõe a discussão relativa à categoria que contempla o contexto da criação e evolução da IES investigada em Portugal. A cronologia relativa à reestruturação da Aula de Comércio, em Portugal e, de forma específica, em Lisboa, é sintetizada na Tabela 4.

Tabela 4 – Cronologia da reestruturação da Aula de Comércio – Lisboa – Portugal

Criação da Aula de Comércio	Transferência da Aula para a Escola de Comércio (anexa à Secção Comercial do Liceu de Lisboa)	Criação do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa	Criação dos Instituto Superior de Comércio e Instituto Superior Técnico		Criação do Instituto Comercial de Lisboa
1759	1844	1869	1911	Sem registo de 1911 a 1918	1918
	Redução da importância da Aula de Comércio	Transferência da Aula de Comércio para o IICL	Cisão do IICL em escolas que integrariam o ensino superior		Absorção da secção secundária do extinto IICL

Fonte: Autoria própria (2015).

Necessário se faz retomar o percurso da Aula de Comércio no Brasil para entender também suas configurações e reconfigurações, até a efetiva institucionalização do ensino superior. Se, no momento de sua gênese, não se verificam determinações legais acerca da regulamentação e funcionamento das Aulas de Comércio da Corte do Rio de Janeiro e Academia Militar, em 1846, por meio do Decreto nº 456, essas seriam regulamentadas. Nesse sentido, o referido decreto estabelecia que:

[...] o período letivo original de dois anos, com exames finais abordando disciplinas como Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação dos Livros, conforme consta no artigo 12 do Regulamento. No capítulo dos objetos do ensino, o Regulamento definia para o segundo ano, a oferta das disciplinas História Geral do Comércio e Arrumação e Prática de Livros. Os livros deveriam ser escriturados pelos alunos e apresentados quando solicitados [...] a análise revela que o currículo da Aula de Comércio possuía disciplinas de cunho prático, voltadas às necessidades diárias dos negócios. (PELEIAS et al., 2007, p. 24).

A década de 1850 foi momento de outros fatos importantes para o ensino comercial e contábil brasileiro. Ocorreu, em 9 de agosto de 1854, por meio do Decreto nº 769, a reforma da Aula de Comércio do Rio de Janeiro, cuja concretização se daria com o Decreto nº 1.763, de 14 de maio de 1856, que instituiu novo estatuto à Aula de Comércio da Corte, estabelecendo um curso de estudos denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro (BACCI, 2002; LEITE, 2005; PELEIAS et al., 2007; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009; CRISPIM; MIRANDA, 2012).

As alterações na grade curricular mantêm a duração do curso em dois anos e distribui o conteúdo em quatro cadeiras, sendo elas: Contabilidade e Escrituração Mercantil e

Geografia e Estatística Comercial (1º ano); Direito Mercantil e Economia Política, com aplicação especial ao comércio e à indústria (2º ano). (LEITE, 2005).

Assim como ocorria em Portugal, apesar das reformas instituídas na Aula de Comércio, esse curso não atraía grande número de alunos como os cursos de Direito, Engenharia e Medicina e, por isso, o Decreto nº 2.741, de 9 de fevereiro de 1861, definiu que os estatutos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro formariam um curso preparatório e outro profissional. Para todas as aulas oferecidas no curso profissional, não se exigia habilitação anterior, exceto para a aula de Escrituração Mercantil, cuja matrícula dependia de aprovação em Aritmética Completa (1ª cadeira). No Quadro 5, expõem-se os conteúdos desenvolvidos nas cadeiras de ambos os cursos. Percebe-se certa semelhança com a estrutura prevista no plano curricular da Escola de Comércio de Portugal vigente à época (Quadro 3), com prioridade às línguas estrangeiras, que, no entanto, constam em períodos (cursos) diferentes. Não se percebe, contudo, a existência de aulas práticas na estrutura curricular brasileira.

Quadro 5 – Estrutura curricular da Aula de Comércio / Instituto Comercial do Rio de Janeiro

Organização do Instituto Comercial do Rio de Janeiro / Decreto 2.741/1861		
Cursos	Cadeiras	
1. Preparatório	1ª cadeira	Gramática Nacional, Caligrafia e Desenho Linear
	2ª cadeira	Francês
	3ª cadeira	Inglês
	4ª cadeira	Alemão
2. Profissional	1ª cadeira	Aritmética completa com aplicação especial ao comércio, Álgebra, até as equações do segundo grau; e Geometria, compreendendo a planimetria e a stereometria.
	2ª cadeira	Escrituração Mercantil e Legislação de Fazenda
	3ª cadeira	Geografia e Estatística Comercial
	4ª cadeira	Direito Comercial e Economia Política

Fonte: A autora (2013). Adaptado de BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil (1861, p. 106).

Nova reorganização seria promulgada em 1863, mediante a publicação do Decreto nº 3.058, de 11 de março, que estendeu o curso para quatro anos e instituiu a admissão de alunos maiores de treze anos, desde que fossem aprovados em exame de Gramática Nacional e Caligrafia. A disciplina de Escrituração Mercantil passou a ser ministrada nos 3º e 4º anos, enquanto que as demais foram distribuídas ao longo do curso (Quadro 6).

Quadro 6 – Organização do curso profissional do Instituto Comercial do Rio de Janeiro

Decreto 3.058/1863	
Ano	Aulas
1º ano	Francês; Inglês; Aritmética com aplicação especial às operações comerciais; Álgebra até equações do 2º grau.

2º ano	Francês; Inglês; Aritmética e Álgebra, como no primeiro ano; Geometria Plana e Espacial; Geografia e Estatística Comercial.
3º ano	Alemão; Geografia e Estatística Comercial; Direito Comercial e Legislação de Alfândegas e Consulados comparada com as das praças de maior comércio com o Brasil; Escrituração Mercantil.
4º ano	Alemão; Direito Comercial e Legislação de Alfândegas e Consulados, comparada com as das praças de maior comércio com o Brasil; Escrituração Mercantil.

Fonte: A autora (2013). Adaptado de BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil (1863, p. 33).

Peleias e outros (2007) destacam que a análise dos critérios de seleção estabelecidos para ingresso no curso profissional e a composição da grade curricular, com três disciplinas de línguas estrangeiras (Inglês, Francês e Alemão) e quatro disciplinas da área de Exatas (Aritmética, Álgebra, Geometria e Estatística Comercial), constantes no Decreto nº 3.058/1863, exprimem o rigor e a qualidade pretendida com o curso oferecido. No entanto, mesmo após as mudanças estruturais, a escassez de alunos persistia, resultando na extinção da grade curricular das cadeiras de Francês, Inglês, Alemão, Caligrafia e Matemáticas, que se tornaram, todavia, pré-requisitos para a seleção e ingresso no curso (Decreto nº 7.538/1879) (SAES; CYTRINOWICZ, 2001; LEITE, 2005; PELEIAS et al., 2007; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009; CRISPIM; MIRANDA, 2012).

A pouca atratividade do curso, aliada às dificuldades dos alunos quanto ao atendimento das exigências para o ingresso, na opinião de Bielinski (2000), além da dificuldade do Instituto em atender as necessidades que o comércio da então Capital Federal apresentava à época, resultou na extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro⁴⁰ no ano de 1879, substituído, então, pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

As necessidades apresentadas pelo comércio à época são explicadas pela sanção da Lei nº 556, por D. Pedro II, em 25 de junho de 1850, a qual instituiu o Código Comercial Brasileiro no qual fica clara a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral composto de bens, direitos e obrigações das empresas comerciais, atribuindo-se, através de um dispositivo legal, o valor e importância do registro na Contabilidade dos fatos do patrimônio (REIS; SILVA, 2008; SILVA, MARTINS, 2008; SCHMIDT; SANTOS, 2008). No Art. 290 da citada Lei, estabelece-se que:

Em nenhuma associação mercantil se poderá recusar aos sócios o exame de todos os livros, documentos, escrituração e correspondência, e do estado de

⁴⁰ Diferentemente de outros autores, Saes e Cytrynowicz (2001) apontam o ano de 1902 como o ano de extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Os citados autores, no entanto, não especificam à qual instituição se referiam: se àquela criada pelo Decreto nº 1.763/1856 ou à criada pelo Decreto Legislativo nº 98 /1894. No entanto, estudos de Rodrigues (1984, 1985) e Bielinski (2000) citam a promulgação do Decreto nº 832/1902 como ato de extinção do Instituto Comercial e, com base em fontes documentais citadas por Bielinski (2000), infere-se que o Instituto Comercial extinto em 1902 fora aquele criado em 1894.

caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer; salvo tendo-se estabelecido no contrato ou qualquer outro título da instituição da sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar. (BRASIL, 1850).

A importância do ensino comercial é, novamente, confirmada quando no ano de 1869 é fundada a Associação dos Guarda-Livros da Corte e aprovado seu Estatuto, em 1870, pelo Decreto Imperial nº 4.475, resultando, como consequência, na primeira regulamentação contábil realizada em território brasileiro. Por meio desse decreto o ofício de guarda-livros, foi caracterizado como a primeira profissão liberal regulamentada no país. (BRASIL, 1870; RODRIGUES, 1984, 1985; REIS; SILVA, 2008). Caberia ao guarda-livros elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, através de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil.

No âmbito educacional, constata-se uma nova fase para o ensino comercial, entre o período de 1889 e 1931, motivada, conforme explica Peleias e outros (2007, p. 25), por “uma combinação de fatores: crescimento econômico causado pelo aumento da produção e crescimento da urbanização, principalmente, da cidade de São Paulo”, além de fatores políticos que, devido à Proclamação da República, em 1889, resultariam no crescimento dos serviços públicos e na burocracia que demandaram maior qualificação de profissionais para a execução das novas funções. Também Ferreira (2014) concorda que é após a Proclamação da República, e no transcorrer desta (1889-1930), que o ensino de contabilidade parece entrar de forma mais direta nos currículos de formação técnico-comercial das escolas brasileiras.

Em 1902, foram criadas duas importantes instituições de ensino comercial: a Escola Prática de Comércio de São Paulo⁴¹ e a Academia de Comércio do Rio de Janeiro⁴². Com essas duas instituições, davam-se os primeiros passos para a instalação de cursos de nível médio e superior no Brasil⁴³, (ROSELLA et al., 2006; PELEIAS et al., 2007). Salienta-se que

⁴¹ A Escola Prática de Comércio, fundada em 1902, e que, posteriormente, em 1907, passou a denominar-se Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, tornou-se uma referência no ensino comercial, ao lado da Academia de Comércio do Rio de Janeiro (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006; PELEIAS et al., 2007).

⁴² Desde sua criação, observava-se na Academia de Comércio do Rio de Janeiro duas tipologias de diplomados, visto que a instituição oferecia dois cursos: um, de formação geral e prática, com dois anos de duração, que habilitava para as funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da área da Fazenda. O outro, de nível superior, com três anos de duração, ao qual o ingresso tinha como requisito o curso geral como preparatório, habilitava os candidatos para os cargos de agentes-consultores, funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, atuários das seguradoras, chefes de contabilidade de Bancos e de grandes empresas comerciais. O aluno que defendesse a tese seria titulado doutor (PELEIAS et al., 2007; CRISPIM; MIRANDA, 2008; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009).

⁴³ Sobre os cursos superiores, Ferreira (2014) esclarece que esses não correspondiam ao nível do ensino superior tal como é atualmente compreendido. Esses cursos habilitavam para os cargos de agentes-consultores, funcionários ministeriais, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de bancos e grandes empresas comerciais.

outras escolas, de nível técnico-profissionalizante, foram também criadas, dada à necessidade de formar a classe trabalhadora que, em um processo migratório interno, se deslocava para a área urbana (CUNHA, 2007).

Sobre o ensino durante a Primeira e Segunda Repúblicas, percebe-se que o incipiente processo de industrialização marca a oferta de cursos comerciais. Laffin (2002) explica que tais cursos não demandavam investimentos expressivos e, por isso, se apresentavam como uma opção para um comércio privado de ensino a fim de atenderem à demanda da classe média que começava a se constituir. A oferta dos cursos comerciais satisfazia os anseios e a demanda de uma classe social em ascendência e que vislumbrava *status* nessa área de ensino.

A estruturação do ensino comercial ocorreria, efetivamente, com a instituição dos cursos profissionalizantes por meio do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, que aprovou a regulamentação dos estabelecimentos de ensino para a oferta desses cursos. Dessa forma, as escolas de ensino técnico comercial, reconhecidas oficialmente pelo governo federal, deveriam ministrar, em caráter obrigatório, o curso de formação geral com duração de quatro anos e outro, superior em Ciências Econômicas, com três anos de duração (FÁVERO, 1987; ROMANELLI, 2000; LAFFIN, 2002; LEITE, 2005; PELEIAS et al., 2007).

Nesse curso superior, que tinha caráter facultativo para o estabelecimento de ensino comercial, a estrutura das disciplinas formavam um currículo que reproduzia o conhecimento até então acumulado nas séries do curso geral, com exceção das línguas alemã, italiana ou espanhola. As características de ambos os cursos são sumarizadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Características dos cursos comerciais conforme Decreto nº 17.329/1926

Curso	Duração	Ingresso	Grade curricular		Diploma conferido
			Ano	Cadeiras	
Geral ⁴⁴	4 anos	Idade mínima de 13 anos e Exame de admissão	Primeiro	Instrução moral e cívica; português; francês; inglês; matemática; contabilidade; geografia política e econômica; aula de caligrafia e datilografia ⁴⁵ .	Contador
			Segundo	Português; francês; inglês; matemática; contabilidade comercial; geografia do Brasil; história geral do Brasil; aula de desenho geométrico e datilografia.	
			Terceiro	Português; francês; inglês; contabilidade agrícola e industrial; álgebras; desenho a mão livre aplicado ao	

⁴⁴ Aos concluintes do curso geral só era permitido o ingresso nas faculdades de ciências econômicas, estando-lhes vedado o ingresso em outras instituições superiores.

⁴⁵ A máquina de datilografar tem papel de destaque, principalmente, para a profissão de contador. Patentada por Henry Mills, em 1713, teve sua versão brasileira patentada por Padre Francisco de Azevedo, em 1861. Em 1868, Christopher Latham Sholes apresentou-a aos fabricantes de armas da Remington & Sons. Na virada do século, após sucessivos aperfeiçoamentos, tornou-se ágil e prática nos anos de 1920 e 1930, viabilizando a vida dos técnicos administrativos e contábeis (GUSMÃO; LEMOS, 2006, p. 276).

				comércio; noções de física; química e história natural e aula de mecanografia ⁴⁶ .	
			Quarto	Matemáticas aplicadas; contabilidade bancária e de companhias de seguros; contabilidade pública; complementos de física; química e história natural aplicadas ao comércio; noções de direito constitucional; civil e comercial; legislação fazendária e aduaneira e prática jurídico-comercial; noções de merceologia e tecnologia merceológica; aula prática de comércio; aula de estenografia ⁴⁷ ; métodos de classificação de papéis e sistemas de fichas.	
Superior	3 anos	Idade de 17 anos	Primeiro	Alemão; italiano ou espanhol; matemáticas aplicadas às operações comerciais; geografia comercial e geografia humana; tecnologia industrial e mercantil; contabilidade administrativa; agrícola e industrial.	Graduado em Ciências Econômicas
			Segundo	Alemão; italiano ou espanhol; obrigações de direito civil; comercial e marítimo; economia política; ciência das finanças; história do comércio; da agricultura e da indústria; direito constitucional e administrativo; ciência da administração.	
			Terceiro	Alemão; italiano ou espanhol; contabilidade mercantil comparada e banco modelo; direito internacional; diplomacia; história dos tratados e correspondência consular e diplomática; direito industrial e legislação operária; psicologia aplicada ao comércio; noções de arte decorativa.	

Fonte: Adaptado de Laffin (2002); Leite (2005) e Peleias et al. (2007).

Ainda com relação ao ensino comercial, é necessário destacar que o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, estabeleceu a formação dos profissionais da contabilidade em nível médio, através do curso denominado Guarda-livros, agora, com duração de dois anos, e do curso de Perito Contador, de três anos, tornando ainda obrigatório o registro profissional de ambos os profissionais na Superintendência do Ensino Comercial. O referido decreto autorizava ainda outros cursos alternativos, tais como, o de Secretários, Administradores-vendedores e Atuários, além de reorganizar o ensino comercial, dividindo-o em propedêutico, técnico e superior (BRASIL, 1931; PELEIAS et al., 2007; SILVA; MARTINS, 2009; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009).

⁴⁶ A palavra mecanografia, do grego [mekhenugrē'fiē], significa mekhane + grafia (grafar, escrever) e pode ser entendida como a “arte, técnica ou processo de utilizar máquinas para apuração e organização de documentos, para auxiliar a escrita ou o cálculo, etc. (FERREIRA, 1999). Entende-se, portanto, que a mecanografia refere-se à utilização de máquinas de escrever, de calcular, duplicadores e assemelhados para a execução de trabalhos de escritório.

⁴⁷ Taquigrafia ou estenografia é a denominação dada a todo método de abreviação ou simbólico de escrita, com o intuito de aprimorar a velocidade da escrita comparada ao método padrão. A diferença das duas denominações é que a taquigrafia é realizada a mão, usando lápis ou caneta, enquanto a estenografia utiliza máquinas destinadas para a produção de taquigramas, ou seja, de símbolos que fornecem abreviaturas para as palavras e frases comuns, o que possibilita que uma pessoa treinada no sistema escreva de maneira muito veloz, sendo capaz de acompanhar as falas de um discurso (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Novas mudanças nos cursos profissionalizantes, que organizariam as bases do ensino comercial, seriam instituídas por meio do Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que desdobrou o ensino em dois ciclos: o primeiro, considerado um curso comercial básico, e o segundo ciclo, com cinco anos de formação, abrangia os denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles, o de Contabilidade. Esse documento propunha uma ampla reforma educacional, “buscando atender basicamente dois objetivos: 1º) promover a articulação entre o sistema educacional e o ensino comercial; e 2º) elevar o curso de Contador ao nível superior, através da reformulação dos currículos” (FÁVERO; 1987, p. 30-31).

A estrutura dos cursos comerciais, que resultou nas profissões dos guarda-livros, contabilistas, técnicos em contabilidade, peritos-contadores, e outras derivadas do saber contábil, caracterizaria também o ensino superior de contabilidade, em sua gênese. Os cursos comerciais primavam pela natureza prática e, de forma ideológica, investia nos conceitos do *saber fazer* (grifo nosso), em detrimento do *aprender a refletir* (grifo nosso), o que atendia aos interesses políticos vigentes.

Em relação à natureza prática, os cursos comerciais eram visados por aspirantes à profissões liberais e também por aqueles que almejavam os empregos públicos, que, no caso português, não se configurou mais a partir de 1873, mas, no Brasil, os portadores de diplomas de cursos comerciais de nível secundário eram admitidos em repartições públicas, principalmente, instituições bancárias (LEITE, 2005). Sobre a evolução do ensino, e de forma específica, do ensino de contabilidade no Brasil, de acordo com cada período histórico, assim considerados em função dos regimes políticos instalados, encontra-se sumarizada no Quadro 8, constante do Apêndice B, ao final deste estudo.

A discussão apresentada neste capítulo, embora se configure positivista⁴⁸, e por isso mesmo seja alvo de críticas de autores da Nova História e, ainda, por pesquisadores no campo das Instituições Escolares, como Nosella e Buffa (2009), pareceu oportuna para entendimento do devir que caracteriza o processo de institucionalização do ensino superior de contabilidade e criação das IES – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

⁴⁸ Nosella e Buffa (2009, p. 59) explicam que, “para um historiador positivista, as únicas fontes dignas de confiança são os documentos escritos”, todavia, foi necessária a análise da historiografia do ensino comercial, bem como do ensino superior em ambos os países, com base em fontes bibliográficas e documentais, compostas, em sua maioria, por legislações, para, então, comparar as circunstâncias específicas da criação e instalação do ensino superior de contabilidade nas instituições escolares que se constituem em sujeitos nesta investigação.

CAPÍTULO II

O SURGIMENTO DAS FACULDADES DE CONTABILIDADE EM PORTUGAL

Busca-se, neste capítulo, cuja finalidade é apresentar elementos que ajudem a compreender o processo que culminou no surgimento do ensino de nível superior em Portugal e Brasil, no Século XX, centrar o foco da discussão no ensino superior de contabilidade. A partir dessa discussão, ter-se-á estabelecido o cenário para o surgimento das instituições de ensino superior investigadas em ambos os países.

É neste capítulo que são destacadas e discutidas as categorias de análise relacionadas ao contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e instalação da IES investigada em Portugal, focalizando seu processo evolutivo, o espaço físico e seu processo de gestão.

Para entendimento desse processo, optou-se por adotar os seguintes períodos da evolução do ensino superior:

- Ensino superior no Século XX, em que se busca apresentar uma historiografia do ensino superior em Portugal até a gênese do ensino superior de contabilidade e o conseqüente surgimento das instituições superiores que o ministrariam.
- Ensino superior de contabilidade em Portugal, em que se discute a conversão dos institutos comerciais em institutos superiores de contabilidade e administração (ISCAs), responsáveis, a partir da década de 1970, pela oferta do ensino superior de contabilidade, quando tem origem a IES investigada, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Como a presente investigação se trata de um estudo comparado, há que ressaltar que autores como Holmes (1981) citado por Camizão (2010) defendem que o objetivo dos estudos comparativos consiste na apresentação de considerações concretas de um determinado período de tempo cronológico, necessariamente, delimitado. Assim, delimitou-se, neste estudo, esse tempo cronológico, buscando relacioná-lo a acontecimentos históricos que permitissem a comparação e, ainda, a percepção de nuances que caracterizam o ensino

superior de contabilidade e as respectivas IES que o ofertaram. Esse tempo cronológico está imbricado ao momento político vivenciando, tanto em Portugal quanto no Brasil, conhecido como Estado Novo, embora se resgatem os antecedentes imediatamente anteriores a esse período.

2.1 Ensino superior no século XX: uma historiografia de Portugal

Em Portugal, os anos finais do Século XIX e iniciais do Século XX foram marcados por embates políticos em que os discursos republicanos se posicionavam a favor de uma reforma da “mentalidade portuguesa por diversas vias e, em situação de realce, pela via da instrução e da educação” (CARVALHO, 2011, p. 651). Nesse contexto, a educação e o ensino serão, novamente, objeto de reformas durante a Primeira República, no período de 1910 a 1926, devido à preocupação com a decadência do sistema escolar português, comprovadamente, defasado, como relata Carvalho (2011), em relação à maioria dos países europeus, dado seu atraso endêmico e as elevadas taxas de analfabetismo - cerca de 70% da população era analfabeta.

A educação, e de forma mais específica, os diferentes níveis de ensino buscam atender a diferentes estratos econômicos e sociais e, dessa forma, Althusser (1987) afirma, consolidam o poder simbólico do Estado como percebido pelo governo republicano português que, ao se estabelecer, utiliza a educação para difundir seu pensamento ideológico. De forma similar ao que ocorrera no Século XVIII, procede-se à extinção das ordens religiosas⁴⁹, as quais são obrigadas a deixar o país. Suprime-se o ensino religioso nas escolas primárias, seguindo-se a abolição, no ensino superior, de várias prerrogativas “como o *foro acadêmico* que, há séculos, privilegiava os estudantes universitários, sobre quem a justiça ordinária não tinha poder, além de suprimirem-se disciplinas de cunho religioso dos currículos do ensino superior” (CARVALHO, 2011, 658).

Em relação ao ensino superior, é necessário esclarecer que, nos anos iniciais do Século XX, Portugal possuía, além da Universidade de Coimbra – que foi detentora do monopólio no ensino superior até o Século XIX –, duas Escolas de Ensino Superior em Lisboa e Porto, bem como duas escolas especiais, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto (OEI, 2003a, p. 18). Decorrente das reformas republicanas, também, em 1911, foram

⁴⁹ No reinado de D. Maria I, que sucedeu D. José no trono português, o ensino voltara às mãos de religiosos e grande parte do ensino elementar e médio é ministrado nos conventos. (OEI, 2003a).

criadas duas outras universidades: a Universidade de Lisboa e do Porto, às quais foram aglutinadas as faculdades existentes à época, conforme se visualiza no Quadro 9, voltando o regime republicano a elas conceder a autonomia, dotando-as dos recursos necessários ao seu desenvolvimento”⁵⁰.

Quadro 9 – Universidades portuguesas nos anos iniciais do Século XX

Universidade de Coimbra	Faculdade de Letras; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências; Faculdade de Medicina; Faculdade de Farmácia; e Escolas Normais Superiores.
Universidade de Lisboa	Faculdade de Letras; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências; Faculdade de Medicina; Faculdade de Farmácia; e Escolas Normais Superiores.
Universidade do Porto	Faculdade de Letras; Faculdade de Ciências; Faculdade de Medicina; Faculdade de Farmácia; Faculdade Técnica; e Escolas Normais Superiores.

Fonte: Adaptado de OEI (2003b).

Apesar de críticas ao ensino ministrado nas universidades portuguesas, “a mudança é significativa e apresenta-se como um dos grandes méritos da obra pedagógica da 1ª República”, embora o acesso fosse para uns tantos privilegiados que iam “constituir a fina flor da Nação de onde sairia o poder do Estado com interesses inconfessados na conservação do sistema” (CARVALHO, 2011, p. 715), permanecendo a reprodução (BOURDIEU; PASSERON, 1970) e a manutenção do poder simbólico do Estado (ALTHUSSER, 1987).

Encerrada a Primeira República, por meio do golpe militar em 1926, instala-se a Ditadura. A historiografia revela que, no novo período instaurado, denominado de Estado Novo (1926-1974), fora convidado para assumir a pasta de Finanças o professor de Economia e Finanças da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar⁵¹, o qual, dois anos depois, em 1928, ocupava a pasta de Primeiro Ministro do governo do então Presidente António Óscar Fragoso Carmona.

Essa mudança política que, inicialmente, foi bem recebida pela população portuguesa, cansada da “instabilidade governamental, das lutas entre os políticos militantes, das disputas parlamentares, dos sobressaltos da vida quotidiana frequentemente alvoroçada com

⁵⁰ As reformas educativas propostas pelos republicanos, em 1910-1911, foram extremamente criticadas e, conforme cita Rómulo de Carvalho (2011, p. 708-9), parafraseando Reis Machado (professor do ensino liceal), “O ensino em Portugal, de uma maneira geral, constitui um crime, mais ou menos consciente; é uma calamidade pública, todo ele, desde o primário, em que inicia a sua obra, até ao superior, em que a finda”. Sobre o ensino superior, em específico, e, ainda, de acordo com Carvalho (2011, p. 709) “na realidade as universidades portuguesas não existem; são meras fórmulas burocráticas sem consciência clara da sua missão”.

⁵¹ Autores como Fernando Rosas (1998) e Rómulo de Carvalho (2011) destacam que, embora tenha ocupado inicialmente a pasta de Finanças, Salazar tomou conta de todo o governo, instituindo reformas em praticamente todas as áreas governamentais antes mesmo de se tornar Primeiro Ministro. Salazar permaneceria como Presidente do Conselho até Setembro de 1968, quando, por motivos de saúde, fora afastado do governo, assumindo, então, Marcelo Caetano.

irregularidades cometidas, confiou no vigor e nas boas intenções dos revoltosos”. (CARVALHO, 2011, p. 720). A Ditadura configurou-se, também, como um período de inúmeras reformas educativas e em todas elas “*percebia-se profunda estratificação de classes e um desmantelamento de qualquer possibilidade de mobilidade social*” (Matilde Estevens, 2013).

Autores como Carvalho (2011) e Cabrito (2011) concordam que, durante o Estado Novo, as reformas do ensino implementadas por Salazar são, sobretudo, curriculares⁵², com a simplificação dos programas e a separação do ensino secundário ministrado nos liceus, de caráter mais elitista, e o ensino técnico, destinado à formação para os postos de trabalho. Até o fim do Estado Novo – finalizado com a Revolução de 1974 -, o ensino superior era frequentado, fundamentalmente, por aqueles que seriam os futuros governantes, complementando a natureza elitista de todo o edifício educativo (MÓNICA, 1978). Essa percepção é reforçada por Cabrito (2011), o qual afirma que, apesar de a oferta ser exclusivamente pública, o ensino era, até 1974, um bem de consumo essencialmente privado.

Uma das medidas do governo salazarista concernente ao ensino superior é a criação da Universidade Técnica de Lisboa, para onde o ensino de contabilidade, ministrado no Instituto Superior de Comércio⁵³, seria transferido na forma de disciplinas isoladas. A partir da criação dessa universidade, em dezembro de 1930, extingue-se o Instituto Superior de Comércio (ISC) de Lisboa, o qual deu origem ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). Os cursos até então ministrados no ISC foram agrupados em quatro áreas – Aduaneira, Diplomática e Consular, Financeira e Administração Comercial, cada um com a duração de quatro anos.

A partir do final da década de 1940, o ISCEF é sujeito a uma reestruturação e passa a ministrar apenas os cursos de Economia e Finanças, com a duração de cinco anos, sendo

⁵² Os programas são reduzidos à aprendizagem escolar de base, proíbe-se a coeducação, reduz-se o ensino primário, extinguindo-se o complementar e as escolas normais superiores, e criam-se nas regiões rurais os postos de ensino, cujos mestres – os regentes escolares –, em muitos casos, sabiam apenas ler e escrever, sendo-lhes, no entanto, exigida uma comprovada idoneidade moral e política. O combate ao analfabetismo deixa de ser considerado uma prioridade, já que a ignorância da leitura e da escrita evita, na perspectiva vigente, a contaminação de doutrinas consideradas perniciosas e desestabilizadoras. (OEI, s. d., p. 20).

⁵³ Estevens (2001; 2007) explica que, em 1926, o Decreto 12.771 reorganizou o ensino nos institutos superiores de comércio, o qual passou a compreender um curso geral (duração: 3 anos) e cursos especiais (cada um com a duração de 1 ano) de administração comercial, diplomático e consular, aduaneiro e finanças. Mais tarde, viria a ser também organizado um curso complementar de finanças. Essa estrutura foi novamente alterada em 30 de novembro de 1927, por meio do Decreto nº 14.323, que organizou o curso ministrado nos institutos comerciais, passando o mesmo a ser dividido em curso geral e curso médio, cada qual com duração de 2 anos. Finalmente, em 1930, o Instituto Superior de Comércio seria extinto (Decreto nº 19.830), dando origem ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) que, posteriormente, seria denominado de Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

objeto de nova reforma em 1972. É então criado o Instituto Superior de Economia (ISE), extinguindo-se os cursos anteriores, que foram substituídos pelos cursos superiores de Economia e de Gestão de Empresas, também, com duração de cinco anos. Mais tarde, o ISE foi transformado em Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). O percurso que acabou de se apresentar tem somente o objetivo de referenciar que as matérias contábeis passaram a apresentar, nessas instituições, em todos os momentos citados, um caráter subsidiário, pois essas disciplinas se afastavam da finalidade última dessa IES que priorizava a macroeconomia e a organização e gestão de empresas. Por meio de políticas educacionais com ênfase em cursos de Finanças, Economia e Gestão, buscava-se conduzir o ensino superior de Portugal à mesma direção que outros países europeus já trilhavam em relação ao ensino (ESTEVENS, 2001).

Não havia, portanto, o ensino superior de contabilidade, configurando-se um hiato. Nas universidades, esse ensino era ministrado somente como disciplinas isoladas em cursos de economia e gestão ou, então, na pós-graduação e nos institutos comerciais, em que se ministrava o curso de contabilista, de natureza técnica e profissionalizante. A descrição de todo esse percurso é necessária porque é a partir dessas circunstâncias específicas que serão instituídos os institutos superiores de contabilidade e administração (ISCAs) que, mais tarde, seriam anexados aos institutos politécnicos, onde, de fato, ocorreria o ensino superior de contabilidade em Portugal.

2.2 Institutos Superiores de Contabilidade e Administração: enfim o ensino superior de contabilidade em Portugal

Para apresentar a categoria que trata da origem e evolução da IES, sujeito desta investigação em Portugal, é necessário voltar um pouco e contextualizar, então, as circunstâncias específicas de criação do ISCAL. No Instituto Superior de Comércio, ministrava-se o curso superior de comércio, com duração de cinco anos, o qual, em 1930, fora integrado ao ISCEF, na Universidade Técnica de Lisboa (UTL), sob o nome de Administração Comercial, cujas disciplinas contábeis passaram a ter caráter subsidiário, visto que, no ISCEF, o objetivo era a formação de economistas e administradores (GONÇALVES DA SILVA, 1953).

Nesse mesmo período, de 1930 a 1975, especialmente, no ano de 1931, por meio do Decreto nº 20.328, o Instituto Comercial de Lisboa cria o curso de contabilista⁵⁴, com duração de quatro anos. Esse curso foi considerado habilitação suficiente para o exercício de cargos de peritos contabilistas dos tribunais de comércio, chefes de contabilidade dos estabelecimentos fabris do Estado e de empresas industriais e comerciais, administradores de falências e serviço de fiscalização, bem como de comissários de contas de empresas industriais e comerciais (ESTEVENSON, 2001). O referido curso, em decorrência da Lei nº 2.025⁵⁵, de 1947, além de ajustamentos pontuais aos conteúdos programáticos, teve sua duração reduzida para três anos.

Paralelamente, estabeleceu-se uma relação a jusante com os estabelecimentos de ensino técnico de nível superior, para se organizar, nos institutos comerciais, um curso especial para admissão ao ISCEF, cujas condições de ingresso previstas era um exame de admissão de nível equivalente ao então segundo ciclo liceal, podendo também serem admitidos indivíduos habilitados com as seções preparatórias existentes nas Escolas Comerciais e nas Escolas Industriais e Comerciais.

Em 1969, ocorreria o alargamento do âmbito de atuação dos institutos comerciais ao integrar o Curso Preparatório⁵⁶ para ingresso no estágio pedagógico, equivalente ao magistério, daqueles professores que quisessem atuar nos próprios institutos. O curso tinha a duração de um ano e, como precedências acadêmicas, o candidato deveria ter concluído o liceu e o curso de contabilista (ESTEVENSON, 2001). A partir desse momento, consolidaram-se as expectativas no sentido de integração dos institutos comerciais no subsistema do ensino superior, tanto mais que estava em curso profunda reforma do sistema de ensino em Portugal,

⁵⁴ Segundo Dória e Dória (1975, p. 447), contabilista “rigorosamente seria o que estuda ou se dedica à contabilidade” e por influência do francês *comptable*, passou a designar-se “o cientista da contabilidade, aquele que conhece as leis da ciência, acompanha e estuda a evolução desta e, em muitos casos, lhe abre horizontes e perspectivas. O autor distingue, ainda, três categorias profissionais, que são: o *Comercialista*, diplomado pelo ISCEF, o *Contabilista*, diplomado pelos Institutos Comerciais de Lisboa e Porto e o Guarda-Livros, diplomado com o Curso Geral do Comércio das Escolas Técnicas.

⁵⁵ Em Portugal, o ensino técnico, quando comparado ao liceal, será alvo de menor atenção, todavia, “assinala-se um aumento de títulos consagrados a ele a partir de 1947, data da lei n. 2.025, de 19 de junho de 1947, e com maior incidência em 1948, quando da publicação do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial”. (REMÉDIOS, 2003, p. 16).

⁵⁶ Com a criação desse Curso, cujo início ocorreu em outubro de 1971, ficou implícita a ideia de que os institutos comerciais viriam a ser integrados ao ensino superior politécnico, criado por Veiga Simão, através do Decreto-Lei nº 402/73, de 11 de agosto, o que, na realidade, não chegou a acontecer. Somente em 1975, através do Decreto-Lei nº 313, de 26 de junho, sendo Ministro da Educação José Emilio da Silva, os diplomados com o Curso de Contabilista foram equiparados a bacharéis, uma vez que, conforme o respectivo preâmbulo, “não se justificava a discriminação profissional e social de que eram objecto os diplomados destes institutos que, depois de cumprirem um programa de estudos correspondente, na prática, a um bacharelato, não tinham acesso a este grau académico” (COSTA; ALVES, 2008, s. p.).

a Reforma Veiga Simão⁵⁷, que viria a ser corporizada à Lei nº 5/73⁵⁸, de 25 de julho, em resultado da conscientização da “necessidade de se estabelecerem e explorarem a fundo, intimas relações entre Educação e Economia, a que as preocupações dos dirigentes portugueses se tinham mostrado alheias”. (CARVALHO, 2011, p. 794-5).

Em um cenário onde já se percebia o movimento revolucionário que extinguiria o regime Estado Novo, na década de 1970, a reforma educativa de Veiga Simão, tendo como base o processo histórico em curso nos países industrializados, buscou diversificar e expandir o ensino de forma a utilizar a educação como uma oportunidade “capaz de realizar o ideal de igualdade de oportunidades sociais”. (GRÁCIO, 1997, p. 57).

A mudança ocorrida no ensino, após a Revolução de 1974, alterou também as bases do ensino superior. O preâmbulo do Decreto-Lei nº 313/75, de 26 de junho, que equiparou a bacharel quem obtivesse, a partir dessa data ou já tivesse obtido aprovação no curso de contabilista oferecido pelos institutos comerciais⁵⁹, trouxe a seguinte redação:

A conversão do ensino médio em ensino superior é um objectivo que só se justifica se com ele servirem os interesses do País. Interesses que podem ser os da formação de técnicos qualificados necessários ao actual estágio de desenvolvimento

⁵⁷ A reforma de Veiga Simão não chega a ser totalmente implementada, devido ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, que repõe o estado democrático. Atinente ao ensino superior, as principais alterações verificam-se nas condições de acesso e nos planos curriculares. O projeto político assente na expansão e diversificação do ensino, apresentado por Veiga Simão, em meados da década de 1970, no qual os institutos politécnicos integrariam o ensino superior juntamente com as universidades e outros estabelecimentos de ensino similares, constituiu-se como um marco importante. O ensino superior politécnico, sucedâneo do ensino superior de curta duração, foi criado pela Reforma Veiga Simão (com a Lei nº 5/73 e o Decreto-Lei nº 402/73), tendo sido consagrado em definitivo com a alteração da designação de “ensino superior de curta duração” para “ensino superior politécnico”, a partir do Decreto-Lei nº 513-T/79, com “dignidade idêntica ao universitário” e com objetivos de formação superior específicos. Com a Lei nº 29/80, constituiu-se a rede de ensino superior politécnico em Portugal, que integra 27 escolas em 15 distritos nacionais. Essa será, assim, uma rede fortemente regionalizada, importante para o desenvolvimento local dessas regiões, através da formação de técnicos com uma preparação prática, e em áreas científicas e económicas específicas de cada região. (URBANO, 2011, p. 98).

Em 1975, ano vestibular de ingresso ao Ensino Superior, cria-se o Serviço Cívico Estudantil, constituído por atividades de serviço à comunidade, com o objetivo de criar nos estudantes hábitos de trabalho socialmente produtivos e inseridos num programa global de reconstituição do país. As universidades passam a dispor de autonomia pedagógica, científica e financeira. São dados aos alunos do ensino técnico profissional e do ensino médio condições de acesso ao ensino superior; do mesmo modo, aos maiores de 25 anos e aos trabalhadores com uma atividade comprovada de 5 anos. Os institutos industriais de ensino médio reconvertem-se em institutos superiores, igualmente dotados de personalidade jurídica e de autonomia administrativa (CARVALHO, 2011).

⁵⁸ A Lei nº 5/73 determina que o ensino superior seria assegurado por Universidades e Institutos Politécnicos, podendo os cursos serem de curta e de longa duração. Quanto aos graus académicos conferidos, consagravam-se para as universidades os graus de bacharel, licenciado e doutor, enquanto que os Institutos Politécnicos conferiam apenas o grau de bacharel (PORTUGAL, 1973).

⁵⁹ Foram transformados em institutos superiores os Institutos Comerciais de Lisboa, Porto e Coimbra, que passaram a depender da Direcção-Geral do Ensino Superior, conforme o Art. 1º do Decreto-Lei nº 313/75. O disposto nesse artigo foi extensivo ao Instituto Comercial de Aveiro, que, à época, era administrado pelo Instituto Comercial do Porto (PORTUGAL, 1975).

económico e social vivido em Portugal ou os da democratização da nossa sociedade, pela abolição de todas as discriminações injustas. Estas condições verificam-se, em princípio, com a conversão dos institutos comerciais em escolas superiores. Desde logo a última, pois não se justificava a discriminação profissional e social de que eram objecto os diplomados destes institutos, que, depois de cumprirem um programa de estudos correspondentes, na prática, a um bacharelato, não tinham acesso a este grau académico. Quanto ao aspecto da formação de técnicos qualificados e úteis ao País, a conversão dos institutos comerciais só cumprirá este objectivo se os novos planos de estudo forem cuidadosamente elaborados e perfeitamente integrados nos planos globais da acção educativa do ensino superior. Para já, e enquanto não se estabelece um regime que opere a integração definitiva dos institutos comerciais no sistema do ensino superior, resolve-se o problema da equiparação dos diplomados dos institutos comerciais a bacharéis, além de se apontar para as futuras medidas de conversão com a modificação da dependência administrativa dos mesmos institutos. (PORTUGAL, 1975).

Estavam, pois, criadas as condições para a elevação dos institutos comerciais em institutos superiores, situação que viria a ser confirmada pelo Decreto-Lei nº 327/1976, quando o Ministério da Educação reconverteu tais institutos em institutos superiores de contabilidade e administração (ISCA), escolas “dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e pedagógica” e nelas se conferindo “os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento” em Contabilidade. (PORTUGAL, 1976).

Os ISCAAs tinham como objetivos principais, segundo Costa e Alves (2008):

1) A nível profissional, o direito de os contabilistas diplomados e a diplomar nesses institutos terem os seus títulos académicos reconhecidos profissionalmente em equiparação com os licenciados por universidades e estabelecimentos de ensino superior, desde que, no exercício de idênticas funções, inclusive, com a possibilidade de ensino de matérias contábeis nesses institutos;

2) Possibilidade de acesso automático à matrícula nas licenciaturas de estabelecimentos de ensino superior a indivíduos habilitados no curso de contabilista;

3) Direito de as associações profissionais serem parte ativa na definição dos programas de contabilidade e matérias afins;

4) Integração dos institutos comerciais no subsistema de ensino superior e, conseqüentemente, a consagração de uma licenciatura em contabilidade.

Segundo o preâmbulo do supracitado decreto-lei, pretendia-se, além da contabilidade, já ministrada nos institutos comerciais, criar e desenvolver um ensino que cobrisse a formação de técnicos destinados ao setor público, tanto administrativo como empresarial, em matérias como o controle orçamental, a gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, a organização e o tratamento da informação. Os quatro ISCAAs então existentes (Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto) iniciaram a organização dos respectivos bacharelatos em

Contabilidade, os quais, embora não fossem idênticos em todos eles, tinham em comum as suas grandes linhas, que contemplavam, basicamente, as mesmas disciplinas (ISCAA, 1999).

Em Portugal, a gênese do ensino superior de contabilidade constitui-se em uma situação diversa daquela observada no Brasil, visto que os institutos comerciais, ao serem convertidos em institutos superiores, já iniciaram suas atividades com uma estrutura acadêmica formada, visto que permaneceram os mesmos docentes e discentes, além de que a estrutura física das instituições também foram mantidas. Assim, somente os planos de estudos seriam reestruturados.

Ao serem instituídos os ISCAAs, pretendia-se ministrar nos mesmos, além do bacharelato e licenciatura, também os estudos de 2º ciclo, correspondentes ao mestrado. No entanto, a lei “nunca foi executada no que respeita ao grau de licenciatura e doutoramento” (RODRIGUES, s. d.). A regularização da oferta e efetiva ministração das licenciaturas ocorreria por meio do Decreto-Lei nº 443/1985, o qual autorizou os Cursos de Estudos Superiores Especializados (CESE) equivalentes ao grau de licenciatura, sendo o ISCAL a instituição primeira a ministrar esses estudos. Os doutoramentos, compreendendo apenas os estudos do 2º ciclo (mestrados), somente seriam ministrados nos ISCAAs a partir do Século XXI. Sobre essa questão, Estevens (2001, p. 9) afirma:

A conquista da licenciatura foi extremamente difícil, como atesta a literatura da época. Em Portugal não havia tradição de uma licenciatura em Contabilidade. Sequer era sabido para que esta servia! [...] E entretanto decorre um conjunto de “cessos” e “retrocessos”. Um sistemático pára/avança. Vão ser necessários quase vinte anos para o conseguir.

É preciso destacar que, desde 1985, o ensino superior de contabilidade compreende um sistema binário formado pelo ensino universitário e o ensino politécnico⁶⁰ e, de forma similar ao do Brasil, é público e privado. Às Universidades compete a oferta dos chamados cursos de 2º ciclo (mestrado) e de 3º ciclo (doutoramento) em Contabilidade. Aos institutos

⁶⁰ De acordo com o Ministério da Educação e Ciência, “o ensino politécnico pretende proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática com vista ao exercício de actividades profissionais. Este ensino é ministrado em instituições superiores especializadas” (OEI, 2003b, p. 152).

politécnicos⁶¹, aos quais os ISCAs estão subordinados, compete o ensino superior na forma de licenciatura e, ainda, os cursos de segundo ciclo (mestrado)⁶².

2.3 Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa: processo de criação e consolidação

O instituto superior de contabilidade e administração, em Lisboa, é resultante da mudança automática do ICL para ISCAL. Embora a estrutura administrativa e física permanecessem inalteradas, visto a manutenção, no estágio inicial, dos docentes e a ocupação das mesmas instalações prediais, alterou-se, no momento da conversão, além da denominação da instituição, do grau acadêmico, dos planos de estudos⁶³ que foram reformulados, a relação de subordinação. Estabeleceu-se uma relação de dependência do ISCAL junto a Direcção-

⁶¹ No período de 1977 a 1985, foi sancionada uma série de decretos-leis que (re) instituíram o ensino superior politécnico de curta duração (Decreto-Lei nº 427/1977) e o ensino superior politécnico “de tónica vincadamente profissionalizante” (Decreto-Lei nº 513-T/1979), que não foram extensivos ao ensino de contabilidade. Os ISCAs seriam integrados ao ensino superior politécnico somente a partir de 1988 (Decreto-Lei nº 70/88) (COSTA; ALVES, 2008, s. d.).

⁶² Sobre o ensino superior de contabilidade em Portugal, embora se configure em período temporal não abrangido por esta investigação, acrescenta-se, como informação complementar, que, devido à reorganização dos ISCAs, mediante sua integração ao ensino superior politécnico, foi aprovado, em 17 de julho de 1998, (Portaria nº 413-A/98), o regulamento geral dos cursos bietápicos de licenciatura das escolas de ensino superior politécnico, os quais contavam com dois ciclos: o primeiro, com a duração de seis semestres letivos, que conduzia ao grau de bacharel, e o segundo, com a duração de dois a quatro semestres letivos, que conduzia ao grau de licenciado. No ISCAL, a licenciatura (bietápica) tinha a duração de oito semestres letivos, seguidos da frequência de diversos seminários e da elaboração e apresentação, perante um júri, do chamado trabalho de fim de curso, o qual poderia ser substituído pela realização de um estágio e elaboração do respectivo relatório a apresentar perante um júri.

De forma sequencial a esse processo, foi introduzida em Portugal, a partir de 2005-2006 (Lei nº 49/2005 e Decreto-Lei nº 74/2006), uma nova sistemática de progressão no ensino superior. Nesse sentido, regulamentaram-se as alterações introduzidas no novo modelo de ensino superior no que diz respeito aos ciclos de estudos (Processo de Bolonha), sendo a duração dos cursos de primeiro ciclo (licenciatura), nos ISCAs, reduzida para três anos. A partir de 2006/2007, deixaram de funcionar os ramos de especialização que existiam nas licenciaturas bietápicas e, a partir de 2007/2008, passaram a funcionar cursos de 2º ciclo (mestrado). Há que se referir também que, antes do Processo de Bolonha, o primeiro curso de mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais teve o seu início no ano letivo de 1994/95 e foi ministrado na Universidade Aberta, a qual, a partir de 1998, começou também a conceder o grau de Doutor em Gestão (especialidade em Contabilidade). (COSTA; ALVES, 2008).

⁶³ Sobre os planos de estudos do ISCAL, cuja discussão é apresentada no Capítulo IV, compreende-se que foi adotado no ano zero (1975/1976) um plano de estudos resultante, em grande parte, do estudo e proposta desenvolvida pela Comissão Organizadora do Sindicato Nacional dos Contabilistas em 1971. Os planos seriam reformulados em 1984, quando, por meio do Despacho nº 46 da Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES), e com o objetivo de que fossem “ministrados cursos mais aprofundados e diversificados do que os que actualmente neles se professam”, foi constituída comissão para estudo e reformulação do plano adotado desde 1975/1976. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1984). A proposta dessa comissão ou os planos de estudos não foram obtidos como fontes documentais no decorrer da presente investigação.

Geral do Ensino Superior (DGES)⁶⁴, órgão subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, que regularia as normas relativas ao ensino e demais questões de ordem legal na IES.

Adicionalmente à relação de dependência com a DGES, constituiu-se uma comissão consultiva permanente, de âmbito nacional, destinada a “contribuir para o estudo dos problemas relacionados com o funcionamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos institutos superiores de contabilidade e administração” regida por normas emanadas da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. A autonomia administrativa e pedagógica parece não se configurar, portanto, em sua plenitude, visto que, dentre as funções da comissão, competia a ela “transmitir ao Ministério da Educação e Investigação Científica os seus pareceres ou propostas sobre as medidas que for necessário tomar”. (PORTUGAL, 1976, p. 1017).

Conforme o Decreto-Lei nº 327/76 e, ainda, com relação a essa comissão consultiva, constavam, em sua composição: representantes da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica; representantes da Secretaria de Administração Pública; representantes do próprio ISCAL; representantes de associações profissionais relacionadas aos cursos ministrados no ISCAL; e outros elementos designados pela própria comissão.

A manutenção dos docentes do ISCAL, prevista por decreto, foi específica quanto à composição do quadro do magistério. Havia, no momento da conversão, uma classificação que compreendia professores catedráticos (que, no ISCAL, nesse ano de 1976, totalizavam 12 (doze) professores), professores extraordinários, professores auxiliares (de nomeação definitiva) e assistentes (de nomeação definitiva). Não há informações conclusivas, mas infere-se, pelo teor legal do Decreto-Lei nº 327/76, que os docentes catedráticos⁶⁵ ficariam mantidos em seus cargos, os quais seriam extintos à proporção dos licenciamentos destes. Em 1985, quando de fato o ISCAL se consolidou como uma IES apta a oferecer além do

⁶⁴ O órgão regulador das questões legais envolvendo o Instituto Comercial de Lisboa é a Direcção Geral do Ensino Comercial e Industrial, subordinada ao Ministério do Comércio e Comunicações, conforme observado no *caput* das legislações relativas ao ensino comercial.

⁶⁵ A carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico, ao qual o ISCAL foi incorporado a partir de 1988, compreende atualmente as seguintes categorias: professor coordenador, professor adjunto e professor assistente, cujas atividades funcionais podem ser descritas como: (i) ao *professor coordenador* compete a coordenação pedagógica, científica e técnica das atividades docentes e de investigação no âmbito de uma disciplina ou área científica; (ii) o *professor adjunto* colabora com os professores coordenadores no âmbito de uma disciplina ou área científica; cooperar com o restante dos professores da disciplina ou área científica na coordenação dos programas, metodologias de ensino e linhas gerais de investigação; (iii) as funções dos *assistentes* consistem em coadjuvar os professores no âmbito da atividade pedagógica, científica e técnica da disciplina ou área científica em que preste o serviço, além de ministrar aulas teóricas ou teórico-práticas. (OEI, 2003c).

bacharelato, também os cursos de estudos superiores especializados, que se converteriam nas primeiras licenciaturas, o quadro de pessoal era composto por 10 (dez) professores coordenadores e 16 (dezesesseis) professores adjuntos.

Aqueles professores, cuja contratação se configurava como *de nomeação definitiva*, pertenceriam, no ISCAL, a um quadro transitório, e esses cargos seriam extintos mediante sua vacância. Não foram encontradas, também, informações relativas à quantidade de professores “ordinários, efectivos e provisórios” do ISCAL, mas presume-se que eles existiam, visto destaque legal, ressaltando que esses docentes “passam a professores auxiliares de um quadro transitório”. Também os professores não enquadrados na categoria de “ordinários, efectivos e provisórios”, mas “mestres diplomados com um curso superior ou equiparados, com mais de oito anos de serviço efectivo como professores ou mestres”, passariam no ISCAL a assistentes do quadro transitório a ser extinto.

Para a composição do quadro de docentes, a partir de 1976, previu-se que os bacharéis em Contabilidade e Administração e aqueles que foram equiparados a bacharéis em 1975 poderiam ser contratados, desde que confirmados seus méritos profissionais, e em consonância com seus campos de especialidade, para os cargos de docentes no ISCAL. Essa flexibilização tinha dois motivos: (i) completar o quadro de pessoal que à época era restrito a 12 (doze) docentes e, portanto, praticamente impossível de manter o funcionamento nos períodos diurno e noturno; (ii) dada a insuficiência de pessoal com formação em outros níveis superiores, legalizar a contratação de pessoas cuja habilitação correspondia tão somente ao anterior curso de contabilista equiparado ao bacharelato.

A estrutura organizacional do ISCAL, confirmada em fontes documentais e orais⁶⁶, mantém-se a mesma desde sua gênese. Existe um Conselho de Representantes dividido em conselho técnico científico e conselho pedagógico – antes, comissão consultiva – à qual, hierarquicamente, responde o presidente do ISCAL que, comparativamente à FEA, seria o reitor. A esse presidente se reportam os diretores de cada curso.

Com relação ao acesso dos discentes, assegurava-se, no chamado ano zero (1975/1976), a inscrição daqueles alunos que tivessem obtido aprovação no 2º ano da Secção Preparatória⁶⁷ do ICL em regime noturno ou no 1º ano das mesmas secções em regime diurno,

⁶⁶ Atribuem-se as informações relativas à estrutura organizacional do ISCAL, obtidas por meio de entrevista em 2013, ao Sr. João António Poço Marques Asseiceiro, à época, diretor do curso de contabilidade dessa IES.

⁶⁷ A Secção Preparatória era o curso que capacitava os alunos do Instituto Comercial de Lisboa a prestarem exames admissionais para os estudos de bacharelato/licenciatura no ISCEF, antes da conversão desse estabelecimento ao ensino superior, por meio da instituição do Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

cuja prioridade era absoluta desde que satisfizessem as condições relativas ao serviço cívico. Outras regalias foram concedidas aos estudantes nesse ano inicial. No Despacho Ministerial nº 2/1977, lê-se que seriam organizados cursos especiais de recuperação, no âmbito da DGES, para aqueles alunos que não conseguiram aproveitamento na totalidade das disciplinas que constituíram o ano zero, considerando que “muitos deles são estudantes trabalhadores que mereceram aprovação, em pelo menos, metade das matérias lecionadas naquele ano zero” e, ainda, que “o número de estudantes em tais condições – aproveitamento em metade, ou mais das disciplinas – orça por duas centenas”.

No ensino superior de contabilidade, o ingresso não ocorria, como se verifica nos anos iniciais, por meio de exames vestibulares. Dados inconclusivos sobre o sistema de ingresso não permite inferir, no entanto, qual o processo utilizado nos anos subsequentes. É certo que, a partir de 1985, algumas regras gerais relativas ao regime de *numerus clausus* seriam observadas para a definição do ingresso de alunos no curso de contabilidade. Esse número seria fixado por meio de Portaria do Ministério da Educação (PORTUGAL, 1985).

Ainda com relação à discussão sobre a evolução da IES, destaca-se sua autonomia financeira. No ISCAL, as receitas para sua manutenção são decorrentes de: (i) verbas inscritas no orçamento geral do Estado e aos mesmos destinadas; (ii) os rendimentos deles próprios (decorrentes de propinas e outros); (iii) o produto da venda de publicações; (iv) os subsídios e donativos de entidades públicas ou privadas e os legados; (v) quaisquer outras receitas autorizadas pelo Ministro da Educação e Investigação Científica (PORTUGAL, 1976).

A autonomia administrativa e financeira não foi suficiente para que o ISCAL e os demais ISCA ministrassem todos os graus de ensino previstos em lei desde 1976. No momento em que os bacharelatos se encontravam em fase de consolidação e se começavam a dar os primeiros passos para a criação da licenciatura, o governo, por meio de legislações, intentou implantar os cursos de curta duração que, praticamente, reconverteriam esses institutos ao grau anterior. Costa e Alves (2008, s. p.) explicam que:

os ISCA passaram por um período muito conturbado e que se traduziu num decréscimo significativo do número dos seus alunos. Para obviar a esta situação, o ISCA de Lisboa deu início, em Janeiro de 1980, aos cursos de especialização pós-bacharelato os quais, incompreensivelmente, foram mais tarde proibidos pelos responsáveis que então se encontravam à frente do Ministério da Educação.

A consolidação dessa IES ocorre, efetivamente, em 1985, quando, por meio do Decreto-Lei nº 443, foi autorizada a criação de Cursos de Estudos Superiores Especializados, (CESEs) equivalentes, para todos os efeitos legais, à licenciatura. O ISCAL foi o primeiro

Instituto a colocar em funcionamento os cursos de estudos superiores especializados em Auditoria e Controle Financeiro, considerados, como afirmam Estevens (2001) e Costa e Alves (2008), as primeiras licenciaturas do ensino superior⁶⁸. Após 1985, o ISCAL foi integrado ao ensino superior politécnico, quando, então, passou a oferecer outros cursos além do curso de contabilidade, mantendo-se, todavia, a ênfase profissionalizante dos cursos ali ministrados e voltados para o preenchimentos de cargos privados e públicos⁶⁹.

2.4 Espaços escolares: estrutura e localizações

O bacharelato em contabilidade, no ISCAL, previa duração de 3 (três) anos para sua integralização, caso fosse diurno. Para o período noturno, era prevista a duração de 6 (seis) anos, sendo tais cursos noturnos assegurados sempre que o número de candidatos o justificasse. Fontes documentais evidenciam, no entanto, apenas a estrutura curricular a ser integralizada em três anos, assim como as disciplinas de natureza obrigatória e facultativa, conforme será observado no Capítulo IV, quando se discute o currículos das IES.

Para a integralização do currículo e realização das aulas utilizava-se o prédio localizado à Rua das Chagas, números 7-15, na área antiga de Lisboa, entre o Chiado e o Bairro Alto. Nesse prédio, chamado de Palácio Viana ou Palacete das Chagas (Figura 3) onde se visualiza a estrutura física do prédio no ano de 1959 e Figura 4, onde se vê, frontalmente, o mesmo edifício após restauração, funcionou desde 1918 as aulas do Instituto Comercial de Lisboa. Foi este prédio, também, as primeiras instalações do ISCAL, em 1976, ainda que por pouquíssimo tempo.

Relato de Matilde Estevens dão conta de que era um prédio de dois andares com diversas salas de aula, tanto no primeiro piso quanto no segundo piso. Por ser uma região

⁶⁸ “Em 2006, decorrente da adesão ao Processo de Bolonha, o ISCAL foi autorizado a leccionar três Licenciaturas: Licenciatura em Contabilidade e Administração (ramo de Contabilidade; ramo de Fiscalidade; ramo de Gestão e Administração Pública); Licenciatura em Gestão e Licenciatura em Finanças Empresariais. No ano lectivo 2010/2011, entrou em funcionamento a Licenciatura em Solicitadoria. O ISCAL conta actualmente com nove Cursos de Mestrado: Mestrados em Administração Pública, Auditoria, Contabilidade, Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, Contabilidade Internacional; Fiscalidade; Contabilidade e Análise Financeira; Controlo de Gestão e dos Negócios, Gestão e Empreendedorismo e um Doutoramento em Administração Pública, que é ministrado em conjunto com a Universidade de Lisboa e pelo ISCAL”. (ISCAL [online], 2014).

⁶⁹ Em Portugal, antes do Processo de Bolonha, o primeiro curso de mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais teve o seu início no ano letivo de 1994/95 e foi ministrado pela Universidade Aberta de Lisboa, a qual, a partir de 1998, começou também a conceder o grau de Doutor em Gestão (especialidade em Contabilidade). Por outro lado, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), instituição de ensino universitário público criada em 1972, iniciou, no ano letivo de 2001/2002, o seu programa doutoral em Gestão, com especialização em Contabilidade (COSTA; ALVES, 2008).

próxima ao Rio Tejo era uma área que sofria inúmeros alagamentos, dificultando o acesso dos alunos. Poema de Catarino (2014) também permitem impressões sobre o local.

[...] 1971 ou 1972, Instituto Comercial de Lisboa. Os estudantes em protesto apinham-se nas escadas em caracol exigindo a presença do director. Como não aparece, começam a bater com os pés nos degraus de madeira. Eis que se abre porta no primeiro andar, surge apavorado professor de Matemática, o Menos Dois: - Senhores alunos! senhores alunos, grita, tentando fazer-se ouvir sobre o clamor geral, estou aqui não como professor, mas como engenheiro! Para vos dizer que se continuam a bater com os pés as escadas caem!

Figura 3 – Instituto Comercial de Lisboa - Rua das Chagas, 7-15 – ano de 1959



Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. Foto de Fernando de Jesus Matias (1959).

Figura 4 – Prédio do Instituto Comercial de Lisboa (ISCAL) - após restauração



Fonte: Arquivo [online] de José Catarino (2014).

Na Figura 5, visualizam-se as instalações prediais do ISCAL na atualidade, local para onde se transferiu o instituto, ainda em 1976. Além de permanecer aberto desde as 8 horas da manhã até as 23 horas, localiza-se em uma área central na cidade de Lisboa, próximo a entidades de classe representativas da profissão e, ainda, instituições financeiras e empresas das mais diversas. O acesso também é facilitado devido à diversidade de meios de transporte, que compreendem metrô e ônibus. Nessas instalações, são abrigados, inclusive, todos os equipamentos e patrimônio do Instituto Comercial de Lisboa. O acervo histórico composto de móveis e livros didáticos permanece em sala específica que se pretende remodelar para constituir-se de um museu. Nesse prédio, localizado em área central, há uma diversidade de andares⁷⁰, onde se concentram todas as aulas dos diversos cursos de licenciatura e mestrado oferecidos pela IES.

Figura 5 – Instalações atuais do ISCAL - Av. Miguel Bombarda



Fonte: Disponível [online] em: <http://www.ipl.pt/instituto/informacao-institucional> (2014).

⁷⁰ No momento em que permaneci em Lisboa, Portugal e, de forma específica, nessa instituição, enquanto cursava o programa de doutorado intercalar sanduíche, realizando ali pesquisas em fontes documentais e participando de aulas presenciais da disciplina de História da Contabilidade, ministradas no mestrado pelo Professor Hélder Viegas da Silva, visitei todas as dependências do ISCAL que comportam salas de aula, biblioteca, auditórios, refeitório, área de lazer para estudantes, salas de reuniões e todas as dependências do setor administrativo e arquivos.

CAPÍTULO III

O SURGIMENTO DAS FACULDADES DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Neste capítulo, similarmente ao Capítulo II, apresentam-se elementos a fim de compreender o processo que resultou na institucionalização do ensino superior no Brasil, no Século XX, centrando o foco na discussão do ensino superior de contabilidade. A partir dessa discussão, ter-se-á estabelecido o cenário para o surgimento da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), instituição escolar brasileira investigada.

Destacam-se e discutem-se, no Capítulo III, as categorias de análise relacionadas ao contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e instalação da FEA-USP, focalizando seu processo evolutivo, o espaço físico e seu processo de gestão. Para entendimento desse processo, em relação à IES brasileira, adotou-se a seguinte estrutura para o capítulo:

- Ensino superior no Século XX, em que se busca apresentar uma historiografia do ensino superior no Brasil até a gênese, em 1945, do ensino superior de contabilidade e surgimento das instituições superiores que o ministrariam.
- O ensino superior de contabilidade na FEA-USP, a partir de 1946, em que se discute as ambiências históricas do processo evolutivo dessa instituição, assim como características relacionadas ao ensino ali ministrado.

3.1 O ensino superior no Brasil

Comparativamente a Portugal, os ideais republicanos brasileiros datam de um período anterior, pois, em 1889, instaurava-se esse regime, *libertando* o país do domínio da Corte Portuguesa. Nesse período histórico, eram 29 (vinte e nove) os cursos de educação superior, conforme apresentado na Tabela 3 (Apêndice C).

Os cursos superiores à época do processo de transição entre Império e Primeira República resultavam de um projeto educacional que esteve, conforme Teixeira (1998), a

serviço dos interesses das elites⁷¹ detentoras do poder político e econômico que marcava a política de dependência instaurada no Brasil Colônia. De um lado, visava-se à cultura profissional e, de outro, enfatizava-se o sentido liberal de profissões socialmente prestigiadas, mantendo, contudo, de acordo com Anísio Teixeira, um papel alienador: “[...] tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura europeia”. (TEIXEIRA, 1998, p. 93-94).

No campo do ensino superior, Coelho e Vasconcelos (2009, p. 3) concordam que foram pequenas as iniciativas dos governos imperiais. Cursos viraram academias, currículos foram alterados, mas o panorama não mudou substancialmente. Permanecia o modelo de formação dos profissionais liberais em estabelecimentos isolados e visava-se a assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além da garantia de prestígio social. Mantinha-se, ainda, a intencionalidade da coroa portuguesa de conservar a dependência com relação à Universidade de Coimbra, visto ser essa a universidade para onde os brasileiros eram enviados para estudarem.

A criação de universidades no Brasil revela considerável resistência tanto por parte de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, como por parte de alguns brasileiros que não viam justificativa para a criação de instituições desse gênero no país, considerando muito mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para fazer seus estudos superiores (FÁVERO, 1977).

A partir da década de 1870, liberais⁷², conservadores e positivistas⁷³ concordavam em relação à liberdade de ensino superior, por razões ideológicas ou por razões de conveniência

⁷¹ O sociólogo Giovanni Busino faz referência à elite como a “minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua proeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade” (BUSINO, 1992, p. 4).

⁷² O Liberalismo é uma filosofia política que prima pela autonomia moral e econômica da sociedade civil em oposição à concentração do poder político. O liberalismo ganhou expressão moderna com os escritos de John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Seus principais conceitos incluem individualismo metodológico e jurídico, propriedade privada, governo limitado, ordem espontânea, estado de direito e livre mercado (COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 10).

⁷³ O Positivismo foi a autodenominação de uma doutrina filosófica surgida na sua forma amadurecida, na França, elaborada por Augusto Comte (1798-1857). Pretendia unificar os conhecimentos do mundo “humano” ao “natural” pela aplicação àquele da metodologia que as ciências naturais teriam desenvolvido: um método “positivo” em oposição ao método “metafísico”. (CUNHA, 2007, p. 86).

prática⁷⁴. Segundo Cunha (2000, 2007), o Estado detinha e precisava manter o monopólio da formação da força de trabalho habilitada para o desempenho de determinadas profissões, garantido os interesses de poder, remuneração e privilégios (distribuição de privilégios) de certos grupos corporativos e, por isso, o Estado não liberava o ensino superior, pois “o aumento do número de diplomados, poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração” (CUNHA, 2007, p. 85).

Todavia, o consenso dos adeptos da liberdade de ensino não se repetia em relação à criação da universidade. Para os liberais, a criação de uma universidade teria a função de formar “uma elite preparada e competente, capaz, não de traduzir as aspirações populares, mas de desenvolvê-las e incentivá-las” (CUNHA, 2007, p. 86). Para os positivistas, a oposição à sua criação justificava-se com base na argumentação de que a universidade consumiria um capital enorme que seria melhor aplicado na elevação dos proletários e, também, porque dificultaria a propagação da doutrina regeneradora, fosse ela qual fosse e, por fim, porque atacaria a liberdade de pensamento, além de “aumentar o parasitismo burguês”, na percepção de Teixeira Mendes⁷⁵ (CUNHA, 2007, p. 90).

Criticada por uns e defendida por outros, a universidade que não aconteceu no Império teria sua gênese durante a República⁷⁶. Durante a Primeira República, o sistema educacional apresentou expansão considerável, visto que o número de escolas superiores se multiplicou e se espalhou por muitas cidades. Essa multiplicação foi determinada pelo aumento da procura de ensino superior demandada pelas transformações econômicas e institucionais e pela luta dos liberais e positivistas pelo ensino livre e contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares (CUNHA, 2007; COELHO; VASCONCELOS, 2009).

Sobre as instituições superiores criadas na Primeira República, Adde (2012) e Ferreira (2014) explicam que essas eram escolas superiores independentes e de tipo profissional. A esse respeito, Teixeira (2005, p. 197) ressalta que “a tradição do ensino superior brasileiro, antes da universidade, foi a escola superior isolada, de tempo parcial, com professores e

⁷⁴ Coelho e Vasconcelos (2009, p. 5) esclarecem, quanto às razões de concordância de liberais e positivistas em relação ao ensino superior, que, até a década de 1870, a Igreja Católica tinha sido contrária à liberdade de ensino, pois não admitia a validade de se ensinar uma doutrina que considerava falsa, porém, com as tentativas do Papa Pio IX de subtrair ao Estado o controle da Igreja, uma série de conflitos entre a burocracia e a Igreja fizeram com que esta se posicionasse ao lado dos seus, até então adversários, os liberais e os positivistas.

⁷⁵ Raimundo Teixeira Mendes, referenciado por Luis Antônio Cunha, é, segundo o próprio Cunha (2007, p. 88), “o líder maior da facção ortodoxa dessa doutrina” positivista.

⁷⁶ No Brasil, a República foi proclamada por um golpe de Estado, no desfecho de uma conspiração que reuniu liberais, positivistas e monarquistas. Seu período compreende o espaço temporal de 1889 a 1930.

estudantes reunidos em certos períodos diários para um curso de conferências (aulas) que se previam boas, senão notáveis”.

As primeiras universidades brasileiras, instituídas nos primeiros anos do Século XX, se localizaram no Paraná (1912) e no Rio de Janeiro (1920), resultantes da junção das escolas profissionais superiores isoladas que havia nos dois Estados. A análise crítica de autores diversos evidencia que o que se fez, em ambos os casos, foi tão somente reunir as escolas profissionais isoladas em uma mesma denominação institucional, sem que, entretanto, isso se constituísse em direcionamento político na busca de estabelecer nova concepção de ensino superior em nível universitário no Brasil. (SAMPAIO, 1991; MOROSINI, 2001, 2205, 2006; SOARES, 2002; TEIXEIRA, 2005; CUNHA 2007; BARREYRO, 2008). Esse modelo de aglutinação caracterizou, também, o processo de criação das universidades de Lisboa e Porto, em Portugal.

É o surgimento das universidades de Minas Gerais (1927), Rio Grande do Sul (1932), São Paulo (1934) e Brasília (1939) que marca o embrião da nova concepção de ensino universitário brasileiro. Essas IES voltaram-se, intencionalmente, para o desenvolvimento científico, humanístico e profissional, não se atendo apenas ao eixo profissionalizante do ensino (TEIXEIRA, 2005; CUNHA, 2007).

Outra intencionalidade também é percebida: o ensino, como um todo, e o ensino superior, em específico, era visto como o suporte para o ritmo do desenvolvimento urbano e industrial que o país vivenciava, pois os cursos superiores eram tidos como parte do processo de introdução às profissões “[...] visando oferecer alguma base para o preparo profissional, que iria ser adquirido na prática, fora da escola, na profissão” (TEIXEIRA, 2005, p. 175). De forma extensiva a essa constatação, o governo republicano publicou três decretos presidenciais – 1911⁷⁷, 1915⁷⁸ e 1925⁷⁹ – tratando da reforma do ensino secundário e superior (FERREIRA, 2014).

⁷⁷ A Reforma Rivadávia Corrêa, também nominadas de Lei Rivadávia Corrêa ou Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, foi implantada em 05 de abril de 1911, pelo Decreto nº 8.659. Essa Reforma adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de IES. Pela Lei, o governo dispensava a exigência de equiparação a uma instituição do modelo de nível federal, o que tornava possível a criação de universidades pela iniciativa privada (CHAGAS, 1979).

⁷⁸ A Reforma Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (chamada Lei Maximiliano), de 18 de março de 1915, implantada por meio do Decreto nº 11.530, tinha o objetivo de reaver a autonomia e o respeito do ensino secundário oficial, possibilitando que o Governo Federal mantivesse um instituto-padrão para o ensino secundário. Exigiu-se, nessa reforma, que IES fossem equiparadas a estabelecimentos oficiais e tivessem cinco anos de funcionamento, em localidade com população superior a 100 mil habitantes.

⁷⁹ Nova reforma foi instituída pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, conhecida como Rocha Vaz (presidente do Conselho Superior de Ensino). Essa reforma intensificou o caráter seletivo/discriminatório dos exames vestibulares, mediante a adoção do critério de *numerus clausus* que estabelecia o dever do diretor de cada faculdade de fixar o número de vagas para matrícula daqueles estudantes aprovados, com o objetivo de

Permeando todas essas mudanças em âmbito educacional, a República brasileira, a exemplo do que ocorrera um pouco mais cedo em Portugal, sofreria um golpe que desarticulou a incipiente política educacional que pretendia um ensino laico com acesso irrestrito de todas as camadas populacionais, devido às necessidades do capitalismo que então se impunha por meio da industrialização (BELLO, 2001; LEITE, 2005; CUNHA; 2007).

Getúlio Vargas chega ao poder em 1930 e nele permanece através de um autogolpe, em 1937, instalando-se o Estado Novo (1937-1945), período também denominado de getulismo. O Estado Novo foi um regime totalitário semelhante ao salazarismo, em Portugal, cujas bases ideológicas, para ambos os países, provêm do fascismo italiano.

É nos anos iniciais do governo getulista, logo após a revolução de 1930, que se cria o Ministério da Educação e Saúde – Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930 –, e a educação, conforme Saviani (2011) aponta, começa a ser reconhecida como uma questão nacional. Todavia, é nesse período que as duas políticas opostas, resultantes das ideias liberais e positivistas, marcam o cenário educacional: uma, liberal, e outra, autoritária. A política educacional liberal desloca-se do liberalismo elitista, que se direcionava conforme os interesses sociais e pedagógicos das oligarquias, e cede lugar, a partir de 1932, a um liberalismo igualitário (ALBUQUERQUE, 2013), convergente com os interesses das classes trabalhadoras. Essas ideias educacionais liberais, todavia, dariam lugar à política educacional autoritária, já a partir de 1935, com o objetivo de impedir contestações à ordem social, principalmente, pelos trabalhadores.

A partir do autogolpe que instaura o Estado Novo, ocorre, na área econômica, o chamado movimento nacional-desenvolvimentista. A economia brasileira se desenvolvia em um contexto estatizante⁸⁰, composta de grandes corporações empresariais e industriais, visto que o país deixava de ser essencialmente rural-oligárquico e ensaiava um caminho para ser de base urbana-burguesa (LEITE, 2005; CUNHA, 2007). O desenvolvimento econômico através da industrialização era a grande meta estadonovista e, para viabilizar esse propósito maior, foram criados vários órgãos de apoio em áreas estratégicas, como, por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Federal de Comércio Exterior, e a Coordenação de

dar maior eficiência ao ensino pela redução do número de estudantes em certos cursos e condução de estudantes para cursos menos procurados, nos quais havia vagas não preenchidas (CUNHA, 2007).

⁸⁰ Nesse período, o Estado procurou desenvolver a economia brasileira em uma tendência monopolista-estatal, em que foram fundadas e estatizadas empresas que, por muitas vezes, eram as únicas a terem direito a atuarem em um determinado setor econômico. Como exemplos, citam-se a criação da Companhia das Águas do Rio de Janeiro (então capital federal), a estatização da Light (empresa fornecedora de energia elétrica no Rio de Janeiro), a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), e a criação da Companhia Vale do Rio Doce. (CARONE, 1998; GEORGE, 2008).

Mobilização Econômica – esta instituída em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial⁸¹.

No campo educacional, foi sendo estabelecida uma nova estrutura educacional que privilegiava e reformava o ensino técnico profissionalizante. Cunha (2007) não percebia essas reformas no ensino superior, pois, como explica o autor, não houve necessidade de reformar sua estrutura, já que o Estatuto das Universidades Brasileiras, criado em 1931, fornecera toda normalização para esse grau de ensino.

É nesse período que a profissão contábil passa a ser regulamentada⁸² oficialmente enquanto tal, por meio do Decreto nº 20.158/1931, que ainda reorganizou o ensino comercial, estruturando-o em três níveis: propedêutico, técnico e superior (ROSELLA et al). Também, é nesse contexto político que, em 1945, surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro.

O regime totalitarista Estado Novo, com as crises políticas advindas da guerra e o fortalecimento dos setores econômicos, resultaria na renúncia de Getúlio Vargas (CUNHA, 2007). Se, no Brasil, o regime totalitário estadonovista tem seu fim em 1945, perdura até 1964 um regime com políticas populistas, até que, em 1964, por meio de golpe, seria instaurada a Ditadura Militar (1964-1985). Em Portugal, o Estado Novo persistiria até 1974, quando ocorre a Revolução de 1974. À essa época, o governo português esteve a cargo de Marcelo Caetano que legislou, de 1968 a 1974, até que o poder voltasse aos republicanos. É de salientar que, internamente, o processo educacional foi alvo de políticas em ambos os países, no sentido de políticas visando à profissionalização necessária à nova era instaurada no pós-guerra, de forma similar ao Brasil (ALMEIDA et al., 2012).

As questões discutidas a respeito da educação nacional desde 1947, com o objetivo de elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - que, em relação ao ensino superior, previam mudanças substanciais no Estatuto das Universidades criado em 1931, sendo a autonomia universitária, em termos didáticos, administrativos e financeiros, uma das questões mais importantes do anteprojeto de lei - resultaria na

⁸¹ Da mesma forma que a guerra possibilitou o desenvolvimento da indústria de base, a partir da instalação da CSN, em 1941, ela provocou também, ainda que indiretamente, o fim do regime ditatorial. Com a vitória dos aliados, tornava-se difícil manter no Brasil um regime autoritário. Afinal, o Brasil havia emprestado seu apoio à causa internacional da democracia. As pressões internas se faziam sentir, com manifestações em diferentes estados, desde outubro de 1943, quando foi divulgado o Manifesto dos Mineiros – documento em defesa das liberdades democráticas assinado por intelectuais, profissionais liberais e empresários. Getúlio Vargas foi deposto pelas forças militares em 29 de outubro de 1945. No período de 1951-1954, voltou à Presidência, eleito por voto popular. (CORTI, 2013).

⁸² A partir do Decreto-Lei nº 20.158 de 1931 é que a profissão contábil passa a ser regulamentada oficialmente e, em 1956, com o Decreto-Lei nº 9.295, são definidas as atribuições do contador e do guarda-livros.

promulgação da Lei nº 4.024/61⁸³ (CUNHA, 2007). Preconizava-se a necessidade de reformulação desse nível de ensino, atribuindo-se ao Conselho Federal de Educação (CFE) a definição da duração e o currículo mínimo dos cursos superiores (LAFFIN, 2002; VILELA, 2008).

Cabe destacar que, apesar da evidente expansão do ensino superior brasileiro, “as críticas à sua estrutura e ao seu arcaísmo e a ideologia desenvolvimentista protestavam pela modernização desse grau de ensino” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 74), induzindo a um grande movimento pela reforma universitária na década de 1960. Destaca-se, nesse período, a participação de profissionais da *United States Agency for International Development* (USAID) que vieram ao Brasil, em 16 de março de 1963, com a finalidade de organizar um programa de ensino superior para o país. Esses profissionais diagnosticaram diversos problemas nesse nível de ensino após visitarem algumas instituições de ensino superior. Enumeram-se alguns desses problemas como: (a) ensino inadequado tanto em termos qualitativos quanto quantitativos; (b) atendimento insatisfatório das necessidades da sociedade brasileira; (c) programas curriculares pouco flexíveis; (d) necessidade de readequação do regime de trabalho dos professores, de horistas para regime integral; (e) falta de equipamentos nos laboratórios, bibliotecas deficientes e utilização ineficiente das estruturas físicas das universidades; (f) sistema de ingresso ineficaz devido à elevada taxa de ociosidade; e (g) baixo número de estudantes atendidos. (LEITE, 2005; CUNHA, 2007).

A partir do golpe militar de 1964, a universidade brasileira foi submetida a reformulações que resultaram na ampliação quase que desordenada das formas de ingresso a fim de atender à massiva demanda, em particular, de integrantes da denominada classe média, cada vez mais numerosa e ávida por ascensão social. Verificar-se-ia a reforma do sistema educacional por meio de acordos firmados pelo Ministério da Educação e Cultura com a USAID, denominados de acordos MEC-USAID⁸⁴, e da reforma⁸⁵ universitária de 1968,

⁸³ Nas décadas de 1940 a 1960, houve a retomada de um aumento significativo na demanda do acesso ao ensino superior no país. Cunha (2007) cita alguns fatores explicativos: (i) o ensino superior passou a representar uma certa ascensão social, resultando em maior procura de graus escolares; (ii) a transferência das populações rurais para as zonas urbanas e a percepção dessas da importância dos estudos básicos e de grau médio e, por consequência, do ensino superior; (iii) a inserção das mulheres na escolarização; (iv) a progressiva diminuição de custo das taxas cobradas pelas instituições públicas até chegar, em 1950, à gratuidade total.

⁸⁴ De 1964 a 1968, o MEC firmou 12 acordos com a Usaid com o intuito de reorganizar o sistema educacional brasileiro. O objetivo implícito era a necessidade de preparação de expressivo contingente de mão de obra especializada para suporte à expansão econômica que se iniciaria a partir de 1960 e que atingiu praticamente todos os níveis do sistema de ensino.

⁸⁵ A parceria do MEC-Usaid resultou, ainda, em convênio, firmado em 23 de junho de 1965, para constituição de uma comissão mista nominada de Equipe de Planejamento do Ensino Superior (Epes), a qual recomendou, após estudos do professor norte-americano Rudolph Atcon: a) modificação do vestibular para preenchimento

responsável pela acentuada expansão das instituições privadas de ensino superior, especialmente, nas cidades interioranas do Brasil, devido ao aumento da demanda de cursos superiores, além da reforma do 1º e 2º graus. A expansão do ensino superior objetivava diluir as manifestações de desagrado da sociedade em relação ao ingresso no ensino superior, bem como para atender ao desenvolvimento econômico do Brasil.

A reforma do ensino superior, idealizada sob a pressão da classe estudantil, levou o governo a formar, em 02 de julho de 1968, um grupo de trabalho denominado Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que tinha como meta encontrar uma saída para a crise do ensino. De acordo com o Decreto nº 62.937/1968, que instituiu o GTRU, o objetivo desse grupo era “[...] estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País”. Por indicação do GTRU, foi elaborado o projeto que se converteria na Lei 5.540, que viria a reorientar o ensino superior no Brasil, seguindo uma linha tecnicista e em concordância com o interesse do Governo Militar.

É possível afirmar, então, que a Reforma Universitária de 1968 tinha como finalidade primeira o atendimento a dois interesses distintos: a) do meio universitário, que reivindicava a abolição da cátedra⁸⁷, a autonomia universitária, maior disponibilidade de recursos para a educação, a abertura de novas vagas e a realização de pesquisas; e b) do setor econômico, que buscava “vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional” (SAVIANI, 2004, p. 24).

de todas as vagas disponíveis nas IES; b) criação do ciclo básico para aumentar a quantidade de alunos selecionados no primeiro ano dos cursos superiores; c) extinção da cátedra e institucionalização de departamentos para racionalização das atividades acadêmicas; d) alteração do sistema serial de ensino para o sistema de créditos (semestral ou até trimestral) para escolha pelos alunos de outra área de ensino de disciplinas de determinado curso; e) expansão do ensino superior privado para retirar a responsabilidade do Estado pelo aumento da rede física de escolas de nível superior.

⁸⁶ Cabe destacar que a Reforma Universitária de 1968 foi precedida por estudos de uma comissão especial instituída por meio do Decreto nº 62.024, de 29 de setembro de 1967, para analisar a estrutura do ensino superior que gerava cada vez mais insatisfação e protestos entre o meio universitário. A Comissão Meira Mattos, como ficou conhecida, dentre várias recomendações, propôs: a introdução do regime de créditos e da matrícula por disciplina; a redução dos currículos; a redução da duração dos cursos de formação profissional; a instituição do vestibular unificado; e a criação do ciclo básico.

⁸⁷ Ribeiro (2009a) explica que a origem da denominação remonta à Idade Média, em que os professores das universidades sentavam-se em suas cadeiras, colocadas em um plano elevado, de onde lecionavam. A disposição da cadeira também marcava a hierarquia dos papéis sociais assumidos. Ser um professor catedrático indicava distinção, pois era o topo da carreira docente nas instituições de ensino superior. No Brasil do Século XX, competia aos professores catedráticos a coordenação da orientação pedagógica e científica de uma área de estudos, de acordo com a estrutura orgânica da respectiva unidade de ensino (faculdade, instituto, departamento, etc.).

Para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), “A reforma universitária, em 1968, foi a grande LDB do ensino superior, assegurando autonomia didático-científica, disciplinar administrativa e financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas” (MEC, 2013).

A partir da reforma universitária, verifica-se a expansão do ensino superior, especialmente, na década de 1970. A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas, e o Governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o CFE aprovasse uma infinidade de cursos novos, ofertados, em sua maioria, por instituições privadas de ensino superior (CUNHA, 2007).

Para a absorção do número crescente de ingressantes, o setor privado continuou se expandindo, de acordo com Durham (2005, p. 216), “através da proliferação de escolas isoladas, concentradas na oferta de cursos de baixo custo e menores exigências acadêmicas, como administração, direito, economia e formação de professores”. Boaventura (2008) cita que, no período de 1969 a 1971, foram instituídos no Brasil 209 cursos de graduação em estabelecimentos de educação superior recentes, já reconhecidos, e em outros que estavam sendo criados por meio desses cursos, os quais envolviam 85 instituições particulares⁸⁸. Datam desse momento de expansão os primeiros *campus*, provocando mudanças no território universitário, já que esses campus, em geral, situavam-se nas periferias urbanas, quando não fora delas.

Fávero (2006) assegura que, após a reforma universitária de 1968, somente a partir dos anos 80 é que surgem propostas para a reformulação das instituições universitárias, e tanto a

⁸⁸ O grupo de trabalho encarregado de elaborar a reforma do ensino superior deixou uma brecha em seu relatório final, posteriormente, transformado na Lei nº 5.540/68, para ser preenchida pela iniciativa privada. Como o relatório reiterava a escassez de recursos financeiros para atender à expansão do ensino superior, o governo convocou a participação da rede privada, a fim de que essa desempenhasse uma função de complementaridade no processo de expansão dos cursos de nível superior. Assim, o acentuado aumento da participação da iniciativa privada na rede de ensino superior foi “um desdobramento natural da reforma universitária e uma consequência da política do Estado para a educação” (FONSECA, 1992, p. 41).

A privatização do ensino superior não era compatível somente com o modelo econômico instalado no país pelo governo militar, mas, também, contava com o apoio da maioria dos membros do CFE. A privatização do ensino eliminava dois problemas: satisfazia aos interesses da classe média com relação à expansão de vagas no ensino superior e era pouco onerosa para o governo. A privatização desse grau de ensino resultou na expansão acentuada de IES, por todo o Brasil – especialmente, no interior –, ofertando esse nível de ensino e o curso superior de Ciências Contábeis não ficou imune a esses acontecimentos, apresentando importante crescimento, por uma série de motivos, como: (i) facilidade de implantação do curso, devido, principalmente, ao seu baixo custo de instalação; (ii) elevado aumento da demanda, comprovada pelo aumento progressivo no número de matrículas; (iii) facilidade dos diplomados no curso para obter, rapidamente, um emprego; (iv) abertura de cursos noturnos, que facilitavam o ingresso dos alunos que trabalhavam durante o dia (LEITE, 2005, p. 164).

reorganização do movimento estudantil, como a de outros grupos da sociedade civil, só se efetivariam no final dos anos 70, com a abertura política e a promulgação da Lei da Anistia que permitiu o retorno dos docentes afastados durante o Regime Militar.

No cenário apresentado, verifica-se a consolidação do ensino superior no Brasil e um período fecundo para o ensino superior contábil, visto a criação da Universidade de São Paulo e, nessa instituição, a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, a qual, a partir de 1946, ministraria o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

3.2 Universidade de São Paulo: ambiências históricas

O ambiente no qual a USP⁸⁹ é criada, em 1934, é caracterizado pelo desenvolvimento industrial e a concomitante aceleração do crescimento urbano que provocou, em São Paulo, certa mobilidade social horizontal e vertical. A mão de obra, que chegava em busca de trabalho e emprego, encontrava oportunidades para se movimentar entre grupos da mesma camada social ou até mesmo entre camadas sociais diferentes, sobretudo, quando valorizada pela educação. Nessa época, já estava sendo difundido o ensino público gratuito, tanto em nível de segundo grau (ginásios, escolas normais, escolas técnicas) quanto de terceiro grau, que levaria à criação da USP, em 1934. Observa-se a expansão da classe média paulista, até então reduzida, que passa a ocupar funções em repartições públicas (principalmente, nas áreas de saúde e educação), em empresas estatais e particulares, bem como no setor terciário em geral (PINHO, 2006).

A cidade de São Paulo passa a ser o maior expoente latino-americano da industrialização. A sociedade paulistana, enriquecida com o comércio do café, desenvolveu a infraestrutura urbana e implementou os serviços de utilidade pública, que exigiam atividades de administração pública e privada. Surgiram novas profissões. Os setores público e privado demandavam profissionais especializados e aptos a enfrentar os desafios econômicos (RIBEIRO, 2009a, p. 17).

⁸⁹ A Universidade de São Paulo (USP) é uma das três universidades públicas mantidas pelo governo do Estado de São Paulo, junto com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP). É a maior universidade pública brasileira, considerada a universidade mais importante do país e uma das melhores e mais prestigiadas do mundo. A USP é uma das maiores instituições de ensino superior na América Latina. São 42 unidades de ensino e pesquisa, distribuídos em onze *campi*: São Paulo (3), Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos (2). O campus principal em São Paulo é chamado *Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira*, com uma área de 7.443.770 m² (USP, 2011).

Nesse cenário, a Universidade de São Paulo (USP) foi criada por meio do Decreto nº 6.283, de 25 de fevereiro de 1934, com a finalidade de: promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; (b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriquecessem ou desenvolvessem o espírito ou que fossem úteis para a vida; (c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais, em todas as profissões de base científica ou artística; e (d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (KWASNICKA, 1985).

Quando de sua criação, e conforme o decreto supracitado, a USP possuía dez unidades: a) Faculdade de Direito; b) Faculdade de Medicina; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia; d) Escola Politécnica; e) Instituto de Educação; f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; h) Escola de Medicina Veterinária; i) Escola Superior de Agricultura; e j) Escola de Belas Artes - e diversos órgãos de apoio. Todas as instituições eram autônomas e podiam expedir certificados, diplomas e conferir grau nas diversas atividades profissionais.

Para Cunha (2007), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) seria a instituição de saber fundamental em todas as áreas do conhecimento humano e compensaria o isolamento das faculdades preexistentes, que existiam independentes tanto física quanto academicamente. Essa faculdade integraria em uma base comum o ensino em diversas áreas do saber, sendo a porta de entrada para quaisquer dos outros cursos de natureza profissionalizantes, cuja concepção e tendência de formação presumia a atuação no mercado. Além disso, a proposta da USP baseava-se em três vertentes, características da universidade moderna: ensino, pesquisa e extensão.

Cabe ressaltar que, dentre as unidades que compuseram a USP, nesse estágio inicial, apenas três foram efetivamente criadas pelo Decreto de 1934: a FFCL, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes, sendo instalada somente a FFCL. As demais faculdades, institutos e escolas já funcionavam de forma isolada. Ainda conforme o decreto de criação da USP, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, previsto e não instalado, tinha por fim promover a alta cultura econômica e comercial, além de fornecer preparação científica para as profissões e ofícios de direção.

Sobre o início da década 1940⁹⁰, Pinho (2006) destaca que a economia paulista já sentia falta de uma Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade no complexo da

⁹⁰ Interferências externas e internas justificam a instalação do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais. Canabrava (1984) e Pinho (2006) citam os problemas de reconstrução dos países após a 2ª Guerra Mundial,

USP que realizasse pesquisas e fornecesse dados e orientação técnica ao empresariado público e privado, aturdido com as rápidas mudanças da realidade econômica e financeira acelerada desde a 2ª Grande Guerra (1939- 1945).

A instalação, de fato, do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, dá-se a partir de 1946, sob a justificativa da demanda de especialistas da área econômica e financeira para orientação das atividades essenciais ao desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e de sua Capital, bem como a necessidade de recursos humanos para essas múltiplas atividades, sobretudo, pesquisadores, economistas, administradores e financistas.

Assim, à época da fundação da FEA-USP, São Paulo, a grande metrópole industrial, exigia especialistas, sobretudo nas áreas de economia, administração e contabilidade. O ensino formal daquela época preparava especialistas sobretudo para áreas como direito e engenharia, ou para a área contábil (caso da Escola de Comércio Álvares Penteado), mas ainda em número insuficiente. Era necessário, urgentemente, “produzir” seus especialistas aqui mesmo, orientados por professores das próprias faculdades brasileiras, dada a impossibilidade de trazer “missões” estrangeiras, tal como o fizera a USP, antes da Segunda Grande Guerra, quando recebeu professores, sobretudo da França, Itália e Alemanha (PINHO, 2006, p. 23).

Em decorrência de todo esse processo, surge a necessidade de oficializar, em 1945, o ensino em nível superior de Economia e Administração, processo que deu impulso à instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais, cujo nome foi modificado em sua fundação, em 1946, para Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) e, anos mais tarde, para Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Essa unidade, como Pinho (2006) assegura, foi a primeira dedicada especialmente ao ensino e à pesquisa das ciências econômicas, administrativas e contábeis.

3.3 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: enfim o ensino superior de contabilidade no Brasil

destacando, no plano internacional, importantes inovações que terminaram os conflitos. Nos EUA, em 1945, foram criados organismos internacionais que exerceriam grande influência sobre a economia dos países emergentes. Destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio ou *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), (substituído, em 1995, pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Nessa mesma ocasião, vivenciava-se, em nível mundial o início da Guerra Fria – um conflito longo e complexo, cujos focos de tensões políticas e ideológicas criariam amplo confronto entre capitalismo e comunismo, que, de certa forma, influenciaria as ideologias no campo educacional. No plano interno, novas estruturas tiveram de ser implantadas para a produção industrial e atividades afins; várias medidas públicas e privadas estimularam o financiamento de inovações tecnológicas e a adequação das estruturas de trabalho, ensino e de formação de mão de obra resultando em mudanças econômicas decorrentes do rápido e diversificado crescimento industrial, inicialmente, centrado na produção de bens de consumo que não podiam ser importados do exterior.

No Brasil, a área do conhecimento contábil passou a ser reconhecida como de nível universitário somente em setembro de 1945, quando, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, foram aprovados os cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Esse decreto passou a conferir aos egressos do curso de Ciências Contábeis o título de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais àqueles que defendessem tese, no período de dois anos após o término do curso, cujo estudo deveria contribuir para o desenvolvimento do conhecimento contábil (KRAEMER, 2005; PELEIAS et al, 2007; WACHHOLZ, OTT, 2007).

A criação desse grau de ensino era justificada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, uma vez que o ensino comercial não podia, conforme cita Bueno (1964) ao se referir às questões relativas ao ensino secundário levantadas pela Reforma Capanema, abranger toda a complexidade dos estudos de contabilidade, pelo que foi reconhecida a conveniência de serem eles também realizados no ensino superior (SCHWARTZMAN; BOMENY, 2000). Reconheceu-se, igualmente, que os estudos de atuária, pela sua dificuldade, deviam ser realizados no ensino superior.

As disposições contidas no Decreto-Lei nº 7.988, de 1945, em seu Artigo 1º, enfatizavam que o ensino superior se constituiria de dois cursos: 1) curso de Ciências Econômicas; e 2) curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Em seu Artigo 3º, o referido decreto dispõe sobre as disciplinas a serem distribuídas na grade curricular ao longo das quatro séries do curso de Ciências Contábeis e Atuárias: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil. (BRASIL, 1945).

Após ser elevada ao nível superior, a contabilidade buscou agrupar em apenas duas categorias os titulados em sua área de conhecimento. Assim, o Decreto-Lei nº 8.191, de 20 de novembro de 1945, altera para Técnico em Contabilidade o diploma dos egressos dos cursos de guarda-livros, atuários, contadores e perito-contadores formados em nível médio, além de conferir o título de Contador ou Bacharel para os formados em nível superior⁹¹ (LAFFIN, 2002).

⁹¹ Para o exercício profissional da contabilidade, o principal marco histórico é a publicação do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais, regulamentando a profissão contábil e instituindo duas categorias distintas: a de Técnico em Contabilidade, para os egressos de nível médio, e a de Contador, para os egressos dos cursos de Ciências Contábeis de nível universitário, além de definir as atribuições desses profissionais. No entanto, apesar de o decreto representar um avanço para a profissionalização da classe contábil, gerou um inconveniente no que diz respeito ao regime de prerrogativas, devido, sobretudo, a essa variedade de profissionais (contadores,

Numa cronologia legal e crítica, a criação, no Brasil e na FEA-USP, do curso de Ciências Contábeis se deu efetivamente com o advento da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, que desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais nos cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais, instituindo diplomas distintos para ambos os cursos, além de permitir que o curso fosse concluído em três anos (PELEIAS et al., 2007). Ainda, seria conferido o título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais ao candidato que, no período de dois anos após a conclusão do curso, defendesse tese que elevasse o padrão de conhecimentos da área contábil, conforme o Artigo 5º da citada Lei (LAFFIN, 2002).

A instalação do ensino superior de contabilidade, no Brasil, diverge portanto da concepção que marcou sua criação em Portugal. No Brasil, os primeiros cursos de Ciências Contábeis e Atuariais surgiram nas universidades públicas brasileiras, reconhecidos não só pela sua prática, mas também pelo seu caráter científico, como salienta Saes e Cytrynowicz (2001). Em Portugal, o ensino superior de contabilidade apresentou características acentuadamente práticas com vistas ao atendimento do mercado de trabalho, sendo instituído em institutos politécnicos, não alcançando, portanto, o ensino universitário, em nível de bacharelado.

A elevação do ensino de contabilidade ao grau superior contribuiu para que, em 1946, o governo do Estado de São Paulo instituisse, através do Decreto-Lei nº 15.601, a FCEA, posteriormente, denominada FEA. Essa IES lançaria, ainda, bases do primeiro grupo de pesquisa contábil no Brasil, ao integrar às atividades de ensino a pesquisa científica e, ainda, por ser a precursora dos estudos de pós-graduação na área contábil. (BONINI; MARTINS, 1984; LAFFIN, 2002; PINHO, 2006; PELEIAS et al., 2007).

Iudícibus (2009), ao discutir a evolução histórica da contabilidade, destaca a vertente científica que se buscou imprimir ao curso de Ciências Contábeis na FEA-USP e, de forma mais específica, no Departamento de Contabilidade dessa faculdade.

[...] Entretanto, foi com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, e com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor. (IUDÍCIBUS, 2009, p. 22).

técnicos em contabilidade e guarda-livros) que atuavam na mesma área de interesse. A principal consequência dessa situação foi a falta de uma definição clara das atribuições de cada uma das partes, o que fez com que técnicos de nível médio, guarda-livros e concluintes do curso superior de Ciências Contábeis acabassem realizando, praticamente, as mesmas atividades (LEITE, 2005).

O processo de criação da FEA-USP, a instituição brasileira que se constitui em sujeito desta investigação, possibilita entrever fatos políticos e econômicos que marcaram a concepção de ensino nessa IES, bem como os aspectos que subsidiariam a construção do currículo ao longo de sua evolução.

3.3.1 FEA: contextos locais e processo de criação e consolidação do curso de Ciências Contábeis

Na esfera do ensino superior, a contabilidade contribuiu para a criação, em 25 de janeiro de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 15.601, da FCEA⁹², instalada como dependência da USP. Conforme o decreto de criação dessa universidade, em 1934, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, previsto e não instalado, tinha por fim promover a alta cultura econômica e comercial, além de fornecer preparação científica para as profissões e ofícios de direção, atinentes a atividade econômica comercial e funcionaria com três cursos fundamentais: (1) Economia e Finanças; (2) Atividades Bancárias; e (3) Comércio. (BRASIL, 1946).

Como o ensino, em 1946, era organizado em cátedras, determinou-se, no decreto de criação, as cadeiras do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, como: 1) Economia Política; 2) Estatística Metodológica, Demográfica e Econômica; 3) Ciência das Finanças e Direito Financeiro; 4) Política Econômica; 5) Geografia Econômica; 6) História Econômica;

⁹² Acerca das condições sob as quais evoluiu historicamente o ensino de Economia, Administração e Ciências Contábeis, Canabrava (1984a, p. 22-23) explica que, “ao longo da Colônia, do Império e da Primeira República, várias vertentes lhe asseguraram o surgimento e a expansão, sob formas diferentes de ensino, em grau e enquadramento, todas voltadas para a consideração de fenômenos econômicos, mas limitadas a uma visão parcial que, embora rica de conteúdo, lhe prejudicava a perspectiva global, as Aulas de Comércio (1809), as Faculdades de Direito (1827), as Faculdades de Engenharia (1873) e as Faculdades de Filosofia (1934), antes que se concretizasse a vertente atual, representada pelas Faculdades de Economia, Administração e Contabilidade (1945). Cada uma dessas vertentes expressa objetivos concretos perseguidos pelas elites dominantes e vinculados a uma concepção sobre o desenvolvimento do país. A primeira vertente, a das Aulas de Comércio, mergulha profundamente no Brasil-Colônia e se prolonga com a hegemonia dos interesses mercantis; em consequência, a atividade comercial tem seu primado na visão do quadro econômico nacional. A segunda e a terceira vertentes, desenvolvidas nas Faculdades de Direito e de Engenharia, ligam-se precipuamente à preocupação das elites com respeito ao Estado Nacional, cuja estrutura jurídica se elaborava com os sucessivos códigos, ao longo do Império e dos primeiros anos da República, ao mesmo tempo em que, ao expandir-se o povoamento e a exploração do território, ganhava maior importância o conhecimento do meio físico e suas potencialidades a requerer qualificação técnica. A quarta vertente, a das Faculdades de Filosofia, expressa o interesse pelo conhecimento do homem em sociedade, com o amadurecimento do espírito científico propiciado pela fundação da Universidade de São Paulo, no prenúncio da emergência do Brasil moderno. Finalmente, a vertente atual, quando o ensino da Economia e Administração (e Contabilidade) alcança especificidade própria, ao se instituir o padrão oficial de nível superior, identificado com a prevalência da visão do fator “econômico” na projeção do Brasil como nação industrial”.

7) Instituições de Direito Privado; 8) Instituições de Direito Público; 9) Direito Comercial, Industrial e Marítimo; 10) Matemática Financeira; 11) Merceologia; 12) Cálculo de Contabilidade Geral e Aplicada; 13) Técnica Mercantil e Bancária; e 14) Organização Científica do Trabalho. Kwasnicka (1985) explica que a distribuição e a seriação dessas cadeiras, a administração da escola e a normalização dos cursos, bem como as condições para se obter licença ou doutoramento em cada uma das seções, seriam fixadas nos Estatutos da Universidade de São Paulo.

Quando da instalação da USP, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais teria como finalidade “o ensino, em grau superior, de Economia e Administração”⁹³ e a realização de estudos e pesquisas relativos a esses ramos do conhecimento técnico e científico”. Apesar de não ser contemplada, a contabilidade era um fim constante no Artigo 3º do Decreto-Lei nº 15.601/1945, visto constar no mesmo que a FCEA manteria, inicialmente, dois cursos seriados, a saber: (1) Curso de Ciências Econômicas; e (2) curso de Ciências Contábeis e Atuariais. A ênfase maior apresentada em seu plano curricular, no entanto, tinha foco na formação do economista. (CANABRAVA, 1984b).

Para a regularização dos cursos, quando a FCEA foi instalada, a prioridade era a criação do curso de Ciências Econômicas e Atuária. Relatos de Ribeiro (2009a) dão conta de que a contabilidade não era considerada uma ciência e, sim, apenas uma técnica, e o próprio relator⁹⁴ do processo para sua criação não conseguia entender essa distinção. Há uma valorização da Estatística como condição preestabelecida para justificar a cientificidade da contabilidade, como se percebe na transcrição de história ouvida pelo Professor Eliseu Martins de seus antigos mestres sobre a aprovação do ensino de Contabilidade em nível superior, reproduzida por Ribeiro (2009a, p. 19):

Foi criada uma comissão para defender o projeto da criação do curso de Contabilidade em nível superior, isso em 1945. [...] O professor Improta junto com mais alguns profissionais, de nomes muito conhecidos, foram ao ministro, procurando convencê-lo. O ministro resistia, dizendo: — Olha, curso superior é esse de Atuária, que vou levar para o presidente assinar. Porque Atuária é Estatística, é

⁹³ Apesar de aparecer no documento legal como um fim da faculdade recém-instalada, o curso de Administração passou a ser gestado apenas nos anos 1960, quando, em 1964, foi criado o Departamento de Administração. Embora constasse no nome da faculdade a menção ao curso de Administração, eram oferecidos, em 1964, dois cursos apenas: o primeiro, Contábeis e Atuária, e o, segundo Economia. O Prof. Sérgio de Iudícibus relembra que “Administração é a mais nova da classe. Embora hoje, talvez, a mais procurada” (RIBEIRO, 2009a, p. 21).

⁹⁴ No Parecer de 20/12/1945, do Prof. Zeferino Vaz, relativo ao Processo nº 8.244/1945, justifica-se a necessidade de um curso de contabilidade (Ciências Contábeis e Atuariais) à parte do curso de Ciências Econômicas que se impunha para a formação de técnicos de contabilidade em todas as suas diversificações: contabilidade bancária, de seguros, industrial, comercial e agrícola (CANABRAVA, 1984b).

Ciência!... O professor Improta que era uma pessoa com uma presença de espírito fantástica, disse ao ministro: — Contabilidade e Atuária são irmãs gêmeas, ambas mexem com Estatística, com Matemática, com contas, com números, etc. Aliás, o curso devia se chamar Contabilidade e Atuária. O ministro meio sem jeito e em tom desafiador, respondeu: — Vou fazer o despacho e passar para o presidente. Você é capaz de arrumar esse texto? — Me arruma uma máquina de escrever! - respondeu Improta, sem titubear. Pegou a máquina de escrever, reescreveu a mensagem do próprio ministro, reelaborando o decreto e criando o curso de Contabilidade e Atuária em nível superior. Foi assim que o curso foi reconhecido pelo ministro. (Eliseu Martins, 2009).

Sendo assim, a FEA incorpora o curso de Ciências Contábeis em sua estrutura, tornando-se seminal no ensino de contabilidade em nível superior e, desde o início de 1950, a Faculdade passou a ministrar cursos noturnos, com o objetivo de permitir àqueles alunos que já possuíam alguma atividade profissional a conciliação com os estudos acadêmicos, configurando-se, de forma mais evidente, a relação trabalho/educação que desde sempre caracterizou o ensino de contabilidade.

Até 1964, a IES ofertaria apenas os dois cursos autorizados quando de sua criação. Após esse ano, devido à reforma estrutural pela qual passou, decorrente da reformulação em seu modelo educacional, a FEA passou a oferecer cinco cursos de bacharelado: Economia, Administração de Empresas, Administração Pública, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais⁹⁵.

Os cursos foram redimensionados, com redução do número de disciplinas e as matrículas passaram a ser feitas por séries, rompendo com a anterior matrícula por disciplina, que respeitava um sistema de pré-requisitos. Sobre esse período o Professor Eliseu Martins relembra, conforme destacado em Ribeiro (2009a, p. 22):

Quando entrei, em 1964, é que estava se desmembrando o curso de Contabilidade e o curso de Atuária. E foi aí que se criou o curso de Administração na faculdade, na década de 60, quando ela foi criada. Apesar de ter o nome de Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, o administrativo era só Contabilidade e Atuária, e só depois foram criados outros cursos. Só em 1963, ocorreu a divisão. E dos dois cursos que existiam, passaram a ser cinco. O de Contabilidade, dividido em dois, e mais o de Administração, que se dividiu em: administração de empresas e administração pública. Então quando eu e meus colegas passamos do primeiro e do segundo ano nós tínhamos cinco opções! Ficavam pouquíssimos alunos por turma!

⁹⁵ Em 1964, devido à reforma educacional, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi reestruturado, sendo desmembrado em dois cursos, a saber: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. (CANABRAVA, 1984c). A multiplicidade de cursos verificados, não foi suficiente, no entanto, para a inserção de referência à contabilidade na denominação da faculdade. Seu nome - FCEA -, foi mantido até 1969, quando então fez-se a alteração para Faculdade de Economia e Administração (FEA). Somente em 1990, é que a Faculdade incorporou, em sua denominação, o nome do curso de Contabilidade, permanecendo, no entanto, com a mesma sigla - FEA. Supõe-se a resistência à incorporação do vocábulo Contabilidade ao nome da Faculdade ao entendimento de que esta era vista como uma técnica e, ainda, porque os cursos de Economia e Administração sempre preponderavam em termos de frequência de alunos. (RIBEIRO, 2009a).

O reduzido número de alunos que procurava o curso, somado ao elevado grau de cobranças das provas de seleção, fazia com que nem sempre as vagas, do período integral ou noturno oferecidas pela faculdade, fossem preenchidas. Sobre isso, novamente, o Professor Eliseu Martins, em citação de Ribeiro (2009a, p. 23), comenta:

Em 1964, quando entrei, as aulas começaram tarde porque ocorreu um problema com as vagas do vestibular. Eram cem vagas e na época as provas eram eliminatórias e não classificatórias. Para passar no vestibular tinha que ter uma nota mínima. Mesmo tendo vaga, se você não conseguisse a nota mínima em Matemática, Português, História e nas demais matérias, não entrava! Tanto que das cem vagas foram umas setenta que foram preenchidas. Por conta disso, foi feito um segundo vestibular!

A reforma universitária, ocorrida na década de 1960, na FEA-USP, a exemplo do que aconteceria com as universidades brasileiras, promoveu, portanto, sua reorganização, tanto no quantitativo de vagas ofertadas, quanto na forma de ingresso, por meio da alteração no formato do vestibular – de eliminatório para classificatório, e, ainda, alterou sua estrutura funcional para uma estrutura de departamentos. Essa departamentalização, destaca Marilena Chauí, tinha em seu projeto original a pretensão de transferir das cátedras para a maioria do corpo docente o direito às decisões. No entanto, essa departamentalização viria a ser criticada por “seu papel facilitador do controle administrativo e ideológico de professores e alunos” (CHAUÍ, 2001, p. 48). A centralização, corrobora Alves (1984), gerou uma burocracia em toda a USP, cujas regras regulamentaram e contiveram o desenvolvimento e o fluir das atividades.

3.3.2 FEA-USP: estrutura departamental

Nos seus primeiros anos de funcionamento, a estrutura da então FCEA consistia em um departamento com função administrativa, Departamento de Publicações, e sete departamentos com função docente, Departamento de Economia, Departamento de Administração, Departamento de Contabilidade e Atuária, Departamento de Matemática, Departamento de Estatística, Departamento de Direito e Departamento de Ciências Culturais. Legalmente, a FCEA estava embasada em departamentos resultantes da reunião de cadeiras

congêneres. Mas, na prática, para melhor atender às necessidades do ensino e da pesquisa, a Faculdade funcionava com base em cadeiras (cátedras)⁹⁶.

A carreira docente, definida em estatuto, classificava as funções dos docentes em instrutores, professores assistentes, professores livre-docentes, professores de disciplina, professores associados e professores catedráticos. Todavia essa classificação não era seguida com rigor dado que novas funções eram criadas à medida em que se faziam necessárias. A ascensão na carreira dava-se por meritocracia, o que era medido com base em produção, estivesse ela regulamentada ou não, estando sujeita, ainda, ao trabalho em determinada linha ou cadeira, também sob a direção de um professor catedrático (ALVES, 1984). Sobre o perfil dos docentes da FEA, em seu estágio inicial, Motta (2006) informa que:

A FCEA começou diminuta, com [...] professores vindos predominantemente da área de Direito, juntamente com vários formados pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, nas suas várias especializações. Alguns tinham vivência de assuntos econômicos e administrativos, mas sem condições de bem definir e ensinar um currículo adequado à nova escola, muito menos de dar rumo e sustentação a pesquisas inovadoras nos seus objetivos e métodos (MOTTA, 2006, p. 318-9).

Em 1964, devido às discussões em âmbito nacional, que se configurariam na reestruturação e reforma do ensino superior brasileiro e resultaria na Lei nº 5.540/68, a FEA passa por uma reforma estatutária e altera sua estrutura agregando outros cursos. É nesse ano que se separa o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. Também o curso de Administração, aprovado desde 1946, é instituído. O crescimento decorrente do aumento no número de cursos e na oferta de novas vagas, de acordo com Alves (1984, p. 117), é “interrompido em decorrência do golpe militar de 1964”,

⁹⁶ Ao discutir a reforma estatutária da USP, Denisard Cnéio de Oliveira Alves (1984) explica que os decretos que criaram a instituição, em 1934 (Decretos Estaduais nºs 6.203, de 25 de janeiro de 1934, e nº 6.533, de 4 de julho de 1934, e Decreto Federal nº 39, de 3 de setembro de 1934), “consolidam uma organização universitária com base na cátedra. O Reitor, que de início era escolhido pelo Governador e subordinado à Secretaria de Educação e Saúde, passa em 1944 a ser indicado em sistema de eleição trimonial pelo Conselho Universitário e escolhido pelo Governador, e por este, no caso dos diretores dos institutos. A Reitoria não exercia poder centralizador e os institutos gozavam de grande autonomia, fundada num mínimo de uniformidade estabelecida pelos Estatutos. [...] A cátedra se constituía na base de poder sobre a política, o ensino, a pesquisa universitária. Através de uma hierarquia muito bem definida, ao professor catedrático estava subordinado todo o trabalho acadêmico [...] o acesso à cátedra era muito restrito. Uma cátedra só mudava de titular em casos muito especiais. A criação de novas cátedras passa necessariamente pelo crivo daquelas até então existentes [...]”. (ALVES, 1984, p. 114-115).

verificando-se ampla mobilização dos estudantes⁹⁷, cujas reivindicações seriam contempladas na reforma universitária da FEA, em 1969.

A Reforma da USP, em dezembro de 1969, eliminou as cadeiras e o departamento tornou-se a menor fração da instituição. Então, a FEA passou a funcionar com três Departamentos – Economia, Administração e Contabilidade⁹⁸. As disciplinas que na FCEA estavam distribuídas em 27 cadeiras e agrupadas em 7 unidades departamentais foram redivididas por esses três departamentos. Cada um desses departamentos aglutinou, então, várias cátedras e ficou responsável por um curso de graduação, sendo instituída a chefia dos Conselhos Departamentais para cada curso e um diretor geral para a FEA.

A gestão, na FEA-USP, é alternada entre os docentes dos departamentos de Economia, Administração e Contabilidade, sendo que no espaço temporal compreendido nesta investigação, coube ao Professor Sérgio de Iudícibus, a direção da Faculdade no período de 1979 a 1983. Na vice-direção, apenas o professor Antônio Peres Rodrigues Filho, ocupou a função. Na Tabela 5, constante no Apêndice D, são sumarizadas as informações acerca dos quadros diretivos da FEA-USP. Às direções estavam subordinadas as Chefias dos Conselhos Departamentais, assim denominados os gestores no período de 1946 a 1969. A partir de 1970, é apresentada a composição, na íntegra, dos Conselhos Departamentais. A gestão dos departamentos compreende um período de dois anos consecutivos, como observado na Tabela 6 (Apêndice E). Sobre o processo de gestão, em específico da Direção da Faculdade, após sua reestruturação departamental, houve um entendimento, de que haveria um rodízio, que é respeitado, apesar de não ser regulamentado, pois, conforme eleito da Professora Diva Benevides Pinho, em 2010, “É um acordo de cavalheiros: quando o diretor da FEA é de Economia, seu vice é de Ciências Contábeis; quando o diretor é de Contábeis, seu vice é de Administração; e quando o diretor é de Administração, seu vice é de Economia”. Nos dados visualizados na Tabela 5, no entanto, não se confirma essa alternância. Qualquer professor da FEA, que seja titular, pode ser eleito e quando há mais de um candidato, por tradição da FEA,

⁹⁷ O ano de 1968, em muitos países, é o ano da movimentação estudantil: “O Brasil, particularmente, entrava em um período de instabilidade política na qual grupos dentro do próprio regime militar buscavam a criação de instrumentos excepcionais para conter as ações de ‘grupos extremistas’” (ALVES, 1984, p. 117).

⁹⁸ Dos quatro departamentos extintos, dois foram integralmente transferidos (disciplinas e professores) para outras Unidades da USP: o Departamento de Matemática para o Instituto de Matemática e Estatística (IME) e o Departamento de Direito para a Faculdade de Direito. Quanto aos outros dois departamentos, a redistribuição foi parcial: do Departamento de Ciências Culturais, apenas a antiga cadeira de Geografia Econômica Geral e do Brasil passou para a FFCL, permanecendo integradas no Departamento de Economia as disciplinas de História Econômica Geral e Formação Econômica e Social do Brasil. Já do Departamento de Estatística, todas as ex-cadeiras de Estatística I, II e III foram integradas no Departamento de Economia (PINHO, 1981).

é feita uma consulta à comunidade sobre os nomes de sua preferência para integrar a lista tríplice. (FEA-USP, 2010).

Nessa estrutura departamental, instituída a partir de 1970, os professores de cada área foram aglutinados na unidade correspondente. O ensino básico em cada disciplina passa a ser ministrado, para toda a Universidade, pela respectiva unidade (ALVES, 1984). Sobre a carreira⁹⁹ docente, estatutariamente, essa torna-se aberta, no sentido de que não depende mais da indicação e aprovação do professor catedrático, e a ascensão passa a depender somente do mérito do docente, podendo esse ocupar funções como professor adjunto, professor titular e livre-docente¹⁰⁰.

O departamento, instituído em toda a universidade, tornou-se a base dessa nova estrutura, porém, com autonomia questionável, conforme explica Alves (1984), dado que seu funcionamento era basicamente definido pelo estatuto. Essa situação é similar àquela percebida no ISCAL, quando aquela IES foi criada, pois, ali, deu-se autonomia administrativa e pedagógica à instituição, mas criou-se uma comissão subordinada ao Ministério da Educação e Investigação Científica para supervisionar os atos da mesma.

A estrutura curricular, no entanto, foi flexibilizada, pois a departamentalização trouxe facilidades para a criação de novas disciplinas. Já se verificava, conforme será discutido no Capítulo IV, a influência do currículo mínimo¹⁰¹, cujo conteúdo visava a possibilitar o primeiro contato do aluno com a profissão, ensinar-lhe as teorias e as técnicas pertinentes e permitir que aproveitasse ao máximo os conhecimentos que a aprendizagem em serviço enseja (LEITE, 2005).

Sobre a seleção e ingresso dos discentes, cabe destacar que, nos primeiros quatro anos da instituição (1946/49), foram abertas sessenta vagas por ano, mas somente cerca de metade dessa oferta foi absorvida pelos alunos aprovados, que se totalizavam ao redor dos trinta. Esse fenômeno repetiu-se ao longo da década de cinquenta, quando se abriram cem vagas para os

⁹⁹ Nessa nova estrutura, extingue-se a figura do professor catedrático, e são criados os cargos de professor-adjunto, professor titular e livre-docente, e o ingresso se dá por meio de concursos e exames. É uma forma mais objetiva de ascensão, contudo, mais longa, pois tornou-se necessário o ingresso em cursos de mestrado e doutorado (ALVES, 1984).

¹⁰⁰ Livre-docência é um título (*stricto-sensu*) fornecido por instituições de ensino superior por meio de concursos públicos. É um título de excelência de ensino concedido para que a pessoa seja respeitada como professor da instituição. As inscrições são abertas por meio de editais, e somente são aprovados para realizar a prova profissionais que já possuem o título de “Doutor”. Cada instituição tem suas próprias regras para o edital. Em algumas faculdades e universidades (como, por exemplo, as estaduais paulistas), o título de livre-docência é pré-requisito para a candidatura ao cargo de professor titular.

¹⁰¹ O currículo mínimo, implantado no curso superior de Ciências Contábeis e em todos os demais cursos de graduação do país, era uma inovação baseada na LDBEN de 1961, que atribuiu a responsabilidade de sua definição ao Conselho Federal de Educação (LAFFIN, 2002; LEITE, 2005).

cursos oferecidos pela FEA. Embora crescente, em nenhum dos anos – exceto 1960 –, absorveram-se integralmente as vagas oferecidas. Deve-se chamar a atenção para o fato de que, até 1965, o concurso de ingresso, contrariamente ao processo seletivo adotado a partir da reforma de 1969, de natureza meramente classificatória, revestia-se do caráter de aprovação ou reprovação, o que podia conduzir a uma situação de permanente sobra de vagas devido à dificuldade e subjetividade do processo¹⁰² (LUNA; NOGUEIRA NETO, 1984). O processo seletivo na FEA difere daquele utilizado na IES portuguesa, a qual não adota o sistema de vestibular com provas classificatórias para seleção de seus ingressantes, como apresentado no Capítulo II.

A estrutura departamental possibilitou ao Departamento de Contabilidade, como afirma Iudícibus (2009), se consolidar e formar quadros profissionais para as empresas paulistanas e brasileiras, cuja estrutura jurídica passou a exigir novas competências e habilidades de seus contadores, devido às exigências das sociedades anônimas¹⁰³ regulamentadas em lei, assim como iniciar o processo de incentivo à pesquisa, previsto em sua gênese, visto o direcionamento do foco para a instalação dos estudos de pós-graduação que teriam início a partir da década de 1970.

3.3.3 O Departamento de Contabilidade e Atuária

O Departamento de Contabilidade da FEA-USP, quando da reformulação dos cursos operada em 1964, dividiu o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois: o curso de Ciências Contábeis, para formar contadores, e o curso de Ciências Atuariais, para formar atuários, tendo os dois cursos, nos três primeiros anos, disciplinas comuns, e diferenciando-se totalmente no 4º ano.

No Departamento de Contabilidade, assim como nos demais, o ingressante deveria evidenciar sua opção pelo curso no momento do processo seletivo. Com essa exigência e,

¹⁰² No ano de 1961, são dobradas as vagas, de cem para duzentas, sendo 60% para o período diurno e 40%, para o noturno. Em 1964, dava-se uma nova ampliação no número de vagas, alcançando o número de trezentas. Em 1968, face ao crescente interesse que os cursos despertavam, dava-se nova ampliação nas vagas, elevadas para 450, número mantido até a década de 1980.

¹⁰³ Sobre a Lei das Sociedades Anônimas no Brasil, que dispõe sobre as sociedades por ações, Iudícibus e Ricardino Filho (2002) esclarecem que a primeira legislação a respeito do assunto é, desde que reconhecidas as limitações socioeconômicas da época, a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860. No Século XX, estudos referenciam a Lei nº 2.627, de 1940, como a primeira legislação relativa às sociedades assim classificadas. Essa lei teve alguns dispositivos revogados parcialmente pela Lei nº 6.404, de 1976 e, mais recentemente, pela Lei 11.638/2007 e alterações posteriores.

verificando-se sua baixa procura, o curso de Atuária foi fechado, em 1994, (BONINI; MARTINS, 1984). A baixa procura, na FEA, pelos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, é ressaltada por Bonini e Martins (1984, p. 62), que explicam que:

Durante alguns anos os alunos faziam a opção pelo curso que pretendiam seguir após terem concluído o primeiro ano, e os que, nessas condições, optavam pelo curso de Ciências Contábeis e Atuariais, eram sempre em número reduzido. Só recentemente, quando foi exigida a opção ao ensejo da inscrição no vestibular, essa situação, em termos de quantidade, se atenuou um pouco e o número de alunos se tornou expressivo.

Também sobre as causas da desativação do curso de Atuária¹⁰⁴, declaração do professor Lázaro Plácido Lisboa, destaca a falta de habilitação e competências de docentes: “o número de professores que conheciam a parte de matemática atuarial era restrito”. E complementa o professor Kravec: “[...] os professores que nós tínhamos foram se aposentando, saindo, falecendo... Era uma dificuldade para conseguir improvisar um professor naquela área, então, diante disso, o Departamento resolveu deixar esfriar o curso” (RIBEIRO, 2009a, p. 105).

A partir do ano de 1964, após a reestruturação da FEA em departamentos, e a mudança de sistemática de ingresso, confirma-se, de acordo com Bonini e Martins (1984), maior procura pelo curso de Ciências Contábeis. Todavia, se comparada a frequência de egressos desse curso com a frequência de egressos dos cursos do Departamento de Economia e Administração, conforme sumarizado na Tabela 8¹⁰⁵, no Apêndice I, verificar-se-á que o quantitativo de bacharéis em Ciências Contábeis, sempre foi menor. Depreende-se, que a preferência não era pelo curso de Ciências Contábeis e, sim, pela Economia, nos anos iniciais (1946-1964), e após, esse período, também pelo curso de Administração.

Esses números, revelam, assim, a importância do Departamento de Contabilidade, visto que, embora fosse o departamento com menor número de alunos, manteve sua oferta de vagas e seu funcionamento, desde a gênese da FEA-USP, provavelmente pela empregabilidade que os profissionais, bacharéis em Ciências Contábeis, obtinham ocupando cargos de destaque, tanto em órgãos públicos quanto em instituições privadas.

¹⁰⁴ O curso de Atuária voltou a ser oferecido pela FEA-USP a partir de 2005, devido à percepção de que nas atuais configurações do mercado econômico, brasileiro e mundial, há uma expansão da necessidade desse tipo de profissional com conhecimentos relacionados à previdência privada, às questões securitárias, mas, acima de tudo, um profissional que entenda questões relacionadas às decisões de risco e fixação de prêmios indenizações, planos de custeio, benefícios e reservas matemáticas (RIBEIRO, 2009a).

¹⁰⁵ A Tabela 8 é parte integrante das discussões constantes do Capítulo V e, por isso, será referenciada e exposta quando a discussão for encetada.

A concepção de que o curso de contabilidade, mesmo em nível superior, contempla uma formação, cuja vocação é o mercado de trabalho, é confirmada em relato de Amaral, Martins e Kanitz (1984, p. 135), que asseguram ser esse o mais bem sucedido dos cursos oferecidos pela FEA:

[...] no período de 69 a 79, o curso de Contabilidade da FEA se tornou o mais bem sucedido dos cursos oferecidos pela Escola. [...]. Seus formandos obtinham rápidas colocações no mercado de trabalho, disputados normalmente já no 2º e 3ºs anos do curso. A demanda no vestibular cresceu 20% no ano de 1963 até 1981, ininterruptamente. Em 1977 eram 800 candidatos para 60 vagas, em 1981 foram 2000 candidatos para 90 vagas.

O aumento no número de egressos¹⁰⁶, a partir de 1972, observado nas Tabelas 3 e 6, constantes do Capítulo V, explica Iudicibus (2009), ocorre em razão da valorização pelo mercado de trabalho das profissões do contador e *controller*¹⁰⁷, pelas empresas de capital aberto¹⁰⁸ e pulverizado. Nessas empresas, o sistema de controle gerencial se tornou, inclusive, obrigatório e fiscalizado por vários organismos estatais, entre os quais, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A figura do auditor externo – profissional que age como fiscalizador da administração geral da empresa, contratado pelos acionistas da mesma – também resultou em maior procura pelo curso (AMARAL; MARTINS; KANITZ, 1984).

O prestígio e valorização do departamento atribuídos ao curso de Ciências Contábeis é destacada por Macedo (1984, p. 331), quando o autor relata que:

[...] o Departamento de Contabilidade alcançou grande prestígio como centro de formação profissional, sendo também o departamento que mais se destacou no preparo de livros-textos, largamente utilizados não só na FEA como fora dela. [...] Vale acrescentar que o Departamento de Contabilidade também optou pela dinamização das atividades de pesquisa e prestação de serviços à comunidade, criando a FIPECAFI.

¹⁰⁶ Sobre a frequência de egressos de todos os cursos dos departamentos da FEA, apresenta-se a estatística descritiva relacionada à sua totalização, a cada ano, na Tabela 7 e Tabela 8. Essas Tabelas são parte integrante da discussão encetada no Capítulo V, quando apresentam-se os sujeitos históricos desta investigação.

¹⁰⁷ A Controladoria pode ser conceituada como o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das ciências da Administração Economia, Psicologia, Estatística e, principalmente, da Contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, com o fim de orientá-las para a eficácia”. O *controller* é o responsável pelo diagnóstico das necessidades de informações para os modelos decisórios a partir da análise: (i) da estrutura organizacional; (ii) das unidades de negócios e/ou processos operacionais; (iii) dos produtos e serviços; (iv) dos eventos econômicos; (v) da tecnologia e sistemas de informação; e (vi) da estruturação do sistema contábil tradicional (MOSIMANN; FISCH, 1999).

¹⁰⁸ Empresas de capital aberto são as sociedades anônimas que negociam ações em Bolsas de Valores.

O professor José da Costa Boucinhas é responsável, segundo Schmidt (1996; 2000), pela introdução, em 1964, do método didático norte-americano para o ensino da Contabilidade Geral. De forma análoga, as primeiras obras na forma de livros didáticos, escritos e publicados no Brasil, são atribuídas aos professores do Departamento de Contabilidade¹⁰⁹ da FEA-USP. Sobre a produção didática e acadêmica desse departamento, Ribeiro (2009a) chama a atenção para a criação de um linguajar comum no país como um todo, pois, em todos os livros, há uma ênfase nos problemas causados pela inflação que inexistem nas discussões acadêmicas em outros países, representando o fruto dos trabalhos precursores sobre a inflação e a contabilidade desenvolvidos pelo Prof. Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins. Destaca-se a diversidade de livros de contabilidade, escritos por autores brasileiros e, portanto, versando sobre a realidade brasileira.

A pós-graduação é destacada por Ribeiro (2009a), também, como uma conquista do departamento ainda na década de 1970. Rodrigues e Carrieri (2001) acrescentam ao explicarem que, nos anos 1970, o governo militar encorajou o estabelecimento de programas de pós-graduação, visando ao desenvolvimento de habilidades que pudessem ajudar empresas privadas e estatais a introduzirem alguma racionalidade dentro de suas estruturas de decisão e, com isso, melhorar o seu desempenho. O governo buscava, ainda, o aumento do poder das áreas de conhecimento tecnológico e prático, em detrimento da geração de conhecimento mais abstrato e sem aplicação imediata ou de longo prazo.

3.3.4 Espaços escolares: estrutura e localizações

Nos anos iniciais, a USP mantinha seus institutos funcionando de forma dispersa pela cidade, situando-se a maioria na região central. A FEA-USP, cuja fachada predial é vista na Figura 6, foi instalada, em sua origem, à Rua Dr. Vila Nova, esquina com a Rua Maria Antônia, na Vila Buarque. Sobre o espaço físico da instituição, cujas acomodações eram precárias e os prédios muito antigos, o professor Eliseu Martins comenta que, “Do lado direito, tinha um bloco onde era a sala dos professores e a biblioteca, do lado esquerdo tinha o prédio com a parte administrativa, as salas de aula e o centro acadêmico” (RIBEIRO, 2009a, p. 37). As instalações eram adaptadas para as atividades ali desenvolvidas, visto que,

¹⁰⁹ Em 1971, os professores do Departamento de Ciências Contábeis da FEA-USP elaboraram o livro *Contabilidade Introdutória*, o qual foi adotado por quase todas as faculdades brasileiras, promovendo a difusão da metodologia norte-americana (WACHHOLZ; OTT, 2007).

enquanto o prédio de número 268 acolhia a sala dos professores e a biblioteca, o centro acadêmico ficava em um dos quatro andares situados no prédio de número 285.

Figura 6 – Fachada do prédio da FEA-USP – Rua Dr. Vila Nova, 1946



Fonte: Acervo FEA-USP. (RIBEIRO, 2009a, p. 39)

A FEA-USP foi instalada ao lado da FFCL, que era, “provavelmente, o edifício com a maior densidade intelectual por metro quadrado como jamais se reuniu na cidade de São Paulo” (GOLDEMBERG, 1988 citado por PINHO, 2006, p. 48). Entre a FFCL e a FCEA, havia um pátio comum, conhecido como área de recreio (Figura 7), onde os estudantes dos diversos cursos conviviam.

Nesses anos iniciais, quando era menor o número de discentes, e, nesse espaço físico, em que a proximidade era uma característica, percebia-se uma convivência mais efetiva entre os alunos (ALVES, 1984). A localização central dos prédios da FCEA também contribuía para a presença, de forma mais assídua, dos docentes, além de facilitar o contato entre esses e os discentes. A possibilidade de complementação da formação acadêmica em instituições de ensino próximas também era um fato. O professor Alecseo Kravec, citado por Ribeiro (2009a) comenta que, quando estava na Rua Doutor Vila Nova, tudo era mais fácil. Ele próprio aproveitou o tempo, enquanto lecionava, para fazer o curso de Direito no Mackenzie e também completar o curso de Economia do Mackenzie, dada a proximidade das instituições.

Figura 7 – Pátio interno da FEA-USP, durante um intervalo, década de 1940



Fonte: Acervo FEA-USP (RIBEIRO, 2009a, p. 39).

Pinho (1988) explica as contribuições que as então contíguas unidades FFCL e FEA proporcionaram à reformulação e à orientação da economia brasileira e paulista, durante o Estado Novo e Regime Militar. Enquanto os estudantes de Ciências Sociais priorizavam os debates e movimentos políticos, os alunos da FEA-USP exigiam ferramentas matemáticas e estatísticas para a construção de modelos de análise das empresas privadas e públicas. Novamente, concepções ideológicas distintas são percebidas. A tendência na FEA-USP é a formação para o atendimento às necessidades do poder econômico instalado devido ao processo de industrialização que se confirmava no Brasil, à época.

Por certo, é essa proximidade que contribuiria para a mobilização dos estudantes no movimento grevista de alunos que a recém-fundada FEA enfrentaria de 1955/1957, exigindo, como comenta Pinho (1988), sua reestruturação educacional. Essa reestruturação, de fato, ocorreria em 1962, com a reformulação do modelo educacional adotado pelo departamento, que se desloca do paradigma italiano para o modelo anglo-saxão¹¹⁰, mais prático e

¹¹⁰ O modelo ou regime de ensino anglo-saxão adotado por países como da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales, Irlanda e Escócia), Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Canadá, Malásia, Índia, África do Sul e Singapura possui como características predominantes: a existência de uma profissão contábil forte e atuante; sólido mercado de capitais como fonte de captação de recursos; pouca interferência governamental na definição de práticas contábeis e demonstrações financeiras que buscam atender, em primeiro lugar, os investidores. (NIYAMA; COSTA; AQUINO, 2005).

interessante para os alunos (IUDÍCIBUS, 2009). Nos movimentos de alunos durante o golpe militar de 1964, as fontes documentais e bibliográficas permitem inferir que, enquanto os estudantes da FFCL participaram ativamente, os alunos da FEA se abstiveram e, por observação, acompanharam o movimento.

Em 1970, a FEA deixaria a Vila Buarque para ocupar oficialmente seu novo prédio, visualizado na Figura 8, na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. Nesse novo local aglutinou-se, agora, apenas as instalações acadêmicas dos Departamentos de Economia, Administração e Contabilidade. É, nessa mudança de local, que o nome ‘contabilidade’, apareceria na placa da instituição, dando ciência, de que ali, também se ministrava o curso de Ciências Contábeis. Ribeiro (2009a) destaca ser esta uma reivindicação tanto dos docentes quanto dos discentes, desde a gênese da instituição. Ainda, conforme cita Ribeiro (2009a), a FEA era composta por seis prédios em funcionamento na Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 908, ao lado de vários bancos e da Escola de Comunicação e Arte (ECA), tendo quase em frente a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Figura 8 – Fachada do prédio da FEA-USP – Cidade Universitária Armando Salles Oliveira



Fonte: Acervo FEA-USP (RIBEIRO, 2009a, p. 98).

Nesse novo espaço escolar, apesar da amplitude espacial, a FEA seria isolada das demais unidades, como já se verificava em outras IES, e a possibilidade de convivência com saberes diferentes voltaria à prática do início do século quando, então, as faculdades funcionavam de forma isolada.

CAPÍTULO IV

O CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM PORTUGAL E BRASIL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Nos capítulos anteriores, foram desenvolvidas discussões no sentido de identificar a gênese do ensino superior de contabilidade, bem como sua evolução desde a institucionalização das Aulas de Comércio até a criação das instituições de ensino superior, em Portugal e no Brasil, objetos de investigação nesta pesquisa, das quais nos apropriamos para, dessa forma, (re)contar a história do ensino de contabilidade por meio de suas trajetórias, buscando, assim, comparar fatos e situações a fim de perceber aproximações ou distanciamentos entre ambas.

Neste capítulo, o propósito será analisar os currículos adotados por ambas as IES – ISCAL e FEA-USP – a fim de identificar as alterações ocorridas em suas estruturas pedagógicas para, novamente, tecer discussões acerca de semelhanças e diferenças, buscando ainda compreender o contexto que determinou sua construção.

4.1 Algumas concepções acerca do currículo

Etimologicamente, currículo tem origem na palavra latina *Scurrere*, que vem do verbo correr ou curso, então sua real tradução seria um curso a ser seguido no decorrer do trajeto escolar, no caso, do ensino (GOODSON, 2008). Sacristán (1998, p. 14) cita que, de forma clássica, o currículo pode ser entendido como “um conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível educativo ou modalidade de ensino”. Mais do que conceitos ou definições, o termo currículo possui várias acepções, especialmente, se considerados os contextos diversos, sejam eles políticos, científicos, filosóficos ou culturais, no meio dos quais emergem.

Goodson (2008, p. 143-144) afirma que “o currículo foi inventado basicamente como um conceito para direcionar e controlar a autonomia do professor e sua liberdade potencial na sala de aula”. O autor acrescenta que, com o passar dos anos, a aliança entre prescrição e

poder foi alimentada para que o currículo se tornasse um artifício que, sistematicamente, reproduzisse as relações de poder existentes na sociedade.

Nessa linha de raciocínio, Silva (2009) questiona o sentido da palavra currículo e assegura que, na atualidade, há uma influência da literatura educacional americana, visto que o termo tem sido utilizado para designar um campo profissional especializado. Dessa forma, estabelece-se a educação como um objeto próprio de estudo científico, resultando, de certa forma, na institucionalização da educação de massas¹¹¹.

A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo, ainda de acordo com Silva (2009), é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado ou qual conhecimento ou saber é considerado importante, válido ou essencial, para merecer se tornar parte de determinado currículo. Essa premissa converge para o pensamento de Schubert (1986), citado por Sacristán (1998), o qual entende que o currículo pode ser utilizado como a concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes, tarefas e habilidades a serem dominadas – como é o caso da formação profissional.

Pesquisas no âmbito educacional contribuíram decisivamente para “a atualidade do tema, que centrou seu interesse em analisar como as funções de seleção e de organização social da escola, que subjazem nos currículos, se realizam através das condições nas quais seu desenvolvimento ocorre” (SACRISTÁN, 1998, p. 19), visto que o currículo é o mecanismo por meio do qual o conhecimento é distribuído socialmente e, com isso, passa a ser considerado como uma invenção que reflete escolhas sociais conscientes e inconscientes, que concordam com os valores e as crenças dos grupos dominantes na sociedade (YOUNG, 1989; WHITTY, 1985; SACRISTÁN, 1988) voltados à escolarização das massas.

Walker (1973), citado por Sacristán (1988, p. 21), assegura que “os fenômenos curriculares incluem todas aquelas atividades e iniciativas através das quais o currículo é

¹¹¹ Silva (2009), ao discutir as teorias tradicionais sobre as questões que envolvem o nascimento dos estudos sobre currículo, afirma que as condições associadas à institucionalização da educação de massas originaram os estudos do currículo nos Estados Unidos e apresenta o contexto no qual Bobitt escreve, em 1918, o livro que seria considerado o marco no estabelecimento do currículo como um campo especializado de estudos: *The curriculum*. É nesse momento, que se busca responder as questões cruciais sobre as finalidades e os contornos da escolarização de massas, como: Quais os objetivos da educação escolarizada: formar o trabalhador especializado ou proporcionar a educação geral, acadêmica, à população? O que se deve ensinar: as habilidades básicas de escrever, ler e contar; as disciplinas acadêmicas humanísticas; as disciplinas científicas; as habilidades práticas necessárias para as ocupações profissionais? Quais as fontes principais do conhecimento a ser ensinado: o conhecimento acadêmico; as disciplinas científicas; os saberes profissionais do mundo ocupacional adulto? O que deve estar no centro do ensino: os saberes “objetivos” do conhecimento organizado ou as percepções e as experiências “subjetivas” das crianças e dos jovens? Em termos sociais, quais devem ser as finalidades da educação: ajustar as crianças e os jovens à sociedade tal como ela existe ou prepará-los para transformá-la; a preparação para a economia ou para a democracia?

planejado, criado, adotado, apresentado, experimentado, criticado, atacado, defendido e avaliado [...]” e, por isso mesmo, é possível perceber a coexistência de vários currículos em sala de aula. Fávero Sobrinho (1998) discute a coexistência desses vários currículos, conforme diferentes percepções e dada sua aplicação em um mesmo período e local, classificando-os em currículo formal ou prescrito, currículo percebido ou narrativo, currículo experienciado e, ainda, como currículo operacional ou ativo (Quadro 10).

Quadro 10 – Classificações de currículos

Currículo formal (prescrito)	Currículo percebido (narrativo)	Currículo experienciado	Currículo operacional (ativo)
O que é prescrito como desejável por alguma organização normativa.	O que o professor diz que está fazendo, e o porquê desta ação.	O que os alunos percebem e como reagem ao que está sendo ensinado.	O que ocorre, de fato, na sala de aula através do olhar do observador/pesquisador presente no ambiente.

Fonte: Adaptado de Fávero Sobrinho (1998).

No Brasil, discussões acerca das diretrizes curriculares adquiriram centralidade, sobretudo, a partir da década de 1990, em todos os níveis de ensino, consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Cury (1997) assegura que a questão dos currículos de graduação ganhou importância na reforma da educação superior a partir de 1995, privilegiando aspectos relativos à flexibilidade e a avaliação como eixos articuladores da reconfiguração desse nível de ensino.

Taffarel (2001) argumenta que as mudanças curriculares estão se adaptando à lógica mercantilista, com o objetivo de formar profissionais de acordo com as transformações constantes do mercado¹¹²e, em se tratando do ensino superior, as diretrizes curriculares vislumbram as áreas de conhecimento e/ou de formação que as instituições de ensino devem contemplar em seus projetos pedagógicos, ao invés de indicar quais disciplinas devem compor, obrigatoriamente, as estruturas curriculares dos cursos de graduação.

No ensino de contabilidade, em nível superior, constata-se a ocorrência dessa lógica mercantilista a pontuar os currículos e, ainda, percebem-se semelhanças entre a definição do currículo em Portugal e Brasil. Em Portugal, essa discussão seria pontual, quando da

¹¹² O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer nº 776/1997 que trata da orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, eliminando-se a “figura dos currículos mínimos”, que teria produzido “excessiva rigidez” e “fixação detalhada de mínimos curriculares”, especialmente, em relação ao “excesso de disciplinas obrigatórias” e ampliação desnecessária do tempo de duração dos cursos. Propôs-se, a partir de então, e em substituição dos “currículos mínimos”, maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras profissionais, privilegiando princípios como a ampla liberdade na composição da carga horária e unidades de estudos a serem ministradas, a redução da duração dos cursos, a sólida formação geral, as práticas de estudo independentes, o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas, a articulação teoria-prática e as avaliações periódicas com instrumentos variados (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

conversão dos institutos comerciais à ISCA, momento da oferta do bacharelato em contabilidade, quando o currículo pode-se caracterizar como formal e resultante de estudos prévios por uma comissão organizada, especialmente, para construí-lo. No Brasil, o primeiro currículo a ser utilizado nesse nível de ensino, foi prescrito em lei, por meio do Decreto-Lei nº 7.988/1945.

Nessa lógica que determina que os conteúdos curriculares devem ser organizados de forma a contemplar áreas de conhecimento específicas e, ainda, que tal estrutura curricular seja flexível o bastante para se adequar às exigências de mercado, o currículo dos cursos superiores de ciências contábeis são construídos.

4.2 Currículo no curso de contabilidade do ISCAL

Em Portugal, a Revolução política ocorrida em 25 de abril de 1974, ocorreu no momento em que, em âmbito educacional, ministrava-se o ano letivo de 1973-1974. A mudança política, que reinstalara, em definitivo, a República, não resultou em ajustamentos pontuais relativos à conclusão daquele ano letivo. Todavia, estava latente um processo de reformas educacionais, previsto pelo ministro da educação, Veiga Simão, desde 1973.

Como reflexo das reformas que eram anunciadas, o ICL designou um grupo constituído por professores, alunos e contabilistas por ele diplomados (ESTEVEENS, 2001), para promoverem uma reforma curricular do curso de contabilista que iria vigorar no ano letivo de 1974/1975. Foram eliminadas cadeiras, desenquadradas das necessidades de um curso de Contabilista atualizado, conforme expresso em Costa e Silva (2008), nomeadamente, Química, bem como introduzidas outras, entre as quais, Gestão Financeira e Revisão Contabilística (Auditoria). (COSTA; ALVES, 2008). O currículo definido é exposto no Quadro 11. Estavam, assim, delineadas as linhas para a futura orientação do ensino contábil a ser ministrado nessa instituição, cuja conversão em instituto superior já era articulada.

Quadro 11 – Currículo do Curso de Contabilista (1975)

Anos	Disciplinas
Primeiro	Matemática, Geografia Econômica e Humana, Filosofia e Introdução ao Estudo da Economia.
Segundo	Matemática Aplicada I, Direito Comercial, Contabilidade Geral e Financeira I, Introdução às Ciências Sociais.
Terceiro	Matemática Aplicada II, Direito Fiscal, Contabilidade de Custo e Gestão, Gestão Financeira, Revisão Contabilística.

Fonte: Adaptado do plano de estudos do Curso de Contabilista do Instituto Comercial de Lisboa – 1975.

Apesar de a Reforma Veiga Simão não ter se consolidado, possibilitou que as bases para a reforma do ensino de contabilidade se concretizassem em 1976, quando iniciou-se o bacharelato, após a conversão, em 1975, dos institutos comerciais em institutos superiores. Em consequência da expectativa dessa reforma, entidades representativas da classe contábil, como o Sindicato Nacional dos Contabilistas (SNC), elaboraram, por solicitação do Ministério da Educação e Investigação Científica, documento amplamente divulgado intitulado *Subsídio para a Reforma do Ensino da Contabilidade: bacharelato e licenciatura* datado de 1971, que se pretendia converter no currículo formal a ser adotado pelo bacharelato em contabilidade. (ESTEVEENS, 2001; COSTA; ALVES, 2008). Participava dessa comissão organizadora participava o Sr. Carlos Alberto Pires da Silva, ex-aluno do ICL que teve seu diploma do Curso de Contabilista equiparado ao Bacharelato em Contabilidade, cujo verbete de matrícula é visualizado como Figura 22, no Anexo F.

A comissão elaboradora dessa proposta apresentou, no preâmbulo do documento, as justificativas para sua elaboração e, de sua leitura, depreende-se o valor atribuído ao Curso de Contabilista ministrado nos institutos comerciais, mas, ao mesmo tempo, o descrédito atribuído aos mesmos, cujos diplomas eram de cursos de nível médio (secundário) e, por isso, o acesso às tarefas mais elevadas da profissão era negado aos seus diplomados. Essas constatações levava à reafirmação da necessidade de adequação desse currículo àqueles praticados internacionalmente e, de forma específica, o currículo praticado nos Estados Unidos, citado textualmente.

Os contabilistas actuais são necessários e cada vez mais à medida que se inicia o desenvolvimento económico. Os diplomados actuais, apesar das eventuais deficiências dos cursos (característica comum a todos os cursos de todos os níveis), têm colocação nas empresas e nos serviços públicos, em lugares correspondentes à sua formação, e apesar de todos os preconceitos existentes. O Projecto tem a vantagem de eliminar claramente as actuais confusões, ao definir claramente o nível dos Institutos e a formação especializada que os mesmos têm conferido, rectificando a situação pouco esclarecida em que tem sido feito o enquadramento dos cursos. Após esta definição de posição, os Contabilistas actuais, por considerarem aceitável, na generalidade, o esquema da reforma proposta, resolveram estudar com o pormenor, que o tempo dado para a discussão permitiu, o curso que os formará no futuro. O facto de se pormenorizar especialmente a formação ao nível de bacharelato, correspondente aos actuais cursos de Contabilista, não impede, desde já, de se afirmar, a necessidade de serem criadas extensões deste curso, quer de especialização, quer de desenvolvimento, até ao nível de licenciatura, por só assim surgir, também neste campo, uma investigação adaptada à realidade portuguesa, e à semelhança do que se faz noutros países (*nomeadamente* nos Estados Unidos). (SNC, 1971, p.19-20).

No Brasil, essa influência norte-americana também fora percebida, visto que as mudanças nos conteúdos curriculares da disciplina de Contabilidade Introdutória, que resultou na publicação de livro didático, ao qual se atribui considerável contribuição à metodologia de ensino praticada a partir de 1970, decorre da leitura e do uso de material utilizado naquele país.

O documento, elaborado pelo SNC, que apresentou, inclusive, o conteúdo curricular para cada disciplina, foi dividido em cinco capítulos, iniciando-se o estudo com uma análise da profissão e do curso de contabilista e das disciplinas ali ministradas. O documento prosseguia com discussão acerca do desenvolvimento e especialização dos contabilistas, finalizando com pressupostos para uma aplicação integral da reforma proposta. Na Figura 9, visualiza-se o esquema resumido proposto para o bacharelato em contabilidade, o qual seria parcialmente adotado no ano de 1977. O esquema detalhado, inclusive, com as opções, que se acredita serem disciplinas de natureza facultativa, é apresentado no Anexo A, como Figura 10.

Figura 9 – Esquema do Curso de Contabilista – Bacharelato em Contabilidade no ISCAL

CURRICULUM DO CURSO DE CONTABILISTA

MAPA N.º 1

Bacharelato em Contabilidade

ANOS			DISCIPLINAS				OPÇÕES	ESTÁGIOS
1.º ANO	1.º SEMESTRE	NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO	MATEMÁTICA	CONTABILIDADE GERAL E FINANCEIRA I	ECONOMIA	ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	OPÇÕES	ESTÁGIO FINAL DE ANO
	2.º SEMESTRE	DIREITO COMERCIAL	APLICADA I					
2.º ANO		DIREITO FISCAL APLICADO	MATEMÁTICA APLICADA II	CONTABILIDADE GERAL E FINANCEIRA II	CONTABILIDADE DE CUSTOS I	MÉTODOS E TEORIAS DE SISTEMAS CONTABILÍSTICOS	OPÇÕES	ESTÁGIO FINAL DE ANO
3.º ANO	1.º SEMESTRE	ANÁLISE DE BALANÇOS	ESTATÍSTICA	CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	CONTABILIDADE DE CUSTOS II	GESTÃO FINANCEIRA	OPÇÕES	ESTÁGIO FINAL DE CURSO
	2.º SEMESTRE	REVISÃO DE CONTABILIDADES	APLICADA					

Fonte: Subsídio para a Reforma do Ensino da Contabilidade: bacharelato e licenciatura (SNC; 1971, p. 60-61).

Uma análise acurada do currículo do Curso de Contabilista (Quadro 11) e do currículo proposto para o bacharelato (Figura 9) deixa entrever, a inserção de disciplinas que

priorizariam os métodos quantitativos, como disciplinas obrigatórias e as *opções* entendidas como as disciplinas optativas. Na estrutura proposta, em Portugal, para os estudos específicos de contabilidade, constata-se que esses se assemelham aos *conhecimentos de formação profissional*, em especial, aos conhecimentos obrigatórios de formação específicas, indicados para a composição do currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil.

O indicativo de programa curricular resultante do estudo do SNC, e visualizado na Figura 11, no entanto, não foi utilizado, embora tenha sido aproveitado para composição do currículo definitivo, exposto na Figura 11, extraída do Plano do Curso (Bacharelato) do ISCAL (ISCAL, 1977), a ser utilizado pelos ISCA's, que seria publicado pela primeira vez em 1977, para aplicação durante o ano letivo de 1977/1978.

Figura 11 – Currículo – Bacharelato em Contabilidade ISCAL – ano letivo 1977/1978

1.º ANO	
	Horas/semana
Matemática I	6
Noções Fundamentais de Direito	3
Economia I	4
Organização e Gestão de Empresas	3
Teoria dos Sistemas de Informação	3
Contabilidade Geral e Financeira I	6
	<hr/> 25
2.º ANO	
Cálculo Financeiro	3
Elementos de Análise Quantitativa	3
Direito Comercial	3
Economia II	4
Contabilidade Geral e Financeira II	6
Contabilidade de Custos e Gestão I	6
	<hr/> 25
3.º ANO	
Estatística Aplicada	4
Direito Fiscal	3
Gestão Financeira — Análise de Balanços	4
Contabilidade de Custos e Gestão II	6
Planeamento de Resultados e Técnicas de Controlo Orçamental	4
Revisão Contabilística	4
	<hr/> 25

Plano de Curso (Bacharelato) ISCAL (1977).

As motivações que resultaram na configuração desse currículo (Figura 11), evidenciadas pela análise historiográfica, estão contidas no teor legal do Decreto-Lei nº 327/76, que previa, em seu Artigo 6º, que os ISCA's organizariam imediatamente o ensino do bacharelato, por especialidade, e com a duração mínima de três anos, em regime semestral.

Previa-se, ainda, que, após organizado o bacharelato, proceder-se-ia à organização do ensino da licenciatura, também, por especialidades (PORTUGAL, 1976). Essa redação dá a entender que cada um dos quatro ISCA's (Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro) poderia organizar individualmente seu plano curricular.

Observa-se, contudo, que, em 1976, quando ocorreu a conversão dos ICs para ISCA's, houve um período de transição em que se praticou o currículo do Curso de Contabilista, conforme se depreende da leitura do preâmbulo do plano de curso para o bacharelato do ISCAL, com os programas das cadeiras, organizado, pelo Conselho Diretivo dessa IES e datado, de 1977.

Edita-se este ano pela primeira vez o Plano do Curso do Bacharelato em Contabilidade e Administração e os programas das cadeiras que o compõem, vigentes no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, criado e organizado pelo Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de Maio, acrescentando-se aos programas a bibliografia tida por mais relevante, na convicção de preencher uma lacuna da Escola e que não pode deixar de interessar aos profissionais desta actividade. *Não obstante os programas das cadeiras, desde o ano de arranque do bacharelato, 1975/1976, terem sofrido apenas as alterações ditadas pela experiência que fomos adquirindo*, tem de referir-se que os da presente brochura são os aprovados para o ano lectivo de 1977/78 e daí que, pela natural e consciente atenção que terá de dedicar-se ao que se passa à nossa volta, serão revistos sempre que as técnicas, as matérias abordadas, numa palavra – a evolução – o aconselhem, já que entendemos os ISCA (para só falar nestes Institutos Superiores) como corpos dinâmicos. Assim, procurar-se-á publicar, nas oportunidades que o justifiquem, suplementos de actualização. (CONSELHO DIRECTIVO ISCAL, 1977). (*grifo nosso*).

Ao comparar a estrutura curricular dos cursos de contabilista, praticados nos institutos comerciais, com aquela organizada para o ISCAL (Quadro 12), constata-se que foi mantida a duração de três anos prevista para integralização do curso. Algumas disciplinas, como Direito Comercial, Contabilidade Geral e Financeira I, Contabilidade de Custos e Gestão e Revisão Contabilística, possuem em ambas as estruturas curriculares a mesma denominação, enquanto outras, como Economia, tiveram sua carga horária aumentada, visto serem ministradas em mais de um ano no currículo relativo ao Bacharelato.

Também houve a inclusão da disciplina de Estatística e de Teoria dos Sistemas de Informação. A inclusão da primeira se justifica em função da necessidade de quantificação que a disciplina contábil passou a apresentar, devido à sua natureza positivista e à influência norte-americana na composição desse plano de estudos. Quanto à Sistemas de Informação, considera-se um avanço sua inclusão nesse plano curricular, pois a informatização nas empresas, a partir da década de 1980, resultou nessa exigência curricular.

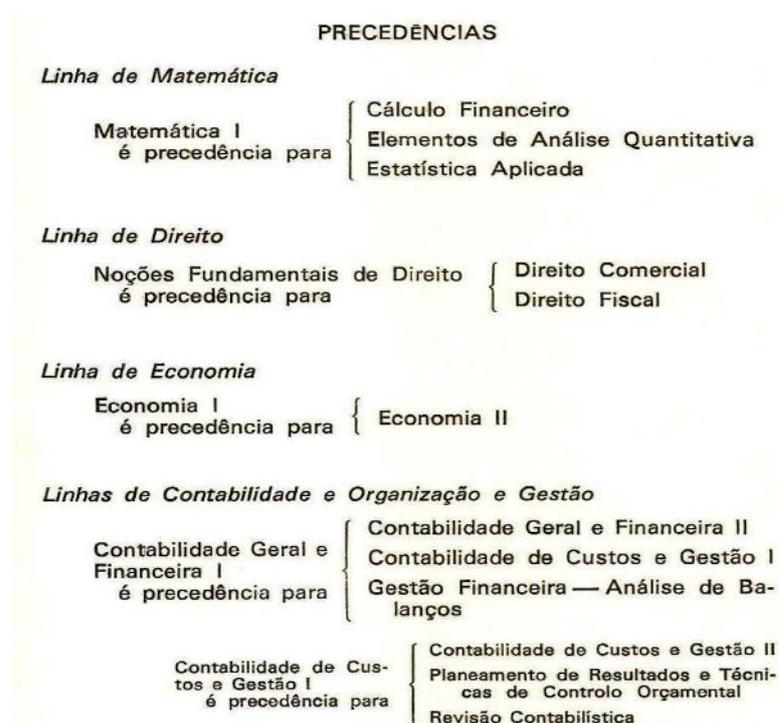
Quadro 12 – Comparação das estruturas curriculares – Curso de Contabilista e Bacharelato em Contabilidade no ISCAL

Anos	Disciplinas	
	Curso de Contabilista (IC)	Bacharelato em Contabilidade
1º	Matemática, Geografia Econômica e Humana, Filosofia e Introdução ao Estudo da Economia.	Matemática I; Noções Fundamentais de Direito; Economia I; Organização e Gestão de Empresas; Teoria dos Sistemas de Informação; Contabilidade Geral e Financeira I.
2º	Matemática Aplicada I, Direito Comercial, Contabilidade Geral e Financeira I, Introdução às Ciências Sociais.	Cálculo Financeiro; Elementos de Análise Quantitativa; Direito Comercial; Economia II; Contabilidade Geral e Financeira II; Contabilidade de Custos e Gestão I.
3º	Matemática Aplicada II, Direito Fiscal, Contabilidade de Custo e Gestão, Gestão Financeira, Revisão Contabilística.	Estatística Aplicada; Direito Fiscal; Gestão Financeira – Análise de Balanços; Contabilidade de Custos e Gestão II; Planejamento de Resultados e Técnicas de Controlo Orçamental; Revisão Contabilística.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Plano de estudos do Curso de Contabilista do Instituto Comercial de Lisboa – 1975 e Plano de Curso (Bacharelato) ISCAL (1977).

No ISCAL, o plano curricular, que, efetivamente foi utilizada para o ano lectivo de 1977/78, permite a inferência de que existiam pré-requisitos para cursar as disciplinas, visto a relação de precedências inserida como documento no Plano do Curso (Bacharelato). Visualiza-se, na Figura 12, que, para que o discente cursasse, por exemplo, a disciplina Contabilidade Geral e Financeira II, deveria ter cursado, previamente, Contabilidade Geral e Financeira I. Não foi percebida essa condição ao observar o currículo da IES brasileira.

Figura 12 – Pré-requisitos de disciplinas no Bacharelato em Contabilidade do ISCAL



Fonte: CONSELHO DIRECTIVO (1977, p. 9).

Também são várias as disciplinas de natureza facultativa ofertadas no Bacharelato de Contabilidade. Documento constante em fontes documentais primárias, evidenciado como Figura 13, obtidas no arquivo do ISCAL, ilustra a matriz curricular utilizada, evidenciando que o ISCAL ofertava diversas disciplinas facultativas ao longo dos três anos de curso.

Figura 13 – Cadeiras efetivas e facultativas do bacharelato em contabilidade no ISCAL

<u>INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE</u>	
<u>LISBOA</u>	
<u>1.º. A N O</u>	
<u>CADEIRAS EFECTIVAS:</u>	<u>CADEIRAS FACULTATIVAS:</u>
Matemática I..... 6 horas	Intr. Ciências Sociais 3 horas
Noç. Fund. de Direito 3 "	Hist. Ec. Social 2 "
Economia I 4 "	Int. Adm. Pública 2 "
Org. Gestão de Empresas 3 "	Inglês I 3 "
Teor. Sist. Informação 3 "	Alemão I 3 "
Cont. Geral Financeira I 6 "	Francês I 3 "
	Português I 3 "
<u>2.º. A N O</u>	
Cálculo Financeiro 3 horas	Psicossociologia Emp. 2 "
Elem. Análise Quant. 3 "	Contab. Fin. Públicas 3 "
Direito Comercial 3 "	Ciências Ambiente ... 2 "
Economia II 4 "	Inglês II 3 "
Contab. Geral e Finan. II ... 6 "	Alemão II 3 "
Contab. Custos Gestão I 6 "	Francês II 3 "
	Português II 3 "
<u>3.º. A N O</u>	
estatística Aplicada 4 horas	
Direito Fiscal 3 "	Op. Prev. s/Contab.... 3 horas
Gestão Financeira 4 "	Op. Banc. s/Contab. .. 3 "
Cont. Custos Gestão II 6 "	Gestão Comercial 3 "
Planeamento 4 "	
Revisão Contabilística 4 "	

Fonte: Arquivo do ISCAL (2013).

Foi confirmada, em fontes documentais, essa única reestruturação do programa curricular do ISCAL, visto que, em 1984, nova comissão se reuniu para readequar esse plano curricular. Com relação à evolução desse currículo, não foram obtidos elementos que permitissem discutir suas alterações¹¹³. Todavia, acredita-se que essas alterações se concretizaram em dois momentos distintos: (1) No ano de 1985, quando o Decreto-Lei nº

¹¹³ Informações disponíveis *online*, no sítio eletrônico da IES, cientificam que, atualmente, a estrutura curricular do ISCAL obedece ao Despacho nº 12.805/2006, de 20 de junho, que trata do registo da adequação do ciclo de estudos conducentes ao grau de licenciado em Contabilidade e Administração, com alterações dadas pela Retificação nº 1.080/2006, de 7 de julho, e Despacho nº 1.808/2007, de 2 de fevereiro, que estabelece o plano de estudos conducentes ao grau de licenciado em Contabilidade e Administração.

443/85 colocou fim à indefinição institucional dos ISCA's, autorizando-os a ministrarem os cursos de especialização (equivalentes ao grau de licenciatura). Até essa época, o ISCAL ministrava apenas o bacharelato em contabilidade e administração, visto que a lei nunca foi executada no que diz respeito ao grau de licenciatura e doutoramento¹¹⁴, e os estudos superiores especializados a que o ISCAL dera início, em janeiro de 1980, foram proibidos, mais tarde, pelo Ministério da Educação (COSTA; 1980; COSTA; ALVES, 2008); (2) No ano de 1988, quando os ISCA's foram integrados ao Ensino Superior Politécnico.

A observação dos currículos adotados, quando da gênese do ensino superior de contabilidade em ambas as IES, permite algumas inferências. Se desconsiderarmos o *gap* temporal de 30 (trinta) anos, entre a instituição do curso de Ciências Contábeis da FEA-USP e do ISCAL (Decreto-Lei nº 15.601/1946 – FEA, e Plano de Estudos – Bacharelato do Conselho Directivo ISCAL, 1977), o distanciamento refere-se ao período para integralização do curso, pois no ISCAL previam-se 3 (três) anos para integralização¹¹⁵ (RODRIGUES, s. d.), enquanto na FEA, o curso possuía duração de 4 (quatro) anos, conforme será discutido.

4.3 O currículo nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil

Sob o enfoque dos cursos de graduação, observa-se que os currículos são definidos, considerando-se o perfil profissional desejado, que se altera de acordo com os períodos históricos, visto que, a cada época, a sociedade define suas expectativas dado o contexto político, econômico e cultural. Nesse sentido, é relevante observar as constantes alterações curriculares na tentativa de se adequarem à legislação que preconiza disciplinas e atividades obrigatórias no desenvolvimento dos cursos (PIRES; OTT, 2008).

Observando-se o currículo proposto no Decreto-Lei nº 7.988/1945, que instituiu o curso de Ciências Contábeis e Atuariais (Quadro 13), verifica-se a ausência de disciplinas de formação humanística e filosófica. Também não eram permitidas, às instituições de ensino, alterações na seriação dessas disciplinas. Sobre esse currículo, Favarin (1994) afirma que o contador de nível superior seria visto como um técnico em contabilidade melhorado. Laffin (2001a; 2001b) explica, ainda, que esse primeiro currículo proposto, além da rigidez imposta pela seriação, era eminentemente técnico e não abrigava uma preocupação de formação

¹¹⁴ Informação encontrada em apresentação de aula da Professora Lúcia Lima Rodrigues de Portugal.

¹¹⁵ O período de três anos para integralização do bacharelato e licenciatura, no ISCAL, facilitaria inclusive a entrada do aluno no ensino superior técnico, no Processo de Bolonha, como se verifica atualmente.

ampla, preocupando-se mais com a técnica de registro e controle isolados.

Quadro 13 – Currículo – Curso de Ciências Contábeis e Atuária (1945)

Séries	Disciplinas
Primeira	Análise Matemática, Estática Geral e Aplicada, Contabilidade Geral, Ciência da Administração, Economia Política.
Segunda	Matemática Financeira, Ciência das Finanças, Estatística Matemática e Demográfica, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Instituições de Direito Público.
Terceira	Matemática Atuarial, Organização e Contabilidade Bancária, Finanças das Empresas, Técnica Comercial, Instituições de Direito Civil e Comercial.
Quarta	Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública, Revisões e Perícia Contábil, Instituições de Direito Social, Legislação Tributária e Fiscal, Prática e Processo Civil e Comercial.

Fonte: BRASIL. Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945.

Essa percepção é comum a Leite (2005, p. 112), o qual assegura que a matriz curricular do curso superior de ciências contábeis e atuariais revela que esse curso tinha por objetivo formar um profissional estritamente técnico, de acordo com as perspectivas da época, e não um profissional pesquisador, questionador e criativo. Além disso, o curso era rígido, pois fora elaborado um único currículo para ser utilizado em todas as instituições de ensino superior de contabilidade do país, desconsiderando-se as peculiaridades de cada região. Esses fatos prejudicaram sobremaneira a evolução da profissão contábil no Brasil.

Até 1962, não ocorreram alterações significativas em termos curriculares, com exceção, de acordo com Vilela (2008), ao fato de que a Lei nº 1 401, de 31 de julho de 1951, desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, criando os cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais.

Entretanto, a partir de 1962, por meio do Parecer nº 397, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou o trabalho elaborado por um grupo de especialistas, que tinha a missão de reformular os cursos superiores de Economia, Atuária e Ciências Contábeis. Nesse parecer, foi apresentado um currículo mínimo para essas três áreas, cujo conteúdo visava a “possibilitar o primeiro contato do aluno com a profissão, ensinar-lhe a teoria e técnicas pertinentes e permitir que aproveitasse ao máximo os conhecimentos que a aprendizagem em serviço enseja” (LEITE, 2005, p. 135).

A proposta curricular para os cursos de Ciências Contábeis era simplificada e reduzida a dois ciclos formativos – o ciclo básico e o ciclo de formação profissional (Quadro 14). Observa-se que o contato do aluno com a profissão e com as técnicas pertinentes ao exercício profissional é valorizado, visualizando-se concepções tecnicistas para atender ao mundo do

trabalho. Parece que essa proposta curricular, ao definir dois ciclos, já introduzia as diretrizes relativas à flexibilização dos currículos que seria a tônica das discussões na década de 1990.

Quadro 14 – Currículo mínimo – Ciências Contábeis (1963)

Ciclos	Disciplinas
Básico	Economia, Estatística, Direito, Matemática.
Profissional	Administração, Auditoria e Análise de Balanço, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Direito Tributário, Técnica Comercial.

Fonte: BRASIL. MEC. CFE. Resolução s/n, de 08 de fevereiro de 1963.

O que se observava, na época, era uma variedade de denominações de disciplinas e, por isso, as diretrizes definidas pela Resolução objetivavam, entre outras providências, garantir uma uniformidade mínima dos cursos de instituições diferentes, independentemente, das nomenclaturas utilizadas, conforme assevera Ricardino Filho (2002, p. 24), quando afirma que “o Conselho Federal de Educação fixa apenas um mínimo, que será o núcleo. Às escolas caberá integrá-lo com as matérias que julgamos necessárias, em caráter compulsório ou eletivo”.

A característica mais marcante dessa reformulação curricular refere-se ao fim da rigidez a que, até então, as instituições de ensino superior estavam submetidas, sob a égide do Decreto-Lei nº 7.988/1945. Nessa reformulação, as disciplinas são apresentadas em forma de ciclos, atribuindo-se às instituições a responsabilidade pela sua organização sequencial (seriação), notando-se, entretanto, que ainda há falha em virtude da ausência de disciplinas da área de formação humanística e filosófica. Parece-nos, todavia, que essa proposta curricular estabelecia as primeiras tentativas de harmonizar o currículo do curso de Ciências Contábeis, dada a necessidade de se definir o perfil profissional do contador para atender às exigências do mercado em função do processo de industrialização, o qual resultava na criação de novas empresas públicas e privadas e na abertura de fronteiras à empresas multinacionais que no Brasil se instalavam.

Em 1983, os professores Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Hilário Franco apresentam discussão, na qual chamam a atenção da necessidade de inclusão ao currículo do curso de Ciências Contábeis de disciplinas humanísticas e filosóficas “que ensinem a pensar, a disciplinar nosso pensamento e a metodizar nossas pesquisas e indagações científicas e práticas” (IUDICIBUS; MARTINS; FRANCO, 1984, p. 12). Essa inclusão é justificada pelos pesquisadores, ao afirmarem que:

Ao mesmo tempo em que o Contador deve ser pessoa altamente versada e vocacionalmente dirigida para trabalhar com números e valores, de forma relativa, sem nunca perder o sentido de materialidade, também atua num ambiente econômico que, em seu aspecto mais amplo, é social e institucional, e no qual a habilidade em lidar com pessoas e grupos, a fluidez e facilidade em transmitir, por escrito e oralmente, ideias e fatos, a liderança para influenciar pessoas e grupos, e mesmo a cultura geral e humanística, são aspectos fundamentais para o sucesso de sua atenção. (IUDÍCIBUS; MARTINS; FRANCO, 1984, p. 13).

Essa percepção, no entanto, não traria reflexos imediatos ao currículo, pois, somente em 1992, confirmar-se-ia nova alteração curricular. Na década de 90, o campo educacional, que refletia as transformações históricas que a sociedade brasileira viveu a partir do regime militar, passou por intenso processo de revisão em vários de seus aspectos institucionais. Foi nesse contexto que as universidades brasileiras se empenharam por promover reformulações em suas concepções curriculares¹¹⁶.

¹¹⁶ Em 1992, a Resolução nº 03 estabeleceu para a área de Ciências Contábeis uma nova proposta curricular, que buscava romper com a concepção estritamente limitada e reduzida do currículo mínimo de 1962. O currículo mínimo proposto apresentava uma nova estrutura de natureza formativa, prevendo, além de uma formação geral, a formação profissional específica e formação complementar, distribuídos entre disciplinas obrigatórias e eletivas. Estabelecia também uma duração mínima de 2.700 horas para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, integralizadas em, no máximo, sete anos e, no mínimo, quatro, para os cursos diurnos, e cinco anos, para os cursos noturnos. (BRASIL. MEC. CFE. Resolução nº 3, de 05 de outubro de 1992).

Nessa proposta curricular, percebe-se, conforme Fávero Sobrinho, 1998), a presença de duas concepções curriculares: a humanista moderna e a tecnicista. A influência humanista moderna fica evidenciada na medida em que o currículo mínimo prevê, para a formação profissional, a inclusão de um conjunto de conhecimentos de natureza humanística e de natureza social. Já a influência tecnicista é predominante, uma vez que o currículo mínimo aponta para a necessidade de se incluir uma grande dosagem de conhecimentos de natureza profissional básica e específica, além de um conjunto de conhecimentos de natureza instrumental e de natureza prática.

Nova orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, aprovados pelo CNE em 1997, por meio do Parecer nº 776, propõem maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras profissionais, incluindo, dentre outros, os seguintes princípios: ampla liberdade na composição da carga horária e unidades de estudos a serem ministradas; redução da duração dos cursos; sólida formação geral; práticas de estudo independentes; reconhecimento de habilidades e competências adquiridas; articulação teoria-prática; e avaliações periódicas com instrumentos variados (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001). Nessa nova reformulação, foram previstas, para os cursos de graduação em contabilidade, disciplinas com enfoque na formação do profissional, conforme o perfil desejado de cada curso, o que resulta numa diversidade de currículos nas IES que ministram o curso de Ciências Contábeis (CAPACCHI et al., 2007). A Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Contábeis, constituída por professores do Departamento de Políticas do Ensino Superior, órgão da SESu, apresentou, em 12 de abril de 1999, nova proposta de diretrizes curriculares, prevendo conteúdos obrigatórios de formação básica e profissional (as disciplinas não foram nominadas, somente definiu-se áreas de conhecimento) numa proporção de 50% do currículo pleno. Os demais 50% referiam-se aos conteúdos optativos, cujas disciplinas as IES teriam liberdade para definir. Buscava-se, pois, instituir, por meio dessa proposta, e de forma efetiva, a flexibilização curricular.

A referida proposta seria o embrião para a oficialização definitiva das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Ciências Contábeis, por meio da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que se encontra em vigência e determina, em seu Artigo 5º, que os cursos de graduação em Ciências Contábeis, na modalidade bacharelado, devem contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional (BRASIL, 2010).

4.4 Currículo no curso de Ciências Contábeis da FEA-USP

Para Silva (2009), a compreensão de qualquer teoria acerca de currículo deve considerar informações sobre qual conhecimento deve ser ensinado ou qual conhecimento ou saber é considerado importante, válido ou essencial, para merecer se tornar parte de determinado currículo. No caso da formação profissional, os currículos priorizam as competências e habilidades necessárias ao perfil profissional desejado, como se verifica claramente em relação ao perfil desejado para o egresso dos cursos de Ciências Contábeis. No Brasil, tão logo foi aprovado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto-Lei nº 7.988/1945, foi definido também o currículo a ser ministrado.

Esse currículo seria utilizado, em sua íntegra, na FCEA, quando essa foi efetivamente instalada na USP, por meio do Decreto-Lei nº 15.601, em janeiro de 1946, com uma única alteração: nesse documento legal de instalação, previa-se a inserção da disciplina de Ciência da Administração I e II, na primeira e segunda série, respectivamente. No Quadro 15 apresentam-se, lado a lado, ambas as estruturas curriculares. Considera-se necessário salientar que, textualmente, previa-se, no Artigo 6º, que as disciplinas do curso podiam, isolada ou combinadamente, constituírem cadeiras da Faculdade, justificando o regime de cátedras adotados de 1946 a 1969, quando ocorre a reforma universitária e extinção das cátedras.

Quadro 15 – Estruturas curriculares recomendadas e adotadas na gênese do curso de Ciências Contábeis e Atuariais da FCEA

Séries	Disciplinas	
	Decreto-Lei nº 7.988/1945	Decreto-Lei nº 15.601/1946
Primeira série	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise matemática 2. Estatística geral e aplicada 3. Contabilidade geral 4. Ciência da administração 5. Economia política 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise matemática 2. Estatística geral e aplicada 3. Contabilidade geral 4. Ciência da administração (I) 5. Economia política
Segunda série	<ol style="list-style-type: none"> 1. Matemática financeira 2. Ciência das finanças 3. Estatística matemática e demográfica 4. Organização e contabilidade industrial e agrícola 5. Instituição de direito público 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Matemática financeira 2. Ciência das finanças 3. Estatística matemática e demográfica 4. Organização e contabilidade industrial e agrícola 5. Instituição de direito público 6. Ciência da Administração (II)
Terceira série	<ol style="list-style-type: none"> 1. Matemática atuarial 2. Organização e contabilidade bancária 3. Finanças das empresas 4. Técnica comercial 5. Instituições de direito civil e comercial 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Matemática atuarial 2. Organização e contabilidade bancária 3. Finanças das empresas 4. Técnica comercial 5. Instituições de direito civil e comercial
Quarta série	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização e contabilidade de seguros 2. Contabilidade pública 3. Revisões e perícia contábil 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização e contabilidade de seguros 2. Contabilidade pública 3. Revisões e perícia contábil

4. Instituições de direito social 5. Legislação tributária e fiscal 6. Prática de processo civil e comercial	4. Instituições de direito social (inclusive legislação trabalhista) 5. Legislação tributária 6. Prática de processo civil, comercial e fiscal
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Decretos-Lei nº 7.988/1945 e 15.601/1946.

Não há uma explicação clara para a inserção das disciplinas Ciências da Administração I e II no currículo do curso de Ciências Contábeis, mas, historicamente, quando da criação da FCEA, foi autorizado o funcionamento do curso de Administração de Empresas que, no entanto, não chegou a ser instituído à época. Então, ao se criar tais disciplinas, instituía-se a cadeira de Ciência da Administração para justificativa e manutenção de um docente dessa especialidade para funcionamento do Instituto de Administração¹¹⁷.

A estrutura curricular da faculdade foi novamente alterada, em 1947, por meio do Decreto-Lei nº 17.344, de 28 de junho, em que ficava evidente a relação das disciplinas com a cadeira à qual pertenciam. Foram criadas 22 (vinte e duas) cadeiras, cujos docentes atenderiam aos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, ficando ainda definido que, para cada cadeira, haveria, além do catedrático, um professor assistente e, para as cadeiras lecionadas em mais de uma série, poder-se-ia dispor de mais um assistente. Todas as cadeiras funcionaram em tempo integral, presumindo-se assim a dedicação integral dos docentes, com exceção daquelas cujo conteúdo curricular versasse sobre conteúdos relacionados ao Direito. No Quadro 16, sumarizam-se as disciplinas e respectivas cadeiras às quais pertenciam e, como informação complementar, apresenta-se, no Quadro 17, no Apêndice F, a relação de cadeiras da FCEA em 1947.

Quadro 16 – Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em 1947

Séries	Disciplinas
Primeira série	1. Análise Matemática (Cadeira I) 2. Estatística I (Cadeira III) 3. Técnica Comercial e dos Negócios (Cadeira XXII) 4. Contabilidade Geral (Cadeira V) 5. Instituições de Direito Público (Cadeira XII) 6. Economia Política (Cadeira XIX)
Segunda série	1. Instituições de Direito Privado (Cadeira XIII) 2. Análise Matemática (Cadeira I) 3. Estatística II (Cadeira IV) 4. Matemática Financeira (Cadeira II) 5. Contabilidade Industrial e Agrícola (Cadeira VI)

¹¹⁷ O parágrafo único do Artigo 12 do Decreto-Lei nº 15.601/1946 trazia o seguinte texto legal: “Anexo à cadeira de Ciência da Administração e sob a direção do respectivo professor, funcionará imediatamente o Instituto de Administração, que terá por finalidade a realização de pesquisas e investigações relativas à administração geral e especial (inclusive pública), devendo dedicar particular atenção aos problemas relativos à eficiência do trabalho e às condições de vida do trabalhador” (CANABRAVA, 1984c, p. 384).

	6. Ciência das Finanças (Cadeira XVIII)
Terceira série	1. Estatística II (Cadeira IV) 2. Matemática Atuarial (Cadeira II) 3. Contabilidade Pública (Cadeira V) 4. Instituições de Direito Social (Cadeira XVIII) 5. Finanças das Empresas (Cadeira XVIII) 6. Contabilidade Bancária (Cadeira VIII)
Quarta série	1. Matemática Atuarial (Cadeira II) 2. Organização e Contabilidade de Seguros (Cadeira VIII – 2ª parte) 3. Revisões e Perícias Contábeis (Cadeira VII – 2ª parte) 4. Legislação Tributária (Cadeira XV) 5. Ciência da Administração (Cadeira XVII) 6. Prática do Processo Civil, Comercial e Fiscal (Cadeira XVI)

Fonte: BRASIL. Decreto-Lei nº 17 344/1947.

Mantida a seriação, percebe-se a realocação da disciplina relacionada à Ciência da Administração para a última série, além da inserção de disciplinas relacionadas à contabilidade bancária e, ainda, da ampliação de disciplinas de matemática atuarial e estatística para mais de uma série ao longo do curso. Por meio dessa estrutura curricular, era possibilitado ao aluno da FCEA a obtenção de duas habilitações: de contador e atuário.

No período de 1947 a 1960, mudanças substanciais na estrutura de funcionamento da FCEA contribuem para nova alteração curricular. Na década de 1950, são criados os cursos noturno e, em 1957, é desdobrado em dois o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Quanto à separação dos cursos reunidos até aquele momento sob a mesma rubrica – Curso de Ciências Contábeis e Atuária –, justificou-se a necessidade de seu desdobramento, tendo em vista que Contabilidade e Matemática constituíam as vigas mestras de cada um dos cursos, ambos notoriamente vastos e complexos, devendo ser ministrados em extensão e profundidade, razão pela qual a formação do especialista em contabilidade se distingue nitidamente da especialidade do atuário (CANABRAVA, 1984c).

Estudos da Comissão de Ensino da Faculdade, instituída em decorrência do Decreto nº 27.056, de 19 de outubro de 1956, recomendaram essa reestruturação. Canabrava (1984b, p. 404) relata que a USP, no momento da instalação da FCEA, em 1946, cuidou “de dar-lhe uma estrutura de cursos com a presente legislação federal que se supunha apanhar os reclamos da realidade brasileira”. No entanto,

desde os primeiros meses de funcionamento da Faculdade perceberam seus primeiros professores e ilustres membros do Conselho Universitário que lhe servia de Congregação, haver um forte desajustamento entre a estrutura dos cursos previstos pela legislação e o tipo de formação que o mercado de trabalho estava a exigir dos profissionais que concluíam seus cursos. (CANABRAVA, 1984b, p. 404).

Nessa reestruturação, a comissão analisou “copiosa e extensa coletânea de programas e currículos, bem como a quase totalidade dos projetos já elaborados sobre o assunto, quer do país, quer do estrangeiro, objetivando, assim, proporcionar subsídios indispensáveis à execução de tal tarefa” (CANABRAVA, 1984c, p. 405). Em 1960, foi decidido que a Faculdade manteria três tipos de cursos: (i) curso básico; (ii) cursos profissionais; (iii) cursos de especialização. Há que se ressaltar que as duas primeiras modalidades de cursos eram obrigatórias e correspondem, atualmente, aos Bacharelados em Economia e Ciências Contábeis e Atuariais, enquanto os cursos de Especialização seriam facultativos, mas constituíam as primeiras discussões para implantação das pós-graduações. Essa reforma estrutural se efetivou em 1964.

No curso básico, as disciplinas da 1ª e 2ª séries seriam as mesmas para todos os cursos da FCEA. Somente a partir daí, as disciplinas seriam distintas para os cursos de Economia, Contabilidade, Atuária e Administração. A justificativa para tal estrutura curricular era a oportunidade, propiciada aos alunos, de uma base cultural uniforme, “que esses normalmente não possuíam, por circunstâncias várias e, ainda, formaria uma orientação vocacional, ensejando, conseqüentemente, a esse mesmo aluno uma opção consciente, finalizados os dois anos de duração do mesmo” (CANABRAVA, 1984c, p. 406). No que se refere aos cursos profissionais, julgou-se conveniente seu desdobramento em quatro modalidades: Economia, Contabilidade, Atuária e Administração. A estrutura curricular do curso básico e dos cursos profissionalizantes de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, após a reforma estrutural da FCEA em 1964, é observada no Quadro 18.

É importante destacar que o Governo Federal, pela Lei nº 1.401/1951, já havia desdobrado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois: o curso de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais, fato que, todavia, não foi observado na FCEA, a qual manteve a estrutura curricular adotada até então. Por isso, o desdobramento proposto não só atenderia à legislação vigente à época, como ainda proporcionaria maior desenvolvimento do setor contábil, sem prejuízo da melhor especialização das Ciências Atuariais.

Quadro 18 – Estrutura curricular - curso de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais após a reforma estrutural da FCEA em 1964*

Séries	Curso Básico - Disciplinas
1ª série	1. Complementos de Matemática 2. Contabilidade Geral e Mercantil 3. Instituições de Direito Público 4. Técnica Comercial e dos Negócios 5. Geografia Econômica 6. Sociologia Econômica

	7. Instituições de Direito Privado	
2ª série	1. História Econômica Geral e do Brasil 2. Estatística Geral 3. Economia Política (Introdução à Ciência Econômica) 4. Problemas de Matemática Financeira 5. Estrutura e Análise de Balanços 6. Introdução à Ciência da Administração 7. Instituições de Direito Social	
Cursos Profissionalizantes - Disciplinas		
	Curso de Contabilidade	Curso de Atuária
3ª série	1. Estatística das Empresas 2. Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola 3. Formação de Preços 4. Ciência das Finanças 5. Legislação Tributária e Fiscal 6. Prática do Processo Civil, Comercial e Fiscal 7. Organização e Contabilidade das Empresas Diversas	1. Análise Matemática I 2. Matemática Financeira 3. Matemática Atuarial I 4. Estatística Matemática 5. Organização e Contabilidade de Seguros 6. Mercado e Técnica de Seguro
4ª série	1. Organização e Contabilidade Bancária 2. Custos Industriais 3. Finanças das Empresas 4. Organização e Contabilidade de Seguros 5. Revisões e Perícias Contábeis 6. Organização e Contabilidade Pública 7. Interpretação dos Estudos Econômicos e Financeiros	1. Análise Matemática II 2. Matemática Atuarial II 3. Estatística Demográfica 4. Legislação de Seguros 5. Legislação da Previdência Social

* Essa estrutura curricular atendia ao currículo mínimo preconizado pelo MEC em 1963.

Fonte: Adaptado de CANABRAVA (1984c, p. 409-410).

Devido a essa reorganização, novas cadeiras seriam instituídas, totalizando, assim, 27 (vinte e sete). A última cadeira refere-se, especificamente, à disciplina de Contabilidade de Custos¹¹⁸, criada pelo Professor Boucinhas, que a considerava essencial para o conhecimento das estruturas de custos industriais e, mais uma vez, constata-se que o currículo é uma reprodução do meio onde as IES se inserem e das necessidades impostas pelo mercado. Os saberes ministrados nessa disciplina seriam necessários aos discentes que iriam empregar-se nas indústrias que se criavam no Brasil naquela época. Novamente, como informação complementar, sumariza-se no Quadro 19 (Apêndice G) as cadeiras mantidas após a reorganização curricular, cujas discussões iniciaram-se em 1960 e foram concluídas em 1964.

Com relação aos docentes necessários à exequibilidade dessa proposta de reestruturação dos cursos da FCEA, o regulamento passou a prever, além do professor catedrático, a possibilidade de assistentes com número proporcional ao de matérias integrantes de cada cadeira, sendo esses indicados pelos respectivos professores catedráticos e nomeados pela Diretoria, como ocorreria em Portugal, quando da reorganização do ensino

¹¹⁸ Essa disciplina, que se insere na área da Contabilidade Gerencial, tem sua importância destacada desde o Século XVIII, quando deu-se a Revolução Industrial, surgindo daí as indústrias. Fazia-se necessário conhecer a estrutura dos custos industriais e, para tanto, os conteúdos curriculares dessa disciplina foram organizados para que tal discussão fosse inserida no plano curricular.

ministrado nos institutos comerciais que passariam a ser de competência dos ISCA's, na forma de bacharelato.

No ano de 1969, devido à reforma universitária instituída na USP, foram extintas as cátedras e instituídos os departamentos. Os cursos seriados foram extintos, implantando-se, em seu lugar, o sistema parcelado, no qual o currículo é medido por créditos. Alves (1986, p. 119) explica que, no contexto da reforma de 1969, o curso parcelado significou uma racionalização econômica que acarretou custos à vida universitária, visto que “as turmas de alunos que conviviam entre si desde que ingressavam foram extintas na maioria, ou pelo menos enfraquecidas. A desagregação foi muito grande, e a integração das diversas áreas de conhecimento tornou-se formal, pois na prática pouco ocorreu”.

Em decorrência da reforma universitária, a FCEA passa a se chamar Faculdade de Economia e Administração (o nome Contabilidade somente faria parte do nome da faculdade a partir de 1990), sendo dividida em três departamentos: Economia, Administração e Contabilidade. Cada um desses departamentos aglutinou várias cátedras, ficando responsável, assim, por um curso de graduação e suas respectivas disciplinas. Em Portaria datada de 1970, divulgou-se o elenco de Departamentos que constituíam as unidades universitárias, bem como as disciplinas decorrentes das antigas cátedras. Ao Departamento de Contabilidade e Atuária couberam as seguintes disciplinas: Contabilidade Geral; Contabilidade Pública; Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola; Contabilidade Comercial; Análise de Balanço; Matemática Atuarial I e II; Matemática Financeira; Auditoria; Organização e Contabilidade Bancária; Organização e Contabilidade de Seguros; Contabilidade de Custos e Normas; Métodos e Sistemas de Contabilidade; e Contabilidade Aplicada.

Na estrutura curricular utilizada em 1981, exposta no Quadro 20, percebe-se a inclusão de disciplinas de cunho humanístico, como os professores Iudícibus, Marion e Franco (1984) já solicitavam, e que, inclusive, vieram a defender em 1984, ao participarem de evento científico. Todavia, nesse currículo, não se percebe quais disciplinas são de natureza obrigatória ou eletiva¹¹⁹, embora sua exigência ainda não estivesse estabelecida em lei. Acredita-se que sua inclusão nessa matriz curricular tenha sido uma opção do Departamento de Contabilidade e Atuária. Nesse currículo, as disciplinas eletivas seriam recomendadas no Brasil, de forma legal, em 1992, por meio da Resolução nº 03, que as inseriu na Categoria I, abrangendo os conhecimentos de formação geral de natureza humanística e social, sendo

¹¹⁹ Disciplinas eletivas são disciplinas que podem ser cursadas à livre escolha do aluno e que não estão previstas no currículo do curso, e para as quais não são exigidos pré-requisitos.

sugeridas, ainda, as disciplinas: Noções de Psicologia, Filosofia da Ciência, Cultura Brasileira e outras a critério da instituição.

Quadro 20 – Estrutura curricular do Curso de Ciências Contábeis em 1981

Períodos	Disciplinas
1º semestre	Complementos de Matemática I; Introdução à Economia; Introdução à Contabilidade I; Instituições de Direito I; Fundamentos de Administração I; Introdução à Computação para Ciências Humanas.
2º semestre	Complementos de Matemática II; Introdução à Economia II; Introdução à Contabilidade II; Fundamentos de Administração II; Sociologia; Psicologia Geral e Aplicada à Administração; Instituições de Direito II.
3º semestre	Contabilidade de Custos I; Introdução à Probabilidade e Estatística I; Processamento de Dados; Teoria Econômica I (Microeconomia); Teoria Geral da Administração I; Legislação Tributária
4º semestre	Contabilidade de Custos II; Introdução à Probabilidade e Estatística II; Contabilidade Intermediária; Legislação Social; Administração Financeira I; Técnica Comercial e dos Negócios Aplicada à Contabilidade.
5º semestre	Contabilidade Avançada; Matemática Financeira I; Administração Financeira II; Contabilidade Tributária; Análise de Balanços; Controle Orçamentário e Financeiro no Setor Público.
6º semestre	Contabilidade e Auditoria no Setor Público; Contabilidade Gerencial; Administração da Produção I; Matemática Financeira II; Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade; Estrutura e Análise Técnica de Mercado de Capitais.
7º semestre	Política dos Negócios I; Auditoria I; Análise de Sistemas Contábeis I; Controladoria; Mecanismo das Instituições Financeiras I; Estudo de Problemas Brasileiros I.
8º semestre	Política dos Negócios II; Auditoria II; Elaboração de Projetos; Mecanismo das Instituições Financeiras II; Análise de Sistemas Contábeis II; Estudo de Problemas Brasileiros II; Educação Física.

Fonte: Adaptado de Canabrava (1984c, p. 445-446).

A educação, muito particularmente, a educação superior, servia, nos tempos da Ditadura, a claros objetivos de reprodução social no sentido expresso por autores como Bourdieu e Passeron (1970), e de expansão e veiculação ideológica, no sentido que lhe é dado por Althusser (1987), mais uma vez, evidenciando que a via da educação é extremamente utilizada quando o governo, qualquer que seja o regime instalado, decide implementar suas reformas. Verifica-se que a inserção das disciplinas *Estudo de Problemas Brasileiros*¹²⁰ e *Educação Física*¹²¹ no currículo de 1981 refletem a tentativa de doutrinar o corpo e o espírito do estudante, também nesse grau de ensino.

¹²⁰ A disciplina Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) foi regulamentada como disciplina curricular no ensino superior, pelo Decreto nº 68.065, de 1971, numa tentativa de “familiarizar o jovem com a realidade nacional e com os princípios fundamentais que o disponham a uma atitude em face dos condicionamentos conjunturais, na busca de uma consciência de participação, tornando-o um cidadão útil e não mero teórico de coisas que desconhece ou que conhece de maneira deturpada, o que é pior” (THIAGO; BORGES FILHO; MARTORANO, 1981, p. 96).

¹²¹ A Educação Física foi apresentada aos cursos superiores de modo obrigatório a partir do Decreto nº 69.450/71, de 1º de novembro de 1971, período no qual o Brasil vivia sob o Regime Militar Ditatorial (1964-1984). (BRASIL, 1971).

Não foram obtidas informações acerca do momento em que essas disciplinas foram retiradas da estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis, mas acredita-se que, tão logo o regime militar subsistiu, e a partir da instituição do currículo mínimo em 1992, essas disciplinas tenham sido retiradas da matriz curricular.

4.5 O currículo no ISCAL e FEA: síntese comparativa

A fim de investigar se as aproximações e distanciamentos persistem ao longo dos anos, compara-se o currículo proposto para o Bacharelato em Contabilidade do ISCAL, em 1977/1978, e o currículo para o curso de Ciências Contábeis da FEA, em 1981. Percebe-se, no Quadro 21, como primeiro distanciamento, o tempo para integralização do curso de três e quatro anos, no ISCAL e na FEA, respectivamente. Embora não tenham sido obtidos dados conclusivos, parece que no ISCAL a integralização dos conteúdos curriculares é anual. No Brasil, a entrada é anual, mas a integralização dos conteúdos é semestral, como visto, ainda, no Quadro 21.

As denominações das disciplinas em ambos os programas curriculares, nesse estágio inicial, se assemelham, isto porque acredita-se o ensino contábil teve, desde sempre, um caráter técnico e utilitarista acompanhando os movimentos políticos e econômicos, inclusive presentes nas justificativas constantes nos preâmbulos das legislações que promoveram ao longo dos anos as mudanças educacionais. Sendo o currículo um mecanismo por meio do qual o conhecimento é distribuído socialmente ao longo do tempo (SACRISTÁN, 1988), a prática pedagógica dos cursos se reflete em seus currículos, sendo possível identificar sua adaptação à lógica mercantilista norteadora do saber que se fazia necessário em cada momento histórico.

A definição dos currículos, em ambos os países, foram influenciados por internalidades e externalidades. Em Portugal, a instituição do bacharelato em contabilidade, tinha, em seu ideário, a elevação da escolaridade do contador para um grau superior, como já era realidade em outros países europeus e americanos, e por isso, buscou incorporar disciplinas e conteúdos que eram ministrados, principalmente, nas escolas norte-americanas. No Brasil, desde 1962, adotou-se, na FEA-USP, o modelo anglo-saxão de ensino, “mais prático e interessante para os alunos” (RIBEIRO, 2009a, p. 57), além de que, a ditadura imposta pelo regime militar (1964-1984), o movimento de industrialização, e os acordos MEC-USAID, também podem ser descritos como fatores influenciadores do currículo adotado no ensino superior de contabilidade.

Quadro 21 – Programas curriculares: ISCAL e FEA-USP

ISCAL		Departamento de Contabilidade – FEA-USP	
Anos	Disciplinas	Anos	Disciplinas
1º	Matemática I; Noções Fundamentais de Direito; Economia I; Organização e Gestão de Empresas; Teoria dos Sistemas de Informação; Contabilidade Geral e Financeira I.	1º e 2º semestres	Complementos de Matemática I; Introdução à Economia; Introdução à Contabilidade I; Instituições de Direito I; Fundamentos de Administração I; Introdução à Computação para Ciências Humanas Complementos de Matemática II; Introdução à Economia II; Introdução à Contabilidade II; Fundamentos de Administração II; Sociologia; Psicologia Geral e Aplicada à Administração; Instituições de Direito II
2º	Cálculo Financeiro; Elementos de Análise Quantitativa; Direito Comercial; Economia II; Contabilidade Geral e Financeira II; Contabilidade de Custos e Gestão I.	3º e 4º semestres	Contabilidade de Custos I; Introdução à Probabilidade e Estatística I; Processamento de Dados; Teoria Econômica I (Microeconomia); Teoria Geral da Administração I; Legislação Tributária Contabilidade de Custos II; Introdução à Probabilidade e Estatística II; Contabilidade Intermediária; Legislação Social; Administração Financeira I; Técnica Comercial e dos Negócios Aplicada à Contabilidade
3º	Estatística Aplicada; Direito Fiscal; Gestão Financeira – Análise de Balanços; Contabilidade de Custos e Gestão II; Planejamento de Resultados e Técnicas de Controlo Orçamental; Revisão Contabilística.	5º e 6º semestres	Contabilidade Avançada; Matemática Financeira I; Administração Financeira II; Contabilidade Tributária; Análise de Balanços; Controle Orçamentário e Financeiro no Setor Público Contabilidade e Auditoria no Setor Público; Contabilidade Gerencial; Administração da Produção I; Matemática Financeira II; Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade; Estrutura e Análise Técnica de Mercado de Capitais
		7º e 8º semestres	Política dos Negócios I; Auditoria I; Análise de Sistemas Contábeis I; Controladoria; Mecanismo das Instituições Financeiras I; Estudo de Problemas Brasileiros I Política dos Negócios II; Auditoria II; Elaboração de Projetos; Mecanismo das Instituições Financeiras II; Análise de Sistemas Contábeis II; Estudo de Problemas Brasileiros II; Educação Física.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de análises documentais (2015).

Considerando que o programa curricular da IES brasileira compreende um período maior (4 anos) para integralização, justifica-se a diversidade de disciplinas, assim como o maior detalhamento dado a elas comprovado por disciplinas com foco específico, como é o caso de Contabilidade Intermediária, Contabilidade Avançada e Contabilidade Tributária. Tanto no curso de Ciências Contábeis da IES brasileira, FEA, quanto no Bacharelato em Contabilidade do ISCAL, observam-se disciplinas de cunho humanista, como Sociologia e

Psicologia Geral, na FEA, e Psicossociologia Empresarial, no ISCAL. Não é possível afirmar se no currículo brasileiro essas disciplinas eram obrigatórias ou facultativas, ao contrário do plano curricular do ISCAL, que destaca a disciplina de Psicossociologia como facultativa.

Um distanciamento observado refere-se à ênfase dada às disciplinas, de natureza facultativa, que envolvem línguas estrangeiras como o Inglês, Francês e Alemão, além da língua *mater* Português, no ISCAL. Na IES brasileira não há referência à conteúdos que envolvam tal conhecimento.

É interessante observar que o momento político, de fato, influencia a educação. Se, na IES portuguesa, confirma-se um currículo claramente técnico, com disciplinas obrigatórias, principalmente, focadas na área dos saberes contábeis exigidos no perfil profissional do contador, o mesmo não é extensivo à IES brasileira. Portugal não vivia mais uma ditadura política (e educacional), ao contrário do Brasil e, por isso, enquanto que no Brasil o regime ditatorial começava a enfraquecer, a educação ainda vivia os efeitos das políticas da ditadura com a existência das disciplinas Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física, que, nos parece, buscavam tão somente a doutrinação do espírito e do corpo do futuro bacharel em contabilidade.

4.6 Uma análise do conteúdo curricular da disciplina Contabilidade Geral

A disciplina Contabilidade Introdutória, ou Contabilidade Geral ou Introdução à Contabilidade, figura em todos os programas curriculares do curso superior de contabilidade e sempre no primeiro ano ou primeiro período do curso porque é nela que o conteúdo curricular prioriza os conceitos iniciais que levarão o discente ao entendimento das discussões em quaisquer outras disciplinas. No Quadro 21, confirma-se essa disciplina no currículo, tanto do ISCAL quanto da FEA, sob o título de Contabilidade Geral e Financeira I e Introdução à Contabilidade I (na FEA, no momento da reforma curricular em 1969, essa disciplina era nominada de Contabilidade Geral), respectivamente.

Foi com base nessa disciplina, na FEA, que o professor catedrático Atílio AmatuZZi instituiu o Escritório Piloto. Ribeiro (2009a, p. 45) explica que:

Nesse ambiente central e dentro da estrutura das cátedras, foram tentadas algumas inovações pedagógicas. O escritório piloto foi uma dessas iniciativas didáticas, relacionada principalmente à disciplina de Contabilidade Geral. Era utilizado para a formação prática dos estudantes daqueles tempos iniciais da história do Departamento de Contabilidade e Atuária.

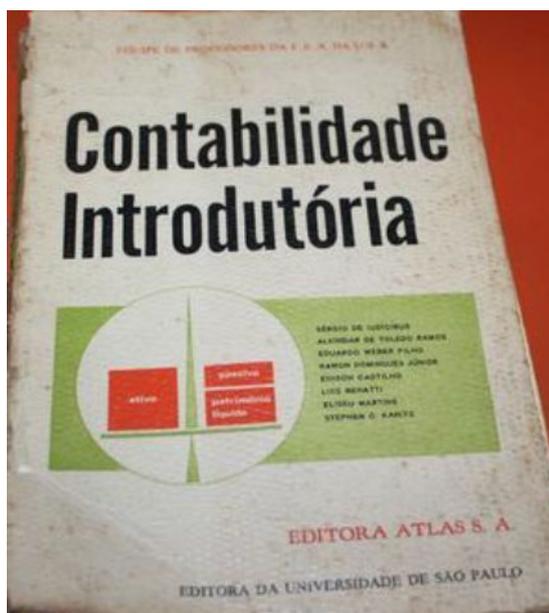
Bonini e Martins (1984), ao discorrerem sobre o Escritório Piloto, afirmam que ali se dispunha de todo o material e equipamento necessário, como em um laboratório, para o ensino prático de contabilidade. Esse escritório funcionava durante o dia todo e, também, à noite, até o término das aulas de período noturno. Nele, os alunos estudavam problemas de contabilidade e exerciam a prática da profissão sob orientação e supervisão de docentes.

Lá os alunos podiam verificar e aprender o funcionamento do Departamento de Contabilidade de uma empresa, através de modelos. Lá, ainda, em contato com os professores, realizavam seus trabalhos práticos das disciplinas de Contabilidade, como monografias completas, balanços etc. Lá se encontravam sempre, à sua disposição para o esclarecimento de dúvidas ou para orientação, os mesmos mestres que lhes ministravam aulas teóricas. (BONINI; MARTINS, 1984, p. 63).

No ISCAL, segundo o Plano de Estudos do Bacharelato de 1977, não havia estágio de fim de curso, inferindo-se que não havia aulas práticas como aquelas verificadas no Escritório Piloto na IES brasileira. Segundo relato da Professora Matilde Estevens, havia uma disciplina, intitulada Relato de Simulação Empresarial, em que os discentes resolviam situações que simulam fatos contábeis práticos ocorridos em empresas de diferentes setores econômicos. Além de entregarem relatórios, os discentes eram submetidos a avaliações para verificação da aprendizagem do conteúdo. Esse formato permanece, inclusive, atualmente.

Além de haver influenciado na instituição do Escritório Piloto, atribui-se, também à disciplina Introdução à Contabilidade, na FEA, a organização de materiais didáticos próprios para discussão do conteúdo curricular em aulas teóricas. Como resultado das discussões dos conteúdos curriculares dessa disciplina originou-se a primeira publicação didática do departamento, em 1971, o livro Contabilidade Introdutória. O livro, organizado pelo Professor Sérgio de Iudícibus, teve a contribuição de vários outros professores, quase todos membros da Cadeira V. Na Figura 14, verifica-se a capa da 2ª edição do livro didático, cujo conteúdo curricular passou a ser aplicado nessa disciplina e, ainda, utilizado em diversas IES brasileira, como explica Ribeiro (2009a).

Figura 14 – Página de rosto do livro didático Contabilidade Introdutória. 2ª edição, 1972.



Fonte: Acervo FEA-USP (2009)

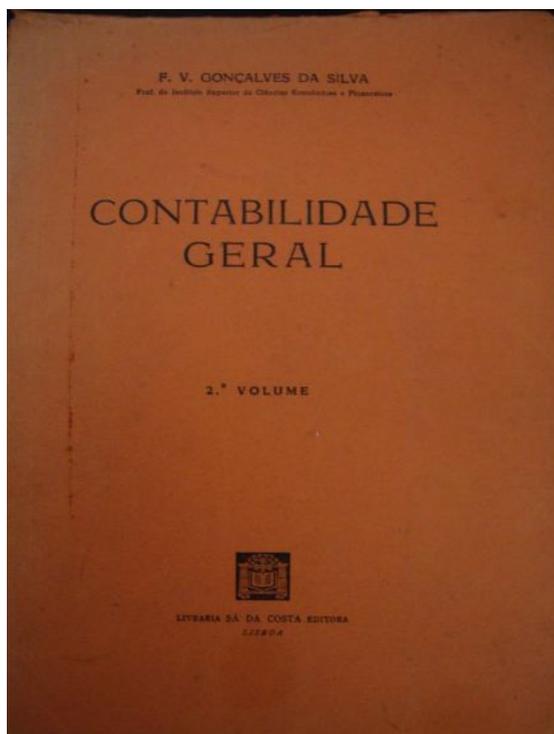
O professor Edson Castilho em relato colhido por Ribeiro (2009a, p. 74) relembra que após o lançamento do livro, os professores do Departamento de Contabilidade e Atuária começaram a ser procurados porque as pessoas queriam saber que metodologia utilizar para aplicar seu conteúdo.

O livro acompanha uma mudança também na própria prática didática da Escola. Mudou tudo. Da mesma maneira que nós mudamos a forma de pensar da Cadeira V. Passamos a adotar uma política diferente, em vez de usar uma contabilidade italiana, passamos a usar uma contabilidade norte-americana. Não como ciência, colocando aquilo como ela é. De forma mais prática e mostrando uma lógica contábil em vez de colocar uma ferramenta de controle. Isso mudou toda a estrutura. (*Edison Castilho, 2009*).

Para a disciplina de Contabilidade Geral e Financeira I, no ISCAL, foi adotado, como bibliografia básica, o livro Contabilidade Geral (Figura 15) de autoria do Professor Fernando Vieira Gonçalves da Silva¹²². Sua publicação, de forma similar, ao livro didático que marcou a história do Departamento de Contabilidade na IES brasileira, data da década de 1970.

¹²² Fernando Vieira Gonçalves da Silva (1904-1990) concluiu, em 1927, o Curso Superior de Comércio no Instituto Superior de Comércio em Lisboa. Em 1938, doutorou-se em Finanças no então ISCEF - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (atual ISEG), sendo admitido no quadro docente em 1942. Em 1952, foi promovido a professor catedrático. Concorreu e foi aprovado em concurso para professor do então Instituto Comercial de Lisboa (atual ISCAL), mas não tomou posse das funções. “Mesmo após a sua qualificação como professor catedrático continuou a dedicar atenção às necessidades particulares do ensino aos jovens do ensino profissional secundário, a quem se dirigia o seu livro “Noções de Contabilidade”, que manteve actualizado em sucessivas edições. Deixou de dar aulas no ISCEF aos 67 anos, já com 45 anos de docência, contando os anos no ensino secundário profissional”. (GUIMARÃES, 2005; 2006, s. p.).

Figura 15 – Página de rosto do livro didático Contabilidade Geral – 2º volume, 1972



Fonte: Acervo pessoal Professora Matilde Estevens.

Os conteúdos das duas publicações se assemelham e uma análise pormenorizada do conteúdo do Capítulo III, de ambas as publicações, permite a tessitura de alguns comentários.

No livro didático adotado no ISCAL, o Capítulo III, cujo conteúdo é visualizado na Figura 16 (Anexo B), intitula-se *Estudo Sumário das Contas Usuais* e se inicia pela descrição da Conta Capital, seguindo-se pelas disponibilidades. As contas relativas aos direitos e obrigações são apresentadas conjuntamente sob a nomenclatura de *Dívidas activas e dívidas passivas*. Há um detalhamento profundo para a conta *Mercadorias*, que foi inserida em um grupo intitulado *Valores de exploração*. Nesse subitem, são contemplados, ao que parece, todos os conceitos relacionados à *Operações com Mercadorias*, que, no livro didático *Contabilidade Introdutória*, são objetos de discussão em um capítulo específico para os fatos contábeis que envolvem compras e vendas de mercadorias, inclusive, com os métodos usuais para registro de estoques. Por fim, o capítulo é encerrado com discussões sobre Imobilizações, seguidas da apresentação das contas de gestão e contas de resultado.

O mesmo raciocínio para apresentação conceitual das contas e sua natureza é utilizado para o Capítulo III, do livro *Contabilidade Introdutória*, intitulado *Procedimentos contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas*, também evidencia as *Contas de Ativo e*

Contas de Passivo e de Patrimônio Líquido, exposto como Figura 17, no Anexo C. As similaridades ocorrem somente nesse pormenor, porque, enquanto o conteúdo desse livro, nesse capítulo, se estende à apresentação do método das partidas dobradas para registros contábeis, o mesmo não ocorre no material utilizado pelo ISCAL, visto que esse assunto é apresentado no Capítulo II. Outra diferença ocorre com relação aos conceitos de contas de resultado que caracterizam as *Variações do Patrimônio Líquido*. Nesse livro, as variações patrimoniais são apresentadas em capítulo específico e não numa mesma unidade, como ocorre no material utilizado no ISCAL.

Apesar dessas diferenças, é interessante notar quando se procede à análise do sumário de ambas as obras, que há um encadeamento sequencial lógico que se evidencia praticamente similar.

CAPÍTULO V

SUJEITOS HISTÓRICOS: DOCENTES E DISCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE

Neste capítulo, que encerra a presente investigação, são apresentados alguns dos sujeitos históricos – docentes e discentes – das instituições escolares investigadas neste estudo. Em alguns momentos, docentes e discentes se confundem porque, em ambas as IES, os discentes, após concluírem sua instrução acadêmica e conseguirem a qualificação, de acordo com os requisitos exigidos, retornaram às instituições, agora, na função de professores.

É necessário salientar que, no ISCAL, as informações qualitativas e quantitativas acerca de ex-alunos e de docentes que ali ministraram e/ou ainda ministram aulas, no momento da recolha de dados, não haviam recebido tratamento estatístico. Dada a impossibilidade de catalogação desses dados, a discussão acerca dos sujeitos históricos dessa IES é o resultado de entrevistas¹²³ realizadas com discentes egressos que vieram a se tornar docentes do ISCAL, como é o caso da Professora Matilde da Conceição Estevens e o Professor Hélder Viegas¹²⁴ da Silva, o qual ainda é docente no ISCAL, tanto na licenciatura quanto no mestrado. Também são resgatadas algumas memórias do Sr. Carlos Alberto Pires da Silva, ex-aluno e ex-membro do Sindicato Nacional dos Contabilistas, bem como atual presidente da Associação Portuguesa de Contabilistas (APC).

A estrutura deste capítulo privilegia, portanto, a apresentação não só dos sujeitos históricos do ISCAL e do Departamento de Contabilidade da FEA-USP, mas também discussões a respeito das categorias de análise relativas aos professores no intuito de

¹²³ Como elementos ilustrativos constam como anexos, no final deste estudo, figuras que evidenciam documentos e informações acerca do período em que os entrevistados cursaram o Curso de Contabilista elevado ao nível de Bacharelato em Contabilidade, no ano de 1975. Constam como Figura 20, o plano de estudos de Matilde da Conceição Estevens; Figura 21 o cartão de matrícula de Carlos Alberto Pires da Silva e Figura 22, o verbete de matrícula de Carlos Alberto Pires da Silva.

Destaca-se a importância dessas fontes documentais, neste estudo, porque por meio delas foi possível confrontar e confirmar informações como periodização dos cursos, seriação das disciplinas e critérios de créditos atribuídos.

¹²⁴ O Professor Hélder Viegas da Silva foi aluno do ICL, sendo sua primeira matrícula para o período de 1968/1969, quando cursou o Curso de Contabilista. É licenciado em Finanças e Mestre em Contabilidade. Atualmente, é docente do ISCAL, onde atua no regime de professor adjunto equiparado, com dedicação exclusiva, tanto na licenciatura quanto no mestrado em contabilidade.

investigar sua origem, formação e atuação, e aos alunos (clientela), focalizando sua origem social e destino profissional.

5.1 Os professores e alunos na constituição do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

5.1.1 Dos professores

Em Portugal, percebe-se ampla valorização profissional do contabilista¹²⁵, provavelmente, devido à importância dada à gênese do ensino contábil por meio da Aula de Comércio, considerada por diversos autores lusitanos, como Gonçalves da Silva (1953), Rodrigues, Gomes e Craig (2005; 2007), Gonçalves (2010) e Lira (2010), um *patrimônio* português e, ainda, ao ingresso tardio da contabilidade no ensino superior e à expectativa de que esses profissionais, no desempenho de suas funções, contribuam para a ordem econômica.

Matilde da Conceição Estevens, ex-aluna do ICL e professora, já licenciada do ISCAL, explica que a valorização do contabilista pode ser atribuída ao fato de que, em todos os momentos políticos de transição vivenciados em Portugal, o discurso recaía sobre o ensino comercial (contábil) como forma de restabelecer o poder econômico por meio da reestruturação da economia, como se percebe, particularmente, na discussão apresentada nos Capítulos II e III.

A história oral rememorada pelos entrevistados e a consulta a fontes iconográficas e documentais possibilitaram a reconstituição de alguns fatos relativos aos professores do ISCAL. Quando da conversão dos institutos comerciais em institutos superiores de contabilidade e administração, ocorrida em 1976¹²⁶, previu-se na legislação que o ISCAL de

¹²⁵ No Brasil, os profissionais de contabilidade em geral são chamados de contadores. Aqueles que concluem os cursos de nível superior de Ciências Contábeis recebem o diploma de Bacharel em Ciências Contábeis. A fim de receberem a titulação de contador, devem se submeter ao exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. Existe, também, o título Técnico de Contabilidade aos que têm formação de nível médio/técnico, que será registrado até 01/06/2015.

Em Portugal, o termo “contador” tornou-se arcaico, sendo sempre utilizado o termo contabilista, independentemente, do nível acadêmico. Existe, no entanto, distinção na classificação profissional entre técnicos oficiais de contas (TOC) e revisores oficiais de contas (ROC). Aos TOC, compete a execução da contabilidade e, aos ROC, a revisão (auditoria de base legal) em ordem à mencionada certificação legal das contas. (ORDEM, 2010).

¹²⁶ O dispositivo legal – Decreto-Lei nº 327/1976 – centrou suas preocupações na Licenciatura, apontando duas formas para sua obtenção, após o bacharelato: na forma mais tradicional, o aluno teria que submeter a um programa de estudos de dois anos, podendo exigir-se ou não o exercício da atividade se profissional ou a frequência de um estágio, entre o fim do bacharelato e o início da licenciatura. A outra forma, mais inovadora, previa a elaboração de um plano individual de estudos, que poderia incluir exames *ad hoc*, discussão de trabalhos executados no âmbito da profissão perante um júri de especialistas para apreciação da

Lisboa manteria suas aulas com 12 (doze) catedráticos. Também foi previsto que os professores que já atuavam na IES e que foram equiparados a bacharéis “de reconhecidos méritos profissionais”, de acordo com suas especialidades, poderiam ser contratados para exercerem cargos docentes (PORTUGAL, 1976).

Narrativa da professora Matilde Estevens assegura que, de fato, houve a contratação de diversos docentes nessas condições, sendo ela própria uma delas. Nas suas palavras: “*Na mudança de ICL para ISCAL o pessoal docente continuou no quadro. Os programas curriculares é que foram reestruturados*” (Matilde Estevens).

Matilde esteve no ISCAL por duas vezes: na primeira, no período de 1975 a 1981, ministrou a disciplina Organização e Gestão de Empresas. Para tanto, submeteu-se a uma arguição e, confirmada sua competência e conhecimento sobre a matéria, foi contratada. Sua segunda contratação data do período de 1991 a 2007. Durante esse segundo período, foram diversas as disciplinas por ela ministradas: Contabilidade Geral e Financeira I; Contabilidade Financeira III; Contabilidade Ambiental; Ética e Deontologia e História da Contabilidade. Em ambas as vezes, Matilde ministrou tais disciplinas na graduação. Seu desligamento da instituição ocorreu devido à aposentadoria (licenciamento).

Também foram professores do ISCA de Lisboa, em sua origem, alguns membros da Comissão Organizadora do Sindicato Nacional dos Contabilistas, responsáveis pelos trabalhos que resultaram na elaboração do documento intitulado “Subsídio para a reforma do ensino da Contabilidade: bacharelato e licenciatura”. Costa (2011, p. 7) relata que “tais trabalhos, estando na posse da Associação Portuguesa de Contabilistas (APC/APPC), cuja gênese fora a referida Comissão, permitiu que alguns dos seus membros os adaptassem na leccionação de diversas disciplinas que foram então convidados a ministrar”.

Houve um segundo momento em que o ISCAL passou por reestruturações para que a legislação de 1976 fosse efetivamente cumprida, visto que, apesar de prevista, a licenciatura¹²⁷ nunca fora executada. Essa reestruturação se refletiria na composição do quadro docente.

qualidade dos trabalhos e da atividade profissional. Todavia, a lei nunca foi executada no que diz respeito ao grau de licenciatura (ISCAA, 1999).

¹²⁷ Em Portugal, atualmente, devido ao Processo de Bolonha, o grau de licenciado é o grau acadêmico conferido na sequência da conclusão de um primeiro ciclo de estudos superiores (universitários ou politécnicos) com duração de seis semestres de duração equivalentes a 180 *European Credit Transfer and Accumulation System* (ECTS), ou em determinados casos de sete a oito semestres de duração. Anteriormente ao já citado Processo de Bolonha, o grau de licenciado no ensino politécnico era conferido na sequência da conclusão de um 1º ciclo de estudos com a duração de 4 anos, ou na sequência da conclusão de um a dois anos de estudos realizados após a conclusão de um curso de bacharelato com a duração de 3 anos. A obtenção do grau de

Somente a partir de 1985, por meio do Decreto-Lei nº 443, de 24 de outubro, a indefinição institucional vivenciada pelos ISCA's foi ultrapassada, visto que, por meio dessa nova legislação, outorgou-se aos institutos ampla autonomia administrativa, técnica, científica e pedagógica (ISCAA, 1999). Essas instituições passaram, então, a ministrar o bacharelato em contabilidade (mantendo a duração de três anos para o curso, conforme previsto desde 1976) e cursos de estudos especializados (CESE) – com duração de 18 a 24 meses – caracterizados como “uma autêntica licenciatura para efeitos acadêmicos e profissionais”. (COSTA; ALVES, 2008, s. p).

Com relação à composição do quadro docente, previu-se que poderiam ser admitidos, por concurso, à função de professores-adjuntos, aqueles assistentes habilitados com o diploma de estudos superiores especializados. Foi facultado, todavia, que os institutos mantivessem em seu quadro funcional transitório os docentes que ocupavam a função de assistentes e professores auxiliares, cujos cargos seriam extintos à medida que se confirmasse sua vacância (PORTUGAL, 1985).

As disposições transitórias relativas ao pessoal docente são indicativas de manutenção da situação funcional que já prevalecia, contudo, os assistentes e professores auxiliares do quadro transitório podiam requerer ao Ministério da Educação uma apreciação curricular com vistas ao provimento na categoria, respectivamente, de professores adjuntos e de professores-coordenadores. À época, o quadro de docentes do ISCAL ficou composto por 16 professores adjuntos, 10 professores coordenadores, além de 2 professores auxiliares e 7 professores assistentes (PORTUGAL, 1985).

Com relação à origem, formação e atuação dos professores do ISCAL, confirmou-se, pelo relato de Matilde Estevens e Carlos Alberto Pires da Silva, que aqueles que ministravam as disciplinas cujos conteúdos versavam sobre assuntos contábeis graduavam-se no Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras (ISCEF). Esse é o caso da Professora Matilde Estevens e do Professor Hélder Viegas, os quais obtiveram a licenciatura nessa instituição¹²⁸. Para as demais disciplinas, como Matemática, Estatística e Direito, os docentes eram oriundos das Faculdades de Direito e dos Institutos Superiores Técnicos.

licenciado permitiria a realização do 2º ciclo de estudos, em nível de mestrado. (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

¹²⁸ Outros docentes que concluíram o bacharelato e cursaram a licenciatura no ISCAL, após 1976, retornaram à essa instituição como professores, como é o caso do Professor Carlos Alberto Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves, que também foram professores-coordenadores do ISCAL e, atualmente, são revisores oficiais de contas (ROC). Um revisor oficial de contas, em Portugal, “procede à fiscalização das contas e da gestão, bem como do cumprimento das disposições legais e estatutárias de empresas ou de quaisquer outras entidades, em ordem à sua certificação legal” (COSTA; ALVES, 2008, s. p.). Essa função é equivalente à do auditor brasileiro.

Alguns docentes do ISCAL, como o professor Carlos Alberto Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves, que fizeram o bacharelato em Contabilidade e Administração no ISCAL e, também a licenciatura em Auditoria Contabilística, a partir de 1976, nessa instituição retornaram à mesma como professores, nos anos de década de 1990, respectivamente. Cabe destacar, todavia, que o mestrado e doutoramento desses docentes e, parece-nos de outros que optam por se especializarem nas áreas do conhecimentos afins à contabilidade, foi realizado em outros países europeus, visto que em Portugal os mestrados específicos na área contábil são recentes¹²⁹.

Embora se configure fora do espaço temporal compreendido nesta investigação, é oportuna a fala do professor Carlos Alberto Baptista da Costa, Mestre em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira e Doutor em Ciências Empresariais pela Universidade Autónoma de Madrid (UAM). Ele destaca que é

[...] significativo o contributo dado por diversas universidades espanholas as quais, a partir do início da década de 90 do século passado, acolheram vários professores portugueses empenhados em obter o grau de doutor na área da Contabilidade, à data inexistente no nosso país. É pois natural que, até por via das novas exigências constantes dos estatutos das carreiras docentes dos ensinos universitário e politécnico, o número de mestres e de doutores na referida área do conhecimento tenha aumentado significativamente nos últimos anos.

Os professores do ISCAL, como se constata no discurso de Matilde Estevens e Carlos Alberto Baptista da Costa, possuíam a qualificação profissional compreendida pelo grau de licenciado, bem como em poucos casos de mestres.

Em Portugal havia estudos para habilitação de mestres, mas quem quisesse esse grau, normalmente escolhia os cursos do ISCTE ou ISCEF (atual ISEG) e eram mestres em Finanças ou Economia. Eu mesma e o Helder (Viegas) fomos estudar no ISCEF. Foi prá lá que fomos depois de terminar o Curso de Contabilista no ICL... [...] Não havia mestrado em Contabilidade não... [...] Eu sou mestre em Auditoria Contabilística, mas só fui fazer o segundo ciclo, depois de 1995 e, então, já era até professora...". (Matilde Estevens, 2013).

A opção pela docência de ex-alunos do ICL se deu após a conversão desse instituto comercial em instituto superior, em 1976, e ainda na segunda reestruturação, em 1985, como

¹²⁹ O primeiro curso de mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais teve o seu início no ano letivo de 1994/95 e foi ministrado pela Universidade Aberta de Lisboa, a qual, a partir de 1998, começou também a conceder o grau de Doutor em Gestão (especialidade em Contabilidade). Por outro lado, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), instituição de ensino universitário público criada em 1972, iniciou, no ano letivo de 2001/2002, o seu programa doutoral em Gestão, com especialidade em Contabilidade (COSTA; ALVES, 2008). Costa (2011) atenta para o fato de que, com a entrada em vigor do Processo de Bolonha, passaram a existir, após 2007, vários cursos de mestrado e alguns de doutoramento nessa área em diversos Politécnicos e Universidades portuguesas.

já referenciado anteriormente, quando foi permitida a permanência de docentes que já ministravam aulas na instituição e, por isso, ainda se observa no quadro atual de docentes do ISCAL – disponível em página *online* do instituto – diversos professores que possuem somente a qualificação de licenciados.

Além da atuação na academia, constata-se a participação dos docentes (e também de ex-alunos) em outras áreas sociais e organizações de classe. Ex-docentes participam da Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC), anterior Associação Portuguesa de Contabilistas (APC) – criada em 1975 – e a Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC), como é o caso da Professora Matilde Estevens, de Carlos Alberto Baptista da Costa e de Rogério Fernandes Ferreira. Outros, cujos nomes não foi possível nominar, em virtude de seus nomes escaparem à memória dos entrevistados, participaram e participam da Ordem do Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), responsável, desde 1995, pela regulamentação da profissão dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC).

5.1.2 Dos alunos

A equiparação do curso de contabilista ao grau de bacharel em contabilidade, conferido por meio das mudanças de 1975/76, beneficiou não somente àqueles alunos matriculados no ICL, como também a todos os que já possuíam o diploma de contabilista. Dentre os beneficiados pela equiparação dos diplomas destaca-se a entrevista deste estudo, Matilde da Conceição Estevens, cujo cartão de matrícula e diploma do Curso de Contabilista, são visualizados na Figura 18 e Figura 19, respectivamente.

Figura 18 – Cartão de matrícula de Matilde da Conceição Estevens



Fonte: Acervo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Figura 19 – Diploma do Curso de Contabilista – Matilde da Conceição Estevens.

Instituto Commercial de Lisboa

Jose João Vieira
Presidente do Conselho Directivo



Faco saber que Matilde da Conceição Estevens
filho de Antonio da Conceição Mestre natural de Graça de Paços concelho de Almas do var havendo frequentado as cadeiras e aulas praticas do curso de Contabilista e merecido plena approvação em todos os seus exames, terminou o referido curso no anno lectivo de 1924-1925, com a classificação final de 22,7 valores.

Por isso, a seu requerimento e em conformidade com o Regulamento dos Institutos Médios de Comércio, lhe mandei passar a presente Carta do Curso de Contabilista que vai por mim assinada e pelo Chefe de Secretaria, e leva apenso o selo deste Instituto.

Dada em Lisboa, aos 22 de Agosto de 1925.

o Chefe de Secretaria
Matilde da Conceição Estevens

o Presidente do Conselho Directivo
Jose Joao Vieira

Inúmeros foram os discentes diplomados no curso de contabilista pelo ICL que se decidiram pelos cursos de estudos especializados (CESE) para, na época, ingressarem no curso de mestrado ofertado pelo (ISCEF), decidindo ela própria, Matilde, e o aluno Hélder Viegas da Silva, por esses estudos. No discurso de ambos os entrevistados, nota-se que essa busca por especialização se justificava porque já se percebia a organização política no fim do regime Estado Novo e uma crescente mobilização em torno de uma reforma do ensino, que, de fato, teria início em 1973 – Reforma Veiga Simão – e que resultaria na reestruturação do ensino português com reflexos extensivos ao ensino de contabilidade, após a Revolução de 1974. Acreditava-se que aqueles detentores do diploma de ensino superior teriam maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, visto que a oferta de emprego à época eram restritas.

A expectativa era que o perfil dos alunos permanecesse o mesmo após a conversão de ICL para ISCA e da elevação do grau de ensino ali ministrado, visto que, no escopo da legislação, constava: “pretende-se que estas novas escolas continuem a ser frequentadas por uma grande percentagem de trabalhadores estudantes que, pelo seu contacto com a vida profissional, possam largamente contribuir para que guardem uma orientação realista e conforme às necessidades nacionais” (PORTUGAL, 1976, p. 1017). Depreende-se, dessa afirmação, que o estudante que frequentava o curso de contabilidade no ISCAL tinha perfil para atuação profissional, tanto no serviço público como nas empresas privadas portuguesas, que Matilde Estevens relata serem “*quase todas pequenas empresas, porque em Portugal não temos grandes indústrias e nem mesmo grandes corporações internacionais*”.

Matilde Estevens, relata que, antes da conversão dos ICs à ISCA, havia certa rivalidade entre contabilistas, guarda-livros e economistas, isso porque “*a contabilidade era ministrada em um nível inferior nos institutos comerciais*”. A rivalidade entre contabilistas e guarda-livros, cujas profissões são consideradas legais, ainda persiste, porque, em escolas de nível secundário, é ministrado o ensino técnico comercial e não há regulamentação legal para tal profissão. O contabilista¹³⁰, que compreende os TOC e ROC, é aquele que está apto à

¹³⁰ De acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões editada pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2010, o **código 2411.0** abrange as profissões de contabilista, auditor, revisor oficial de contas e similares, que “compreende as tarefas e funções do contabilista, auditor, revisor de contas e similares que consistem, particularmente, em: (i) Planear, organizar e supervisionar sistemas de informação contabilística; (ii) Analisar registos contabilísticos e assegurar a sua consistência com as normas Contabilísticas; (iii) Aconselhar, planear e implementar políticas e sistemas contabilísticos, orçamentais e de controlo; (iv) Preparar demonstrações financeiras, declarações fiscais, dar aconselhamento fiscal e apoiar reclamações junto das entidades fiscais; (v) Preparar relatórios de planeamento e orçamento; (vi) Proceder a inquéritos financeiros nos casos de suspeita ou eventual fraude, falência ou insolvência; (vii) Proceder a auditorias das demonstrações financeiras, contas, documentos e registos contabilísticos, em empresas e na Administração Pública; (viii) Certificar as declarações financeiras; (ix) Aconselhar sobre matérias financeiras relacionadas

compreensão do *como fazer* e *porque fazer*, ao contrário dos guarda-livros que dominavam somente a técnica (COSTA; ALVES, 2008).

Com os economistas, a rivalidade decorre do fato de esses, embora fossem oriundos dos institutos comerciais, ao obterem sua titulação no ISCEF, retornavam aos institutos comerciais e, mais tarde, aos ISCA's, para ministrarem aulas, mas se autodenominando economistas.

Para mim, não é que a contabilidade era ministrada em um nível inferior pois seus graduados ingressavam nas universidades para prosseguirem seus estudos em nível de mestrado. Mesmo com a equiparação dos diplomas dos ICLs o contabilista ainda era “menos que o graduado nos institutos superiores. Isso só mudou a partir de 1985 e 1986 com a criação dos CESEs e início das aulas. (MATILDE ESTEVENS, 2013).

Uma análise de cenários feita, ainda pela entrevistada, evidencia que, durante o Estado, não havia muita mobilidade social:

[...] um agricultor era agricultor; para ele não havia possibilidade de ascensão ou mudança de classe social. Havia uma profunda estratificação das classes sociais. [...] Os institutos comerciais (escolas técnicas) formavam as classes trabalhadoras. Essas escolas foram criadas porque em Portugal a base econômica era a agricultura e o país só tinha possibilidade de crescimento se a industrialização fosse incentivada e por isso, criaram-se as escolas técnicas. [...] Os liceus formavam os filhos das elites. (MATILDE ESTEVENS, 2013).

Mas quem eram os alunos? Matilde afirma que eram jovens de classe média e baixa e que, quando ainda não estavam empregados nas empresas comerciais e nas pouquíssimas indústrias existentes em Portugal, buscavam o curso como forma de obterem empregos nessas áreas. Ao contrário do que se verificou na FEA, não foram obtidas informações que possibilitassem afirmar que os egressos do ISCAL se destacaram em cargos públicos.

É notória, contudo, a importância atribuída ao ensino no ISCA de Lisboa (e, também, ao ISCA do Porto). Matilde relata que os estudantes eram procedentes de Lisboa e de todo seu entorno porque havia a percepção generalizada de que os egressos daquela escola eram

com rendimento, accionistas, credores e venda de novos produtos; (x) Desenvolver e controlar sistemas que permitam determinar o custo unitário de produtos e serviços”. No **grupo 3313.2**, são incluídos “Outros técnicos administrativos de contabilidade, que incluem, *nomeadamente, guarda-livros*. Compreende as tarefas e funções de outros técnicos administrativos de contabilidade, as quais consistem, particularmente, em: (i) Examinar e conferir documentos sobre pagamentos, recebimentos e outras operações financeiras; (ii) Verificar a classificação dos documentos segundo o plano de contas, escriturar registos ou livros de contabilidade e apurar periodicamente os totais; (iii) Examinar receitas, despesas e o balanço das contas a débito e a crédito; (iv) Preparar ou mandar preparar extractos de contas; (v) Executar trabalhos contabilísticos sobre balanço anual e apuramento dos resultados da exploração e do exercício; (vi) Utilizar programas informáticos normalizados para executar operações administrativas de contabilidade (INE, 2011, p. 161-162; 222-223).

melhor preparados e conseguiram colocações em empresas com mais facilidade que egressos dos ISCA's de outras localidades. Acredita-se que essa percepção é fortalecida pelo fato de que, em sua origem, foram criados apenas dois institutos comerciais: em Lisboa e Porto, permitindo, de certa forma, que esses institutos adquirissem certa tradição no ensino de contabilidade (por meio do Decreto-Lei nº 327/76, os institutos comerciais de Coimbra e Aveiro também foram transformados em ISCA's).

Quanto à participação em organizações de classe, percebe-se a mobilidade dos alunos. O contabilista Carlos Alberto Pires da Silva, que concluiu o curso de contabilista no ICL, optou pelo Curso Superior Aduaneiro no Instituto Superior de Comércio, “*para trabalhar na zona aduaneira de Portugal*”. Por meio do relato, confirma-se o seu envolvimento com assuntos relacionados à contabilidade.

Eu não quis lecionar como minha amiga Matilde não. Preferi me envolver com outras questões onde achava que continuaria contribuindo de alguma forma... [...] foi assim que entrei para o Sindicato Nacional dos Contabilistas e trabalhei na comissão que organizou o plano de estudos em 1971 e depois quando fundamos a Associação Portuguesa de Contabilistas¹³¹ eu estava lá na comissão mais uma vez [...] (Carlos Alberto Pires da Silva, 2013).

Os alunos mantiveram essa característica ao longo dos anos, criando, em 1981, no próprio ISCAL, uma associação denominada Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (AEISCAL). Definindo-se estatutariamente como uma organização democrática e representativa de todos os estudantes do ISCAL, a associação é “fruto da necessidade da representação dos estudantes numa estrutura organizativa e oficial que defendesse os seus interesses”. Nesse sentido, a AEISCAL

desenvolve inúmeras actividades nas áreas político-representativa, científico-pedagógica, recreativa (desportiva e cultural) e social, tendo já um peso significativo na vida do ISCAL, do Instituto Politécnico de Lisboa, da Academia de Lisboa e também no panorama nacional, sendo que neste último, faz-se representar em

¹³¹ Em Portugal, existem, pelo menos, duas associações que, através de inscrição livre, integram profissionais que se dedicam à preparação de informações contábeis. São elas: a Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC), anterior Associação Portuguesa de Contabilistas (APC) – criada em 1975 – e a Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC) – criada em 1977. “Quer uma, quer outra, têm prestado relevantes serviços à Contabilidade e, no caso da segunda, também da Fiscalidade. Relativamente à primeira, que conheço melhor, a ideia da sua criação remonta aos anos 40 do século passado e ganhou novo fôlego nos finais dos anos 60 quando se tentou criar um Sindicato que defendesse os interesses dos Contabilistas diplomados pelos Institutos Comerciais e que julgo não ter se concretizado por entretanto ter ocorrido o 25 de Abril. Foi tal grupo de pessoas que ajudou a constituir, em 1975, a APC (hoje APPC) a qual participou activamente em diversas acções, das quais saliento: a reforma do ensino da Contabilidade, quer a nível secundário quer a nível superior; a regulamentação da actividade de ROC; a normalização contabilística e a regulamentação da actividade de TOC” (COSTA, 2011, p. 11).

diversos fóruns de discussão, sempre na salvaguarda dos interesses dos estudantes do ISCAL. (AEISCAL, 2014).

Esses alunos são responsáveis por publicações *online* e impressas relacionadas a documentações e legislações, além de outras. Essa mobilidade é percebida em sua atuação junto a outras associações portuguesas, pois, conforme relato do presidente da APPC, normalmente, são dessas associações que emergem os contabilistas que participam de órgãos ou entidades de classes representativas da profissão.

5.2 Os professores e alunos na constituição do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

5.2.1 Dos professores

Em 1946, como já referido, a FEA oferecia apenas os cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Os dois cursos mantinham em seus currículos, além das disciplinas específicas, várias disciplinas em comum. Também, o curso de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais mantiveram em sua grade curricular disciplinas comuns durante os três primeiros anos, sendo o último ano de formação destinado a disciplinas específicas de cada carreira (BONINI; MARTINS, 1984, p. 61). Com essa estrutura, um mesmo docente, responsável por uma cadeira ou cátedra, e seus assistentes preparavam e ministravam aulas tanto no curso de Economia quanto de Ciências Contábeis.

Sobre o corpo docente, a FCEA contava, no período de 1946 a 1949, com 72 integrantes. Motta (2006, p. 318) relata que “eram 22 Cadeiras existentes, pelas quais se distribuíam os demais membros, cujas categorias funcionais eram de Assistentes e Auxiliares de Ensino”. Ribeiro (2009a) corrobora, afirmando que, no início da organização dos cursos da USP, foram chamados professores de conhecimento notório em suas áreas de atuação. Confirma-se a mesma percepção em Bonini e Martins (1984), os quais asseguram que o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, desde a sua primeira turma, teve eminentes professores. Por *eminentes*, entende-se, neste estudo, aqueles professores que exerciam outras profissões, tanto em órgãos públicos quanto privados do Estado de São Paulo.

Todavia, o fato de os professores se dedicarem à atividades profissionais externas, embora projetasse o nome da instituição no mercado local, regional e até mesmo nacional, causava alguns problemas de funcionamento. Ribeiro (2009a, p. 37) reproduz opinião do

discente e, posteriormente, docente dessa IES, o professor Alkindar Toledo, o qual explica que, nos anos iniciais, compunham inicialmente o quadro docente da faculdade professores que eram profissionais liberais em suas áreas de atuação no mercado. Segundo suas palavras, “Isso causava alguns impasses na faculdade e uma série de problemas de funcionamento, pois alguns deles não atendiam às necessidades, por desinteresse ou incompetência”, o que desencadeou um movimento grevista, com duração de três dias, em 1955, resultando na instituição de uma sindicância e demissão de docentes.

Na FEA, até a reforma de 1969, decorrente da reforma no ensino instituída pela Lei nº 5.540/1968, cada professor assumia seu cargo em regime permanente, ocupando cátedras. Competia aos professores catedráticos a coordenação da orientação pedagógica e científica de uma área de estudos, de acordo com a estrutura orgânica da respectiva unidade de ensino (faculdade, instituto, departamento, etc.). A autonomia dos catedráticos era tamanha que competia a eles a condução dos rumos dos cursos, de forma que o departamento era apenas uma instância burocrática administrativa que não tinha peso acadêmico, pedagógico ou de produção de conhecimento (BONINI; MARTINS, 1984).

No caso dos professores do Departamento de Contabilidade e Atuária, esses eram responsáveis pela organização das disciplinas relacionadas à sua área de conhecimento e, além disso, tinham a possibilidade de indicar assistentes, fato que possibilitou que diversos discentes iniciassem sua trajetória acadêmica como docentes, na mesma instituição. Em 1969, a reforma universitária levaria à extinção das cátedras, implantando-se, a partir de então, a admissão por meio de concursos.

Confirmando o que já foi discutido no Capítulo IV, a organização curricular em cátedras possibilitava ligações entre os saberes dos diferentes cursos da FCEA, dada a mobilidade de docentes quando da ministração das disciplinas que alguns cursos ofertavam aos outros. A partir de 1964, com a reestruturação dos cursos, e de 1969, com a criação dos departamentos, a mobilidade dos docentes deixou de ser observada, visto que esses docentes passaram a ser lotados nos respectivos departamentos onde ministravam suas disciplinas. Cabia aos departamentos a coordenação das cargas horárias, dos professores e de suas disciplinas. Nesse momento, inicia-se a articulação para a implantação da pós-graduação.

Ao definir o departamento como unidade menor da universidade, em substituição à cátedra, a Reforma da USP, em dezembro de 1969, dava um passo no sentido de substituir “o poder personalizado. Condições foram criadas para permitir a ascensão do docente na carreira acadêmica de forma um pouco mais impessoal” (ALVES, 1984, p. 120). Foram eliminadas as cadeiras (cátedras) e instituídos os departamentos. Então, a FEA passou a funcionar com três

Departamentos – Economia, Administração e Contabilidade. As disciplinas que na FCEA estavam distribuídas em 27 cadeiras e agrupadas em 7 unidades departamentais foram redivididas por esses três departamentos.

Após a reforma de 1969, a carreira docente na FEA, relata Alves (1984, p. 120), “foi uniformizada e enrijecida”. O departamento, então instituído em toda a universidade, configurava a base dessa nova estrutura, e os pré-requisitos se tornaram essenciais para ingresso na docência. “A lógica mudou, a produção e o crescimento intelectual dos indivíduos passaram a ser medidos pela sua capacidade em seguir caminhos pré-estabelecidos e sobreviver às regras” (ALVES, 1984, p. 120). Com a redefinição das áreas em unidades, grupos interdisciplinares foram desfeitos e professores foram transferidos. Os professores de cada área foram aglutinados na unidade correspondente. O ensino básico em cada disciplina passa a ser ministrado, para toda a Universidade, pela respectiva unidade.

No Quadro 22, evidencia-se o corpo docente do Departamento de Contabilidade no período de 1946 a 1969, quando então houve a reforma universitária e a extinção das cátedras. Também são evidenciados no Quadro 23, no Apêndice H, os nomes dos docentes que ministraram ou ainda ministravam aulas nessa IES, considerando-se até o final da década de 1980, período abrangido nesta investigação.

Quadro 22 - Relação do Corpo Docente – 1946/1969 – Departamento de Contabilidade

Cadeira/Disciplina	Professores	Categoria funcional	Ingresso
Cadeira V Contabilidade Geral e Contabilidade Pública	Atilio Amatuzzi	Professor catedrático	01/06/1946
	Hirondel Simoes Luders	Assistente	21/08/1946
	Licurgo do Amaral Campos	Auxiliar de Ensino	05/09/1946
	Sérgio de Iudicibus	Professor regente	03/01/1962
	Alkindar de Toledo Ramos	Instrutor	26/07/1960
	Edison Castilho	Instrutor	10/12/1956
	Eduardo Weber Filho	Instrutor	03/06/1964
	Luiz Benatti	Instrutor	-----
	Ramon Domingues Júnior	Instrutor	16/06/1964
	Eliseu Martins	Instrutor	01/03/1968
	Stephen Charles Kanitz	Instrutor	09/05/1968
Cadeira VI Organização e Cont. Industrial e Agrícola; Contabilidade Comercial	Milton Improta	Professor catedrático	1934?
	José da Costa Boucinhas	Assistente	26/11/1947
	Álvaro Confessori	Professor regente	16/04/1962
	Bernardo Fontana	Instrutor	16/04/1964
	Nelson dos Santos	Instrutor	02/05/1964
Cadeira VII Estrutura e Análise de Balanços; Revisões e Perícias Contábeis; Auditoria	Francisco D'Áuria	Professor catedrático	1934?
	Remo Américo D'Áuria	Assistente	-----
	Laura Toledo Prado	Assistente	-----
	Antônio Peres Rodrigues Filho	Assistente	1954
	Hirondel Simões Luders	Professor regente	21/08/1946
	Takeshi Yamasaki	Instrutor	01/03/1962
	Rolf Mário Treuherz	Instrutor	09/11/1962
Carlos de Campos	Instrutor	16/07/1964	

Cadeira VIII Organização e Contabilidade Bancária; Organização e Contabilidade de Seguros	Francisco D'Áuria	Professor catedrático	1934?
	Hirondel Simões Luders	Professor catedrático	21/08/1946
	Antônio Peres Rodrigues Filho	Professor Catedrático	1954
	Lydiberto Santos Villar	Instrutor	-----
	Alecseo Kravec	Instrutor	26/05/1962
	José Roberto Barreto	Instrutor	02/04/1954
Cadeira XXVII Contabilidade de Custos e Normas; Métodos e Sistemas de Contabilidade	José da Costa Boucinhas	Professor Regente	26/11/1947
	Armando Catelli	Instrutor	13/11/1961
	Erich Dietrich Lemmermann	Instrutor	25/05/1964

Fonte: Adaptado de Canabrava (1984d); EAC-FEA-USP (2008); FEA-USP (2010). (2015).

Quanto à sua origem, diversos são os docentes da FEA e, de forma específica, do Departamento de Contabilidade, com projeção nacional e internacional, devido a participações nos setores político, econômico e social, de modo geral, e acadêmico, de forma específica. Nos anos iniciais de instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais da FEA, um docente de projeção acadêmica e política, nacional e internacional, foi o professor Francisco D'Áuria. Francisco D'Áuria é autor de inúmeras obras¹³² de contabilidade, além de ter ocupado cargos na administração pública, sendo professor desde a fundação da faculdade. Aposentou-se compulsoriamente por idade, em 1954 (UniFAE, 2003). Ainda, era responsável pela Cátedra de Estrutura e Análises de Balanços.

O Professor Milton Improta, citado no Capítulo II como responsável pela articulação que resultou na instituição do curso de Ciências Contábeis, além das Ciências Atuariais, foi, em 1962, chefe do Departamento de Contabilidade, quando o departamento deu início à reformulação do modelo educacional até então em vigor para adoção do regime anglo-saxão de ensino. Aposentou-se em 1967. A esse docente, são atribuídas outras funções profissionais externas, destacando-se o cargo de prefeito de São Paulo.

¹³² Francisco D'Áuria é um dos nomes mais proeminentes da história da contabilidade brasileira. Nasceu em São Paulo, em 16 de julho de 1884, e morreu na mesma cidade, com 74 anos de idade, em 6 de fevereiro de 1958. Entre suas principais atividades profissionais e acadêmicas, citam-se: (i) Membro da comissão de partidas dobradas do Tesouro Nacional; (ii) Fundador e diretor da Revista Brasileira de Contabilidade; (iii) Diretor da Contabilidade do Tesouro do Estado de São Paulo; (iv) Fundador e presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo; (v) Contador Geral da República; (vi) Contador do Departamento de Comércio Álvares Penteado; (vii) Professor da Escola Técnico-Comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade; (viii) Contador Geral do Estado de São Paulo; (ix) Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo; (x) Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; e (xi) Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo. D'Áuria teve seu trabalho reconhecido no exterior, tanto que foi agraciado com os títulos de Membro da The Econometric Society, de New Haven (Estados Unidos), Sócio Correspondente da Société de Comptabilité de France e Contador Emérito das Américas. Possuía uma maneira própria de escrever seus trabalhos: todos eram escritos a mão, para, depois, serem datilografados por seus assessores. D'Áuria escreveu 23 livros sobre Contabilidade e matérias afins. Entre suas principais obras, estão: A Letra de Câmbio na Contabilidade, Contabilidade Mercantil, Contabilidade Geral (Teoria da Contabilidade Patrimonial), Revisão e Perícia Contábil (Parte Teórica) e Contabilidade de Empresas Diversas e Organização e Contabilidade Patrimonial-Doméstica (obra póstuma). (UNIFAE, 2003).

Sobre a atuação profissional desse docente, inclusive, como articulador de disciplinas que confeririam ao perfil do Departamento e do profissional por ele graduado uma vocação mais acentuada para o exercício da controladoria e gerência, destaca-se o comentário de autores como Bonini e Martins (1984, p. 65).

O Prof. Improta, tendo observado que os economistas, contadores e atuários, para bem comporem o seu cabedal de conhecimentos, necessitavam de estudos de certa profundidade do problema de custos, representou à alta direção da Faculdade sobre a criação da disciplina Contabilidade de Custos [...]. Poucos anos depois, submeteu-se ele a concurso e conseguiu conquistar o título de livre-docente daquela cátedra. Posteriormente, após a Reforma, tornou-se com grande mérito Professor Adjunto.

O professor José da Costa Boucinhas¹³³ é outro docente que construiu, inicialmente, uma sólida carreira profissional como contador para, depois, ingressar na vida acadêmica. Bacharel em Economia e técnico em contabilidade, o citado professor ingressou na instituição no final do ano de 1947, como assistente de professor Milton Improta, e, logo em seguida, responsável pela disciplina Contabilidade de Custos, criada pelo professor Improta e confiada logo após sua criação a esse professor, talvez, por sua atuação profissional como auditor (BONINI; MARTINS, 1984).

Alguns docentes, que a historiadora Suzana Ribeiro teve a oportunidade de entrevistar em 2009, como o professor Armando Catelli, que foi assistente do professor Boucinhas, e Eliseu Martins, citam textualmente esses primeiros docentes, enfatizando seu carisma e importância para o desenvolvimento do curso de Ciências Contábeis e para sua própria experiência profissional.

Outro docente, cujo trabalho é destacado, é Antônio Peres Rodrigues Filho, que assumiu a cadeira de Estrutura e Análise de Balanços e Revisões e Perícias Contábeis após a aposentadoria de Francisco D'Áuria, de quem era assistente. O Prof. Peres, como destacado em Bonini e Martins (1984), foi um dos primeiros professores catedráticos por concurso, no Brasil, na área de Contabilidade. Além de se tornar chefe do departamento, após a reforma de

¹³³ O Professor Boucinhas (1914-1993) foi economista, graduado, em 1936, pela Escola Álvares Penteado. Também, em 1936, registrou-se como contador, visto ter cursado o ensino técnico de contabilidade na Escola de Contabilidade Carlos de Carvalho. Foi primeiro secretário da Ordem dos Economistas de São Paulo e primeiro secretário da Associação dos Contadores Municipais de São Paulo, além de diretor de publicidade do Primeiro Congresso Paulista de Contabilidade. Em 1939, tornou-se sócio da Associação Paulista de Imprensa, recebendo a carteira profissional de jornalista. Atuou, ainda, como auditor de empresas como no Mappin, Eletrobrás e Sesc, entre outras entidades. Foi sócio-fundador da empresa Revisora e Organizadora Contabil-Audidores, que, em 1958, teve sua denominação alterada para *Boucinhas & Campos – Contadores Públicos Certificados*. Essa empresa prestava serviços de auditoria externa, organização de sistema de contabilidade, custos industriais e serviços correlatos. Também ingressou na política, em 1947, quando candidatou-se a deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), um partido de oposição a Vargas e de orientação conservadora. (TIBÚRCIO, 2014).

1969, foi o articulador da implementação da primeira pós-graduação em Contabilidade, em 1970, e da criação da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI)¹³⁴.

O professor Wiefred Leslie Stevens, especialista em estatística, era lotado no curso de Economia, possuía nacionalidade inglesa e com passagem por instituições de ensino de Portugal, tem seu nome lembrado por ex-alunos, conforme cita Ribeiro (2009a), ao afirmar que os discentes constantemente o procuravam para resolução de problemas relativos à disciplina ou para orientações.

O professor Attilio Amatuzzi é outro docente cuja contribuição ao departamento é imensurável. Era economista e contador graduado na primeira turma do curso noturno da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fapesp) em 1934. Mais tarde, já na posição de professor catedrático da FCEA, cursou Direito no Rio de Janeiro (FEA-USP, 2008a). Considerado um professor muito rigoroso e criterioso quanto à forma de avaliar seus alunos, que examinava oral e individualmente, foi responsável pela efetivação da prática de ensino no curso de Ciências Contábeis.

No curso de Ciências Contábeis, a prática configura-se como uma disciplina curricular e, no Departamento de Contabilidade da FEA, era executada na própria instituição e não na forma de estágio empresarial, como é o caso do ISCAL. O Professor Amatuzzi foi o criador do Escritório Piloto e, ainda, dos documentos utilizados para ministração das aulas. Na Figura 23 (Anexo G), evidencia-se um dentre os documentos criados por esse docente.

Não tivesse o Prof. Amatuzzi feito mais nada e esta obra perpetuaria a sua memória. Mas não foi apenas o Escritório Piloto. Querido e admirado pelos seus alunos e auxiliares professores assistentes, o Professor Amatuzzi mostrava-se exigente com os alunos e com os auxiliares, daqueles exigia assiduidade e aplicação, destes, trabalho e dedicação ao estudo. Mas tudo isso sem autoridade prepotente, mas antes como orientador e amigo. (BONINI; MARTINS, 1984, p. 63).

¹³⁴ A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) é um órgão de apoio e de cooperação do Departamento de Contabilidade e Atuária, criado em 1974, em um momento histórico em que se observava a dificuldade de se manterem docentes em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP) e, também, de possibilitar a continuidade de sua capacitação profissional. Dentre os objetivos da FIPECAFI, citam-se: (i) colaborar com instituições públicas e privadas em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) promover cursos, simpósios, conferências e estudos que visem a melhoria do ensino de contabilidade, Finanças e Atuária; (iii) colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária; (iv) promover a divulgação de conhecimentos contábeis, financeiros e atuariais e correlatos, através de publicações técnicas, periódicos e outros; (v) implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores; (vi) prestar serviços e realizar pesquisas que atendam às necessidades dos setores público e privados (IUDÍCIBUS, 1984, p. 298-99). Na FEA, os docentes são contratados por meio de três regimes distintos: regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP), regime de turno completo (RTC) e regime de turno parcial (RTP).

Ainda dentro do período que compreende desde a instituição da Faculdade até 1969, quando se operou a reforma universitária, outros professores do Departamento, além do Prof. Clodomiro Furquim de Almeida, que foi o primeiro catedrático do curso de Ciências Contábeis, e Prof. Antônio Peres Rodrigues Filho, primeiro catedrático na área de Contabilidade, submeteram-se a concurso. Dentre esses docentes, destacam-se: José da Costa Boucinhas, que se tornou livre-docente; Sérgio de Iudícibus, que se tornou Doutor e Livre-Docente; Antônio Pereira do Amaral, que se tornou Doutor e Livre-Docente; e Hirondel Simões Luders e Alkindar de Toledo Ramos, que se tornaram doutores. (BONINI; MARTINS, 1984; LOPES, 2012).

Muitos outros professores, quase todos ex-alunos, fizeram carreira acadêmica e se tornaram: titulares, como os professores Sérgio de Iudícibus e Stephen Charles Kanitz; adjunto, como o Prof. Edmundo Éboli Bonini; livre-docente, como o Prof. Eliseu Martins; e doutores, como os professores Armando Catelli, Aleceo Kravec, Walter Alves Pereira, Mario Treuheuz, Alkindar Toledo Ramos, Wilson Vilanova e outros.

Percebe-se que alguns docentes optaram pela carreira acadêmica no Departamento de Contabilidade da FEA, por meio de influência e convite de seus próprios professores, como é o caso dos professores Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins. O professor Iudícibus¹³⁵, graduado em 1961, atribui sua opção pela universidade ao professor Atílio Amatzuzi, que lhe ofereceu o cargo de monitoria, valendo-se de sua boa fluência para traduções de livros do italiano. Em 1962, ano seguinte à sua graduação, e a convite do próprio professor Amatzuzi, assumiu a função de professor assistente (RIBEIRO, 2009a). Ao professor Iudícibus, atribui-se significativa parcela de projeção do curso de contabilidade fora do ambiente interno da FEA, devido à publicação do livro didático Contabilidade Introdutória, em 1971, e outros, também muito utilizados e referenciados por discentes e docentes em estudos acadêmicos. (FEA-USP, 2008b).

¹³⁵ Sérgio de Iudícibus é filho de pai contador e mãe economista, ambos italianos, e afirma que nunca questionou sua vocação para a contabilidade, provavelmente, pelo contato e conhecimento que o contexto familiar lhe permitiu. Toda sua trajetória profissional está ligada à IES onde se graduou em 1961. Em 1966, tornou-se Professor Doutor, também pela FEA-USP. Seu trabalho, intitulado “Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis”, é considerado um precursor da escola de correção monetária brasileira. Dois anos mais tarde, em 1968, conquistou a Livre-Docência na própria FEA-USP e, em 1976, após concurso de títulos e provas, foi nomeado ao cargo de Professor Titular da FEA-USP. Outros cargos assumidos por Iudícibus ao longo de sua carreira foram: Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil, 1993; Assessor de Política Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; Secretário Executivo do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado; Presidente da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras), assim como de seu Conselho Curador; Diretor da Fuvest; Diretor da Anefac; Membro de comitês editoriais de inúmeras revistas nacionais e internacionais (FEA-USP, 2008b; LOPES, 2012).

Também o professor Eliseu Martins, graduado em 1967, tornou-se professor assistente do Departamento de Contabilidade e Atuária, já no ano seguinte, a convite de seu ex-professor e orientador, Sérgio de Iudícibus. Tão logo escolheu a docência, desligou-se de seu emprego de funcionário do Banco do Brasil. O professor Eliseu Martins concluiu doutorado (1973) em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP e a livre-docência (1978), também, pela FEA. (FEA-USP, 2008c).

Parece configurar-se certa endogenia no departamento e, para minimizar sua influência e a reprodução dela decorrente, os professores começaram a estabelecer contatos e realizar cursos e pesquisas em instituições fora do país. O professor Eliseu Martins foi para Columbus, Ohio; Sérgio de Iudícibus fez um curso na Stanford University; e Stephen Kanitz foi admitido na Harvard Business School. Também outros docentes optaram por especializações fora do país. É interessante observar que a decisão se deu por instituições norte-americanas, nas quais, o método de ensino adotado é o anglo-saxão, similar ao adotado na FEA-USP. (BONINI; MARTINS, 1984; RIBEIRO, 2009a).

Desde a instalação do curso de Ciências Contábeis, de 1946 a 1970, todos os docentes da FEA eram do gênero masculino. Essa situação se alteraria somente em 1971, quando, de acordo com Amaral, Martins e Kanitz (1984, p. 142), foi contratada a Professora Cecília Akemi Kobata Chinen, “que teve a honra de ser o primeiro professor do sexo feminino do Departamento, seguida, alguns anos mais tarde, pela Professora Nena Gerusa Cei”. A professora Cecília Kobata foi também aluna do curso de Ciências Contábeis da FEA. Também seria ela a primeira mulher a obter o grau de Mestre no curso de pós-graduação em Controladoria e Contabilidade nessa IES. (PANHOCA, 2010).

Com relação ao perfil dos docentes, nos anos iniciais, constata-se que a maioria já exercia alguma atividade profissional correlacionada à contabilidade ou vinham de cursos secundários onde esse ensino fora ministrado. Todavia, esses não possuíam qualquer experiência profissional no magistério e, portanto, podem ser considerados autodidatas, na opinião de Ribeiro (2009a). De forma geral, constata-se que os docentes que atuam em cursos, cuja natureza das disciplinas sejam técnicas, possuem apenas o conhecimento teórico em detrimento do conhecimento didático.

O perfil dos docentes começaria a se diferenciar somente a partir da década de 1990, como percebido em afirmação de Ribeiro (2009, p. 103):

Antes, o autodidatismo era marca do pioneirismo e o aprender fazendo metodologia para a formação dos contadores. Ainda hoje há uma resistência grande ao desenvolvimento da pesquisa nas áreas de ciências aplicadas no Brasil e [...] Com o

crescimento da economia nacional, o surgimento de publicações que divulgavam uma nova forma de ensinar Contabilidade, e a criação da FIPECAFI, começa a surgir um maior reconhecimento do trabalho do contador e, com isso, surge uma nova geração de professores, engajados com a pesquisa e realizando intercâmbios internacionais.

Essa mudança no perfil do docente pode ter sido influenciada, também, pela concorrência estabelecida em função de um novo processo de expansão universitária e o consequente surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação pelo Brasil e, ainda, pelo processo de harmonização contábil, verificado em nível mundial, que exige que os docentes se tornem, também, pesquisadores, a fim de entenderem os impactos dela decorrentes.

Na Figura 24, visualizam-se alguns docentes citados ao longo da discussão dessa categoria que focalizou o lado humano no Departamento de Contabilidade da FEA-USP. Alguns desses docentes realizaram todos seus estudos, desde a graduação até o doutorado, na IES¹³⁶, e outros, que tão logo se graduaram em outras IES, foram contratados pelo departamento. Muito embora tenham se dedicado à academia, todos esses docentes mantiveram relações com o mercado, fato que nos parece seja um dos motivos do poder e influência da FEA-USP sobre as instituições que legislam sobre a profissão e exercício profissional do contador, desde sua regulamentação, em 1945, até o momento.

¹³⁶ **Eliseu Martins**: Professor Titular e Emérito da FEA-USP. Graduado em 1968. Doutor (1972) e Livre Docente (1979) em Contabilidade, Professor Titular do Departamento Contabilidade e Atuária. Hoje, integra a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); **Ariovaldo dos Santos**: Professor Titular do Departamento Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Graduado Ciências Econômicas (1972) e em Ciências Contábeis (1973) pelo Centro Universitário Fundação Santo André. Mestre (1980), Doutor (1993) em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP e Livre-Docente (1999) em Contabilidade pela mesma IES; **Fábio Frezatti**: Professor Titular do Departamento Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Graduado (1979) em Administração de Empresas pela FEA-USP. Doutor (1996) em Controladoria e Contabilidade pela mesma IES; **Reinaldo Guerreiro**: Professor Titular do Departamento Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Graduado (1977) em Ciências Contábeis pela USP. Mestre (1985), Doutor (1990), Livre-docente (1995) em Controladoria e Contabilidade pela mesma IES. Vice-diretor da FEA-USP, pelo período de 2006-2010; **Edison Castilho**: Professor aposentado do Departamento Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais, em 1964, e Doutor em Contabilidade, em 1978, pela FEA-USP; **Alecseo Kravec**: Professor Doutor aposentado do Departamento Contabilidade e Atuária da USP. Fez curso técnico em Contabilidade (1954). Graduado em Ciências Contábeis e Atuariais, em 1960, além de outras graduações. Doutor em Contábeis pela FEA-USP (1973); **Masayuki Nakagawa**: Professor Titular aposentado do Departamento Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Graduado (1952) em Ciências Contábeis e Atuariais pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Mestre (1976) e Doutor (1987) em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP. Pós-doutorado pela University of Illinois at Urbana-Champaign (RIBEIRO, 2009a). (grifo nosso).

Figura 24 – Alguns docentes e ex-docentes do Departamento de Contabilidade da FEA-USP



De pé e da esquerda para a direita: Eliseu Martins, Ariovaldo dos Santos e Fábio Frezatti. Sentados e da esquerda para a direita: Reinaldo Guerreiro, Edison Castilho, Alecese Kravec e Masayuki Nakagawa.

Fonte: RIBEIRO (2009a).

A FEA, e de forma mais específica, o Departamento de Contabilidade, se percebem como precursores do ensino superior de contabilidade no Brasil e, ainda, como os articuladores de uma “nova era na contabilidade brasileira, tornando-se líder no Brasil na disseminação do ensino de forma bem mais acessível, pragmática e didática” (BONINI; MARTINS, 1984, p. 65). Se, em sua gênese, o ensino de contabilidade na FEA baseava-se na escola italiana, e os saberes e métodos de ensino eram *importados*, assim como o foram desde a época da colonização, o Departamento de Contabilidade se viu citado como referência para outras instituições, numa clara reprodução de sistemas simbólicos de poder.

Com relação à afirmação de que, em sua origem, os saberes e métodos eram importados, Ribeiro (2009a, p. 49) chama a atenção ao fato de que a USP, assim como a FEA, e o próprio Departamento de Contabilidade e Atuária “percorreram um caminho que foi de importador e consumidor de conhecimentos, primeiramente, europeus, e depois, estadunidenses, para criador e produtor de saberes, realizando pesquisas relacionadas à realidade nacional”. Em entrevista à autora supracitada, o professor Sérgio de Iudicibus caracterizou o ensino praticado no departamento, até 1962, da seguinte maneira:

Deixe-me dizer como é que a gente encontrou a faculdade: puramente em um modelo assaz europeu continental. Isto é, a influência da Economia e da Contabilidade, na época, era exercida por franceses e italianos. [...] Essa cultura européia tinha muitas coisas boas. Em matéria de cultura geral e de conhecimento mais amplo nos forneceu uma base cultural muito grande. Mas sentíamos a necessidade de mudança [...] trabalhamos para uma Contabilidade mais para o estilo norte-americano ou anglo-saxão, contudo, sem esquecer os traços de uma verdadeira escola brasileira: correção monetária, economia brasileira e assim por diante. (*Sérgio de Iudícibus, 2009*).

A necessidade de mudança e crítica aos métodos utilizados tinha como fundamentação os princípios lógicos que historicamente caracterizam a Contabilidade. Iudícibus (2009) explica que, em sua gênese, os registros contábeis eram realizados por balanços sucessivos e não pelo registro por partidas dobradas, que foram introduzidas apenas no Século XIII. Ribeiro (2009a) traduz a percepção do professor Sérgio de Iudícibus, ressaltando que o ensino tradicional, praticado na FEA, começava exatamente pelas partidas dobradas, numa metodologia que prioriza “os registros de uma infinidade de lançamentos repetitivos e monótonos e cansativos” (RIBEIRO, 2009a, p. 53). A metodologia proposta pelo Professor Alkindar, na percepção de professores e de discentes da FEA, tornou o ensino da Contabilidade mais atrativo e interessante para os alunos¹³⁷.

A mudança nos métodos de ensino iniciou-se, relata o Professor Sérgio de Iudícibus, com a adoção, a partir de 1962, do livro didático *Principles of Accounting*, de Finney & Miller, da escola norte-americana de contabilidade, provocando a “ideia de escrever um livro nosso, que começou como apostilas e depois acabou dando no famoso Contabilidade Introdutória, que foi editado pela primeira vez, como livro, em 1971” (RIBEIRO, 2009a, p. 51).

Como explica o professor Alkindar de Toledo Ramos, por meio do conteúdo divulgado no primeiro livro didático produzido no Departamento de Contabilidade, introduziu-se o método dedutivo em detrimento do método indutivo utilizado no velho

¹³⁷ A substituição do método tradicional de ensino no Departamento de Contabilidade da FEA-USP começou, de acordo com o professor Eliseu Martins, quando o Professor Alkindar Toledo de Ramos assumiu a Cadeira V – Contabilidade Geral e Pública. Segundo ele, “O professor Alkindar estudou, pesquisou livros americanos e começou a montar apostilas. Ensinando Contabilidade com uma visão de produtora de informações para a gestão e usuários externos, financiadores e empreendedores”. Sobre a apostila utilizada, o próprio professor Alkindar de Toledo Ramos explica que a apostila da Cadeira V: “[...] foi publicada e distribuída pelo Centro Acadêmico e obteve um sucesso muito grande que extrapolou os limites da Faculdade. Várias outras Faculdades passaram a adotar o nosso programa e comprar a apostila. Pouco tempo depois, a Editora Atlas nos procurou para transformar o conteúdo da apostila em um livro didático. Como eu estava, na época, deixando o regime de tempo integral, pedi ao Sérgio de Iudícibus que coordenasse com os demais colegas da Cadeira uma revisão da apostila para adquirir o formato de um livro”, que foi publicado com o título de Contabilidade Introdutória (RIBEIRO, 2009a, p. 52).

programa, na Cadeira V, “que partia da escrituração das operações para chegar a sintetização do balanço¹³⁸. O método dedutivo é obviamente ao contrário, ou seja, partia-se da conceituação do balanço inicial, levantado a partir da primeira operação da empresa, e daí ia-se demonstrando, passo a passo, os reflexos das operações seguintes na sua situação patrimonial, realizando os registros em razonetes, através das partidas dobradas”¹³⁹.

Na perspectiva do então discente e hoje professor Eliseu Martins, em Ribeiro (2009a, p. 55), era grande a diferença entre uma forma e outra de ensinar Contabilidade, pois a contabilidade italiana começava discutindo os conceitos. Segundo ele, “Priorizava falar sobre princípios, de modo que ficava duro demais. Discutia assuntos que só os que realmente conheciam o meio tinham condições de entender. [...] A perspectiva americana era mais prática, factível!”. Para materializar sua percepção, Eliseu Martins explica que, partindo-se do conhecimento da estrutura de um balanço, o aluno tinha visão muito mais pragmática da Contabilidade ao compreender sua finalidade como a de um instrumento de produção e socialização de informações.

Essa mudança na metodologia de ensino, baseada em modelos americanos, iniciada já na década de 1960, por orientação do Prof. José da Costa Boucinhas e transmitida ao Prof. Alkindar de Toledo Ramos, à época, responsável pela Cadeira V - Contabilidade Geral e Pública, impulsionou sua implantação à outras disciplinas e, até mesmo, como se lê em Ribeiro (2009a) a outras instituições de ensino, que se consolidou por meio de ação do Prof. Sérgio de Iudicibus, culminando com a edição, em fins de 1969 e início de 1970, do livro Contabilidade Introdutória pelos integrantes dessa cadeira. A partir de então, os professores se dedicaram, também, à divulgação do conteúdo contábil, ministrado em aulas por meio de livros didáticos.

A organização da FEA e dos próprios docentes para a oferta da pós-graduação também se destaca. Embora o escopo desta investigação seja o ensino superior de contabilidade e contemple, de forma específica, a graduação ou bacharelado, a organização da pós-graduação é um fato a ser destacado, porque se trata do primeiro mestrado no país. A pós-graduação, em

¹³⁸ O balanço patrimonial é uma das demonstrações financeiras que as empresas produzem ao final de cada exercício social, que, usualmente, coincide com o ano civil. É uma demonstração de divulgação obrigatória, tanto para empresas de capital aberto, regidas pela lei das sociedades anônimas, quanto de capital fechado, regidas pelo código civil e comercial.

¹³⁹ Ao explicar a nova metodologia, que começava pelo estudo da estrutura de um Balanço Patrimonial, já elaborado e publicado, o Professor Alkindar recorda-se que “A gente começava a explicar para os alunos o que era um balanço. Claro, os alunos tinham dificuldades no começo. Porque se você pega o balanço de uma grande companhia, desses que ocupam uma ou mais páginas inteiras de um jornal, enxerga uma infinidade de contas e de cifras, aquilo parece uma confusão tremenda [...] despertávamos a curiosidade e o interesse dos alunos, começando com um balanço diário bem simples e aos poucos íamos deixando a brincadeira mais complexa” (RIBEIRO, 2009a, p. 53-54).

nível de mestrado, implantada em 1970, tinha, de acordo com Amaral, Martins e Kanitz (1984, p. 142), dois grandes objetivos: “a formação de professores e pesquisadores e a preparação de pessoal altamente qualificado para o exercício profissional”. Apesar de se tratar de um mestrado acadêmico¹⁴⁰, verifica-se o viés do mercado, novamente, justificando o ensino de contabilidade. As disciplinas, distintas daquelas constantes no currículo da graduação, tinham como foco áreas específicas do ensino contábil, cuja ênfase recaía sobre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira ou Societária (AMARAL; MARTINS. KANITZ, 1984). Com relação aos docentes, esses eram os mesmos professores do bacharelado. Em 1978, deu-se início ao doutorado, também, o primeiro no Brasil.

5.2.2 Dos alunos

O curso de Ciências Contábeis e Atuariais, assim como o curso de Ciências Econômicas, sob a responsabilidade do Departamento de Contabilidade e Atuária, oferecidos desde 1946, começaram a formar alunos em 1949. No curso de Ciências Contábeis e Atuariais da FEA-USP, a primeira turma de egressos formou-se com cinco alunos, e as demais, até o ano de 1961, não superou esse número, conforme sintetizado na Tabela 7, cujos dados históricos relacionados compreendem o período de 1949 a 1980, apenas. A frequência de graduados, visualizada nessa mesma Tabela 7, possibilita a constatação de que nem a oferta do curso no período noturno, a partir do ano de 1950, contribuiu para o aumento do número de graduados, em quaisquer dos dois cursos.

O número de egressos, permite a constatação de que o corpo discente do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, da FEA-USP, foi bastante reduzido. Bonini e Martins (1984, p. 61) relatam severas críticas, de políticos e autoridades, ao enorme dispêndio financeiro para manutenção da Faculdade, em relação ao pequeno número de profissionais que se formavam. Segundo os autores, “Chegou-se até a sugerir a extinção destes cursos, em virtude do alto custo por aluno que os concluía. Certamente, estas críticas não levavam em conta o papel social que deve desempenhar uma Universidade oficial”.

¹⁴⁰ Amaral, Martins e Kanitz (1984, p. 143) citam textualmente que “notadamente no nosso país, onde o desenvolvimento econômico não foi acompanhado por igual velocidade na melhoria do ensino superior nesse ramo do conhecimento humano (Contabilidade), houve e ainda há grande necessidade de se suprir o mercado de pessoal para assumir altas posições hierárquicas nas empresas, privadas e públicas, bem como em outras instituições”.

Tabela 7 – Discentes formados por ano e curso – (1949/1980) Departamento de Contabilidade

Ano	Cursos		
	Ciências Contábeis e Atuariais	Ciências Contábeis	Ciências Atuariais
1949	5		
1950	5		
1951	3		
1952	4		
1953	4		
1954	2		
1955	2		
1956	3		
1957	2		
1958	6		
1959	7		
1960	5		
1961	10		
1962	4		
1963	2		
1964	1	1	-
1965		4	-
1966		1	2
1967		6	-
1968		6	-
1969		5	1
1970		3	-
1971		6	-
1972		37 ¹⁴¹	-
1973		9	-
1974		25	-
1975		12	1
1976		12	-
1977		34	-
1978		31	-
1979		33	-
1980		53	-

Fonte: Adaptado de LUNA; NOGUEIRA NETO (1984, p. 179).

Somente a partir da década de 1970 é que o curso de Contabilidade da FEA apresentaria, quantitativamente, maiores números de formandos, sem contudo superar o total de egressos dos cursos de Economia e Administração de Empresas, como se pode observar na Tabela 8, no Apêndice I. Amaral, Martins e Kanitz (1984, p. 135) explicam que o curso de Ciências Contábeis, todavia, sempre “foi bem sucedido” e, ao justificarem essa afirmação, explicam que essa avaliação “levava em conta o retorno de investimentos em educação e

¹⁴¹ Luna e Nogueira Neto (1984) explicam que, em 1972, esse fato atípico com relação à frequência de concluintes do curso de Ciências Contábeis deveu-se à permissão, à época, aos concluintes do curso de Administração para que cursassem Ciências Contábeis como forma de complementação de estudos. Amaral, Martins e Kanitz (1984) corroboram essa informação ao afirmarem que esse regime de adaptação, como fora chamado, foi extinto porque o Conselho do Departamento deliberou que o mesmo era um desperdício de recursos públicos, visto que permitia aos já diplomados em Administração e, também em Economia, a obtenção de um segundo diploma, quando existia uma demanda maior de alunos sem diploma algum.

demonstrava que seus formandos obtinham rápidas colocações no mercado de trabalho e muitas vezes já estavam empregados no segundo ou terceiro ano do curso”.

Apesar de ser o curso de Ciências Contábeis e Atuariais seminal em relação à oferta de ensino superior em contabilidade, talvez, seja possível atribuir algumas causas para o número reduzido de egressos. Inicialmente, constata-se que, desde a instituição do curso até o ano de 1965, ocorria ociosidade de vagas, porque o sistema de preenchimento não era classificatório, como ocorre atualmente, revestindo-se de caráter subjetivo, fato que resultava no binômio candidatos reprovados/sobra de vagas.

Outro fato que pode ser elencado refere-se à percepção errônea de que esse curso era, de certo modo, entendido como similar ao curso técnico de contabilidade ministrado pelas Escolas de Comércio, que eram entidades de ensino particular. Além disso, as atribuições profissionais e a competência legal eram praticamente as mesmas para o Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais e para o Técnico em Contabilidade. Dessa forma, muitos discentes formados no curso técnico escolhiam por optar pelo curso de Economia, pois assim poderiam ampliar sua área de atuação no mercado de trabalho. Sendo assim, havia grande identidade dos economistas com os contadores e técnicos em contabilidade (BONINI; MARTINS, 1984).

Em Lisboa, e de forma mais específica, no ISCAL, essa percepção não se configura, tendo em vista que, desde os primeiros anos, embora tenha sido oferecido apenas o bacharelato, visto que, por quase dez anos, a licenciatura e doutoramento, previstos em lei, não tenham sido concretizados, os cursos sempre totalizaram números expressivos de egressos, conforme relata a Professora Matilde Estevens. Não há, no entanto, dados documentais sobre a frequência de egressos que permitam a confirmação dessa afirmação, ou ainda, uma comparação entre os números de ambas as IES.

Também é importante salientar que, na FEA-USP, até a reforma estrutural de 1964, os discentes dos cursos de Economia e Ciências Contábeis e Atuariais cursavam as mesmas disciplinas e, somente após terem concluído o primeiro ano, é que exerciam efetivamente sua opção de escolha e, nesse sentido a opção majoritariamente era pelo curso de Economia, visto que alguns estudantes o faziam porque já tinham o curso técnico de contabilidade e esse era o bastante.

Outro fator adicional que merece destaque e que justifica a diferença, também, relativa à frequência de egressos, entre os cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, refere-se à mesma reformulação de 1964, que dividiu em dois cursos distintos o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Até 1964, o discente era graduado com duas habilitações distintas e,

após a reformulação, ao chegar ao 4º ano, teria que se decidir se queria ser um contador ou um atuário. A escolha por essa especialização provocou, inclusive, esvaziamento e consequente desativação do curso de Atuária, em 1994, dada sua reduzida procura.

O número de bacharéis egressos na turma de 1961, de forma diversa dos dados verificados nos anos anteriores, totalizava 10 alunos, embora não tenha sido encontrada uma motivação explícita para o aumento de graduandos naquele ano. É nessa turma de formandos de 1961 que se graduaram Sérgio de Iudícibus, Edmundo Éboli Bonini e Eric Dietrich Lemmermann, que integrariam o quadro de docentes do Departamento imediatamente após a sua graduação. O discente Sérgio de Iudícibus fora admitido em 03 de janeiro de 1962, enquanto Edmundo Éboli Bonini e Eric Dietrich Lemmermann foram contratados nos anos de 1963 e 1964, respectivamente.

Percebe-se, observando os dados da Tabela 7, que, nos anos subsequentes a 1961, a frequência de graduados não volta aos patamares dos anos iniciais. Registra-se, ainda, que o ano de 1961 é uma data marcante para a FEA, pois é quando ocorre duplicação do número de vagas, de cem para duzentas, sendo 60% para o período diurno, e 40%, para o noturno (LUNA; NOGUEIRA NETO, 1984).

Como forma de incentivar o ingresso em todos os cursos da FEA-USP, os estatutos da universidade passaram a permitir que candidatos já graduados em outras áreas do ensino requeressem matrículas, caso se confirmasse a existência de vagas ociosas, fato que elevou o número de ingressantes. Todavia, é somente a partir de 1966, quando o vestibular adquire caráter classificatório, que haverá ocupação integral das vagas ofertadas. Todavia, presume-se que a opção dos discentes prevaleceu em número superior para os cursos de Economia e Administração de Empresas, se utilizar-se como base de comparação a evolução da frequência de graduandos desde 1949 a 1980, exposta na Tabela 8 (Apêndice I).

O funcionamento e manutenção de um curso com tão baixo número de discentes reflete sua força política na estrutura da faculdade, especialmente, quando comparados os dados descritivos de egressos com aqueles números dos cursos de Economia e Administração, também ofertados pela FEA (Tabela 8). Mesmo sendo menor o número de vagas ofertadas pelo curso de Ciências Contábeis - no ano de 1980, eram 180 vagas para Economia, 180 vagas para Administração e, apenas, 90 vagas para Ciências Contábeis - o número de egressos, bacharéis em contabilidade, desde os anos iniciais até a década de 1980, sempre foi inferior, proporcionalmente. Essa força política do Departamento de Ciências Contábeis e dos docentes que ali ministravam aulas, nas duas primeiras décadas de funcionamento dessa IES, é confirmada na observação de Bonini e Martins (1984, p. 62).

Chegamos ao exagero de ter, em um ou dois anos, apenas dois alunos: um no período diurno e outro no período noturno. Todavia, o importante é ressaltar que ao pequeno número estava associada uma grande qualidade. Se poucos se formaram, muito em qualidade, se produziu. Haja visto os altíssimos postos ocupados pelos que emanaram deste cursos e que hoje brilham no mundo empresarial, público e acadêmico deste país.

Com relação à formação do discente, estudo de 1967 realizado no próprio departamento, para conhecimento do perfil do ingressante, evidencia que o aluno provinha de cursos diversos como o curso colegial, científico ou técnico, e sua origem demográfica era de outros estados próximos, ou do interior do estado de São Paulo, sendo da capital um percentual muito baixo. Em 1980, esse perfil se alterou, pois os alunos da FEA eram, em sua maioria, da capital. O professor Edison Castilho, que coordenou esse estudo, explica que, na década de 1980, as “cidades do interior de São Paulo e do interior de outros estados tinham faculdades, nem que fosse particular. Então entravam em São Paulo os alunos de São Paulo, a não ser algumas exceções que vinham para um curso não pago, estudar e trabalhar em São Paulo” (RIBEIRO, 2009a, p. 139).

Durante os primeiros quinze anos do curso de Ciências Contábeis e Atuariais os discentes eram, na grande maioria, do gênero masculino, com exceção de uma única mulher. A primeira mulher a se graduar Ciências Contábeis, na FEA-USP, foi Olga Maria Pereira Pinto, em 1958, quase uma década depois dos primeiros formados. Apenas em 1967, outras duas mulheres se graduaram bacharéis em contabilidade (LUNA; NOGUEIRA NETO, 1984). O grande *boom* do interesse feminino pela contabilidade ocorre já a partir de 1964 e se consolida nos anos de 1980. Essa postura parece ser motivada pela expansão das IES por todo o Brasil, em especial, nas cidades interioranas e, também, pelo acesso a postos de trabalhos até então com predominância masculina.

Como informação complementar, observa-se, na Tabela 9, também no espaço temporal de 1949 a 1980, os números absolutos e relativos de discentes egressos por curso e gênero constantes no Departamento de Contabilidade da FEA-USP.

Tabela 9 - Alunos formados por curso e sexo (1949/1980) – Departamento de Contabilidade

Cursos	Gênero					
	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(**)
Ciências Contábeis e Atuariais	64	22,3	1	1,5	65	18,4
Ciências Contábeis	219	76,3	65	98,5	284	80,5
Ciências Atuariais	4	1,4	-	-	4	1,1
Total	287	100,0	66	100,0	353	100,0

(*) Soma 100% na linha.

(**) Soma 100% na coluna.

Fonte: Adaptado de LUNA; NOGUEIRA NETO (1981, p. 183).

Além de se perceber a natureza técnica do curso de contabilidade, o relato dos estudantes permite conhecer seu perfil pessoal e percepção sobre o ensino em Ciências Contábeis. Alecseo Kravec, em Ribeiro (2009a, p. 29), explica:

Ao passar no vestibular fiquei indeciso. Faço Economia ou faço Ciências Contábeis? Porque eu entendi que quem já havia feito um curso técnico de Contabilidade teria o suficiente. Como trabalhava no Departamento de Contabilidade da empresa, fui consultar um contador e ele então me fez algumas perguntas. Eu não esqueço que foi ele quem sugeriu o curso de Ciências Contábeis. [...] O curso de Economia era ainda desconhecido. Se prestava mais para quem ia para a política. Em contrapartida, o curso de Ciências Contábeis era voltado para o mercado de trabalho. Lembro que ele perguntou: - Você vem de uma família bem abastada? - Não. - Então, sugiro que faça o curso de Ciências Contábeis.

De modo geral, pode-se dizer que a opção ou a escolha por Contabilidade foi mediada por dois fatores principais: o envolvimento anterior com a Contabilidade, proporcionado pela formação técnica, e a necessidade de muitos desses primeiros alunos de ingressar ou dar continuidade a suas carreiras. A dedicação aos estudos era partilhada com o mundo do trabalho, visto que a manutenção de um emprego era condição para a possibilidade de morarem e estudarem em São Paulo ou, ainda, para complementação do orçamento familiar (RIBEIRO, 2009a, p. 29-30).

Evidentemente, a abertura dos cursos noturnos representou a possibilidade de o indivíduo cursar o ensino superior e trabalhar, mesmo que essa dupla vivência, normalmente, impusesse limitações à sociabilidade. Todavia, a escolha pelo curso era natural e significava a possibilidade de ascensão profissional, tanto em função de cargos e salários, quanto de conhecimento, visto que o processo de industrialização e abertura da economia, desde a década de 1960, sinalizou o momento de entrada de empresas de capitais internacionais no Brasil e resultou na abertura de empresas especializadas em auditoria e controladoria. Para essas novas funções, somente o ensino técnico que tantos já possuíam era insuficiente.

Ainda com relação à oferta do curso em período noturno, pode-se considerá-la um fator de peso na escolha por fazer o curso de Contabilidade e/ou de Atuária. A possibilidade de se manter no trabalho envolvia não apenas o horário do curso, mas as possíveis projeções na carreira, pois o diploma era um diferencial. Nesse sentido, “O mercado de trabalho reconhecia e amparava quem tinha um curso superior, principalmente em uma universidade que mantinha distinção em sua formação” (RIBEIRO, 2009a, p. 31).

A Contabilidade era, desde sua gênese, uma opção natural às pessoas que buscavam o ensino formal como meio de capacitação para o mundo do trabalho, dado seu caráter utilitarista e técnico. Por isso, a literatura usualmente correlaciona sua busca por aqueles de origem socioeconômica de classes mais baixas¹⁴². Apesar de a origem social dos discentes da FEA evidenciar que precisavam conciliar trabalho e estudos, percebe-se, especialmente, em relação ao perfil dos ingressantes, após a década de 1980, um perfil social heterogêneo dados os níveis de empregabilidade proporcionados pelo curso. A partir de então, o aluno que busca o curso não é aquele que trabalha e estuda, mas aquele que estuda para trabalhar.

É preciso destacar, porém, que, embora a escolha pelo curso seja feita com pleno conhecimento das possibilidades de mercado, há, em Ribeiro (2009a), apontamentos que permitem a inferência de que a falta de conhecimento sobre o conteúdo curricular marca o perfil dos alunos ingressantes, os quais, atualmente, não provêm de cursos técnicos ou que já atuem, de certa maneira, em funções correlatas aos saberes ministrados em cursos superiores de contabilidade.

5.3 Da análise da tese

Após todo o levantamento histórico, educacional, bibliográfico, documental, oral e comparativo, apontamos como tese e indagação a problemática da relação entre dois países que, distantes, se aproximam nos desafios e nos problemas da construção de um projeto de

¹⁴² Para analisar a estrutura de classes na sociedade brasileira, é essencial estabelecer critérios para a definição das classes sociais. Normalmente, esses critérios pressupõem uma perspectiva histórica dada as classificações que, em alguns casos, baseiam-se em uma classificação estritamente marxista. Embora a tese de Marx gere polêmicas, seu critério básico para a diferenciação entre as classes, isto é, a relação com a propriedade ou, em outras palavras, a posição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos ocupa no processo produtivo e de troca (de tomadores e prestadores de serviços), se mostrou o mais apropriado para a análise da estrutura de classes das sociedades (POCHMANN, 2014). Por meio dessa classificação, teríamos as classes alta, média e baixa. Contudo, no Brasil, adota-se, de forma mais frequente, a classificação dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define as classes socioeconômicas em função da renda familiar mensurada em quantidade de salários mínimos (SM) percebidos. A estratificação considera, portanto, as classes A (acima de 20 SM), B (de 10 a 20 SM), C (de 4 a 10 SM), D (de 2 a 4 SM), e E (até 2 SM).

educação que possa responder às lacunas sobre a formação do profissional de contabilidade. As IES estudadas contribuíram, dentro do tempo de estudo proposto, para a formação de uma profissão que ocupa referência significativa para o desenvolvimento do sistema econômico dos países estudados. As IES estudadas contribuíram, também, para a proposição de conteúdos e metodologias que serviram de referência para as demais instituições que se seguiram. Essas IES contribuíram, ainda, para o despertar de uma concepção de formação de contadores, tanto em Portugal quanto no Brasil.

A pesquisa levou à compreensão que as duas instituições estudadas contribuíram para o desenvolvimento de expressivos estudos na área da contabilidade, principalmente, na criação de cursos e programas de pós-graduação, formando novos profissionais para a vida acadêmica e para o mercado de trabalho, desde que guardando a natureza e especificidade de cada uma dessas instituições, ou seja, em Portugal, a instituição ISCAL se propõe a uma formação voltada mais para o mercado, enquanto que a instituição FEA-USP aponta, também, para uma preocupação acadêmica. Ambas as instituições adquiriram, ao longo de sua trajetória, um engajamento e projeção social significativos a tal ponto de serem apontadas como as referências no ensino superior de contabilidade em seus respectivos países.

Mesmo reconhecendo a importância que essas IES ocuparam no cenário de suas realidades, consideramos importante refletir a respeito das contradições inerentes às duas instituições estudadas. A realidade histórica, política e econômica dos países estudados, Portugal e Brasil, nem sempre foram favoráveis para o desempenho de um projeto de educação competente e que atendesse à maioria da população, havendo que se questionar a que interesses e a quais classes sociais atendiam. O que se percebe é que são instituições elitizadas, no sentido atribuído ao termo por Busino (1992), que considera elites como todos aqueles que compõem um grupo minoritário, pois, nesse sentido, por muito tempo, as IES formaram poucos profissionais, e utilizando uma analogia, quase que como uma reserva de mercado educacional¹⁴³, não permitindo que parte significativa da população participasse dessa formação, especialmente, em relação à pós-graduação.

No caso brasileiro, a FEA, além de ser a primeira IES pública a ter autorização para ofertar e ministrar o ensino superior de contabilidade, foi, por muito tempo, a detentora dos programas de pós-graduação. Em Portugal, o ISCAL, também, ofertou o ensino superior de contabilidade e obteve autorização para os estudos do segundo ciclo, comparados à pós-

¹⁴³ Reserva de mercado é uma política governamental que impede legalmente o acesso e a importação de uma determinada classe de produtos e bens de consumo com vistas a uma pretensa proteção e desenvolvimento da indústria nacional e incremento da pesquisa científica interna.

graduação em nível de mestrado, que, embora prevista em lei, não chegou a acontecer no período temporal relativo a este estudo. A concepção e instituição desse nível de ensino reflete, de certa forma, a formação que se pretende proporcionar à graduação, pois seus egressos serão os mestres e doutores que contribuirão para ‘a realização de pesquisas e produção de material’ que fomentará suas discussões, podendo resultar em um perfil profissional crítico.

Ainda se referindo à pós-graduação, que ambas as IES buscaram agregar às suas estruturas, e de forma específica à IES brasileira, a instituição desse nível de ensino tinha a função de formar docentes para os cursos de nível superior, bem como pesquisadores e profissionais para cargos de alta qualificação técnica. Mas, além desses objetivos explícitos, havia um outro de natureza implícita, para o qual Cunha (2000, p. 244) já chamava a atenção: “é possível perceber nos textos oficiais proposições mais ou menos veladas a respeito de um outro objetivo da pós-graduação: a manutenção da alta cultura, que permanece um privilégio de alguns”. Também presume-se, ainda se respaldando em Cunha (2007, p. 85), que a pós-graduação seria um forma de recuperação do poder e prestígio dos diplomas, “que o aumento do número de diplomados”, na graduação, “poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma”.

Após análise da instituição portuguesa, é possível inferir que aquela instituição não teve condições políticas de oferecer novas opções para a formação de profissionais. Ocorreu que essa instituição ficou limitada para formar o bacharel, pois os cursos de licenciatura e doutoramentos previstos ficaram restritos, por longo período, ainda, às universidades e seus institutos. O doutoramento ou estudos do terceiro ciclo tampouco se concretizaram, pois esse nível de ensino foi e continua sendo restrito às universidades. Isso se deve, talvez, por ser esse um instituto onde se ministre o ensino politécnico que pretende, em sua aceção, proporcionar uma sólida formação técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática, com vistas ao exercício de atividades profissionais e não *culturais*, como previsto no escopo do ensino universitário.

Com relação à natureza das IES, os ISCA, ao serem instituídos, definiam-se como escolas particularmente indicadas para desenvolver uma ligação entre a Universidade e a administração pública, havendo, pois, a expectativa que viessem a ser agregados às universidades, no mesmo modelo de aglutinação que já se verificara no Brasil e, em especial, na FEA, quando de sua criação. Essa aglutinação ou agregação, todavia, não se concretizou. Pelo contrário, os ISCA seriam, na década de 1980, absorvidos pelos institutos politécnicos,

configurando-se um sistema de ensino que reforçaria a concepção e tendência técnica atribuída ao ensino superior de contabilidade e, por conseguinte, à formação profissional de seu aluno.

É possível confirmar que o delineamento do campo de atuação dos ISCA's era já bastante explícito desde seu estágio inicial, quando houve a conversão do ensino médio de contabilidade em ensino superior e a respectiva conversão dos institutos comerciais em institutos superiores, visto que, para servir aos interesses do país, os seus diplomados, quanto aos aspectos de formação, deveriam se submeter a novos planos de estudo elaborados e perfeitamente integrados aos planos globais da ação educativa do ensino, elaborados à semelhança do modelo norte-americano. A política educacional estava, pois, definida, visto que se pensava em centros de ensino separados dos centros de pesquisa (politécnico e universitário), sistema departamental que viria a ser implantando mais tarde, quando o ISCAL passou a ministrar diversas licenciaturas e adotou o sistema de créditos e notas por participação.

Na FEA e no Departamento de Contabilidade, o delineamento da atuação, em sua gênese, não parece tão claro. Isso porque, talvez, conforme ensina Cassimiro e Gonçalves (1986, p. 31), a universidade é uma instituição que não nasceu em nosso país. Segundo os autores, “É importada com modelos vindos de Portugal, França, Alemanha e Estados Unidos. Não foi pensada originalmente para o Brasil. Foi pensada para ser resposta a problemas de outras regiões que possuíam uma realidade própria e peculiar”. Por isso, as metodologias de ensino, por meio das quais os conteúdos curriculares eram discutidos, privilegiavam a escola italiana de 1946 a 1969, quando, então, a partir de 1970, incorporou, a exemplo do que seria feito no ISCAL, o modelo norte-americano de educação contábil. A busca por uma identidade própria aconteceu de forma lenta, visto que, no Departamento de Contabilidade, buscaram-se adequar os métodos norte-americanos à realidade brasileira, por meio do reconhecimento de questões particulares, como o caso da correção monetária de balanços, cujos estudos resultaram no desenvolvimento de uma teoria exclusivamente brasileira.

Ambas as IES estudadas, distantes, especialmente, mas contíguas em relação à temporalidade do ensino de contabilidade e, ainda, tendo como aproximação o regime político nacionalista instaurado pelo Estado Novo, possuem como semelhança inquestionável o currículo que, em nosso entendimento, mantém a similaridade do perfil do contador, em nível internacional. Foi no período pós-guerra que os discursos, em ambos os países, reforçaram a necessidade de industrialização e, como consequência, buscou-se, por meio da educação, o desenvolvimento da mão de obra para ocupação de funções técnicas e administrativas. A

percepção da necessidade de um profissional contábil qualificado para atender às demandas impostas pelo capitalismo resultou na institucionalização do ensino superior, o qual apresenta disciplinas que se aproximam (em relação ao conteúdos) nos programas curriculares portugueses e brasileiros.

Na FEA, ocorreu uma discussão acerca da necessidade de se incorporarem ao currículo disciplinas de cunho humanista, as quais, em determinado período, estiveram presentes nas matrizes curriculares. Essas disciplinas, entretanto, foram suprimidas, e sua oferta ocorre sob a forma de disciplinas eletivas apenas. A discussão, desde a década de 1980, preocupava o professor Sérgio de Iudícibus, que percebia um excesso de matérias contábeis puramente técnicas, ministradas sem criatividade, levando o aluno a somente obedecer a códigos tributários, fiscais e societários. No ISCAL, essa discussão não foi percebida, visto que, como já discutido anteriormente, ser o currículo dessa IES composto por disciplinas exclusivamente afins a conteúdos contábeis.

Então, quais as concepções e tendências que, marcadamente, caracterizam o ensino nessas IES e o perfil de formação profissional de seus egressos? Ainda nos reportando ao professor Sérgio de Iudícibus, o qual afirma que cada escola de Contabilidade tem o seu perfil e tenta atingir um nicho. O Professor afirma, ainda, conforme relatado em Ribeiro (2009a, p. 151) que o objetivo do curso de Ciências Contábeis na FEA é o de preparar o profissional para o mercado de trabalho e, para tanto, a ênfase, desde 1980, prioriza o aspecto da controladoria e contabilidade gerencial, com vistas a atender “muito mais às grandes empresas do que a ser um contador de pequena e média empresa ou mesmo o profissional liberal. Esse é o perfil do Departamento, um profissional mais voltado para controladoria e gerência”.

No ISCAL, a concepção e a tendência do curso evidenciam a preocupação em capacitar profissionalmente o aluno para atuação nas empresas portuguesas e atendimento aos órgãos fiscalizadores, em especial, ao governo. Costa (2011) afirma, inclusive, que “A Contabilidade não se vai desligar da Fiscalidade, uma vez que a maior parte dos preparadores da informação contabilística continuarão a seguir estritamente as disposições do Código do IRC¹⁴⁴. Em Portugal, o ensino superior busca atender ao que “parece ser agora a necessidade premente das empresas por jovens licenciados já com elevada qualificação executiva e capazes de actuar de imediato em cenários de mudança acelerada e permanente” (SOUSA; MACHADO, s. d., p. 9), embora, no país, o panorama esteja longe dos níveis europeus em

¹⁴⁴ O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é similar ao Imposto de Rendas das Pessoas Jurídicas (IRPJ) no Brasil, e seu código define questões como incidência, base de cálculo e alíquotas a aplicar sobre os rendimentos das empresas (COSTA; ALVES, 2008).

relação às características de suas empresas, visto que o mercado é composto por pequenas empresas de origem familiar, que não expressam mudanças aceleradas ou tão pouco permanentes.

Parece-nos que, após o entendimento de todo o esforço político e econômico que os dois países envidaram para a construção de uma educação socialmente responsável, cujo desenvolvimento as IES estudadas, historicamente, acompanharam, melhorando seus espaços, capacitando melhor seus professores, aperfeiçoando suas metodologias e aprimorando seu conteúdo, ainda mantém uma semelhança no que se refere à formação do contador, como era em sua origem, na Aula de Comércio: ainda permanece uma formação tecnicista, tradicional, conservadora e elitista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou o contexto histórico do processo de institucionalização dos cursos superiores de Ciências Contábeis e apresentou as concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais para sua inserção no mercado de trabalho, tendo como *locus* de investigação duas instituições de ensino superior, uma, em Portugal, e outra, no Brasil.

Definiu-se, para este estudo, o recorte temporal de 1940 a 1985, por ser esse o período considerado um marco para o ensino de contabilidade em ambos os países, bem como pelo fato de nele se inserir a implantação do ensino superior nessa área de ensino. Todavia, considerou-se necessária a apresentação da gênese do ensino comercial, no Século XVIII, que daria origem ao ensino superior de contabilidade, no Século XX.

Esta é uma investigação inserida na área de História da Educação e, de forma mais específica, no campo de estudo da História do Ensino Superior e Instituições Escolares e, uma vez que as análises e discussões centraram-se sobre duas instituições de ensino superior, metodologicamente, define-se este como um estudo comparado. Para apresentar as concepções e tendências do processo de formação dos profissionais dessas IES, consideraram-se os momentos políticos vivenciados em ambos os países, os quais, de forma marcante, foram determinantes para a definição de legislações que regulamentariam o ensino superior de contabilidade.

Durante todo o trabalho, verificou-se que o ensino comercial, o qual, a partir do final do Século XIX, seria nominado de ensino contábil, foi influenciado por determinismos políticos e econômicos que marcariam a identidade dos cursos e de seus egressos. Portugal, por ser um país cuja base econômica sempre fora a exploração comercial de suas colônias, tinha possibilidade de crescimento apenas se a industrialização fosse incentivada e, por isso, criavam-se escolas técnicas. O Brasil, ao contrário de Portugal, tinha uma economia agroexportadora e, assim que começou o processo de industrialização, percebeu a necessidade de formação de mão de obra, que também ocorreria por meio da escolarização.

A fim de apresentar e discutir os movimentos políticos e econômicos que perpassam pela tessitura desta tese, e que foram implementados pela via educacional, dividiu-se sua estrutura em capítulos distintos a fim de apresentar a trajetória histórica do ensino superior e

das instituições que o ofertaram e, de forma pormenorizada, analisar os fatos que contribuíram para as convergências e divergências que porventura fossem verificassem.

No decorrer da pesquisa, confirmou-se que a Aula de Comércio, no período imperial, foi a precursora do ensino superior de contabilidade, e o ensino nessa Aula sempre esteve restrito ao nível da formação técnico-profissionalizante, numa tentativa de sublimar as dificuldades econômicas em Portugal e, no Brasil, a de manter o controle sobre a colônia em relação às transações econômicas e operações financeiras desenvolvidas a partir do Século XIX. Em um primeiro momento, o ensino privilegiou o conhecimento sobre registros técnico-comerciais em aulas de comércio até adquirir independência enquanto conhecimento especializado e específico e ser ofertado como curso para formação de profissionais da contabilidade – os guarda-livros e técnicos em contabilidade.

A instalação da República traria mudanças no campo educacional, e seus reflexos se notariam no ensino de contabilidade visto sua incorporação sistemática nas regulamentações governamentais relacionadas à educação técnica e profissional, tanto em Portugal quanto no Brasil. Foi em meio a regimes ditatoriais, o Estado Novo, contudo, que o ensino superior em contabilidade apresentou sua maior evolução. No Brasil, a regulamentação do curso de Ciências Contábeis e inclusão no ensino de nível superior dar-se-ia pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Em Portugal, um pouco mais tardiamente, em 1975, o mesmo processo ocorreria, regulamentado pela publicação do Decreto-Lei nº 313/1975, quando o ensino de contabilidade, essencialmente, técnico-profissional, pós-secundário ou médio, nos chamados Institutos Comerciais, foi elevado à categoria de ensino superior, acedendo ao grau de bacharelato.

Constata-se que a institucionalização dos cursos superiores decorre de uma política que buscou direcionar o ensino ao atendimento de necessidades econômicas decorrentes do processo de inserção no capitalismo industrial. Em Portugal, havia a concepção ou reconhecimento de que outras economias europeias deviam seu desenvolvimento à industrialização e, por isso, era necessário profissionalizar pessoas para atuação nesse segmento, muito embora Portugal não apresentasse, à época, empresas industriais que pudessem absorver essa mão de obra. Atualmente, Portugal se caracteriza como um país industrial, uma vez que sua economia se baseia em pequenas empresas.

Também, em Portugal, não havia a estrutura educacional que outras nações europeias industrializadas possuíam, praticamente, desde o Século XVIII, pois, nesses países, a instrução da população no nível primário havia sido um pré-requisito básico para a industrialização. Naquele país, durante o Estado Novo, ocorrera um desmantelamento das

políticas implantadas antes, isto é, durante a Primeira República, que buscavam elevar a educação em todos os níveis de ensino.

No Brasil, desde a década de 1930, já se percebiam avanços na política educacional, mas é no período de 1945-1964 que a educação foi compreendida como meio de ascensão social. É inegável a relação existente entre o desenvolvimento da economia brasileira nesse período e a melhora do grau de instrução da população em geral, como já atentara Leite, em 2005. Os progressivos avanços da indústria, que vinham ocorrendo desde 1930, combinaram com a extensão da educação a um número cada vez maior de brasileiros, a fim de satisfazer novas necessidades econômicas do país, favorecendo o desenvolvimento da contabilidade, cujo curso superior, autorizado em 1945, não destoava, no entanto, do modelo vigente de natureza profissionalizante e oferecido por faculdades isoladas.

Em ambos os países, o curso sempre esteve sujeito a regulamentos determinados por atos legais, que buscavam e buscam dar orientações e direcionamentos quanto a diversos aspectos de sua oferta, por meio da construção do currículos – que, dentre outros aspectos, compreendem conteúdos gerais e específicos, perfil profissional desejado e habilidades e competências. Decorrente da regulamentação do ensino superior de contabilidade, foram instituídas as IES para o ministrarem. A FEA, no Brasil, e o ISCAL, em Portugal, foram as primeiras instituições a se organizarem para oferta desse tipo de ensino.

Confirma-se que, no contexto em que foram criadas ambas as IES, o currículo era o instrumento para disseminação do conteúdo e, também, para a formação profissional nos moldes exigidos pela cultura capitalista vigente. Na FEA, o currículo adotado nos anos iniciais reflete a determinação constante na legislação de 1945, mas já apresenta a força política que caracterizaria a instituição ao longo dos anos, visto a inserção, no curso de Ciências Contábeis e Atuariais, da disciplina denominada Ciência da Administração I e II, a fim de manter a cátedra e seus respectivos docentes e, assim, viabilizar a instituição do curso e o departamento de Administração, o que ocorreria na década de 1960.

Compreende-se que, em ambas as IES, a concepção de ensino – derivada do currículo – era tecnicista e prático, devido à influência da escola italiana, com ênfase nas partidas dobradas e no ‘ensinar a fazer’ que caracterizou a gênese do ensino contábil nos dois países. Essa influência foi alterada nas décadas de 1960 e 1970, quando, no Brasil, e na FEA, deu-se a reforma universitária e a consequente extinção das cátedras e criação dos departamentos e, em Portugal, definiram-se os planos de estudos que seriam adotados pelos ISCA. É nesse momento que as IES constroem seus currículos, considerando-se a escola norte-americana,

numa tendência reprodutivista e tecnicista, que marca, em nível mundial, o ensino de contabilidade.

Infere-se, ainda, que a adoção da metodologia americana, que busca compreender o *porque fazer*, tende a criar uma postura crítica por parte do profissional da contabilidade, que deveria, a partir de então, ser capaz de análises e interpretações para a tomada de decisões empresariais. Mas esse é um processo contraditório que trouxe para o ensino de Contabilidade, dos nossos dias, uma inquietação quase imperceptível, mas extremamente conflituosa, numa tendência positiva já utilizada no campo contábil, desde 1953, para distinguir a pesquisa e a teoria, cuja finalidade era explicar e predizer outras que se limitassem a fazer prescrições. Assim, busca-se ensinar o aluno a interpretar relatórios contábeis com o objetivo de levá-lo ao entendimento do processo de geração de informações para a tomada de decisão, a fim de entender os *para quês* da Contabilidade, sem, contudo, oferecer uma base de sustentação prática do *como fazer* capaz de auxiliar esse profissional no processo.

Esses aspectos refletem e reforçam uma concepção utilitarista da formação que se busca proporcionar ao contador (no Brasil) e ao contabilista (em Portugal). Em um primeiro momento, o objetivo era ensinar a fazer, como na escola italiana, o que se justifica, porque se verificava que o ensino de nível secundário e profissionalizante era elevado à condição de superior, mas ainda não havia uma definição sobre qual metodologia efetivamente utilizar, principalmente, no Brasil, onde o modelo de universidade fora copiado.

Por fim, e de forma aderente ao pensamento de Leite (2005), cabe destacar que os programas de pós-graduação serviriam para manter o *status quo* das IES, já que os diplomas dos cursos de nível superior haviam perdido o valor do ponto de vista, tanto simbólico, quanto econômico, pois, no processo expansionista verificado no ensino superior no Brasil, após 1968 e, em Portugal, a partir de 1986, com a instituição da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, passaram a ministrar o ensino superior de contabilidade. E mesmo esses mestres e doutores somente seriam diplomados, no Brasil, quase 30 anos após a instituição do ensino superior no Brasil e, em Portugal, 20 anos após a conversão dos ISCA's e implantação do bacharelato, evidenciando que o interesse do ensino superior de contabilidade era o atendimento ao mercado de trabalho.

Para finalizar, é necessário ressaltar que este trabalho, apesar de ter produzido conhecimento inédito, considerando-se que não se confirmaram estudos comparados sobre a temática ensino superior de contabilidade, entre Portugal e Brasil, na área da educação e, também nas ciências sociais aplicadas, é apenas um estudo introdutório. A falta de dados catalogados e tratados em relação à instituição portuguesa resulta na limitação de não ser

possível mapear com maior detalhamento os professores e alunos que construíram a história do ISCAL, assim como foi observado com relação ao Departamento de Contabilidade da FEA-USP. Também, diversas informações aqui apresentadas se baseiam na história oral e, embora não invalidem de forma alguma seu teor, poderiam ser melhor exploradas, comparando-as com fontes documentais.

O assunto ora discutido não se esgota com esta tese, podendo resultar em novas investigações, especialmente, se contemplar períodos posteriores a 1985, ou, então, para apresentar novas discussões acerca da pós-graduação, também sob a forma de estudo comparado, porque Portugal, como é sabido, aderiu ao Processo de Bolonha como uma forma de acelerar o processo de formação em nível superior. Pelo contexto exposto, estudos nessa direção devem continuar a fim de identificar outras possíveis concepções e tendências que marcam o ensino contábil ou para confirmar os resultados apresentados nesta investigação.

REFERÊNCIAS

ADDE, Tiago Villac. **O fim do império e o nascimento da república: o desenvolvimento da contabilidade brasileira durante a primeira república.** 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuárias). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

AEISCAL. Associação dos Estudantes do ISCAL. **História.** © 2014. Disponível em: <<http://www.aeiscal.pt/aeiscal/historia/a-aeiscal/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

ALBUQUERQUE, Fernanda de Alencar Machado. **Trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte (1974-2012): entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional.** 2013. 187 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação (Campinas)** [online]. v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ALVES, Denisard Cnéio de Oliveira. A reforma estatutária da Universidade de São Paulo. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.** São Paulo: FEA-USP, 1984, v. 1, p. 113-123.

AMARAL, Antônio Pereira do; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles. O Departamento de Contabilidade e Atuária. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.** São Paulo: FEA-USP, 1984, v. 1, p. 135-151.

ARAÚJO, Wilde Gomes. As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no Século XIX. 2013. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA CONTABILIDADE DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS, 6, 2013, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2013.

BACCI, João. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica.** 175 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica), São Paulo: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 2002.

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; OTT, Ernani. **A origem da contabilidade no Rio Grande do Sul: primeiras evidências, fortalecimento e consolidação.** Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (Ed.): Porto Alegre, maio 2013. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_origem_contab_no_rs.pdf>. Acesso em 24 jun. 2013.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado.** Brasília: INEP, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, n. 13, p. 7-21, Campinas, SP, 2007.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:
<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em 09 jul. 2013.

BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação Profissional no Século XIX: curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios - um estudo de caso. Menção Honrosa / Prêmio Senac de Educação Profissionalizante. **Boletim Técnico do SENAC**. v. 26, n. 3, set. / dez. 2000. Disponível em:
<<http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.htm>>. Acesso em 11 jan. 2014.

BOAVENTURA, Regina Macedo. **A gênese e a consolidação do Centro Universitário de Patos de Minas/MG – UNIPAM (1968-1975)**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Superior). Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, 2008.

BONINI, Edmundo Éboli; MARTINS, Eliseu. O Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984, v. 1, p. 61-65.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction**. Paris: Les Éditions Minuit, 1970.

BOTH, Sérgio José. **República e escola primária: uma comparação da história da educação entre Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso (1889-1930)**. 2013. 222 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846**. Manda executar o regulamento da aula do commercio da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de Junho de 1850**. Institui o Código Comercial Brasileiro. CLB de 1850 T.11, Pág. 57-238. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm>. Acesso em 09 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 769, de 9 de agosto de 1854**. Autorisa o governo para reformar a aula do commercio desta Corte, e a elevar até a quantia de vinte mil réis a contribuição dos alunos. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL. **Decreto nº 1.763, de 14 de Maio de 1856**. Dá novos estatutos à aula do commercio da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL. **Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860**. Contendo providências sobre os Bancos de emissão, meio de circulante e diversas Companhias e Sociedades. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1860. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=74650&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 13 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 2.741, de 9 de Fevereiro de 1861.** Dá nova organização ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil, p. 106, v. 1, pt II. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2741-9-fevereiro-1861-556068-publicacaooriginal-75720-pe.html>>. Acesso em 09 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 3.058, de 11 de Março de 1863.** Dá novos Estatutos ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1863, p. 33, v. 1 (Publicação original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3058-11-marco-1863-554997-publicacaooriginal-74014-pe.html>>. Acesso em 09 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 4.475, de 18 de fevereiro de 1870.** Approva os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta corte. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=61791&norma=77671>>. Acesso em 09 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.538, de 15 de Novembro de 1879.** Extingue as cadeiras de francez, inglez, allemão, calligraphia e mathematicas e os logares de Director, Secretario e Porteiro do Instituto Commercial. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL. Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 28 maio 1926. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em 22 jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 30 junho 1931. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37550>>. Acesso em 22 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934.** Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 26 setembro 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2627.htm>. Acesso em 22 jun. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Commercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, p. 19217.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.191, de 20 de Novembro de 1945.** Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em <<http://www.soleis.adv.br/cienciaseconomicascontabeisatuariais.htm>>. Acesso em 12 jun. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 1946.

BRASIL. **Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951.** Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-1961-353722-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em 23 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CFE nº 397/62.** Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básico e de formação profissional. Documenta Rio de Janeiro: Guanabara, nº 11, jan./fev., 1963.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Resolução s/n., de 08 de fevereiro de 1963.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Passarinho, Yesis Ilícia (org). Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação –1962/1978. Brasília: DF–CFE, 1979.

BRASIL. **Decreto nº 62.024, de 29 de Dezembro de 1967.** Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968.** Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23 jul. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso em 23 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 776, de 3 de dezembro de 1997.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 3, de 05 de outubro de 1992. Estabelece os mínimos de conteúdos e duração do curso de

graduação em Ciências Contábeis. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.14721, seção 1, 20 out.1992.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.27833, seção 1, 23 dez.1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. DF.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em 21 ago. 2013.

BUENO, Luiz de Freitas. **Coletânea de Legislação do Interesse das Faculdades de Ciências Econômicas**. São Paulo: Tomo II, Legislação Federal, 1964.

BUSINO, Giovanni. **Elites et élitisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

CABRITO, Belmiro Gil. O ensino superior em Portugal: percursos contraditórios. **Educativa**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 209-227, jul./dez., 2011.

CAMIZÃO, Eliezer Gomes. **Educação comparada e antropologia**: “educational borrowing” em escolas internacionais no Brasil. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANABRAVA, Alice Piffer. As condições sociais, econômicas e políticas da fundação: perspectiva histórica. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984a, v. 1, p. 7-33.

CANABRAVA, Alice Piffer. A criação da FCEA. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984b, v. 1, p. 373-384.

CANABRAVA, Alice Piffer. A estrutura curricular da Faculdade. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984c, v. 1, p. 387-449.

CANABRAVA, Alice Piffer. Os quadros da administração acadêmica, 1946/81 In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984d, v. 2, p. 9-18.

CANDIOTTO, Lucimara Bortoleto Candiotto; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. O curso de ciências contábeis na educação brasileira: das aulas de comércio ao curso superior de ciências contábeis (1808-1951). **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 2009. PUCPR. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

CAPACHI, M. et al. A prática do ensino contábil no estado do Rio Grande do Sul: uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. In: ANPCONT – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, I, 2007, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoI/03/EPC189.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2011.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CARQUEJA, Hernâni O. A Digrafia. **Revista de Contabilidade e Comércio**, v. L, nº 197, mar., p. 171-176, 1993.

CARQUEJA, Hernâni O. Entrada da Contabilidade no ensino oficial, e depois no ensino superior. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa**, n. 424, jan., p. 362-364, 2001.

CARQUEJA, Hernâni O. Do saber da profissão às doutrinas da Academia. **Separata anexa à Revista de Contabilidade e Comércio**, v. LIX, n. 234-235, 2002.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

CASSIMIRO, Maria do Rosário; GONÇALVES, Oliveira Leite. **Rumos da universidade brasileira**. Goiânia: UFG Editora, 1986.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA; João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. In: **Educação e Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, 2001.

CATARINO, José. **Viajante no tempo**. 2014. Disponível em: <<http://jose-ctarino.blogspot.com.br/2014/07/menos-dois.html>>. Acesso em 16 mar. 2015.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Evolução do ensino superior – graduação – 1980/1998**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000a.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000b.

CHAGAS, R. Valnir C. **Didática especial de línguas modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **As aulas de comércio no Império luso-brasileiro**: o ensino prático profissionalizante. 2011. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-aulas-de-com%C3%A9rcio-no-Imp%C3%A9rio-luso-brasileiro-CI%C3%A1udia-Maria-das-Gra%C3%A7as-Chaves.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL, 11, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Inpeau, 2009, p. 1-13.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira. Reflexões sobre o ensino de contabilidade: aspectos culturais e metodológicos. **Boletim Técnico Senac**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, jan./abr. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº. 776, de 3 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes dos cursos de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 16 abr. 2013.

CORTI, Ana Paula. **Estado Novo (1937-1945): a ditadura de Getúlio Vargas**. 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

COSTA, Carlos Baptista da. O ensino da contabilidade em Portugal: a necessidade de uma Licenciatura em Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Comércio**, n.º 176, v. XLIV, p. 389-404, 1980.

COSTA, Carlos Baptista da; ALVES, Gabriel Correia. **Contabilidade Financeira**. 7. ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2008.

COSTA, Carlos Baptista da. **Entrevista: O ensino da contabilidade em Portugal**. Contabilidade & Empresas, n. 8, 2ª série, mar./abr. 2011.

CRISPIM, Gilberto; MIRANDA, Luis Carlos. O ensino da contabilidade no curso de Administração de Empresa: a percepção do corpo discente das disciplinas de Contabilidade na sua formação acadêmica. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. São Paulo, v.5, n.1, p. 131-155, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jul. 1997, nº 101, p. 3-19.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

DÓRIA, Raul; DÓRIA, António Álvaro. **Dicionário Prático de Comércio e Contabilidade**. 3. ed. Braga: Livraria Cruz, 1975.

DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p. 197-240.

EAC-FEA-USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. **Sobre chefes do Departamento de Contabilidade e Atuária**. © 2008. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/sobre/index.aspx?i=499>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ESTEVEENS, Matilde. Os ISCA 25 anos depois: cronologia de um percurso. **Revista de Contabilidade e Finanças**. Ano VI, n. 21, jan./mar. 2001, p. 7-10.

ESTEVEENS, Matilde. Revisitação, não digráfica, da APOTEC. **Jornal de Contabilidade**, n. 364, julho 2007, p. 229-238.

ERICEIRA, Fernando Jorge. **O estado da arte da contabilidade no Estado do Maranhão, vis-à-vis seu desenvolvimento econômico**. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

FAVARIN, A. M. **Didática aplicada ao ensino da contabilidade em nível de 3º grau**. 1994. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis. Editora Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Hamilton Luiz. **O ensino superior de ciências contábeis no Estado do Paraná: estudos de casos**. 1987. 428 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis – Auditoria). Instituto Superior de Ciências Contábeis – ISEC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1987.

FÁVERO SOBRINHO, Antônio. Ensino de Contabilidade no Distrito Federal: uma abordagem crítico-reflexiva. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 45-60, 1998.

FEA-USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. **Atílio AmatuZZi**: biografia. © 2008a. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/perfil.php?u=56&tab=cont&i=29>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FEA-SP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. **Sérgio de Iudícibus**: biografia. © 2008b. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/perfil.php?u=37&tab=cont&i=29>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FEA-USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. **Eliseu Martins**: biografia. © 2008c. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/perfil.php?u=11&tab=cont&i=29>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FEA-USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. **FEA x FEA - A eleição para Diretor da FEA**. 2010. © 2008. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/noticias.php?i=499>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. **A construção do conhecimento pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino Brasil – Portugal (1880-1930)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

FERREIRA, António Gomes. O sentido da Educação Comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

FERREIRA, Marcelo Marchine. Ciclos do ensino de contabilidade no Brasil. In: XVI Encontro da Associação Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA), 16, 2014, Leiria, Portugal. **Anais...** Leiria, 2014. Disponível em: <<http://www.aeca1.org/xviencuentroaeca/cd/51e.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Aurélio Século XXI: Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, Dirce Mendes da. **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papirus, 1992.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, ago. 2000.

GEORGE, Michael. A educação e o Estado Novo: a ratificação da ordem dominante e a construção do imaginário político brasileiro. **Revela - Periódico de Divulgação Científica da FALS**, ano 1, n. 2, mar., p. 1-10, 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela7/educacaoestadonovo.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Estudos para a história da educação no século XIX**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GONÇALVES, Miguel. **Entrada da contabilidade no ensino superior em Portugal (1884)**. 2010. Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/revInfocontab/2010/49/Entrada_contabilidade.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2013.

GONÇALVES, Miguel; MARQUES, Maria da Conceição da Costa. O Porto e a instrução contabilística de contabilidade e do curso de comércio da Academia Politécnica do Porto, 1837. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 3, p. 149-167, jul./set., 2012.

GONÇALVES DA SILVA, Fernando Vieira. **O ensino de contabilidade nas escolas superiores de economia**. Lisboa: Tipografia Porto Médico, 1953.

GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRÁCIO, Sérgio. A mobilidade social revisitada. **Sociologia: problemas e práticas**, Lisboa, v. 24, p. 45- 69, 1997.

GUIMARÃES, Joaquim Cunha. **História da contabilidade em Portugal: reflexões e homenagens**. Lisboa: Áreas Editora S/A, 2005.

GUIMARÃES, Joaquim Cunha. **F. V. Gonçalves da Silva e as “Doutrinas Contabilísticas”**. 2006. Disponível em: <<http://www.infocontab.com.pt/download/FVGoncalvedasilva.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2013.

GUSMÃO, Sérgio de Lessa; LEMOS, Leandro Antônio de. A trajetória de um sucesso: a Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da PUCRS. **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 274-283, jul./dez., 2006.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Comitê de Estatísticas Sociais. **Capex – Metadados do Sistema Nacional de Pós-graduação**. 2013. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/capex/avaliacao-dos-cursos-de-pos-graduacao>>. Acesso em 15 jul. 2013.

INSTITUTO Nacional de Estatística – INE. **Classificação Portuguesa das Profissões, 2010**. © INE, IP, Lisboa, Portugal, 2011.

ISCAA. O ISCA de Aveiro: as vicissitudes de uma escola de contabilidade. **Revista Estudos do I.S.C.A.A.** p. 244-283, 1999.

ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. **História**. © 2009. Disponível em: <web.archive.org/web/20121018014131/http://www.iscal.ipl.pt/index.php/iscal>. Acesso em: 29 out. 2013.

ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. **Missão**. © 2014. Disponível em: <<http://www.iscal.ipl.pt/index.php/cursos/34-iscal/54-missao>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; FRANCO, Hilário. Currículo básico do contador: orientação técnica versus orientação humanística. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 49, p.12-22, abr./jun., 1984.

IUDICIBUS, Sérgio de. A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984, v. 1, p. 297-302.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil – Lei nº 1.083 - 22 de agosto de 1860. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 29, p. 7 - 25, maio/ago. 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p.9-44, 2001.

KLANN, Roberto Carlos. **Gerenciamento de resultados**: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, 2011.

KRAEMER, Maria Elizabet Pereira. **Reflexões sobre o ensino da contabilidade**. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/canales5/fin/reflexobre.htm>>. Acesso em 12 abr. 2013.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Universidade de São Paulo**: subsídios para uma avaliação. São Paulo: USP, 1985.

LAFFIN, Marcos. O professor de Contabilidade no contexto de novas exigências. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, n. 127, jan./fev., 2001a.

LAFFIN, Marcos. Ensino da contabilidade: componentes e desafios. In: Fórum Nacional de Professores de Contabilidade, 7, Rio de Janeiro, 2001. **Anais...** II Fórum Nacional de Professores de Contabilidade. Rio de Janeiro: 2001b. CD-ROM.

LAFFIN, Marcos. **De contador a professor**: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade. 2002. 203 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LIRA, Miguel. **Caracterização da evolução da contabilidade em Portugal**: do século XII a meados do século XVIII. 2010. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/view/923>>. Acesso em 27 fev. 2014.

LOPES, Giseli Farias Machado. **Sérgio de Iudícibus**: um estudo de sua trajetória no ensino, pesquisa e profissão contábil. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. 2012.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Educação comparada**. 3. ed. Brasília: MEC/Inep, 2004.

LUNA, Francisco Vidal; NOGUEIRA NETO, Thomaz de Aquino. O corpo discente. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984, v. 1, p. 177-202.

MACEDO, Roberto Brás Matos. A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984, v. 1, p. 321-333.

MACHADO, António J. Cardão. A importância das reformas pombalinas do ensino na evolução da Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Finanças (Portugal)**, v. 98, p. 4-8, 2009.

MARION, José Carlos. **O ensino de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO FILHO, Álvaro A. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, n. 17 (42), p. 113-122, set./dez., 2006.

MINISTÉRIO da Educação. Decreto-Lei nº 513-T, de 26 de dezembro de 1979. Define a rede de estabelecimentos do ensino politécnico. **Diário da República**, 1ª Série, nº 296 (3º Suplemento), 1979, pág. 3350-(60). Disponível em: <<http://dre.tretas.org/dre/6619/>>. Acesso em 19 jun. 2013.

MINISTÉRIO da Educação. Secretaria de Estado do Ensino Superior. **Despacho nº 46/SEES/84**. Constitui, no âmbito da Secretaria de Estado do Ensino Superior, comissão para estudo dos planos de estudo dos ISCA's. Lisboa, 1984.

MIRANDA, Gilberto José. **Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil**. 2011. 203 p. Tese (Doutorado em Ciências. Concentração em Contabilidade e Controladoria). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo.
MÓNICA, Maria Filomena. **Educação e sociedade no Portugal de Salazar**. Lisboa: Presença, 1978.

MOREIRA, A. Flávio. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). Educação superior em periódicos nacionais (1968-1995). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. Série Estado do Conhecimento, n. 3. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/educacao_superior_periodicos_nacionais_206.pdf>. Acesso em 23 nov. 2012.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B7E0103BC-2E4A-4D94-AD06-AA80565692FF%7D_LIVRO%20UNIVERSIDADES%20COMPLETO.pdf>. Acesso em 23 nov. 2012.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTTA, José Flávio. Uma sexagenária ilustre: FEA/USP, 1946-2006. **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 313-328, jul./dez., 2006.

NIYAMA, Jorge Katsumi; COSTA, Patrícia de Souza; AQUINO, Ducineli Régis Botelho. Principais causas das diferenças internacionais no *financial reporting*: uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior no nordeste e centro-oeste do Brasil. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, jul./dez., 2005.

NOSELLA, Paollo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Editora Alínea, 2009.

NÓVOA, António. **Modelos d'Analyse en Éducation Comparée**: le Champ et la Carte. In António Nóvoa. (51-84) Histoire & Comparaison (Essais sur l'Éducation). Lisboa: Educa. 1998.

NÓVOA, António. Prefácio: à procura do terceiro. In: FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. **A construção do conhecimento pedagógico**: análise comparada de revistas de educação e ensino Brasil – Portugal (1880-1930). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, p. 13-14.

OEI - Observatório da Educação Ibero-americana. Ministério da Educação de Portugal. Sistema Educativo Nacional de Portugal. **Breve evolução histórica do sistema educativo**. 2003a. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>>. Acesso em 9 out. 2013.

OEI - Observatório da Educação Ibero-americana. Ministério da Educação de Portugal. Sistema Educativo Nacional de Portugal. **Ensino Superior**. 2003b. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/portugal/superior.pdf>>. Acesso em 9 out. 2013.

OEI - Observatório da Educação Ibero-americana. Ministério da Educação de Portugal. Sistema Educativo Nacional de Portugal. **Pessoal docente**: situação e formação. 2003c. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/portugal/docentes.pdf>>. Acesso em 9 out. 2013.

ORDEM dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC. **Regulamento de inscrição, estágio e exames profissionais**. 2010. Disponível em: <<http://www.otoc.pt/fotos/editor2/regulamentoatualizado.pdf>>. Acesso em 25 maio 2013.

OTT, Ernani; BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. Uma contribuição à historiografia do ensino contábil no estado do Rio Grande do Sul. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, Edição Especial, p. 77-99, set/dez. 2011.

PANHOCA, Luiz. Série de entrevistas mestres da contabilidade: Cecília Akemi Kobata Chinen. **RC&C – Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 133-137, jan./abr. 2010.

PEIXOTO, João. Alguns dados sobre o ensino superior em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27/28, p. 167-188, junho 1989.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Cont. Fin.** USP. São Paulo. Edição 30 anos de doutorado. p. 19-32, junho 2007.

PEQUITO, Rodrigo Affonso. **Curso de contabilidade comercial**. Lisboa: Livraria Pacheco & Carmo, 1875.

PEQUITO, Rodrigo Affonso. **A instrução comercial superior**: discurso proferido na Sessão Solemne de Abertura de aulas do Instituto Superior de Commercio em 29 de novembro de 1913. Lisboa: Typographia “A Editora Limitada”, 1914.

PINHO, Diva Benevides. A ciência econômica – do século XXI às suas origens. In: PINHO, Diva Benevides et al. **Teoria econômica**. São Paulo: Saraiva, 2006 (no prelo).

PINHO, Diva Benevides. Reminiscências da Faculdade da Maria Antônia. In: MARIA Antônia: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

PINHO, Diva Benevides. O Departamento de Ciências Econômicas. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984a, v. 1, p. 37-59.

PINHO, Diva Benevides. Outros Departamentos. In: CANABRAVA, Alice Piffer (Org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FEA-USP, 1984b, v. 1, p. 79-85.

PINHO, Diva Benevides. **A FEA-USP no tempo**: contribuição à memória de seus 60 anos. São Paulo: FEA/USP, 2006.

PINTO, Juliana Raquel Teixeira. **O ensino da contabilidade na FEP**: o contributo do Prof. J. A. Sarmiento. 2009. 164 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia. Universidade do Porto. Porto, 2009.

PIRES, Charline Barbosa.; OTT, Ernani. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais. In: 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8, 2008, São Paulo.

PIRES, Carla Rêgo. **Educação comparada**: a gestão escolar e as competências do diretor na organização educativa: o caso de Portugal e de Inglaterra. Porto: Escola Superior de Educação, 2010.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PORTAL da Educação. Significado de taquigrafia ou estenografia. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/48466/significado-de-taquigrafia-ou-estenografia#>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

PORTELA, António Farinha. A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal. **Análise Social**, v. VI, n. 22-23-24. p. 787-836, 1968.

PORTUGAL. **Decreto nº 4.773, de 23 de agosto de 1871**. Crêa um Professor especialmente destinado ao ensino da lingua vernacula e mais um repetidor, além dos que existem no curso preparatorio annexo á Escola Militar, e suprime os dous lugares de Ajudante e de Agente da mesma Escola. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1871, v. 1, p. 464. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpced-06/leis1871/pdf71.pdf#page=9>>. Acesso em 30 abr. 2013.

PORTUGAL. Decreto nº 5.029, de 1 de dezembro de 1918. Organiza o ensino industrial e comercial. **Diário do Governo**, nº 263, I Série, de 5 de dezembro de 1918.

PORTUGAL. Decreto nº 20.328, de 21 de setembro de 1931. Crea o curso de contabilista no Instituto Comercial de Lisboa. **Diário do Governo**, nº 243, I Série (2º suplemento), de 15 de outubro de 1931.

PORTUGAL. Lei nº 2.025, de 19 de junho de 1947. Promulga a reforma do ensino técnico profissional. **Diário do Governo**, nº 190, I Série, de 19 de junho de 1947.

PORTUGAL. Lei nº 5, de 25 de julho de 1973. Reforma o sistema de ensino de portugueses. **Diário do Governo**, nº 118, I Série, de 25 de julho de 1973.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 402, de 11 de agosto de 1973. Cria Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores. **Diário do Governo**, nº 188, I Série, de 11 de agosto de 1973.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Investigação Científica – Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. **Decreto-Lei nº 313, de 26 de junho de 1975**. Equipara a bacharéis os diplomados pelos institutos comerciais e institui nestas escolas um regime transitório. Disponível em: <<http://www.legislacao.org/primeira-serie/decreto-lei-n-o-313-75-ensino-institutos-instituto-comercial-41325>>. Acesso em 30 abr. 2013.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Investigação Científica – Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. **Decreto-Lei nº 327, de 06 de maio de 1976**. Converte os institutos comerciais em escolas superiores, que passam a designar-se institutos superiores de contabilidade e administração. Disponível em: <<http://www.dre.pt/pdfs/1976/05/10600/10171020.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2013.

PORTUGAL. **Decreto Lei 443, de 24 de outubro de 1985**. Define as bases legais do funcionamento administrativo, científico e pedagógico dos institutos superiores de contabilidade e administração. Ministério da Educação. Portugal: Diário da República, 1ª série, n. 245-Supl, de 24.10.1985. Disponível em: <<http://dre.tretas.org/pdfs/1985/10/24/dre-17279.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2014.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>>. Acesso em 23 jun. 2013.

REMÉDIOS, Maria José. O jornal católico Novidades: sentido(s) do educar. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 6, jul./dez. 2003, p. 9-28.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária–FEA/USP - entre números e palavras**. 1. ed. São Paulo: D'Escrever Editora, 2009a.

RIBEIRO, José Martins. A importância do bloqueio continental para o futuro de Portugal e do Brasil. **Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA**, Porto, III série, v. 10, 2009b, p. 63-69. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8877.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2014.

RICARDINO, Álvaro. A contabilidade na Aula de Comércio de Portugal em 1765: diferenças e semelhanças com a contabilidade atual. **REPeC**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 316-342, jul./set. 2012.

RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. A metafísica da contabilidade comercial e a história das aulas de comércio. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 1, 2001, São Paulo.

RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. **Auditoria: Ensino acadêmico x treinamento profissional**. Tese. 2002, (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

ROCHA, Antonio Penalves. **José da Silva Lisboa, visconde de Cairu**. São Paulo: Editora 34, 2001.

RODRIGUES, Alberto Almada. Pesquisa sobre a evolução do ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Século XIX. **Revista Paulista de Contabilidade**, n. 467, p. 50-54, 1984.

RODRIGUES, Alberto Almada. Cronologia e síntese da evolução do pensamento e do ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Brasil: séculos XVIII e XIX, períodos Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: CRCRS, n. 41 ,p. 3-11, jan./mar.1985.

RODRIGUES, Alberto Almada. A história da profissão contábil e das instituições de ensino profissionais e culturais da ciência contábil no Brasil. **Centro de Memória Virtual do CRCRS** [online]. Disponível em: <<http://goo.gl/Mqkli>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; CRAIG, Russell. Influências mercantilistas inglesas na criação da Aula do Comércio em 1759. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, ano VI, n. 62, p. 22-33, 2005.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; CRAIG, Russel; GOMES, Delfina Rosa da Rocha. Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo. **XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social**. Aveiro, 15 e 16 de novembro de 2002.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; CRAIG, Russel; GOMES, Delfina Rosa da Rocha. State Intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce, 1759. **Accounting History**, v. 12, n. 1, p. 55-84, 2007.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; GOMES, Delfina Rosa da Rocha; CRAIG, Russel. **Aula do Comércio**: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo? 2002. Disponível em:

<http://www.infocontab.com.pt/historia/download/TOC34_46_54.pdf>. Acesso em 04 jul. 2013.

RODRIGUES, Lúcia Lima; GOMES, Delfina; CRAIG, Russel. Corporativismo, liberalismo e a profissão contabilística em Portugal desde 1755. In: GUIMARÃES, Joaquim Cunha.

História da contabilidade em Portugal: reflexões e homenagens. Lisboa: Áreas Editora S/A, 2005.

RODRIGUES, Suzana Braga; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração e Contabilidade (RAC)**, São Paulo, edição especial, 2001, p. 81-102.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal**: O Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSELLA, Maria Helena; PETRUCCI, Valéria Bezerra Cavalcanti; PELEIAS, Ivam Ricardo; HOFER, Elza. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org). **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável à outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 1-59.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAES, Azevedo Marques de; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-59, jun. 2001.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP – Universidade de São Paulo. Documento de trabalho n. 8; 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SANTANA, Francisco. **Contributo para um dicionário de professores e alunos da Aula do Comércio**. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa - Câmara de Comércio, 1974.

SANTANA, Francisco. **A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844)**. Lisboa: Revista Municipal, separata dos n°s 15, 16, 18, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. 2008. Disponível em:

<<https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSeculoXXI.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2013.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 6.533, de 4 de julho de 1934**. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo. 1934. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6533-04.07.1934.html>>. Acesso em 16 abr. 2013.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto-Lei nº 15.601, de 26 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. N. 28, ano 1946. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66930>>. Acesso em 16 abr. 2013.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto-Lei nº 17.344, de 28 de junho de 1947. Modifica disposições do regulamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. n.144, ano 57. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19470629&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=2>>. Acesso em 16 abr. 2013.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto-Lei nº 36.361, de 8 de março de 1960**. Reorganiza o ensino na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de São Paulo. 1960. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1960/decreto-36361-08.03.1960.html>>. Acesso em 16 abr. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso crítico à consciência filosófica**. 15. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. História comparada da educação: algumas aproximações. História da Educação. **Anais... ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ASPHE)**, 7, 2001, Pelotas, Rio Grande do Sul. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHMIDT, Paulo. **Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil**. 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História da contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil**. São Paulo: Atlas, 2008.

SERRÃO, Joel. **Pequeno dicionário de História de Portugal**. Porto: Editora Figueirinhas, 1987.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**. vol. IV, Porto: Livraria Figueirinhas, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 73-89, 2008.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil**. 1. ed. 4. tiragem. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVA, Amado Francisco. **A contabilidade brasileira no século XIX: leis, ensino e literatura**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

SINDICATO Nacional dos Contabilistas (SNC). **Subsídio para a reforma do ensino de contabilidade: bacharelato e licenciatura**. Lisboa: Centro Gráfico, 1971.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

SISTEMA EDUCATIVO Nacional de Portugal: 2003 / Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos. © de los textos y gráficos: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura (OEI), 2003. © de esta edición: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) 2003. c/ Bravo Murillo 38. 28015 Madrid. España.

SOUSA, João Francisco. O ISCA de Aveiro e as vicissitudes de uma escola de Contabilidade. **Revista Estudos do ISCAA**, nº 6/7, IIª Série, 2000/2001. 2001.

SOUSA, Pedro Rodrigues de; MORAIS, Teresa Torrinhas. O ensino técnico dos Institutos Industriais e Comerciais em Portugal: breve panorama sobre as principais reformas (1853-1973). In: ALVES, Luís Alberto Marques Alves et al. **Ensino técnico (1756-1973)**. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério da Educação, p. 57-90, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Formação profissional e diretrizes curriculares: do arranhão á gangrena**. Universidade e Sociedade, Brasília, v. 1, 2001.

TAVARES, Amândio Faustino Ferreira. **A influência de Jaime Lopes Amorim no desenvolvimento da Contabilidade em Portugal**. 1999. 139 f. Mestrado (Contabilidade e Auditoria), Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 1999.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005 (Coleção Anísio Teixeira, v. 10).

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun., 2007.

THIAGO, Acácio Garibaldi S.; BORGES FILHO, Nilson; MARTORANO, Dante. **A disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFSC**. 1981. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23746/21313>>. Acesso em 14 mar. 2015.

TIBÚRCIO, César. **História da Contabilidade**: Boucinhas. 2014. Disponível em: <<http://www.contabilidade-financeira.com/2014/02/historia-da-contabilidade-boucinhas.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

UniFAE Intelligentia. **Pensadores**: Francisco D'Áuria. © 2003. Disponível em: <<http://www.unifae.br/intelligentia/pensadores/francisco.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

URBANO, Cláudia. A (id)entidade do ensino superior politécnico em Portugal: da Lei de Bases do Sistema Educativo à Declaração de Bolonha. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 66, 2011, p. 95-115.

VALÉRIO, Nuno (Coord.). **ISEG: 100 anos a pensar no futuro**. © 2011. Lisboa: ISEG, 2011.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a História**. 4. ed. Brasília: UnB, 2008.

VILELA, Marcus Sérgio Satto. **Uma contribuição para o ensino-aprendizagem da disciplina Auditoria Contábil**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

WACHHOL, Carla Rosângela; OTT, Ernani. Pesquisa documental e história oral temática: sua utilização na elaboração de biografias de professores e pesquisadores da área contábil. In: CONGRESSO USP CONTROLADORA E CONTABILIDADE, 7, 2007, São Paulo. **Anais...** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/496.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2014.

WHITTY, Geoff. **Sociology and school knowledge**: curriculum theory, research and politics. Londres: Methuen, 1985.

YOUNG, Michael F. D. Currículo e democracia: lições de uma crítica à “nova sociologia da educação”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 1989.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela 2

Tabela 2 – Alguns estudos comparados, em educação, entre Brasil e Portugal – SBHE*

Autor(a)	Título	Dados Publicação
Ana Lúcia Cunha Fernandes; Libânia Nacif Xavier; Luiz Miguel de Carvalho	Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963)	RBHE, n° 15, set./dez., 2007
Ana Waleska Pollo Mendonça; Jorge M. Nunes Ramos do Ó	A história da profissão docente no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos	RBHE, n° 15, set./dez., 2007
Wenceslau Gonçalves Neto; Justino Magalhães	Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX	RBHE, n° 20, p. 15-39, maio/ago. 2009
Silvia Alicia Martínez; Donaldo Bello de Souza	A história da educação em perspectiva comparada no contexto luso-brasileiro: duas décadas de produção	RBHE, v. 11, n. 2 (26), p. 155-189, maio/ago. 2011
Carlos Manique da Silva	O tema dos “modos de ensino” nos manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil (segunda metade do século XIX – anos de 1920)	RBHE, v. 13, n. 3 (33), p. 235-256, set./dez. 2013
Vera Teresa Valdemarin, Vera Lúcia Gaspar da Silva	Palavras viajeiras: circulação do conhecimento pedagógico em manuais escolares (Brasil/Portugal, de meados do século XIX a meados do século XX)	RBHE, v. 13, n. 3 (33), p. 179-183, set./dez. 2013
Rosa Fátima de Souza	A formação do cidadão moderno: a seleção cultural para a escola primária nos manuais de Pedagogia (Brasil e Portugal, 1870 – 1920)	RBHE, v. 13, n. 3 (33), p. 257-283, set./dez. 2013
Maria Teresa Santos Cunha	A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em manuais escolares para o Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal)	RBHE, v. 13, n. 3 (33), p. 285-309, set./dez. 2013

* Os artigos foram publicados na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE).

Fonte: Adaptado de SBHE (2015).

APÊNDICE B – Quadro 8

Quadro 8 – Evolução do ensino, no Brasil, de acordo com os períodos políticos

Época	Período político	Política – Economia – Sociedade	Educação	Educação contábil
De 1500 a 1549	Período colonial	<ul style="list-style-type: none"> . Expedições guarda-costas . Capitanias hereditárias . Exploração do pau-brasil . Não havia sociedade genuinamente brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> . Não há registro de qualquer tipo de trabalho educacional realizado na colônia 	<ul style="list-style-type: none"> . Não formalizada no Brasil
De 1549 a 1759	Período jesuítico	<ul style="list-style-type: none"> . Governo geral . Início da colonização . Economia: grande lavoura . Mão de obra escrava . Classes sociais: nativos, negros e colonos 	<ul style="list-style-type: none"> . Os jesuítas iniciam o processo educacional . Duas diretrizes educacionais: a formação cultural dos indígenas e a da elite colonial 	<ul style="list-style-type: none"> . Não formalizada no Brasil
De 1760 a 1807	Período pombalino	<ul style="list-style-type: none"> . Reformas pombalinas . Mineração como principal atividade econômica . Não houve alterações nas classes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . Os jesuítas são expulsos do Brasil . Nenhum projeto eficiente de educação . Sem sistema educacional estruturado 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação da primeira escola para estudos comerciais em Lisboa . Não formalizada no Brasil
De 1808 a 1821	Período joanino	<ul style="list-style-type: none"> . Vinda da família real . Brasil passa à categoria de Reino Unido . Abertura dos portos às nações amigas . Não houve alteração nas classes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . Introdução da educação de nível superior não eclesiástica . Sem sistema educacional estruturado 	<ul style="list-style-type: none"> . Fundada a Aula de Comércio da Corte
De 1822 a 1888	Período imperial	<ul style="list-style-type: none"> . Independência do Brasil . Café: principal produto da econômica . Fim da escravidão . Não houve alterações nas classes sociais . Início da corrente migratória 	<ul style="list-style-type: none"> . Sem sistema educacional estruturado 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro . Reduzida demanda educacional
De 1889 a 1929	Primeira República	<ul style="list-style-type: none"> . Proclamação da República . Exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industrializados . Início da industrialização e processo migratório . Início da urbanização e surgimento de novas classes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento da demanda pela educação . Sistema educacional dual . Desigualdade socioeducacional . Primeiras universidades brasileiras . Várias reformas educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> . Criação da Escola Prática de Comércio de São Paulo e da Academia de Comércio do Rio de Janeiro . Regulamentação dos cursos comerciais (Decreto nº 17.329/1926)
De 1930 a	Segunda República	<ul style="list-style-type: none"> . Golpe de 1930 . Progressistas assumem a hegemonia política 	<ul style="list-style-type: none"> . Manifesto dos pioneiros da Educação Nova . Reforma Francisco Campos 	<ul style="list-style-type: none"> . Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, organiza o ensino comercial e

1936		<ul style="list-style-type: none"> . Expansão da indústria . Crescente participação do Estado na economia 	<ul style="list-style-type: none"> . Instrução da população com vistas ao capitalismo 	<ul style="list-style-type: none"> regulamenta a profissão de contador . Aumento da demanda educacional
De 1937 a 1945	Estado Novo	<ul style="list-style-type: none"> . Ditadura de Vargas . Desenvolvimento das atividades industriais . Evolução da contabilidade . II Guerra Mundial . Dinamização das classes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . Reforma Capanema . Expansão da rede escolar . Maior democratização no acesso à educação 	<ul style="list-style-type: none"> . Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamenta o ensino comercial . Criação do ensino superior de ciências contábeis, mediante a promulgação do Decreto nº 9.295/1945.
De 1945 a 1964	Período Populista	<ul style="list-style-type: none"> . Políticas de cunho populistas . Instalação de grandes empresas no país . Criação das primeiras indústrias de base . Surgimentos das primeiras firmas multinacionais de auditoria 	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento da demanda educacional nos níveis médio e superior . Nível primário deficiente . Leis de equivalência para o nível médio . Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 . Criação da Universidade de Brasília 	<ul style="list-style-type: none"> . Instituição do currículo mínimo na área contábil . Acentuado aumento da demanda pela educação contábil
De 1964 a 1984	Período do Regime Militar	<ul style="list-style-type: none"> . Golpe militar . Instituição dos atos institucionais . Internacionalização da economia . Criação da CVM . Lei nº 6.404/1976, das sociedades por ações 	<ul style="list-style-type: none"> . Usaid no sistema educacional . Reforma universitária . Acentuada expansão das instituições isoladas de ensino superior . Aumento da demanda de cursos superiores . Reforma do ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> . Instituição dos primeiros cursos de pós-graduação na área contábil . Expansão dos cursos de ciências contábeis . Perda de qualidade na educação contábil
De 1985 em diante	Período atual (abertura política)	<ul style="list-style-type: none"> . Redemocratização do país . Globalização . Maior conscientização da população 	<ul style="list-style-type: none"> . Exame Nacional de Cursos . Avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 	<ul style="list-style-type: none"> . Currículo mínimo de 1992 . Aumento significativo dos cursos superiores na área contábil . Novas diretrizes curriculares para os cursos de ciências contábeis . Exame de Suficiência

Fonte: Adaptado de LEITE (2005, p. 243-245).

APÊNDICE C – Tabela 3

Tabela 3 – Brasil: número de cursos de educação superior criados entre 1808 e 1889

NOME DA IES	NOME DO CURSO	DATA INÍCIO FUNCIONAMENTO	MUNICÍPIO	UF
Universidade Federal da Bahia	Medicina	08/03/1808	Salvador	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Medicina	05/11/1808	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Engenharia Civil	01/01/1811	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Escultura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gravura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pintura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Arquitetura e Urbanismo	23/11/1820	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal da Bahia	Farmácia	08/03/1832	Salvador	BA
Universidade Federal de Pernambuco	Direito	15/05/1827	Recife	PE
Universidade Federal de Ouro Preto	Farmácia	13/05/1839	Ouro Preto	MG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Música	21/01/1847	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Odontologia	14/05/1856	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Ouro Preto	Engenharia de Minas	13/11/1875	Ouro Preto	MG
Universidade Federal da Bahia	Agronomia	03/03/1877	Cruz das Almas	BA
Universidade Federal da Bahia	Artes Plásticas	06/03/1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Teatro	07/03/1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Odontologia	09/03/1879	Salvador	BA
Universidade Federal de Pelotas	Agronomia	14/03/1888	Capão do Leão	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Engenharia Metalúrgica	01/03/1889	Porto Alegre	RS

Fonte: Adaptado de Coelho e Vasconcelos (2009).

APÊNDICE D – Tabela 5

Tabela 5 – Diretores e Vice-Diretores¹⁴⁵ da FEA-USP – 1946 a 1985

Período	Diretores	Vice-Diretores
1946	José Reis	João de Oliveira Filho
1946/47	Ernesto de Moraes Leme	Paulo Sawaya
1947/50	Brenno Arruda	Ovídio Pires de Campos
1950/54	Theotônio Maurício Monteiro de Barros	
1954/57	Alice Piffer Canabrava	
1957/60	Ruy Aguiar da Silva Leme	
1960/63	Dirceu Lino de Mattos	Clodomiro Furquim de Almeida
1963/66	Dirceu Lino de Mattos	Clodomiro Furquim de Almeida
1966/70	José Francisco de Camargo	Clodomiro Furquim de Almeida
1970/74	Laerte de Almeida Moraes	Flávio Fausto Manzoli e Antônio Morales
1974/78	José Francisco de Camargo	Antônio Morales e Sérgio Baptista Zaccarelli
1978/79	Afonso Celso Pastore	Sérgio Baptista Zaccarelli e Antônio Peres Rodrigues Filho
1979/83	Sérgio de Iudícibus*	Carlos Marques Pinho
1983/86	Jacques Marcovitch*	Carlos Marques Pinho

* Docentes pertencentes ao Departamento de Contabilidade e Atuária.

■ Não há informações sobre os vice-diretores no período.

Fonte: Adaptado de Canabrava (1984d) e FEA-USP (2010).

¹⁴⁵ Os períodos em que cada diretor e vice-diretor ocuparam suas funções, no quadro administrativo da FEA-USP, são divergentes. Também, observa-se, que, em alguns anos, mais de um docente ocupou a função de vice-diretor, como se observa na Tabela 5.

APÊNDICE E – Tabela 6

Tabela 6 – Conselhos do Departamento de Contabilidade da FEA-USP – 1946 a 1985

Período	Funções		
	Chefia	Vice-Chefia	Membros
1946/1947	Atílio Amatuzzi		
1947/1955	Francisco D'Áuria		
1955/1967	Milton Improta		
1967/1969	José da Costa Boucinhas		
1969	Antônio Peres Rodrigues Filho		
1970/1972	Antônio Peres Rodrigues Filho		Alkindar de Toledo Ramos; Antônio Pereira do Amaral; Armando Catelli; Edmundo Éboli Bonini; Eliseu Martins; José da Costa Boucinhas; João Bruno Cruz (aluno)
1972/1974	Antônio Peres Rodrigues Filho		Alkindar de Toledo Ramos; Antônio Pereira do Amaral; Armando Catelli; Sérgio de Iudícibus
1974/1976	Antônio Peres Rodrigues Filho		Alecseo Kravec; Alkindar de Toledo Ramos; Antônio Pereira do Amaral; Armando Catelli; João Tápias Olivério; José da Costa Boucinhas
1976/1978	Antônio Peres Rodrigues Filho	Sérgio de Iudícibus	Alecseo Kravec; Antônio Pereira do Amaral; Edmundo Éboli Bonini; João Tápias Olivério; José da Costa Boucinhas; Stephen Charles Kanitz; João Pereira Pinto (aluno)
1978/1980	Sérgio de Iudícibus	Antônio Peres Rodrigues Filho	Antônio de Loureiro Gil; Antônio Pereira do Amaral; Edmundo Éboli Bonini; Eliseu Martins; João Tápias Olivério; José da Costa Boucinhas
1980/1982	Antônio Pereira do Amaral	Antônio Peres Rodrigues Filho	Alecseo Kravec; Edison Castilho; Edmundo Éboli Bonini; Masayuki Nakagawa; Stephen Charles Kanitz
1982/1984	Sérgio de Iudícibus		
1984/1986	Sérgio de Iudícibus		

■ Não há informações sobre os ocupantes dessas funções no período.

Fonte: Adaptado de Canabrava (1984d); EAC-FEA-USP (2008); FEA-USP (2010).

APÊNDICE F – Quadro 17

Quadro 17 – Relação de cadeiras (cátedras) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) em 1947

Cadeiras	Disciplinas
I	Complementos de Matemática; Análise Matemática
II	Matemática Financeira e Matemática Atuarial
III	Estatística I (Estatística Geral e Estatística Econômica)
IV	Estatística II (Estatística Matemática e Estatística Demográfica)
V	Contabilidade Geral e Contabilidade Pública
VI	Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola
VII	Estrutura e Análise de Balanços; Revisões e Perícias Contábeis
VIII	Organização e Contabilidade Bancária; Organização e Contabilidade de Seguros
IX	Geografia Econômica
X	História Econômica
XI	Sociologia Econômica
XII	Instituições de Direito Público
XIII	Instituições de Direito Privado
XIV	Instituições de Direito Social
XV	Legislação Tributária
XVI	Prática do Processo Civil, Comercial e Fiscal
XVII	Ciência da Administração (abrangendo: Estrutura das Organizações Econômicas)
XVIII	Ciência das Finanças (Finanças das Empresas e Política Financeira)
XIX	Economia Política; História das Doutrinas Econômicas
XX	Valor e Formação de Preços; Moeda e Crédito; Comércio Internacional e Câmbio
XXI	Repartição da Renda Social; Evolução da Conjuntura Econômica; Estudo Comparativo dos Sistemas Econômicos
XXII	Técnica Comercial e dos Negócios

Fonte: BRASIL. Decreto-Lei nº 17.344/1947.

APÊNDICE G – Quadro 19

Quadro 19 – Relação de cadeiras (cátedras) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) em 1960

Cadeiras	Disciplinas
I	Complementos de Matemática; Análise Matemática
II	Matemática Financeira (1ª e 2ª partes); Matemática Atuarial
III	Estatística I (Estatística Econômica – 1ª e 2ª partes; Estatística Aplicada à Administração)
IV	Estatística II (Estatística Matemática; Estatística Demográfica)
V	Contabilidade Geral; Contabilidade Pública
VI	Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola
VII	Estrutura e Análise dos Balanços; Revisões e Perícias Contábeis; Auditoria
VIII	Organização e Contabilidade Bancária; Organização e Contabilidade de Seguros
IX	Geografia Econômica Geral e do Brasil
X	História Econômica Geral e do Brasil (1ª e 2ª partes)
XI	Sociologia Geral; Sociologia Aplicada à Economia e à Administração
XII	Instituições de Direito Privado
XIII	Instituições de Direito Público; Prática do Processo Civil, Comercial e Fiscal; Direito Constitucional e Administrativo
XIV	Estatística III (Estatística Geral; Processamento Mecânico dos Dados; Estatística Industrial; Pesquisa Estatística dos Mercados; Matemática Aplicada à Economia e à Administração)
XV	Instituições de Direito Social (1ª e 2ª partes)
XVI	Legislação Tributária e Fiscal (1ª e 2ª partes)
XVII	Finança das Empresas (1ª e 2ª partes)
XVIII	Ciência da Administração (1ª e 2ª partes); Estrutura das Organizações Econômicas; Psicologia Geral e Psicologia Aplicada à Administração
XIX	Ciência das Finanças; Política Financeira
XX	Economia Política; História das Doutrinas Econômicas
XXI	Valor e Formação de Preços; Moeda e Crédito; Comércio Internacional e Câmbios
XXII	Repartição da Renda Social; Evolução da Conjuntura Econômica; Estudo Comparativo dos Sistemas Econômicos
XXIII	Técnica Comercial e dos Negócios (1ª e 2ª séries)
XXIV	Administração da Produção (1ª e 2ª partes); Planejamento da Produção
XXV	Economia Brasileira; Planejamento Governamental; Teoria do Desenvolvimento Econômico
XXVI	Política Econômica; Análise Econômica
XXVII	Contabilidade de Custos (1ª e 2ª séries)

Fonte: BRASIL. Decreto-Lei nº 36.361/1960.

APÊNDICE H - Quadro 23

Quadro 23 - Relação do corpo docente – 1946 a 1985* - Departamento de Contabilidade

Professores	Categoria funcional	Disciplina	Ingresso	Saída
Aguinaldo de Andrade Filho			01/03/1973	05/08/1976
Albino Mayrink			01/03/1971	30/06/1980
Alecseo Kravec	Assistente-Doutor	Mecanismo das Instituições Financeiras	26/05/1962	13/02/1992
Alexandre Di Miceli da Silveira			**	05/06/2006
Alkindar de Toledo Ramos	Assistente-Doutor	Estrutura e Análise Técnica de Mercado de Capital (Pós-Graduação)	26/07/1960	22/03/1984
Álvaro Confessori			16/04/1962	01/08/1977
Antônio de Loureiro Gil	Assistente	Análise de Sistemas Contábeis	01/03/1973	02/11/1996
Antônio Manuel Lopes			16/12/1975	14/12/1978
Antônio Pereira do Amaral	Titular	Matemática Financeira	25/03/1947	15/01/1986
Antônio Peres Rodrigues Filho	Titular	Chefe do Departamento de Contabilidade; Organização e Contabilidade Bancária	**	**
Antônio Robles Júnior	Assistente	Contabilidade de Custos	01/08/1974	**
Armando Catelli	Assistente-Doutor	Contabilidade de Custos (Pós-Graduação)	13/11/1961	21/12/2004
Ary Toribio	Assistente	Contabilidade Tributária; Técnica Comercial e dos Negócios	21/03/1975	03/05/1996
Atílio Amatuzzi			01/06/1946	21/08/1963
Austen da Silva Oliveira	Assistente	Contabilidade e Auditoria do Setor Público; Controle Orçamentário e Financeiro do Setor Público.	03/09/1975	01/03/1989
Bernardo Fontana			16/04/1964	01/01/1975
Carlos de Campos			16/07/1964	30/06/1973
Cecília Akemi Kobata Chinen	Assistente	Introdução à Contabilidade	01/03/1973	01/04/1998
Clodomiro Furquim de Almeida	Professor catedrático	Matemática Atuarial	22/07/1946	04/07/1967
Clóvis Ioshike Beppu	Auxiliar de Ensino	Contabilidade Avançada; Introdução à Contabilidade	01/03/1980	01/04/1985
Dante Carmine Matarazzo	Assistente	Análise de Balanços; Contabilidade Gerencial	12/12/1975	01/03/1989
Diogo Toledo do Nascimento	Assistente	Contabilidade de Custos	22/09/1977	**
Edison Castilho	Colaborador	Contabilidade Avançada; Contabilidade Intermediária	10/12/1956	25/10/2007
Edmundo Éboli Bonini	Adjunto	Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade (Pós-Graduação)	28/11/1963	29/06/1991
Edson Luiz Ricci	Assistente	Análise de Sistemas Contábeis	10/08/1981	**
Eduardo Weber Filho			03/06/1964	30/06/1973
Eliseu Martins	Livre-Docente	Teoria Contábil do Lucro; Auditoria (Pós-Graduação)	01/03/1968	27/11/2008
Erich Dietrich Lemmermann	Colaborador	Contabilidade de Custos	25/05/1964	24/08/1994
Ernesto Rubens Gelbcke	Auxiliar de Ensino	Contabilidade Intermediária	**	**
Geraldo Barbieri			27/04/1983	04/10/2003
Gilberto de Andrade Martins			01/12/1975	**

Hermenegildo Milani Neto			21/11/1977	01/04/1980
Hirondel Simões Luders			21/08/1946	07/12/1977
Jacira Tudora Carastan			22/02/1983	24/07/2000
João Angélico			10/01/1967	10/01/1967
João Tápias Olivério			01/03/1971	30/06/1980
Joaquim Eduardo de Almeida Magalhães	Auxiliar de Ensino	Contabilidade Tributária; Técnica Comercial e de Negócios	07/11/1973	29/01/1997
Jorge Chican	Colaborador	Contabilidade de Custos	01/07/1970	07/02/1991
Jorge Ribeiro de Toledo Filho	Assistente	Estrutura e Análise Técnica de Mercado de Capitais; Mecanismo das Instituições Financeiras	01/08/1974	06/10/2009
José Carlos Marion	Auxiliar de Ensino	Noções de Contabilidade Empresarial p/ Faculdade de Direito; Contabilidade Gerencial	05/07/1978	13/11/2007
José da Costa Boucinhas			26/11/1947	05/07/1979
José Gomes de Souza Sobrinho			01/03/1972	16/07/1975
José Hiro Nakamura	Auxiliar de Ensino	Introdução à Contabilidade; Contabilidade para Economia	01/08/1980	01/08/1986
José Rafael Guagliardi	Assistente	Auditoria	06/06/1972	12/11/2003
José Roberto Barreto	Auxiliar de Ensino	Organização e Contabilidade Bancária (afastado)	02/04/1954	01/11/1986
Lázaro Plácido Lisboa	Assistente	Introdução à Contabilidade	01/03/1973	12/11/2003
Licurgo do Amaral Campos			05/09/1946	12/04/1950
Luiz Alves da Silva			01/10/1973	05/03/1979
Luiz Benatti	Auxiliar de Ensino	Introdução à Contabilidade	**	**
Luiz de Castro Sette			01/08/1946	27/11/1946
Luiz Martins Codorniz Sobrinho			18/06/1985	11/08/1987
Magnus Amaral da Costa	Auxiliar de Ensino	Contabilidade de Custos; Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade	11/10/1979	01/03/1998
Masayuki Nakagawa	Assistente	Controladoria; Contabilidade Gerencial	03/01/1974	14/01/1998
Massanori Monobe	Assistente	Introdução à Contabilidade	01/08/1975	**
Nelson dos Santos			02/05/1964	01/06/1976
Nelson Petri	Assistente	Controle e Auditoria do Setor Público; Controle Orçamentário e Financeiro do Setor Público	23/03/1976	23/02/2002
Nena Gerusa Cei	Auxiliar de Ensino	Introdução à Contabilidade; Contabilidade para Economia	15/10/1979	07/03/2008
Nilton Cano Martin	Auxiliar de Ensino	Estrutura e Análise Técnica de Mercado de Capitais; Mecanismo das Instituições Financeiras.	05/05/1976	**
Paulo Roberto da Silva	Assistente	Controladoria; Contabilidade de Custos	20/09/1975	28/11/1998
Ramon Domingues Júnior			16/06/1964	01/01/1980
Roberto Braga			08/06/1984	21/10/2005
Roberto Fernandes dos Santos	Auxiliar de Ensino	Introdução à Contabilidade; Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade	22/06/1978	**
Rolf Mário Treuherz	Assistente-Doutor	Análise dos Demonstrativos Financeiros (Pós-Graduação) (afastado)	09/11/1962	15/03/1984

Sérgio de Iudícibus	Titular	Diretor da FEA – Teoria da Contabilidade (Pós-Graduação)	03/01/1962	01/02/1991
Sérgio Éboli Bonini			25/10/1983	31/10/2004
Sérgio Rodrigues Bio	Assistente	Análise de Sistemas Contábeis	01/03/1973	**
Silvio Aparecido de Carvalho	Auxiliar de Ensino	Introdução à Contabilidade	11/06/1980	**
Stephen Charles Kanitz	Adjunto	Análise dos Demonstrativos Financeiros; Metodologia do Ensino (Pós-Graduação)	09/05/1968	13/10/1998
Takeshi Yamasaki	Auxiliar de Ensino	Análise de Balanços; Introdução à Contabilidade	01/03/1962	07/09/1996
Thomaz Daniel Brull	Auxiliar de Ensino	Contabilidade de Custos; Mecanismo das Instituições Financeiras	04/08/1980	01/03/1983
Vicente Giglio Netto			08/12/1975	06/12/1979
Waldemar Giomi			12/08/1970	10/08/1973
Walfrido Marinho	Auxiliar de Ensino	Auditoria	13/10/1980	01/08/1984
Walter Alves Pereira	Assistente-Doutor	Matemática Financeira	15/09/1964	21/02/1985
Wellington Rocha			09/08/1984	**
Willian Celso Silvestre	Auxiliar de Ensino	Controladoria; Contabilidade de Custos	22/09/1977	14/09/2003
Wilson Vilanova	Assistente	Matemática Financeira	08/05/1967	26/03/1993
Yuchi Tsukamoto			13/09/1984	16/01/1989

Legenda: * Docentes admitidos até o ano de 1985.

** sem informação (ou ainda permaneceram na IES após o ano de 1985).

■ Não foram encontradas informações acerca da categoria funcional e disciplinas ministradas.

Fonte: Adaptado de Canabrava (1984d); EAC-FEA-USP (2008); FEA-USP (2010). (2015).

Apêndice I - Tabela 8

Tabela 8 – Alunos da FEA - USP formados por ano e curso – 1949/1980

Ano	Cursos					Ciências Contábeis e Atuariais
	Economia	Adm. Empresas	Ciências Contábeis	Adm. Pública	Ciências Atuariais	
1949	5					5
1950	6					5
1951	15					3
1952	11					4
1953	4					4
1954	6					2
1955	10					2
1956	11					3
1957	7					2
1958	17					6
1959	17					7
1960	16					5
1961	24					10
1962	39					4
1963	11					2
1964	45	23	1			1
1965	30	13	4	2		
1966	39	28	1	-	2	
1967	37	30	6	1	-	
1968	42	48	6	1	-	
1969	52	54	5	-	1	
1970	69	40	3	-	-	
1971	142	76	6	3	-	
1972	137	85	37	1	-	
1973	162	95	9	3	-	
1974	152	92	25	3	-	
1975	161	104	12	1	1	
1976	180	97	12	2	-	
1977	174	92	34	-	-	
1978	150	97	31	-	-	
1979	130	99	33	-	-	
1980	96	73	53	2	-	

Fonte: LUNA; NOGUEIRA NETO (1984, p. 179).

ANEXOS

Anexo A – Figura 10

Figura 10 – Proposta de esquema curricular da Comissão Organizadora do Sindicato Nacional dos Contabilistas

ESQUEMA DO CURSO DE BACHARELADO EM CONTABILIDADE					SO DE CONTABILISTA					MAPA N.º 4
1.º ANO		TEMPOS	2.º ANO		TEMPOS	3.º ANO		TEMPOS TOTAIS	PERCENTAGEM	ESTRUTURA DO CURSO
1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE		1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE		1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE			
MATEMÁTICA APLICADA I		2 (3)	5	MATEMÁTICA APLICADA II		2 (3)	5			ESTUDO DAS TÉCNICAS QUANTITATIVAS
NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO	DIREITO COMERCIAL	2 (2)	4	DIREITO FISCAL APLICADO		2 (3)	5			
ECONOMIA		3 (2)	5					14	15,5	ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO
ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS		1 (2)	3	MÉTODOS E TEORIAS DE SISTEMAS CONTABILÍSTICOS		2 (1)	3			
CONTABILIDADE GERAL E FINANCEIRA I		3 (6)	9	CONTABILIDADE GERAL E FINANCEIRA II		2 (4)	6			ESTUDOS ESPECÍFICOS DE CONTABILIDADE
				CONTABILIDADE DE CUSTOS I		3 (6)	9			
OPÇÕES*				OPÇÕES*						ESTUDOS DE PRE-ESPECIALIZAÇÃO
— HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E DAS DOUTRINAS CONTABILÍSTICAS				— CONTABILIDADE NACIONAL E RELAÇÕES INTER-SECTORIAIS						
— ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PÚBLICA				— CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS						ESTÁGIO FINAL DE ANO 2 MESES
— ESTUDO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO			4	— PSICOLOGIA DA EMPRESA			2			
			30				30			
								30	90	99,8

* As opções são de livre escolha; mas obrigatório o preenchimento dos tempos semanais indicados.

NOTA: — Os algarismos entre parêntesis referem-se a tempos práticos.

Fonte: Subsídio para a reforma do ensino da contabilidade: bacharelato e licenciatura (1971). Acervo pessoal de Carlos Alberto Pires da Silva

Anexo B – Figura 16

Figura 16 – Conteúdo parcial da disciplina Contabilidade Geral e Financeira I - ISCAL

404		INDICE
CAPÍTULO III		
Estudo Sumário das Contas Usuais		
	Pág	
1.º — Capital (Empresas singulares)	117	
2.º — Disponibilidades	120	
1. Caixa	120	
2. Depósitos em bancos	124	
3.º — Dívidas activas e dívidas passivas	126	
1. Classificação	126	
2. Contas de devedores e de credores	129	
3. Letras a receber	135	
4. Extractos de factura a receber	140	
5. Letras a pagar	141	
4.º — Valores de exploração	142	
1. Generalidades	142	
2. Valores mobiliários	142	
3. Mercadorias	146	
A) Definição e classificação	146	
B) Preço de compra, preço de custo e preço de venda das mercadorias	147	
C) Cálculo de preços e percentagens de lucros	150	
D) Mecânica ou funcionamento das contas de mer- cadorias. Processo do inventário intermitente	152	
E) Contas divisionárias	157	
F) Contas subsidiárias (Compra e Vendas)	161	
G) O inventário permanente das mercadorias	165	
a) Inventário ao preço do custo	165	
b) Inventário permanente ao preço de venda	171	
H) Quebras	175	
I) Mercadorias em trânsito	176	
J) Depósito de mercadorias em armazéns gerais	177	
K) Vendas com brindes	179	
L) Aluguer de mercadorias	179	
M) Avaliação das mercadorias	180	
5.º — Antecipações activas e antecipações passivas	201	
6.º — Imobilizações	211	
1. Generalidades	211	
2. Estudo sumário de algumas contas de imobilizações	214	
7.º — Contas de gestão e contas de resultados	224	
1. Contas de gestão	224	
2. Contas de resultados	229	

Anexo C – Figura 17

Figura 17 – Conteúdo parcial da disciplina Contabilidade Geral - FEA

vi Contabilidade introdutória • Iudicibus

- 1.7.3 A participação de toda a entidade no processo de produção e na responsabilidade da informação contábil, 13
- 1.7.4 Aumenta o papel do contador como centro dos interesses divergentes, 13
- 1.7.5 O espírito acadêmico, 14

- 2 Estática patrimonial: o balanço, 17**
 - 2.1 Ativo, 18
 - 2.2 Passivo, 18
 - 2.3 Patrimônio Líquido, 19
 - 2.4 Fontes de Patrimônio Líquido, 19
 - 2.5 Equação fundamental do patrimônio, 19
 - 2.6 Configurações do estado patrimonial, 20
 - 2.7 Representação gráfica dos estados patrimoniais, 27
 - 2.8 Conceituações: as várias configurações do capital, 29

- 3 Procedimentos contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas, 37**
 - 3.1 Contas, 37
 - 3.2 Razão, 38
 - 3.3 Débito e Crédito, 39
 - 3.4 Lançamentos a Débito e a Crédito das Contas, 40
 - 3.5 Contas de Ativo, 40
 - 3.6 Contas de Passivo e de Patrimônio Líquido, 41
 - 3.6.1 De Passivo, 41
 - 3.6.2 De Patrimônio Líquido, 41
 - 3.7 Resumo do mecanismo de Débito e Crédito, 42
 - 3.8 Método das partidas dobradas, 43
 - 3.9 Exemplos de Registro de Operações no Razão, 43
 - 3.10 Diário, 47
 - 3.11 Partidas de diário, 47
 - 3.12 Livros auxiliares do razão, 51
 - 3.13 Balancete de verificação, 52

- 4 As variações do Patrimônio Líquido, 65**
 - 4.1 Despesa, Receita e Resultado, 65
 - 4.1.1 Receita, 65
 - 4.1.2 Despesa, 66
 - 4.1.3 Resultado, 66
 - 4.1.4 Mecanismo de débito e crédito, 66
 - 4.1.5 Período contábil, 66

Anexo D – Figura 20

Figura 20 – Plano de estudos – Matilde da Conceição Esteves

Matilde da Conceição Esteves - Livro nº 50-A 7/11/462

CURSO DE CONTABILISTA, REGULADO PELO DECRETO Nº 36251 DE 23 DE ABRIL DE 1951, CONCLUÍDO COM O PLANO DE ESTUDOS QUE, NOS TERMOS DO ARTº 2º DO DECRETO-LEI Nº 313/75, DE 26 DE JUNHO DE 1975, LHE FÓI ATRIBUÍDO POR DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA DE 16 DE JULHO DE 1975:

1º ANO

- ✓ 10 Matemática
- ✓ 14 Geografia Económica e Humana
- ✓ 14 Filosofia
- ✓ 14 Introdução Estudo de Economia
- ✓ 13 Noções Fundamentais de Direito
- ✓ 65 ~~Contabilidade Geral e Financeira I~~

2º ANO

- ✓ 12 Matemática Aplicada I
- Economia I
- ✓ 12 Direito Comercial
- ✓ 12 Contabilidade Geral e Financeira I (a)
- ✓ 13 Introdução Ciências Sociais
- ✓ 49 ~~Organização Gestão de Empresas~~

3º ANO

- ✓ 15 Matemática Aplicada II
- ✓ 13 Direito Fiscal
- ✓ 10 Contabilidade Geral e Financeira II
- ✓ 12 Contabilidade Custo e Gestão
- 14 Gestão Financeira
- 14 Revisão Contabilística.

(a) Só no caso de não terem feito a cadeira no 1º ano.

13- 24,4 39- 16 76,4 12,7

Média = 12,7

Conta passada em 12/8/75

Conclusão do curso - 31/7/75

Matéria	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Matemática	14	13	12	14	13	12	14
Geografia Económica e Humana	14	13	12	14	13	12	14
Filosofia	14	13	12	14	13	12	14
Introdução Estudo de Economia	14	13	12	14	13	12	14
Noções Fundamentais de Direito	13	12	11	10	9	8	7
Contabilidade Geral e Financeira I	65	64	63	62	61	60	59
Matemática Aplicada I	12	11	10	9	8	7	6
Economia I	12	11	10	9	8	7	6
Direito Comercial	12	11	10	9	8	7	6
Contabilidade Geral e Financeira I (a)	12	11	10	9	8	7	6
Introdução Ciências Sociais	13	12	11	10	9	8	7
Organização Gestão de Empresas	49	48	47	46	45	44	43
Matemática Aplicada II	15	14	13	12	11	10	9
Direito Fiscal	13	12	11	10	9	8	7
Contabilidade Geral e Financeira II	10	9	8	7	6	5	4
Contabilidade Custo e Gestão	12	11	10	9	8	7	6
Gestão Financeira	14	13	12	11	10	9	8
Revisão Contabilística	14	13	12	11	10	9	8

Fonte: Acervo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Anexo E – Figura 21

Figura 21 – Cartão de matrícula – Carlos Alberto Pires da Silva

INSTITUTO COMERCIAL
DE
LISBOA

Processo N.º 804 L.º 39 Als. 20

Nome Carlos Alberto Pires da Silva
Filho de José Ernesto Ferreira da Silva

Morada.....

Procedência.....

Ano da 1.ª matrícula 1956/57



Fonte: Acervo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Anexo F – Figura 22

Figura 22 – Verbete de matrícula – Carlos Alberto Pires da Silva

INSTITUTO COMERCIAL DE LISBOA
 Ano lectivo de 195... - 195...
VERBETE DE MATRÍCULA 8011

Nome Carlos Alberto Pires da Silva
 de 19 anos de idade, nascido em 7 de abril de 1934, natural da freguesia
 de S. Julião, concelho de Lisboa, distrito
 de Barcelos, filho de José Eusebio Carneiro da Silva
 e de Marieta da Conceição Pires da Silva
 morador na Rua Xures 101-4ºº
 desejando matricular-se como aluno **ordinário** no curso Contabilidade
 nas seguintes disciplinas:

1.ª	Cadeira	Matemática, 1ª Parte	500
3.ª	"	Química Geral e Métodos de Análise	500
6.ª	"	Geografia Geral e Económica	500
8.ª	"	História Geral e Económica	500
9.ª	"	Economia Política	500
10.ª	"	Elementos de Direito Civil e Administrativo	500
13.ª	"	Organização Política da Indústria e Economia Corporativa	500

CURSOS PRÁTICOS

5.ª	Francês	Ano	500
	Inglês	"	500
	Caligrafia	"	500
	Exercícios de propinas	"	500
Total			<u>5000</u>

O Chefe da Secretaria, [assinatura] O Aluno, Carlos Alberto Pires da Silva
 N.º do bilhete de identidade 1956348
 Data Lisboa, 8 de Agosto de 1952

Modelo - Cadern. Primar - R. Bernardo Lima, 70 - Lisboa

Fonte: Acervo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Anexo G – Figura 23

Figura 23 – Título utilizado como parte do material didático do Escritório Piloto.

COMISSÁRIA PAULISTA S. A.

SEDE: SÃO PAULO
CAPITAL: CR\$ 5.000.000,00

DIVIDIDO EM 5.000 AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS DE CR\$ 1.000,00 CADA UMA, VALOR REALIZADO EM MOEDA CORRENTE.
CONSTITUIDA, POR PRAZO INDETERMINADO, NA ASSEMBLÉIA REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 19.....
OS ESTATUTOS SOCIAIS FORAM ARQUIVADOS NA JUNTA COMERCIAL EM 8 DE SETEMBRO DE 19.....
SOB NÚMERO 90-315 E PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 10 DE SETEMBRO DE 19.....
A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZA-SE NA SEDE DA SOCIEDADE ATÉ O DIA 15 DE JUNHO DE CADA ANO.

TÍTULO MÚLTIPLO Nos. DAS AÇÕES

N.º N.º A

O *Snr.*

*é possuidor de ações ordinárias,
do valor realizado de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, da Comissária
Paulista S. A., cabendo-lhe tôdas as prerrogativas e direitos conferidos pelos Estatutos.*

São Paulo, de de 19.....

OS DIRETORES:

.....

Fonte: RIBEIRO (2009a, p. 48). Acervo pessoal do Professor Edson Castilho.